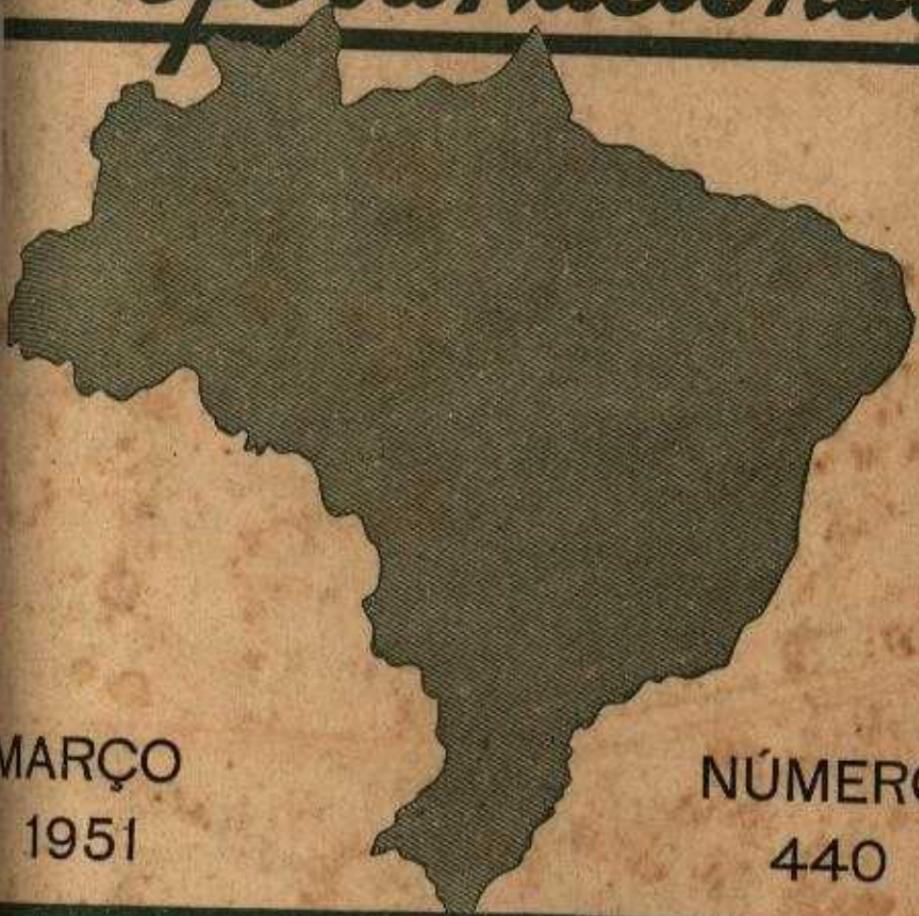


Defesa Nacional



MARÇO
1951

NÚMERO
440

General RENATO BAPTISTA NUNES, Diretor-Presidente.
General ANTONIO DE CASTRO NASCIMENTO, Diretor-Gerente.
General ALBERTO RIBEIRO PAZ, Diretor-Secretário.

A DEFESA NACIONAL

FUNDADA EM 10 DE OUTUBRO DE 1913

Ano XXXVIII

BRASIL — RIO DE JANEIRO, MARÇO DE 1951

N. 440

SUMÁRIO

Págs.

EDITORIAL..... 3

ASSUNTOS DE CULTURA PROFISSIONAL

Justiça Militar — XIV — Cel. Niso Montezuma.....	5
A logística no Teatro de Operações — Ten.-Cel. Senna Campos.....	13
Infantes enlatados — Tradução do Cap. Achilles Gallotti Kehrig.....	23
Um caixão de areia para o seu pelotão — Ten. Fernando Cesar Gonçalves.....	31
Alimentação — IV — Ten. Jair de Mattos Montedório.....	45
Depoimento de um técnico — Tradução de Nicodemus.....	47

ASSUNTOS DE CULTURA GERAL

Problemas do Brasil — XI — Ten.-Cel. Adalardo Fialho.....	49
Os militares e os problemas sociais — II — Ten.-Cel. Riograndino da Costa e Silva.....	53
A função de pensar e os pensamentos — Arnaldo Gonçalves Pires.....	58
A consciência — Ten. Amantéa.....	59

Economia e Finanças :

A presente conjuntura nacional — Cel. J.B. Magalhães.....	61
---	----

GEOGRAFIA E HISTÓRIA MILITAR

O terreno e os planos iniciais da guerra do Paraguai — Ten.-Cel. Diderot Miranda.....	65
General Carlos Telles — Ten. Rubens Mário Jobim.....	73

OPINIÕES

A sobrevivência da Cavalaria Hipomóvel — Ten.-Cel. Arold Ramos de Castro.....	75
Relações e reações — Maj. Gerardo L. Amaral.....	79
Lógica e Dialética na Escola Militar? — Cap. A.J. de Figueiredo.....	83
Eu também prenho! — Cap. Germano Seidl Vidal.....	87
Problema do Corpo de Tropa — Ten. Cesário Arruda.....	91

ASSUNTOS DIVERSOS

Os rezings — III — Gen. Bertoldo Klinger.....	95
De como se pode inutilizar o equipamento elétrico doméstico industrial de uma cidade — Ten.-Cel. Alfredo Fauroux Mercier.....	109
Jogos militares — Ten. Adalberto Gomes Macedo.....	113
Cooperativa Militar Editora e de Cultura Intelectual "A Defesa Nacional" Limitada (Relatório).....	119
Noticiário & Legislação.....	133

ENGENHARIA

BYINGTON & CIA.

TRATAMENTO DE AGUAS — Tratamento de águas para fins públicos e industriais. Tratamento de águas de piscinas. Tratamento pelos processos mais modernos do efluente de esgotos de vilas e cidades. Hidrômetros.

AR CONDICIONADO — Condicionamento de ar para fins comerciais, industriais e domésticos. Arranha-céus. Escritórios. Hospitais. Cinemas. Teatros. Salões de beleza. Casas de modas. Hotéis. Residências. Bancos.

REFRIGERAÇÃO INDUSTRIAL — Instalações nas indústrias para o controle dos processos de fabricação, como seja em fábricas de tecidos, papel, instrumentos óticos, explosivos, de produtos de borracha, de gelo, etc. Cervejarias. Cerâmicas. Entrepósitos de peixe, carne, frutas, legumes, ovos e elementos deterioráveis. Matadouros modelos.

RÁDIO TRANSMISSÃO — Transmissores de rádio para companhias de transporte aéreo, terrestre e marítimo. Rádio transmissores para fins militares e serviços públicos. Estações de broadcasting.

MECÂNICA E ELETRICIDADE — Grupos elevatórios. Grupos Diesel elétricos. Turbinas. Geradores. Linhas de transmissão. Transformadores. Motores elétricos. Linhas aéreas para eletrificação de estradas de ferro.

ESTRADAS DE FERRO E RODAGEM — Projeto e construção de estradas de ferro e rodagem. Material rodante e de tração. Equipamentos de sinalização e oficinas.

TRATAMENTO DE LEITE — Instalações completas. Ordenha-deiras mecânicas. Pasteurização. Resfriamento. Filtragem. Engarrafamento.

• • •

Dragas — Matadouros — Transportadores mecânicos — Compressores de ar — Guindastes — Construções civis de grandes instalações industriais — Outros fornecimentos e construções especializadas dos mais variados ramos

PROJETOS E EXECUÇÃO SOB ORIENTAÇÃO DE ENGENHEIROS NACIONAIS E NORTE-AMERICANOS

Consultas e orçamentos

BYINGTON & CIA.

9268
54

São Paulo — AV. DO ESTADO, 4667

Rio de Janeiro — RUA PEDRO LESSA, 35

Belém — Recife — Bahia — Santos — Curitiba — Belo Horizonte — Pôrto Alegre — Nova York

EDITORIAL

Com êste número de "A Defesa Nacional", iniciam-se as assinaturas referentes ao ano em curso, isto é, a 1951.

Em 1950, malgrado os apelos inúmeros que, quer nas nossas páginas, quer por meio de cartas, circulares, rádios e telegramas, foram dirigidos aos camaradas, o número de assinantes atingiu uma cifra que representa verdadeira insignificância face ao efetivo de pessoal do Exército — Oficiais, Sargentos, Praças — que se poderia interessar pela leitura da única Revista técnico-profissional-militar que se edita entre nós.

Continuamos não acreditando que haja desinteresse generalizado pela leitura dessa Revista.

Os assuntos nela tratados, pelo critério com que são escondidos, pela variedade que apresentam, pela própria competência e idoneidade inegáveis dos seus autores, interessam de fato a parte considerável dos quadros de pessoal das Forças Armadas Nacionais.

E não sómente a esse pessoal pertence o interesse despertado. Também no estrangeiro é bastante lisonjeira a aceitação da nossa Revista.

Prova-o a freqüência com que artigos seus são transcritos em periódicos de Nações amigas, conforme várias vezes temos focalizado.

Bem recentemente encontramos essas transcrições, por exemplo, na "Revista de las Fuerzas Armadas de la Nación", publicada no Paraguai (Número de março e abril de 1950) e na "Revista de Cavalaria" editada em Portugal (Número de julho de 1950), para citarmos apenas uma sul-americana e outra européia.

Artigos da "A Defesa Nacional" têm sido citados em documentos oficiais como fonte de referência, haja vista recentes Programas-Padrão, da D.A.

O que há, parece-nos, cá entre nós, é, em boa dose, pouca vontade de assinar ou de adquirir a Revista cuja leitura se aprecia.

Lê-la por empréstimo ou consultá-la na Biblioteca da Unidade é meio mais cômodo ou mais prático de se manter atualizado nos assuntos de cultura técnico-profissional nela versados...

Será conseqüência da situação econômica difícilsoa por que vem passando o pessoal das Classes Armadas? Talvez.

Devemos, no entanto, lembrar-nos de que dificuldades econômicas sérias também atingem a própria Revista, como têm atingido todos os órgãos de imprensa do País, os quais, ainda agora acabam de elevar preços de assinaturas e de venda avulsa, para compensar a vertiginosa subida do custo do papel.

Conforme se verifica do Relatório publicado noutro local deste mesmo número, não fôra a subvenção em boa hora concedida pelo Congresso na legislatura passada e mantida na presente, "A Defesa Nacional" teria desaparecido em 1950, aos 38 anos de existência...

O que nos compete fazer para que viva e se perpetue a Revista que para nós já se constituiu quase numa tradição do Exército Brasileiro, temos a consciência tranquila de que o temos feito.

Nesse sentido transcrevemos, abaixo, com desvanecimento, trecho de carta que nos foi endereçada por companheiro que se encontra nos Estados Unidos em missão junto à Escola de Comando e Estado Maior de Leavenworth:

"A nossa "Defesa Nacional", figura no bureau das revistas militares estrangeiras o que para mim foi um motivo de orgulho e constituirá por certo uma razão de incentivo para os companheiros que labutam patrióticamente na produção da única revista técnico-profissional do nosso país. Quero lembrar que a edição da nossa "Defesa Nacional" constitui um verdadeiro milagre quando comparada com as revistas congêneres norte-americanas, que são produzidas oficialmente, como por exemplo a "Military Review", onde até os artigos constituem obrigação normal para os instrutores da Escola de Comando e Estado Maior. Os membros da edição norte-americana: Um Coronel, Um Capitão e um "bando" de auxiliares civis, são designados exclusivamente para desempenhar as funções inerentes à produção da revista."

Esperamos que em 1951, como reflexo natural da melhor situação material conseqüente da vigência do novo Código de Vencimentos e Vantagens, cresça para valor apreciável o número de assinantes de "A Defesa Nacional".

É uma esperança e um apelo que aqui ficam!

JUSTIÇA MILITAR

Cel. NISO MONTEZUMA
(Cmt. do Regimento Tiradentes)

XIV

XX — Redação clara e instrutiva.

É conveniente, ainda, considerar que o Código da Justiça Militar destina-se a ser praticado, também, por militares jovens, principiantes na carreira e menos afeitos ao trato de assuntos de direito. Por conseguinte, o seu texto deve ser redigido com tal clareza que sua leitura se torne instrutiva, facilitando a interpretação e a aplicação, em benefício do serviço. E, se for possível admitir que algumas vezes a técnica de legislar se oponha à clareza favorecendo a confusão, talvez o espírito público, aliado ao honesto propósito de bem servir, permita redigir uma nota que esclareça os homens de boa vontade... e faça cessar as reclamações dos elementos da Justiça contra o trabalho dos militares nesse setor.

Por exemplo, estamos informado que, a despeito de oportuna intervenção da Polícia do Exército, a Polícia Civil freqüentemente reclama o militar preso para autuá-lo por porte de armas.

Ora, o Código do Processo Penal Comum estabelece:

"Art. 1º. O processo penal reger-se-á, em todo o território brasileiro, por este Código, ressalvados:

.....
III — os processos de competência da Justiça Militar".

A Lei de Contravenções Penais (Decreto-lei n. 3.883, de 2 de outubro de 1941) dispõe:

"Art. 19. Trazer consigo arma fora de casa ou de dependência desta, sem licença da autoridade.

Pena. — Prisão simples, de quinze dias a seis meses, ou multa, de duzentos mil reis a três contos de reis, ou ambas comulativamente".

O Estatuto dos Militares dispõe:

"Art. 70. Só em caso de flagrante delito o militar poderá ser preso por autoridade policial".

O Regulamento Disciplinar do Exército, em seu art. 13 considera transgressão disciplinar:

"45. Andar a praça armada sem estar de serviço ou sem ordem para isso, neste último caso, deixar de exhibir a respectiva ordem escrita".

"46. Usar a praça armamento que não seja regulamentar, salvo no caso de ordem do comandante da unidade, chefe da repartição ou estabelecimento".

Como se vê, pela simples transcrição desses dispositivos, se a autoridade militar tem competência para autorizar o uso da arma a ela caberá punir as transgressões consequentes e, por conseguinte, a po-

lícia civil só poderá intervir quando necessário, na ausência da Polícia do Exército, intervenção que cessará com a presença desta última.

1) CÓDIGO ATUAL

"Art. 186. Para que os indícios provem a responsabilidade, uma vez que o fato e as circunstâncias constitutivas do crime estejam plenamente provadas, é indispensável o concurso das condições seguintes:

- a) que sejam inequívocos e concludentes;
- b) que da sua combinação com as circunstâncias e peças do processo resulte tão clara e direta conexão entre o acusado e o crime, que, seguindo o curso ordinário das coisas, não seja possível imputar a outrem a autoria do crime".

Parece que o dispositivo do Código atual, pela sua clareza, atende mais à sua finalidade do que o correspondente do anteprojeto.

Assim, porém, não entendeu a Comissão organizadora do anteprojeto recusado em 1945 e disse que "o anteprojeto buscou a norma do Código do Processo Penal e em assunto de tão alta relevância sobre a prova não deve existir duas definições. Valeu-se, integralmente, de igual dispositivo do art. 239 do Código do Processo Comum".

Foi pena que assim entendesse a Comissão. Não vemos na razão invocada motivo para mudar de opinião, mas bem ao contrário: que é justamente a relevância do assunto que impõe, a necessidade de adaptar o dispositivo do Código Comum às particularidades do meio militar.

É preciso não esquecer que enquanto a polícia militar é exercida por extenso de atribuições conferidas aos militares profissionais, a polícia judiciária civil o é por bacheléis, profissionais nesses assuntos.

Ademais, se necessidade não houvesse de adaptar o Processo Comum às particularidades do meio militar, para apenas copiar não seria preciso uma Comissão: bas-

É, pois, assunto que precisa ser urgente e claramente regulado, antes de se tornar causa de sérios aborrecimentos.

ANTEPROJETO

"Art. 299. Considera-se indício a circunstância conhecida e provada, que tendo relação com o fato, autorize, por indução, concluir-se a existência de outra ou outras circunstâncias".

taria mandar estender aquela às Forças Armadas, no que lhes fosse aplicável! Mas, na realidade, trata-se de dar ao texto do Código Militar a clareza que permita segura aplicação por quem não for profissional em direito.

Além de ser mais útil, também seria prestar verdadeira homenagem a assunto de tão alta relevância sobre a prova e real serviço às Forças Armadas e ao espírito de justiça que nelas se deve cultivar.

E por estar o anteprojeto menos adequado e mais obscuro de que o Código atual, conveniente será não tocar no art. 299.

2) Art. 168. Quanto incerto o limite territorial entre duas jurisdições, ou quando incerta a jurisdição por ter sido o crime consumado ou tentado nas divisas de duas ou mais jurisdições, a competência firmar-se-á pela prevenção.

Art. 169. A competência firmar-se-á, também pela prevenção, tratando-se de concurso de crimes praticados em território de duas jurisdições.

Trata-se de reprodução dos artigos 70 e parágrafos e 71 do Código do Processo Penal Comum.

Mas quem estiver menos afeito ao trato de tais assuntos passará trabalho para saber o que seja *prevenção*. No entanto, se desejo houvesse de produzir obra útil ésses dispositivos teriam sido procedidos de outro — esclarecedor e instrutivo — daquele mesmo Código, que estabelece:

"Art. 83. Verificar-se-á a competência por *prevenção*, toda vez que, concorrendo dois ou mais juízes igualmente competentes ou com *jurisdição* cumulativa, um deles tiver antecedido aos outros na prática de algum ato do processo ou de medidas a este relativa, ainda que anterior ao oferecimento da denúncia ou da queixa".

Por que não aproveitá-lo em benefício do anteprojeto?

3) Art. 201. § 1º. Se duvidoso esse direito, o pedido de restituição autuar-se-á em *apartado*, assinando-se ao requerente o prazo...

Trata-se de cópia do art. 120, § 1º do Código do Processo Penal Comum.

Que custará esclarecer como o autuar em *apartado* e como se deve proceder em tais situações?

4) "Art. 370. Reunido, novamente, o Conselho de Justiça, realizadas as diligências e lido o resultado destas, ou se nenhuma for deliberada, passar-se-á à sessão secreta, convocando o Presidente os "Juízes ao pronunciamento sobre as questões preliminares e o mérito do processo, sendo o primeiro a votar o Juiz Auditor, ao qual se seguirão os outros Juízes Militares, a começar no mais moderno e por último o Presidente".

Não está bem redigido. Não sendo o auditor um juiz militar não pode ser seguido pelos outros juízes militares...

5) "Art. 417. Lavrado o termo de *deserção*, que poderá ser impresso ou dactilografado, será o desertor excluído do ser-

viço ativo fazendo-se nos livros respectivos os devidos assentamentos e publicando-se em "Boletim" o termo de *deserção* e o ato de exclusão do desertor".

Este artigo precisa esclarecer se, em face das letras b), c), d) e h) do art. 34 e do art. 36 do Estatuto dos Militares e de acordo com a doutrina dos arts. 47 e § 1º e 52 do Código Penal Militar e com o artigo 17, § 3º do Regulamento Disciplinar do Exército, os graduados, ao serem excluídos por *deserção* o serão com as respectivas graduações ou se devem continuar a ser rebaixados até o resultado do julgamento — como determinam os Decretos ns. 71, de 27 de fevereiro de 1935 (Formulário — Boletim do Exército n. 27 de 1935), 6.031, de 26 de junho de 1940 (Regulamento Interno e dos Serviços Gerais) em o n. 51 do art. 55 e 2.186, de 13 de maio de 1940, art. 87 (Código de Vencimentos e Vantagens dos Militares do Exército);

Por outro lado, no Livro VI, Título I, ou onde melhor parecer, faz-se necessário distinguir, sob o ponto de vista penal militar, o que seja *reclusão*, *detenção* e *prisão*, referidos no art. 39 do Código Penal Militar e cujos termos estão causando confusão em face do que estabelecem os arts. 20 a 22 e 24 a 29 do Regulamento Disciplinar do Exército.

a) A esses reparos respondeu a Comissão organizadora do anteprojeto recusado em 1945: "a matéria constante do art. 417 não comporta disposições estranhas a um Código da Justiça Militar, compreendendo a organização judiciária e o processo militar, como sejam definições de expressões "reclusão", "detenção" e "prisão", matéria reservada ao Código Penal".

b) Quanto à questão do rebaixamento, o ponto de vista da Comissão seria aceitável se necessidade não houvesse de estabelecer um só critério para casos semelhantes.

Se o Estatuto dos Militares não faz distinção nos direitos e prerrogativas dos sargentos e cabos da

Marinha, do Exército e da Aeronaútica parece que uns não devem ficar sujeitos a rebaixamento e outros não, quando excluídos por deserção, como está acontecendo atualmente.

Quanto a não ter o Código Penal Militar definido o que seja prisão, reclusão e detenção não nos causa estranheza. No início deste trabalho provamos que ele não presta para punir a corrupção nem para configurar o crime de deserção.

No entanto parece que, por isso mesmo, seria mais natural que o Código da Justiça procurasse diminuir, senão sanar as inúmeras falhas daquele.

Ainda que se afastasse dos rigores da técnica de legislar, seria mais lógico, mais útil e mais honesto do que aumentar a confusão

CÓDIGO PENAL MILITAR

Art. 39. As penas principais são :

- a) morte
- b) reclusão
- c) detenção
- d) prisão
- e)
- f)

Art. 42. Qualquer pena privativa da liberdade, por tempo até dois anos, imposta a militar, é convertida em prisão e cumprida...

Art. 43. A pena privativa de liberdade por mais de dois anos, imposta a militar, é cumprida em penitenciária militar ou civil, ficando o recluso ou o detento sujeito ao regime do estabelecimento a que seja recolhido.

Art. 44. A pena de reclusão pode ser, a pedido do condenado e a critério do juiz, convertida em detenção, com aumento que não excede da décima parte.

fazendo com que o Código da Justiça, como aquêle e como já está o anteprojeto, venha ser acadêmico, teórico, inadequado e inexequível.

Ademais o ponto de vista da Comissão organizadora seria respeitável se ela, no anteprojeto, já não tivesse entrado em questões que também escapam ao âmbito de um Código da Justiça Militar como as relativas à técnica de comando e às atividades civis dos militares.

Urge, pois, fazer sanar toda essa balbúrdia mesmo para que se não continue a acusar os militares como responsáveis por ela, porque o problema é, principalmente, de justiça.

Para que bem se possa ver a obscuridade do nosso Código em relação ao Comum façamos algumas comparações :

CÓDIGO PENAL COMUM

Art. 28. As penas principais são :

- I — reclusão
- II — detenção
- III — multa

Art. 29. A pena de reclusão e a de detenção devem ser cumpridas em penitenciária, ou à farts, em seção especial de prisão comum.

§ 1º) O sentenciado fica sujeito a trabalho, que deve ser remunerado, e a isolamento durante o repouso noturno.

Art. 30. No período inicial do cumprimento da pena de reclusão, se o permitirem as suas condições, fica o recluso também sujeito a isolamento durante o dia, por tempo não superior a três meses.

§ 2º) O recluso passará, posteriormente, a trabalhar em comum, dentro do estabelecimento, ou em obras ou serviços públicos, fôra dele.

§ 2º) O recluso de bom procedimento pode ser transferido para colônia penal ou estabelecimento similar.

I — se já cumpriu metade da pena, quando esta não é superior a três anos.

CÓDIGO PENAL MILITAR

CÓDIGO PENAL COMUM

II — se já cumpriu um terço da pena, quando esta é superior a três anos.

§ 3º) A pena de reclusão não admite suspensão condicional, salvo quando o condenado é menor de vinte e um anos ou maior de sessenta, e a condenação não é por tempo superior a dois anos.

Art. 31. O condenado à pena de detenção fica sempre separado dos condenados a pena de reclusão e não está sujeito ao período inicial de isolamento diurno.

Parágrafo único. O trabalho, desde que tenha caráter educativo, pode ser escolhido pelo detento, na conformidade de suas aptidões ou de suas ocupações anteriores.

Art. 38. A multa converte-se em detenção, quando o condenado reincidente deixa de pagá-la ou o condenado solvente frustra a sua cobrança.

Parágrafo único. A conversão da multa em detenção é feita à razão de dez mil réis por dia, até o máximo de um ano, não podendo, porém, ser ultrapassado o mínimo da pena privativa da liberdade, cumulativamente ou alternativamente combinada ao crime.

— Lei das Contravenções Penais (Decreto-lei n. 3.688, de 2 de outubro de 1941).

Art. 6º. A pena de prisão simples deve ser cumprida, sem rigor penitenciário, em estabelecimento especial ou em secção especial de prisão comum, podendo ser dispensado o isolamento noturno.

§ 1º. O condenado à pena de prisão simples fica sempre separado dos condenados à pena de reclusão ou de detenção.

§ 2º. O trabalho é facultativo, se a pena aplicada não excede a quinze dias.

Art. 9º. A multa converte-se em prisão simples de acordo com o que dispõe o Código Penal sobre a conversão de multa em detenção.

Parágrafo único. Se a multa é a única pena combinada, a conversão em prisão simples se faz entre

CÓDIGO PENAL MILITAR

CÓDIGO PENAL COMUM

os limites de quinze dias e três meses.

Art. 10. A duração da pena de prisão simples não pode, em caso algum, ser superior a cinco anos, nem a importância das multas ultrapassar a cinqüenta contos.

De textos assim claros, instrutivos e, sobretudo, orientadores é que ressente a nossa legislação judiciária militar.

XXI — Não haverá conveniência em retirar do âmbito do Código da Justiça Militar a parte referente à ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA MILITAR?

XXII — Triste epílogo.

Com vistas aos Exmos. Srs. Ministros das Pastas Militares transcrevemos a Ata da 51^a Sessão do S.T.M. em 13 de julho de 1949 (Diário da Justiça de quinta-feira 14 de julho de 1949, pág. 5733) tendo em vista, também, que :

a) o anteprojeto de 1948 foi publicado em o Diário da Justiça de 24 de dezembro de 1948;

b) este nosso trabalho foi entregue pessoalmente, ao Exmo. Sr. Ministro da Guerra em fevereiro de 1949.

"A seguir, o Excelentíssimo Senhor Ministro Doutor Gomes Carneiro, pedindo a palavra pela ordem, apresentou a seguinte indicação: "Considerando que a reforma da justiça militar, no seu conceito amplo compreensivo da lei de organização judiciária militar, da lei do processo penal militar, da lei penal e disciplinar militar, constitui problema de superlativa relevância política, social, jurídica, militar e financeira, no sistema do direito brasileiro, pelos reflexos que, por disposição constitucional, tem sobre a massa da população civil do país; Considerando que, em virtude de tal relevância, a reforma da justiça militar, no quâdruplo ponto de vista em que há de ser apreciada, apresenta dificuldades muito graves que o codificador precisa resolver com medidas convenientes, tendo à vista

as necessidades da defesa nacional, da disciplina e da justiça, na paz, na guerra, e nas situações que lhes possam ser equiparadas; Considerando que a legislação vigente entre nós sobre a matéria, constituida de medidas elaboradas sem método, para satisfazer a comodidades ou interesses pessoais, no silêncio do regime ditatorial, embora contenha providências de caráter geral universalmente adotadas, que hão de ser mantidas, representa, quer na parte relativa a organização judiciária e ao processo, quer na parte referente à lei penal e disciplinar militar, um conjunto de concepções jurídicas obsoletas, em uns pontos e em divergência com os princípios constitucionais, noutras — valendo, no todo, como um sistema impraticável na guerra e um aparelho de repressão anódino nos crimes contra a segurança externa, na paz e na guerra, conforme demonstrou a experiência recente; Considerando que da necessidade e urgência da solução do problema se convenceu o Governo quando, na administração do Senhor General Eurico Gaspar Dutra, na pasta da guerra, através do largo questionário em que se examinaram todos os aspectos jurídicos e militares dos problemas correntes entre nós, procurou obter o conselho e o parecer de juristas, magistrados, professores, médicos e militares, juntamente com as opiniões de todos os elementos dos diversos quadros da justiça militar, com o objetivo especial de fornecer ao legislador, ou a quem suas véses fizesse, o material jurídico necessário a realização de uma obra duradoura, sistemática, em que os assuntos tivessem solução racional, impensoal; Considerando que, não obstante o valor doutrinário e prático

das recomendações constantes da documentação assim obtida, a formarem treze volumes que foram encaminhados à comissão a que o Governo incumbiu a tarefa de elaborar um projeto de reforma do Código da Justiça Militar, nenhuma das recomendações ou críticas foi atendida, conservando-se os erros, os disparates, as anomalias e as bizarrices da codificação clandestina da ditadura, sem que qualquer alegação ou argumento se articulasse contra as conclusões do Relatório que acompanhou a documentação fornecida àquela Comissão, nem qualquer justificação explicasse a conservação das normas do diploma legislativo que a prática judiciária e a crítica fundamentada mostravam ser, como mais tarde os fatos o provaram, um instrumento inútil; Considerando que restabelecida no país a ordem jurídica com a instalação e o funcionamento de todos os órgãos criados pela Constituição, houve por bem o Senhor Ministro da Guerra, General Canrobert Pereira da Costa, submeter a este Tribunal um projeto de Código da Justiça Militar, atribuindo a mencionada Comissão, com o pedido de fazer nêle o Tribunal as correções necessárias à adaptação de seu conteúdo às condições atuais da vida legal do país; Considerando que, como lhe cumpria, o Tribunal designou uma comissão para exame do aludido projeto cuja autoria era negada formalmente por todos os componentes da primitiva comissão do quadro deste Tribunal, de forma a fazer crer que, no trânsito pelos diversos compartimentos da administração pública, o texto primitivo, sem responsabilidade dos censores, ia sendo modificado; Considerando que, com o objetivo de ouvir a opinião dos membros da Justiça militar que, em razão da função, mais habilitados estão a conhecer as necessidades do serviço judiciário, os males do processo penal em vigor e as deficiências da lei penal militar, a elas se pediam sugestões, tendo sido, para isso, feita larga divulgação do projeto pelo "Diário da Justiça"; Considerando

que circunscrita a consulta aos elementos da justiça militar, cujos pareceres, aliás, não foram ainda publicados e não são sugestões sem um questionário em conhecidos do Tribunal, e pedidas que se fixassem os problemas atuais — de índole jurídica e militar, deixou-se de atender à circunstância de que as leis da natureza das leis penais militares interessam a massa inteira da Nação que delas deve ter conhecimento em todo o curso da sua elaboração, para o devido exame que é o spanágio do regime democrático; Considerando que, ao tomar conhecimento do assunto na primeira oportunidade que se me ofereceu no Tribunal, antes de entrar no gozo de licença que dele me afastou por longos meses, sugeri o alívio de, como processo mais expedido e seguro de elaborar a reforma da legislação militar, solicitar ao Congresso Nacional, pelos meios que mais convenientes parecessem, a criação de uma comissão mista que, com as fórmulas regimentais cabíveis, se encarregasse de rever o projeto do Código da Justiça Militar que foi enviado ao Tribunal, com as modificações que julgar necessário fazer, de modo a garantir com a maior brevidade a elaboração das normas de organização dos tribunais militares e seu processo, que são as matérias compendiadas no referido projeto, a fim de satisfazer aos reclamos da opinião pública, diariamente trazidos ao conhecimento deste Tribunal nos pedidos de *habeas-corpus*, em que se alega e se prova a demora na marcha dos feitos e se averigua que essa demora tem por causa única, em centenas de meses, o desfeituoso sistema de processo; Considerando que, não tendo sido objeto de deliberação do Tribunal o alívio aludido, parece agora chegada a ocasião de o renovar, completando-o, pois passados já alguns meses há notícia de que se aproxima o término dos trabalhos da comissão designada pelo Tribunal para rever o projeto do Código da Justiça Militar, enviado pelo Senhor Ministro da Guerra; Considerando, porém, que o Tribunal ainda não estabe-

leceu, em qualquer deliberação tornada pública, o método a seguir no exame, discussão, emenda e votação das modificações sugeridas, de modo a apurar-se qual seja a opinião do Tribunal a respeito delas; Considerando que, parece indispensável tal providência, pois com ela se retifica a prática anterior em que as comissões, constituídas pelo Governo com elementos deste Tribunal, opinavam, afinal, como representantes do parecer do Tribunal, sem que este, por seu estudo ou deliberação, se houvesse manifestado: índice: a) que se publique no "Diário da Justiça" para conhecimento da Nação, como se fêz com o projeto, o trabalho elaborado pela Comissão, com as sugestões que a ela foram apresentadas; b) que se estabeleçam as normas para o exame, discussão, emenda e votação desse trabalho,

de forma a apurar-se a opinião do Tribunal sobre o seu conteúdo; c) que, ao remeter o trabalho definitivo os órgãos constitucionais competentes, encareça o Tribunal a conveniência em se criar no Parlamento uma Comissão mista especial, com a tarefa de elaborar a reforma, não só da organização judiciária e do processo militar constantes do Código da Justiça Militar, mas também, do Código Penal Militar e das normas disciplinares militares vigentes. Rio, 13 de julho de 1949 — *Gomes Carneiro*". O Excelentíssimo Senhor Ministro Presidente, Almirante Azevedo Milanez, determinou que a indicação constasse da ata, remetendo-se a cada um dos Excelentíssimos Senhores Ministros uma cópia da mesma, ficando o assunto em mesa para ser oportunamente discutido".

(Continua)

LOTERIA FEDERAL DO BRASIL

EXTRAÇÕES SEMANAIS ÀS QUARTAS-FEIRAS E

SABADOS, COM PRÊMIOS MAIORES DE

CR\$ 1.500.000,00 A CR\$ 5.000.000,00

ARMAZÉM S. JORGE

DE

F. F. DUARTE

VENDE TODOS OS GÊNEROS DE 1^a NECESSIDADE, ASSIM
COMO BEBIDAS GELADAS, ÓLEO, QUEROSENE, ETC.

Rua Rodrigues Alves, 1052 — Tel. P. S. 1 — Nilópolis — E. do Rio

A LOGÍSTICA NO TEATRO DE OPERAÇÕES

Ten.-Cel. SENNA CAMPOS

A última guerra bem caracterizou o que seja Teatro de operações e Zona do Interior.

A nossa regulamentação, ao dividir um T.O., instituiu a Zona de Combate, a cargo das G.U. combatentes e a Zona de Administração, onde os vários órgãos de Comando e de Serviços e Unidades diversas organizam a Base de Operações.

Ao ser elaborado o Manual C-100-10 foi levado em conta o aspecto físico de nossos prováveis teatros onde os núcleos de recursos estão, em geral, isolados, na vastidão territorial quase que inaproveitável. Daí a Z.A., ao ser compartmentada em três faixas, a mais recuada, em seu interior, pode ter uma ou várias Secções Base e Áreas Administrativas que incluirão as superfícies que não interessem diretamente às operações, aliviando-se, dessa forma, o Comando da Secção Base que se libertará da Administração dessas vastas extensões territoriais.

O aspecto americano da guerra extracontinental é subsídio e não modelo às nossas realizações. A sua organização não considerou os T.O. imediatamente ligados à Z.I., já que tinha o oceano de percurso e as ações adversárias sobre essa Z.I. tendo sido inexistentes, permitiram o trabalho calmo e rendoso de suas fontes de produção e a preparação de suas forças, fora das perturbações decorrentes da ação aérea.

Para os que têm os seus T.O. como prosseguimento da Z.I., a organização de um e de outra constitui obrigação de Governos e escalões diversos de Comando, na preparação das forças, no equipamento do território e na organização do país para as contingências de uma guerra.

A entrada dos americanos na guerra europeia teve início com o desembarque no noroeste africano. E a derrota das forças italo-alemanhas, apertadas entre os seus exércitos de Oeste e os ingleses de Leste assinala uma fase de operações cujo fim consistia, em princípio, na conquista de uma base para o assalto ao continente europeu.

Casablanca, Oran e Argel foram conquistas para as operações logísticas que se iriam processar, não só na recomposição das forças para o reajustamento de G.U., como para a organização de novos contingentes, como o 5º Ex. do qual fez parte a F.E.B., mais tarde, mas que ali surgiu, instruiu-se e lançou-se à invasão da Sicília e da Península italiana.

Oran foi o principal pôrto a serviço exclusivo dos americanos, onde 96 mil homens trabalhavam nas diversas atividades ligadas às operações.

Argel era o pôrto auxiliar dos americanos e o pôrto principal dos ingleses, constituindo outro centro importante, em torno do qual havia grandes depósitos e vários campos de instrução e diversas escolas especializadas.

Mais para leste a disputa de Tobruk por alemães e italianos de um lado e por ingleses de outro, representou a luta, ainda por um objetivo logístico, já que esse pôrto era o único que encurtava a distância para o suprimento e a chegada de reforços, e por isso tão cobiçado pelos con-

tendores. Mais tarde Nápoles, Civitavecchia, Piombino, e Livorno foram outras tantas válvulas de admissão e que se tornaram capitais para alimentar a campanha italiana.

A inexistência inicial dos transportes ferroviários, na Itália, por efeito das destruições, exigiu o emprégo, a fundo, das rodovias; e a conquista e preparação de pôrto após pôrto, foi uma imposição do momento para encurtar distâncias e poupar meios.

A invasão pelo sul da França a cargo do 7º Ex. americano e tropas francesas, com as quais cruzamos nas estradas poeirentas da península italiana, exigiu a conquista de novos portos que desde logo apresentassem condições mais ou menos favoráveis ao apoio das tropas de desembarque.

Toulon e Marselha, eleitos como portos necessários ao empreendimento foram, após a queda da França mediterrânea, as duas portas abertas ao fluxo dos recursos de toda natureza.

A montagem dessa operação foi uma demonstração viva das imposições logísticas sobre os problemas táticos, em face da limitação dos efetivos, da reduzida disponibilidade de meios de toda espécie e para o caso, principalmente, o pouco número de embarcações apropriadas. A reajustagem dos planos processou-se por várias vezes. Com isso, de setembro de 44 a fevereiro de 45, sofreram as operações, na península italiana, pois as restrições no suprimento, especialmente de munições e viaturas, tornaram de certo modo penosa a ação dos combatentes, a ponto de afetar o moral das tropas.

Em todos os teatros de operações o esforço exigido às tropas dos Serviços equiparou-se ao das forças combatentes, dando-lhes igual participação na conquista da vitória. Em nenhuma outra oportunidade houve operações militares mais rápidas e fôrte empregado material mais poderoso.

Nunca exército nenhum avançara com mais velocidade em terra e no ar e sempre recebendo com eficiência o apoio logístico de que necessitava.

A vitória foi ganha por homens que com valentia empregaram as suas armas e se impuseram ao adversário, mas, isso foi possível graças a enormes esforços de outros homens capazes também dos maiores sacrifícios. Tudo foi possível porque rápidas foram as ações, graças ao funcionamento regular dos veículos, a excelência do armamento e à assistência técnica a homens e ao material.

E assim encontravam-se homens nos portos, nas estradas de ferro e percorrendo rodovias; homens manuseando munições em depósitos os mais diversos, construindo instalações, reparando estradas, lançando pontes; homens sujos de graxa sob locomotivas e recuperando viaturas; homens operando telegrafos, telefones e rádios; homens recuperando materiais de toda espécie; finalmente, homens recuperando outros homens.

Para melhor exemplificarmos as atividades logísticas de um T.O. tomemos a maior ação até hoje conhecida na qual americanos e ingleses, após preparação longa e meticulosa lancaram-se ao Continente Europeu, com o firme propósito de aniquilar as forças alemãs, transpondo o Canal da Mancha e inundarem o noroeste francês de homens, materiais e suprimentos de toda espécie, jogando uma cartada surpreendente e obtendo a vitória.

A luz dos dados estatísticos procuraremos bem salientar a importância da logística em um Teatro de Operações e sempre que possível comparar as cifras da I Grande Guerra com as da II Guerra Mundial. Dessa forma iremos cotejar os números de Pershing com os de Eisenhower para julgarmos do desenvolvimento dado ao apoio logístico, na última luta.

Consideremos agora a travessia do Reno, no que diz respeito aos transportes desde a sua preparação até a sua realização.

Embarcações para pontagem	4.600
Material de pontagem	100.000 t
Madeira	1.500.000 m
Aço	64.500 m
Motores portáteis	2.500
Correntes	2.400 m
Arame	95.000 m
Pontões	6.000
Embarcação para navegação	4.400
Homens empregados	75.000
Suprimentos transportados	2.800.000 t
Homens transportados	1.012.000

Vejamos alguns dados sobre o sul da França invadido pelo 7º Ex. e Fôrcas Francesas.

Efetivos	700.000 h
Tonelagem desembarcada	2.600.000 t
Capacidade diária das estradas de ferro	15.000 t

A tonelagem desembarcada em Marselha correspondeu a 80 % do total, em fins de 1944.

Ainda como transporte vejamos os oleodutos:

Oleodutos — Norte	3.850 km
Sul	1.667 km
I GUERRA II GUERRA	
Derivados de petróleo	165.000 t 7.109.000 t
1 para 43	

Temos cuidado do transporte terrestre e não dispomos de dados sobre o vultoso transporte marítimo, mas poderemos focalizar a ação aérea, na parte referente ao transporte aéreo, não na Europa, mas onde teve ele uma aplicação saliente — na BIRMANIA.

A selva intransponível exigiu um largo emprêgo do avião, apesar das condições desvantajosas quanto a segurança, a infra-estrutura e as intempéries.

Vejamos aspectos diversos:

— O lançamento de carga exigiu a fabricação de número grande de pára-quedas e para isso foram levadas da Inglaterra, por via aérea, 400 máquinas de costura.

— O Comando Aéreo n. 1 em certa oportunidade, transportou, em voo noturno, para o interior da Birmânia — 10.000 homens e 1.000 animais de carga, para desembarcarem à retaguarda das linhas inimigas, empregando aviões e planadores, com o fim de perturbar o suprimento adversário.

— A Engenharia, no seu trabalho insano necessitava de equipamento mecânico, no interior da selva e foi a aviação que transportou materiais diversos, inclusive bulldozers, escavadeiras, guindastes e máquinas variadas com as quais abriu estradas e executou obras indispensáveis.

— A 5ª Divisão Indu completa, com seus homens, equipamento, suprimentos, viaturas, mulas e bois de carga foi transportada de longa dis-

tância para tomar parte na luta dando uma demonstração das possibilidades aéreas no transporte de uma G.U.

— Em plena luta na Birmânia, o transporte aéreo tinha tomado tal incremento que, durante meses consecutivos, eram transportadas, em média, 2.000 t diárias.

No mês de março de 1945 foi conseguido um "Record", de 78.250 t e 27.000 h, como o maior acontecimento na história dos transportes aéreos.

— Durante as batalhas de Imphal e Kohima, pelo espaço de 3 meses, foram transportadas 76.000 t de suprimentos e 2 1/2 Divisões com seus homens e equipamentos e efetivo igual de reforço, sendo realizados 8.000 vôos de suprimento.

Na guerra da Birmânia as tropas combatentes, apesar de todas as dificuldades, não sofreram privações de grande monta, porque, no que coube à aviação, os pilotos de suprimento duplicavam suas horas de voo e os estados-maiores trabalhavam dia e noite. O resultado foi uma revolução nos processos de suprir e de combater quase igual a resultante da invenção da máquina a vapor e seu emprêgo nas campanhas militares.

Os exércitos avançavam sob as asas dos aviões e se quisessem parodiaria a histórica frase de Leônidas nas Termópilas, diriam — Combateremos à Sombra.

Regressemos ao Noroeste europeu para apreciar alguns dados referentes a vários serviços.

S.M.B. :

	1918	1944
Número de veículos sendo :	80.400	710.700
— bicicletas	17.577	
— motocicletas	13.784	
Tonelagem útil	68.400	3.965.000
Munições de Artilharia — por peça t	102	436
Consumo médio por Exército nos momentos culminantes t		2.000
Instalações diversas		121
Artigos catalogados		350.000
Perdas de dezembro de 1944 :		
Fuzis	22.259	
Morteiros		7.000
Binóculos, compassos e relógios	13.800	
Caminhões e reboques	10.500	
C. Combate e Viat. blindadas	1.350	

A manutenção, na época atual, quando a motorização é generalizada e o armamento é variado e mais perfeito, torna uma importância invulgar e sendo uma atribuição do comando, exige deste atenções especiais e dos executantes um conhecimento especializado, adquirido na paz e aprimorado na guerra.

Vejamos o vulto da manutenção em um único Exército:

MANUTENÇÃO NO 3º EXERCITO

(fevereiro)

Veículos diversos.....	9.000
Veículos de combate.....	2.500
Armas portáteis.....	20.000
Peças de Artilharia.....	1.800
Aparelhos diversos de Artilharia.....	4.000

E agora consideremos o trabalho da Zona de Administração (Z.A.) no mês de março:

Z.A. — Março:

Armas portáteis.....	82.000
Veículos desmontados para aproveitamento de peças.....	4.400
Veículos reparados.....	30.000

TRANSMISSÕES

As transmissões tiveram um desenvolvimento extraordinário sem precedentes, na História Militar.

A adaptação das rôdes existentes e o lançamento de outros meios, exigiram esforço sobre-humano.

Paris concentrou a rôde de comunicações.

A Central de Paris e a da Z.A. apresentam os seguintes dados:

CENTRAL DE PARIS

Km de linhas.....	153.000
N. de circuitos telefônicos.....	740
Chamadas telefônicas diárias.....	25.000
Palavras por dia.....	250.000
Teletipos.....	82
Circuitos rádio.....	13
Ligações diárias com Washington.....	1.000
(mensagens)	

CENTRAL DA Z.A.

Mensagens diárias.....	75.000
Número de palavras.....	1.750.000

Vejamos o vulto do material:

Artigos catalogados.....	31.000
Material desembarcado.....	200.000 t

S. Eng:

A Engenharia, na última guerra, levou a palma, indiscutivelmente, nas atividades diversas do campo de batalha. Não fôsse o seu trabalho multifórm, as operações teriam perdido a sua maior característica — a mobilidade, que permitiu ações rápidas e violentas.

A sua atuação nos portos, nos transportes terrestres e aéreos, na travessia de cursos d'água, nas construções diversas e em outros e variados misteres, foi sem dúvida a pedra de toque da vitória final.

Os 60 tipos de unidades diferentes executaram os seguintes trabalhos :

Estacionamentos
Hospitais
Depósitos
Campos de Aviação
Rodovias
Ferrovias
Oleodutos
Pontes
Canais
Levantamentos topográficos
Impressões de cartas
Informações técnicas
Estudo de recursos naturais
Camuflagens
Suprimento d'água
Campos de Minas

Vejamos o seu trabalho nas *Vias Terrestres* :

Vias férreas — Construção :

Em 30-VIII-1944.....	1.350 km
Em fins de 1944.....	9.900 km

Depois da queda de Antuerpia — Reparação :

Linhos simples.....	5.600 km
Linhos duplas.....	7.600 km
Pontes ferroviárias.....	240

O S. Eng., em proveito do tráfego rodoviário, fez ainda os seguintes trabalhos :

Pontes.....	223
Estradas em tráfego — Jan. 45.....	3.800 km
Réde em tráfego — Abril 1945.....	13.500

Quanto a instalações diversas, em fins de 1944, temos :

Instalações para :

Prisioneiros de guerra.....	300.000 h
Depósitos cobertos.....	5.500.000 pés ³
Depósitos a céu aberto.....	64.000.000 pés ³
Frigoríficos para alimentos.....	13.000 t

Ainda como função do S. Eng. a impressão e distribuição de cartas, apresenta :

Em 1944 — para invasão.....	125.000.000 exemplares
Enviados dos EE.UU. mensalmente.....	867 toneladas

O papel da Engenharia cada vez mais se agiganta, no desenvolvimento das operações militares e infelizmente, entre nós, as suas possibilidades são bem reduzidas, pois, tudo temos que fazer para tornar a

Arma-Serviço, uma organização compatível com as necessidades presentes.

Vimos o seu trabalho para dar ao tráfego quase 10.000 km de novas linhas férreas. E, para manter as rodovias em condições de permitir o tráfego da "Bola Vermelha", empregar 5 Regimentos de Serviços Gerais, com um efetivo de 6.000 homens.

Só o emprêgo do equipamento mecânico nos trabalhos correntes, facilita essas possibilidades, marcando uma época de aperfeiçoamento e de grande rendimento nas construções a seu cargo.

S. Int. :

Vejamos alguns dados sobre S.I. :

Alimento — Fardamento e Equipamento individual.

Os americanos, com justo orgulho, consideravam a sua tropa, como a mais bem alimentada e bem vestida, de quantos fizeram a guerra. Enquanto os alemães pregavam à sua gente — *fuzis ou manteria* —, querendo dizer que o aumento de um implicava na diminuição do outro artigo, os americanos, com sua máquina formidável, desembarcavam, ao mesmo tempo, em quantidades surpreendentes, todos os artigos de que necessitavam as suas tropas.

Até 31 de maio de 1945 apresentavam os seguintes dados:

Depósitos de combustíveis e lubrificantes	55
Depósitos de classes I e II.....	66
Roupa lavada — peças.....	44.000.000
Peças recuperadas.....	44.000
Pares de meia distribuídos.....	31.500.000
Suplementos (até 10-III-45).....	96.000

Pessoal utilizado:

Oficiais e praças.....	120.000
Civis.....	41.000
Prisioneiros de guerra.....	72.000

Combustíveis:

Carvão para as tropas — consumo diário..	1.000 t
Carvão para energia — consumo dia só em	
Paióis.....	26.000 t

SERVIÇO DE SAÚDE

A ciência médica progrediu de modo notável na assistência preventiva e na recuperação do combatente.

As perdas na I Grande Guerra foram na razão de 8 % de homens entregues ao Serviço de Saúde. Já na II Guerra Mundial o S.S. perdeu, entre seus assistidos sómente metade ou seja 4 % dos homens sob os seus cuidados. E isso deve-se:

- Abnegação do pessoal
- Aperfeiçoamento da cirurgia
- Empreço da penicilina
- Empreço do plasma sanguíneo

As moléstias venéreas entraram com uma grande percentagem, nas estatísticas dos baixados. Assim no T.O. europeu:

1918 — 6.770.000 casos	18.000 por dia
1944 — 222.000 casos	696 por dia

Vejamos o balanço geral nas duas guerras:

MOLESTIAS	1917 — 1919	1942 — 1943
EFETIVOS	2.084.500	3.806.500

Mortes por:

Pneumonia	18.047	70
Meningite	1.163	64
Gripe	808	1
Apendicite	106	5
Febre tifóide	166	0
Septicémia	180	11
Peritonite	129	9
Nefrite	136	11
Escarlatina	69	2
Outras enfermidades	1.840	541
 SOMA	 23.238	 741

Esses dados, por si sós, provam cabalmente a vitória da ciência sobre os males capazes de roubar a vida aos que se expõem diariamente aos imprevistos da sorte.

Nos dias que correm, o pessoal do Serviço de Saúde está exposto aos azares da luta, desde a primeira linha até os seus órgãos mais recuados.

Em maio de 1945 estavam em ação:

Pessoal	245.400
Baixas	13.174 sendo 2.274 mortes

EVACUAÇÕES

Por ar para os EE.UU.	20.585
Por ar para a Inglaterra	199.839
Por mar para a Inglaterra	145.852
Por mar para os EE.UU.	122.274
 SOMA	 488.550

SERVIÇO ESPECIAL

Publicações:

Bandeira norte-americana em maio de 45 — Semanal	1.200.000 ex.
A Semana da Guerra — Suplemento ilustrado da	
Bandeira	500.000 ex.
Charlas da Guerra (Instrução de pequenas unidades)	300.000 ex.
 Rádios	 (estações) 40
 Filmes de Guerra	 5.000

CRUZ VERMELHA

Clubes.....	400
Camas.....	50.000
Refeições (6 meses)	30.000.000
Xícaras de café (6 meses)	11.000.000
Espetáculos	9.000

SERVIÇO RELIGIOSO

Capelães em ação.....	2.797
Capelães mortos e feridos.....	90

SERVIÇO POSTAL

1918 — 1944

EFETIVOS	1.870.000	2.714.635
Cartas expedidas.....	76.000.000	169.000.000
Cartas recebidas.....	92.000.000	265.000.000

RECOMPLETAMENTOS

Provenientes da Z.I.....	536.000
Recuperados dos Hospitais.....	703.000

PERDAS	I Guerra	II Guerra
	261.300	554.031
Infantaria.....	81 %	75 %
Artilharia.....	5,1 %	5,4 %
Engenharia.....	3,9 %	3,03 %
Saúde.....	—	2,47 %
Fórças Mecanizadas.....	—	1,01 %
Outras.....	6,3 %	3,75 %

"A DEFESA NACIONAL" recomenda a seus leitores, pela excelência dos produtos que podem oferecer e pela aprimorada organização com que se apresentam, além das anunciadas noutros locais desta Revista, mais as seguintes CÁSAS ou FIRMAS:

RIO DE JANEIRO

Escola de Comércio e Ciências — Rua 1º de Março, 97 — 1º andar —
Tel. 23-4686

Anderson Clayton & Cia. Ltda. — Caixa Postal, 915

Cotonifício Rodolfo Crespi S/A — Rua da Conceição n. 31-sala 405

Cia. Vale Rio Doce — Av. Presidente Wilson n. 164

INFANTES ENLATADOS

Artigo do Tenente-Coronel MORGAN G. ROSEBOROUGH, publicado no Armored Cavalry Journal de março e abril de 1949, traduzido pelo Capitão ACHILLES GALLOTTI KEHRIG, da D.A.

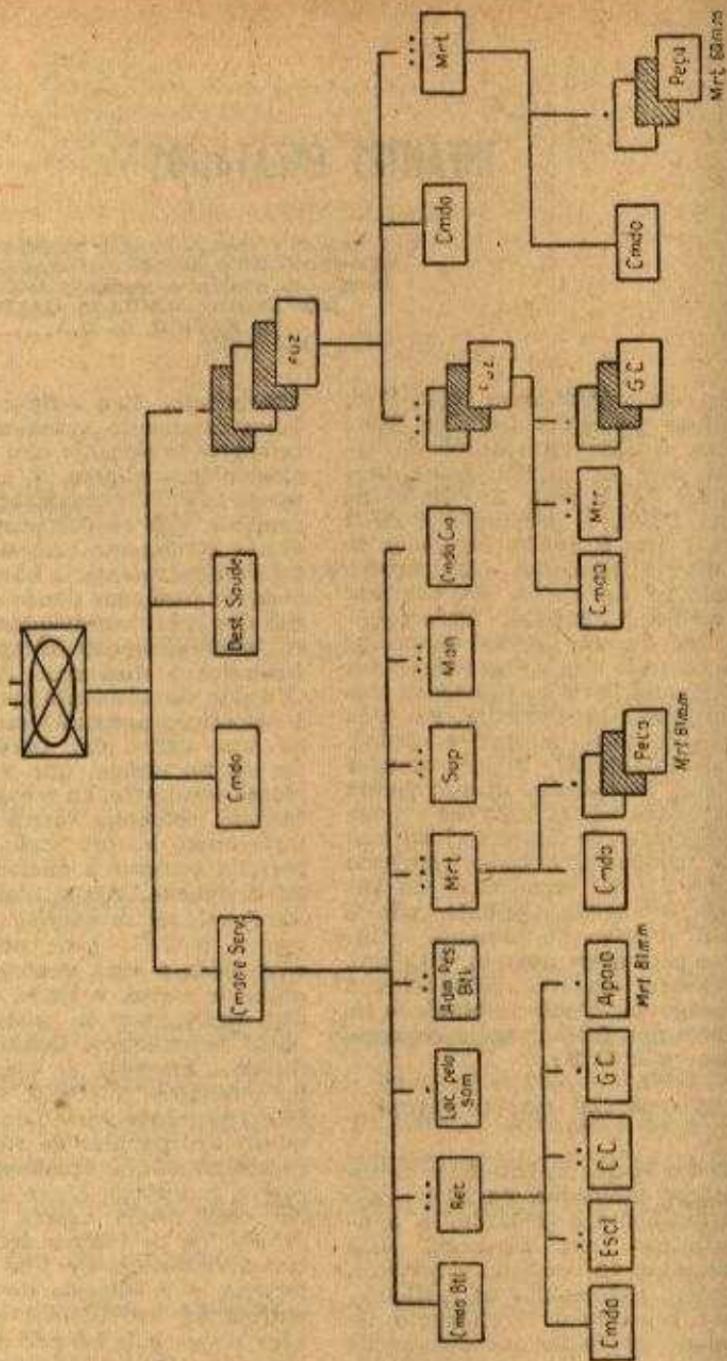
Ao se organizarem em 1940, as duas primeiras Divisões Blindadas, a Infantaria Blindada estava para os carros, numa proporção de 1 para 3. Hoje, na atual D.B., a proporção é de 1 para 1, isto é, quatro batalhões de infantaria blindados para quatro batalhões de carros de combate (3 médios e 1 pesado). Para aquêles que durante algum tempo, se têm ocupado com a organização das mais novas Divisões Blindadas, não é surpresa esta tendência. Por toda parte ouvia-se sempre o grito: "mais infantaria", e para atender a estes incessantes apelos, foram idealizadas várias soluções. Nossa experiência de guerra justificou esta tendência, e como resultado temos a atual organização da Divisão Blindada. Contudo, não é nosso objetivo no presente artigo prosseguir neste assunto, mas sim, apresentar algumas idéias sobre o emprego da infantaria blindada no âmbito dos destacamentos organizados pela D.B.

COMPOSIÇÃO DOS DESTACAMENTOS

Todos os quatro batalhões de infantaria blindados da D.B. são idênticamente organizados e compreendem: um comando, uma companhia de comando e serviços, e quatro companhias de fuzileiros. Estas constituem o elemento de combate, enquanto que o comando e a companhia de comando e serviços, fornecem os meios para o exercício do comando, apoio logístico e de fogos, segurança e reco-

nhecimento. Ver a figura. Entretanto raramente veremos o B.I.B. combatendo sómente com estes seus elementos orgânicos. É um princípio já aceito na organização para o combate, que os destacamentos de armas combinadas constituídos de carros e de infantaria blindada, devem ser formados pondo à disposição dos B.I.B. companhias de carros, e idênticamente, companhias de fuzileiros à disposição dos B.C.C. O valor do elemento que se põe à disposição pode não ser na base de um para um, porém, deve ser de tal ordem, que o destacamento resultante, ou o batalhão reforçado, contenha carros e infantaria numa tal proporção, que lhe permita cumprir a missão que lhe foi designada. Assim, numa situação favorável ao emprêgo dos carros, o B.C.C. pode permanecer com todas a suas quatro companhias de carros, e ainda, ter à sua disposição uma ou mais companhias de fuzileiros. Quando for indicado o emprêgo de um batalhão de infantaria blindado, reforçado, este permanece com todas as suas quatro companhias de fuzileiros e recebe uma ou mais companhias de carros, que ficam à sua disposição. Na constituição desses batalhões reforçados, os fatores determinantes são naturalmente: a missão, o terreno, e a situação do inimigo; entretanto, acreditamos que também somos guiados por dois princípios a saber: 1º, deve sempre existir alguns carros nas proximidades da infantaria blindada e vice-versa; 2º, os batalhões devem

BATALHÃO DE INFANTARIA BLINDADO



ser mantidos como unidades independentes e não adidos uns aos outros. Orientados pelo que acima foi dito, o comandante do grupo-mamento tático blindado pode organizar estes batalhões reforçados como desejar, isto é, tendo como base quer os batalhões de carros de combate, quer os de infantaria blindada, de que disponha no momento. Da mesma forma, pode-se organizar companhias reforçadas, no âmbito dos batalhões reforçados, pondo à disposição das companhias de fuzileiros, companhias ou pelotões de carros, e vice-versa. Como resultado, temos uma série de destacamentos de armas combinadas a partir do escalão pelotão.

Os batalhões de carros e de infantaria blindados perdem desta maneira, algumas de suas próprias características; cada um tende a se tornar simplesmente uma fração dos destacamentos superiores constituídos no âmbito da divisão blindada, a fim de levar o combate ao inimigo. É pois evidente que, quer as guarnições dos carros, quer os infantes blindados, cada qual no seu escalão, necessitam estar inteiramente familiarizados com o outro e que, mediante uma instrução conjunta, devem desenvolver a cooperação e coordenação, que será necessária para assegurar seu emprégo com êxito nesta ação combinada.

EQUIPAMENTO

Inteirados agora, de que o objetivo dêste trabalho mais se aproxima do emprégo do destacamento de combate, do escalão superior ao do batalhão de infantaria, vamos examinar parte do equipamento que lhe permite cumprir sua missão. É ele equipado com o armamento de que dispõe a infantaria, armamento esse que nós já conhecemos: fuzis, carabinas, fuzis metralhadoras, submetralhadoras, metralhadoras leves e pesadas, calibre .30, morteiros de 60 e 81 mm, metralhadoras calibre .50 e lança-rojão. Para proporcionar mobilidade à infantaria blindada dispõe ela do carro blindado M-44, transporte de pessoal, o qual é dis-

tribuído a cada grupo de combate ou fração equivalente. Trata-se de uma viatura blindada, inteiramente sobre lagarta, o que lhe dá uma mobilidade comparável a dos carros, tornando-a capaz de atravessar os mesmos terrenos e obstáculos, como o fazem os carros que a acompanham. Outra importante característica desta viatura, é de que ela dispõe de uma leve proteção blindada em todas as direções e na sua parte superior. Esta blindagem, suficientemente espessa para proteger sua guarnição contra os tiros das armas portáteis e dos fragmentos dos projéctis, faz com que a infantaria blindada possa acompanhar a progressão dos carros, através do fogo das armas portáteis e da artilharia.

MEIOS DE CONTROLE

Certamente que estas potências de fogo e mobilidade precisam ser controladas. Para isso dispõe o B.I.B. de dois sistemas de transmissões: um para funcionar quando embarcado e, o outro para o combate a pé. Quando embarcado, as unidades de infantaria blindada comunicam-se com os carros e com outras unidades, por meio dos aparelhos de rádio SCR — 509, 510, 508 e 528. Estes aparelhos são comuns tanto aos carros como à infantaria blindada; no B.I.B., quase todas as viaturas dispõe destes aparelhos, inclusive aquelas distribuídas aos grupos de combate e frações equivalentes. Assim, enquanto a infantaria progride embarcada nos seus transportes blindados, dispõe de um amplo sistema de transmissões. Quando a pé, emprega para estabelecer suas comunicações os aparelhos SCR — 509, 300 ou 536, ou qualquer outro aparelho com as mesmas características destes. O SCR — 509, distribuído desde o escalão batalhão, até o grupo de combate, permite a comunicação com os carros (SCR — 510, 508 e 528) porém, é um pouco pesado para o emprégo continuado no combate a pé. O SCR — 300 (distribuído ao Cmdo. e Cia. de Cmdo. e Serviços) pode entrar em rede com o AN VRC — 3,

de que é dotado todo carro. O SCR — 300 é mais portátil do que o SCR — 509 e pode ser, normalmente, empregado no combate a pé, quer no âmbito do batalhão de infantaria blindada, quer para ligar-se com os carros à sua disposição. O SCR — 536, o mais portátil de todos os tipos, é indicado para comunicações no interior das companhias, pelotões de fuzileiros e pelotões de morteiros. Não pode entrar em rede com qualquer dos rádios de que dispõe os carros e tem alcance limitado. Estes meios de transmissões acima citados são naturalmente ampliados pelo emprego de outros processos especiais fixados para cada operação particular, e pelos agentes de ligação. Em complemento, todos os meios de transmissões são complementados pelo contacto pessoal e pela ligação mantida em todos os escalões, por seus comandantes.

POSSIBILIDADES

Vimos que o B.I.B. é uma unidade que possui potência de fogo, mobilidade sob proteção blindada e um adequado e flexível sistema de transmissões. Vamos agora examiná-lo em relação às unidades de carros, com as quais atua tão intimamente. Por que são, estas duas armas, capazes de constituir um destacamento tão homogêneo?

Que poderá fazer uma delas melhor que a outra, e por que é conveniente ter as duas atuando juntas num mesmo destacamento? Inicialmente, possuem os carros maior potência de fogo, proteção blindada e ação de choque do que a infantaria blindada. Estas características fazem com que eles possam levar, da forma mais conveniente, o combate ao inimigo, quando as condições são favoráveis a seu emprego.

Quando, então, não podem os carros realizar sózinhos tal missão? Primeiro, porque eles são altamente sensíveis às condições do terreno e, uma vez perdida sua mobilidade, nada mais são do que um poderoso engenho. Ainda mais, os carros necessitam de uma ade-

quada observação, pois são altamente vulneráveis às medidas individuais anticarro aproximadas, e não são indicados para o combate aproximado com a infantaria inimiga. Por sua vez, a infantaria blindada, conquanto careça de maior potência de fogo e proteção blindada, é altamente versátil.

Pode ser empregada quer embarcada, quer no combate a pé. É esta a principal razão da existência da Divisão Blindada em vez de se adotar um tipo de Divisão Universal. Quando combatendo a pé, perde a infantaria blindada muito da sua sensibilidade às condições do terreno. Sómente os grandes obstáculos naturais afetam seriamente sua mobilidade. Então, quando os carros, por causa do terreno, perdem sua capacidade manobreira, pode a infantaria blindada, em ação a pé, vencer o obstáculo do terreno à sua frente e, restituir aos mesmos sua mobilidade. Assim que os carros começam a cerrar sobre o inimigo, tornam-se altamente vulneráveis às medidas anticarro aproximadas, e perdem sua eficiência contra o pessoal localizado em suas imediações. Cabe então à infantaria blindada desembarcar novamente, a fim de prover a segurança imediata, e engajar-se no combate aproximado, o que é necessário para efetuar a captura, limpeza e manutenção do terreno conquistado. Vimos pois de maneira evidente que os carros e a infantaria blindada são membros complementares do destacamento; que cada um deles apresenta limitações que são compensadas pelas possibilidades do outro. Também é evidente que a infantaria blindada necessita ser transportada em viaturas que tenham a mesma mobilidade que os carros, e que apresentem alguma proteção blindada. Finalizando estas considerações, vemos pois que a infantaria blindada necessita empregar este tipo de transporte, e estar localizada em relação aos carros de tal forma, que possa ser imediatamente engajada na ação a pé, como foi mencionado acima.

MISSÃO PRINCIPAL

Até aqui mostramos a infantaria blindada em missão de acompanhamento ou seguindo aos carros, engajando-se no combate aproximado, desembarcada, quando necessário. Poderia alguém perguntar: Não pode, em algumas situações, a infantaria blindada cumprir a missão principal apoiada pelos carros? Resposta é que naturalmente, isto é possível. Quando o terreno ou o objetivo apresenta-se de tal forma, que a infantaria blindada possa, em ação a pé, melhor levar o combate ao inimigo, é ela então empregada desta forma. Tais situações ocorrem quando os bosques ou o terreno fechado, tornam virtualmente impraticável o tiro com o canhão do carro, ao mesmo tempo que este se torna vulnerável às medidas anticarro aproximadas. Também em zonas edificadas ou em cidades, os compositos de tiro dos carros são limitados e eles se tornam novamente vulneráveis às armas anticarro de pequeno alcance. Quando os cursos d'água, campos de minas ou obstáculos semelhantes, restringem a mobilidade dos carros é a infantaria blindada empregada na missão principal, até que o obstáculo possa ser vencido, e assim, restaurada a mobilidade dos carros. Em todas estas missões, ações predominantemente de infantaria blindada, os carros são empregados em missão de apoio. Dão eles apoio com tiros diretos e, proporcionam proteção anticarro e outras medidas de segurança à frente, nos flancos e retaguarda. Vimos assim que o terreno e a espécie de resistência oferecida pelo inimigo, são os fatores determinantes, que devem ser levados em consideração pelo comandante do G.T.B., na organização de seus batalhões reforçados e ao dar-lhes missões.

TRANSPORTE

Tivemos até agora oportunidade de falar sobre o que e o porque; e sobre o como? Ao se organizarem estes destacamentos de armas combinadas, constituídas por

carros e infantaria blindada, como cumpre esta a missão de apoio aos carros, ou realiza a missão principal com apoio dos carros? Inicialmente vamos fazer um estudo dos meios de transporte da infantaria blindada. Normalmente, ela é transportada em suas viaturas blindadas, acompanhando ou seguindo de perto aos carros, até que estes se aproximem do objetivo e comecem a cerrar sobre o inimigo. Então, a infantaria desembarca e cumpre sua missão a pé. Raramente, quando é necessário aliviar o tráfego das estradas ou poupar gasolina, ou, por qualquer outro motivo, se deseja diminuir o número de viaturas em uso, a infantaria blindada pode ser conduzida sobre os carros. Quando se emprega este meio de transporte, ela se torna altamente vulnerável ao fogo da artilharia, das armas portáteis, e a única vantagem que o processo apresenta é o transporte que lhe porporcionam os carros. Quando os objetivos estão localizados a curta distância ou o terreno, ou qualquer outro fator, condanam o emprégo das viaturas blindadas da infantaria, esta pode realizar todo seu ataque a pé. Em resumo, a infantaria blindada é normalmente transportada embarcada em suas viaturas orgânicas até se aproximar do objetivo ou cerrar sobre o inimigo, e raramente o é embarcada nos carros, ou a pé. Em todos os casos, entretanto, ela desembarca ao cerrar sobre o inimigo.

ATAQUE

Um batalhão de infantaria blindado, reforçado, ao se preparar para um ataque, distribui seus elementos normalmente em dois elementos: uma base de fogos e uma força de manobra. Todos os elementos que o terreno e a situação inimiga possam permitir, são designados para constituir a força de manobra. Os elementos que não fazem parte desta, podem ser colocados na base de fogos. Esta, é constituída principalmente de artilharia, morteiros e outras armas de apoio podendo ser in-

cluidos alguns carros e elementos de infantaria blindada que não façam parte da força de manobra. Em alguns casos, pode-se acrescentar um terceiro elemento, isto é, uma reserva. Esta é constituída quando houver flancos expostos ou, quando existir alguma ameaça de contra-ataque. Os carros e a infantaria blindada da base de fogos, podem igualmente constituir esta reserva, uma vez que não tenham sido engajados tão profundamente, de forma a impedir seus movimentos. Numa missão ofensiva são feitos planos para o emprego das tropas da base de fogos ou da reserva, durante o desenvolvimento do ataque. Os carros à disposição do B.I.B., são normalmente empregados com o elemento de manobra; entretanto, os fatores reais que orientam o comandante do grupamento tático na organização de um batalhão de infantaria reforçado, podem limitar o emprego dos carros durante as primeiras fases do ataque. Neste caso, estes são colocados na base de fogos ou com a reserva, para serem lançados no ataque logo que for indicado. Se o terreno e a situação permitirem, os carros do elemento de manobra podem atacar na testa, sendo imediatamente seguidos ou acompanhados pela infantaria blindada, embarcada em suas viaturas. Esta acompanha os carros, só não o fazendo quando a ação dos carros inimigos ou o fogo anticarro, mostra ser imprudente expor suas viaturas. Quando ela segue os carros, e desloca-se por lanços, seguindo-os tão de perto quanto permitam o terreno e o inimigo, isto é, de forma a estar abrigada dos carros e do fogo anticarro inimigo. Quer num caso quer no outro, a infantaria blindada desembarca sempre que uma ação a pé seja necessária, para auxiliar aos carros em seu ataque e, embarca rapidamente, a fim de continuar em sua missão, logo que estes possam retomar a progressão. Quando o terreno e a situação não permitem que os carros ataquem na testa, a infantaria blindada o

faz a pé. Neste caso, os carros, inicialmente, apóiam o ataque com tiros diretos e, logo que a infantaria se aproxime do objetivo, e após ter removido qualquer obstáculo ao movimento dos carros, aberta uma brecha ou cabeça de ponte, estes a ultrapassam e assaltam o objetivo à frente da infantaria. Em situações semelhantes, podem os carros aproximar-se do objetivo partindo de uma direção diferente daquela seguida pela infantaria, isto se forem encontradas vias de acesso para aqueles, quer num ou em ambos os flancos. Neste caso os carros e a infantaria blindada podem então assaltar simultaneamente o objetivo, de duas ou mais direções. Finalmente, quando o terreno ou qualquer outro fator, não permitem de modo algum o movimento dos carros, estes juntamente com a infantaria blindada podem apoiar o ataque, sómente pelo fogo. Para ilustrar estes princípios, consideremos uma situação hipotética, na qual é dado a um batalhão de infantaria blindado, reforçado, constituído por três companhias de fuzileiros e uma de carros médios, a missão de atacar através de um campo de minas e conquistar uma elevação. Inicialmente o comandante do B.I.B. certamente designará duas ou três companhias de fuzileiros, apoiadas por elementos do batalhão de engenharia blindado, para efetuarem a abertura de uma brecha no campo de minas e estabelecerem uma cabeça de ponte à frente do mesmo. Durante esta fase, os carros apóiam com tiros diretos sobre os objetivos designados ou, sobre aqueles que surjam, e proporcionam a proteção nos flancos e retaguarda. Uma vez efetuada a abertura do campo de minas, a companhia de carros, em conjunto com elementos da infantaria blindada não engajados nesta operação, progridem através da mesma e realizam o assalto sobre a posição inimiga, localizada na elevação. Todas as três companhias de fuzileiros podem ter sido engajadas na operação de abertura da brecha do campo de minas;

neste caso uma ou mais delas embarca rapidamente em suas viaturas (as quais seguem os carros), prosseguem embarcadas no ataque até alcançar o objetivo e, então, juntamente com os carros, cerram sobre o inimigo.

DEFENSIVA

A infantaria blindada desempenha, igualmente, uma importante missão na defensiva. Os mesmos princípios que regem a organização dos destacamentos de carros e infantaria blindada são aqui observados.

Existem dois tipos de defensiva que são empregados pelos elementos da Divisão Blindada: a organizada e a móvel. O primeiro tipo é semelhante àquela empregada pela Divisão de Infantaria. Consta de uma linha principal de resistência, tendo à sua frente elementos de segurança e a retaguarda uma reserva. Sua missão é retardar e destruir pelo fogo as forças inimigas, assim que elas se aproximam da L.P.R.; detê-las à frente da mesma por meio de uma concentrada barragem de fogos de proteção final; repeli-las no combate aproximado ou expulsá-las por meio de contra-ataques, executados pela reserva, se o inimigo penetrar na posição. Neste tipo de defensiva cabe, normalmente, à infantaria blindada garantir a L.P.R., apoiada por carros, aos quais cabe a missão anticarro da L.P.R. e ainda, dar profundidade à posição e constituir a reserva encarregada dos contra-ataques. Aqui, é a infantaria blindada novamente empregada a pé, sendo suas viaturas mantidas em áreas de reunião localizadas à retaguarda da posição defensiva. Na defensiva móvel temos como características: mobilidade, potência de fogo e ação de choque, características essas inerentes às unidades blindadas. Consta da defesa de uma área por meio da manobra e do contra-ataque. É organizada em dois escalões: uma li-

nha de postos avançados e uma reserva. Aquela é constituída por um certo número de pelotões de fuzileiros e de carros, colocados em posições que tenham bom comando sobre a área a defender, e que bloqueiem os mais prováveis eixos de aproximação do inimigo. Cabe a este escalão lançar postos de observação (à noite, postos de escutas) à frente de suas posições a fim de obter, o mais cedo possível, observação sobre o inimigo. A missão da L.P.R. é retardar, destruir, iludir o inimigo, enquanto ele se aproxima. Para que se tenha êxito é colocada uma forte reserva atrás desta linha, do valor de 1/2 a 2/3 da força total. Esta reserva prepara planos de contra-ataques e, enquanto o inimigo se aproxima da posição, manobra para colocar-se na melhor posição, a fim de poder desfilar um golpe decisivo sobre ele. A maior parte da infantaria blindada é colocada na L.P.A., e a dos carros na reserva. Assim, no âmbito de um G.T.B. encontramos o batalhão de infantaria blindado, reforçado, ocupando a L.P.A., e os carros de apoio sendo empregados principalmente na missão anticarro. Uma fração da infantaria blindada pode ser posta à disposição do B.C.C. da reserva, a fim de completar a organização dos destacamentos de armas combinadas daquela força, tudo de acordo com os princípios por nós tratados anteriormente ao falar do seu emprégo na ofensiva.

CONCLUSÃO

Do que acima foi dito, podemos concluir que o batalhão de infantaria blindado é indiscutivelmente um dos principais destacamentos de combate; que o comandante do batalhão, quer de carros, quer de infantaria, blindado deve estar, a qualquer momento, preparado para ter sob seu comando algumas companhias da outra unidade; e finalmente que o batalhão de infantaria blindado, reforçado, pode ser empregado quer como força assaltante, quer em missão de apoio.

EMPRÉSIA DE ÔNIBUS
PÁSSARO MARRON

RUA GOMES CARDIM, 163

FONE, 9-4520 — CAIXA POSTAL, 8003

End. Teleg.: "PASSAROMARRON" — SÃO PAULO

LINHA SÃO PAULO — GUARATINGUETA

Saídas de São Paulo para Guaratinguetá: 6,00 — 7,00 —
 8,00 — 9,00 — 10,00 — 12,00 — 13,00 horas
 Saídas de Guaratinguetá para São Paulo: 6,00 — 8,00 —
 9,00 — 10,00 — 12,00 — 13,00 — 14,00 horas

LINHA GUARA — ITAJUBÁ

Saídas de Guará para Itajubá: 7,40 — 14,40 — 15,40 horas
 Saídas de Itajubá para Guará: 5,30 — 7,30 — 15,00 horas

LINHA RIO — APARECIDA

Saídas do Rio para Aparecida: 6,35 horas
 Saídas de Aparecida para o Rio: 7,45 horas

LINHA SÃO PAULO — TAUBATÉ

Saídas de São Paulo para Taubaté: 15,00 — 16,30 horas
 Saídas de Taubaté para São Paulo: 5,40 — 6,30 horas

LINHA SÃO PAULO — SÃO JOSÉ

Saídas de São Paulo para São José: 6,30 — 8,30 — 11,30 —
 14,00 — 18,00 horas
 Saídas de São José para São Paulo: 6,00 — 10,00 — 14,30 —
 16,30 — 18,00 horas

LINHA SÃO JOSÉ — GUARA

Saídas de São José para Guará: 7,00 — 14,30 — 16,30 horas
 Saídas de Guará para São José: 7,00 — 11,30 — 15,00 horas

LINHA TAUBATÉ — GUARA

Saídas de Taubaté para Guará: 6,00 — 7,00 horas
 Saídas de Guará para Taubaté: 17,10 — 19,00 horas

LINHA GUARA — CRUZEIRO

Saídas de Guará para Cruzeiro: 6,20 — 10,10 — 11,20 — 13,40
 — 15,00 — 17,00 — 18,30 horas
 Saídas de Cruzeiro para Guará: 6,00 — 8,00 — 10,20 — 12,20
 — 13,00 — 15,20 — 17,00 — 19,00 horas

N.B. — Mantemos diversos horários entre Guará e Lorena

UM CAIXÃO DE AREIA PARA O SEU PELOTÃO

2º Tenente FERNANDO CESAR GONÇALVES

Não há dúvida de que o caixão de areia é um dos melhores auxiliares que você pode ter para os suas instruções de tática de unidades elementares, combate, manejabilidade, fortificações sumárias, formações de combate, topografia e serviço em campanha.

Além de ser fácil sua construção, ele atrai a atenção dos instruendos que ficam absortos a contemplá-lo como crianças diante de um presépio.

Você pode começar a construí-lo desde já. Vejamos como fazê-lo.

1) *O Caixão*: Embora você possa construí-lo com tábuas, procure dar antes no almoxarifado uma busca, talvez lá você possa encontrar algum estrado de madeira desses que geralmente servem de apoio para mesas ou escrivaninhas. Estes estrados servirão perfeitamente para o que se deseja. Não se apegue muito a medidas, as dimensões variarão conforme o tamanho do trecho a representar. Escolha um estrado ou um caixão bom e resistente com uma dimensão mínima de 1,20 x 1,20 x 0,15 m de altura, medidas menores que estas dificultarão o seu trabalho.

Procure ver se as tábuas que formam o fundo estão bem unidas a fim de que a terra não venha a cair pelos intervalos que porventura existam. Como suporte construa cavaletes ou então utilize uma mesa velha.

2) *A Areia*: De preferência não escolha areia de rio ou mar, porque ambas não darão uma consistência satisfatória. Qualquer terra argilosa é muito boa, principalmente o sabro e a tabatinga. Caso você encontre dificuldade em consegui-la use a terra comum misturada com

gesso (cerca de 1/3) e você ficará com uma boa massa para modelar. Tenha cuidado em peneirar bem qualquer que seja o tipo usado.

3) *Material e Ferramentas*: Um caixote, onde você fará a mistura, da terra com o gesso, ou então onde colocará a terra com que vai trabalhar; uma pá portátil, um rôlo como o que se vê na figura (1), duas carretilhas como as da figura (2), uma pá de pedreiro para auxiliá-lo na modelagem, um regador a fim de molhar a terra e um socador que você fará amarrando à extremidade de um pedaço de pau, uma bucha de pano.

Preliminares da Execução: Compare as dimensões da área a representar com as do seu caixão e estabeleça a escala. Não represente as elevações nesta mesma escala pois os acidentes quase que não aparecerão. Procure uma escala bem maior para as elevações. Tenha então duas escalas, uma horizontal e outra vertical.

Se a escala da carta que você tem é muito pequena faça uma ampliação do trecho a representar, porém se você tiver tempo para fazer um croquis, um levantamento rápido do terreno a reproduzir, o resultado será bem melhor.

Marque na sua carta ou no seu croquis os pontos dominantes e vá para lá, observar o terreno, não só para atualizar a sua carta como também para se familiarizar com o trecho a representar.

Se você puder tire fotografias das partes mais difíceis para representar tendo o cuidado de anotar na carta o local onde você as tirou e o trecho abrangido. O ideal será você bater as chapas fazendo um

giro de horizonte e depois de reveladas superpô-las.

Apesar de ser difícil, veja se consegue alguma fotografia aérea da região, ela auxiliá-lo-á bastante.

Fique de posse do maior número de meios que evitem a ter você de estar indo a miude ao terreno. Não procure no entanto presumir, qualquer dúvida deve ser sanada com uma ida ao local.

Comêço da Modelagem: Coloque em todo o caixão uma camada de terra de uns 0,10 m de altura. Daí para cima é que será feito o modelado. Quadricule o seu croquis e respeitando a escala horizontal do caixão faça nêle uma quadriculação idêntica utilizando para isso barbante, pregado às bordas do caixão.

zer com que a terra fique o mais consistente possível. Tenha a certeza de que não esqueceu de colocar nenhum acidente.

Convenções: A seguir você encontrará algumas idéias que ajudarão na confecção de algumas convenções.

Casas — corte de uma tábua vários blocos de madeira como mostra a figura (3), as dimensões variarão conforme o tamanho da casa a representar. Corte pedaços de cartolina vermelha sobre-os ao meio e cole-os sobre os blocos, a fim de dar o formato dos telhados.

Na confecção das convenções você poderá usar qualquer tipo de cola, há porém uma que lhe dará maior consistência e secará mais

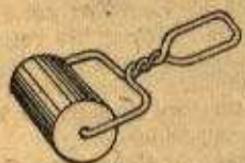


FIG. 1

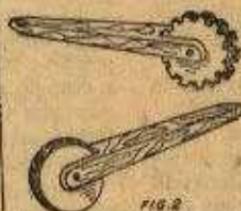


FIG. 2



FIG. 3

Corte varinhas com o tamanho das cotas, obedecendo a escala vertical.

Dois processos você poderá usar agora para fazer as elevações: por camadas, de uma só vez. O processo por camada consiste em você fazer uma curva de nível de cada vez. É muito demorado.

O outro processo consiste em você cortar no papel ou riscar na terra a conformação da base da cota a representar, colocar o papel assim recortado no caixão, fincar a varinha que lhe dá a altura e em seguida ir colocando terra até ultrapassá-la dando ao mesmo tempo mais ou menos a conformação da cota a representar.

Após ter colocado todas as elevações desta maneira, molhe bem a terra com o auxílio do regador. Em seguida restabeleça as alturas das elevações e aprimore o modelado. Nas depressões soque a terra com o secador de pano, procure fa-

rápidamente, você poderá fazê-la colocando um vidro com acetona pedacinhos de celulóide até dissolverem-se. A cola estará boa quando apresentar um aspecto viscoso. Tenha cuidado pois ela se inflama facilmente e a acetona se evapora com facilidade. Feche sempre o vidro.

Igrejas — faça uma cruz com pedaço de palito ou pau de fósforo, pinte-a de branco e cole-a em cima de uma das casinhas já feitas.

Postes — conforme o tamanho da escala do seu caixão você poderá usar paus e fósforos simplesmente fincados, piassava cortada de uma vassoura velha ou então palitos.

Arvores — corte uma esponja, um pedaço do tamanho necessário, procurando dar-lhe a conformação de uma esfera, ou então utilize uma bolinha de algodão. Quer a bolinha de esponja ou a de algodão devem ser coladas à extremidade de um palito e depois pintados de

verde. Pequenos galhos de cipreste também darão o efeito desejado (fig. 5A).

Capim — use serragem fina tingida com anelina verde, tendo o cuidado de colocar maior quantidade nos lugares de mata densa.

Estradas de Ferro — conforme a sua escala coloque dois fios de arame paralelos, ou então carregadores de fuzil.

Palitos de fósforo darão a impressão de dormentes.

Para traçar o leito das estradas de ferro ou das de rodagem use as carretilhas da figura (2).

Outras convenções — feixes de capim podem ser representados aproveitando-se uma escova de dentes velha como mostra a figura (5B).

Montes de feno podem ser feitos como mostra a figura (5C).

Uma tela fina cortada convenientemente simbolizará cercados de arame, figura (6B).

Casamatas poderão ser construídas com um bloco de madeira e palitos de fósforo como mostra a figura (6C).

Terrenos cultivados serão simbolizados jogando-se areia sobre

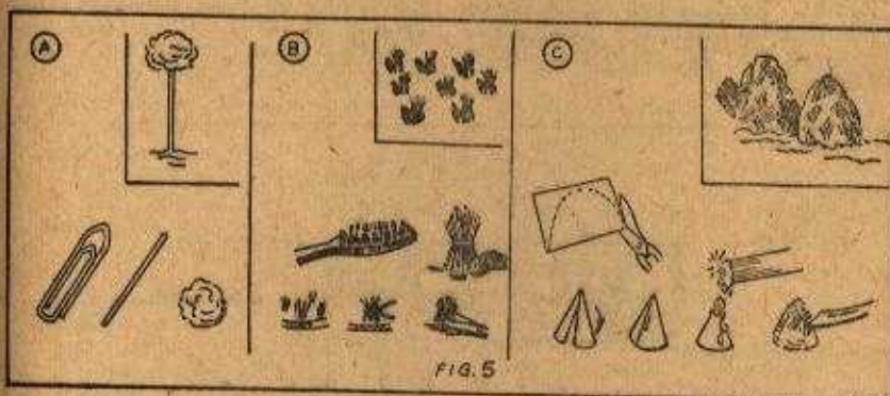


FIG. 5

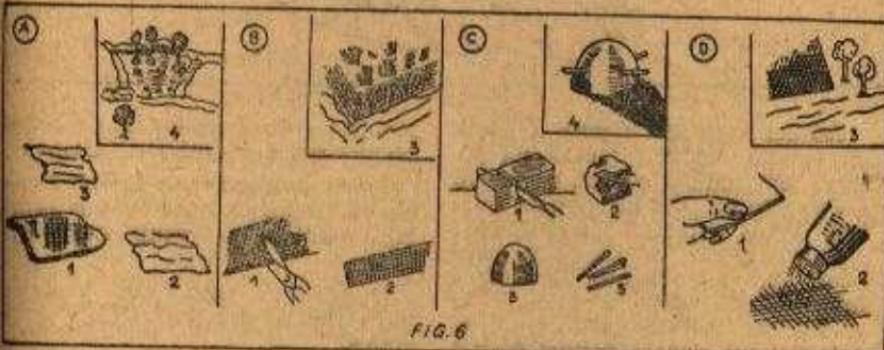


FIG. 6

Rios e Lagos — para o leito do rio ou a superfície do lago você poderá usar papel celofane azul claro ou então serragem devidamente tingida. Um lago poderá ainda ficar melhor representado se você tiver em mão um pedaço de espelho, figura (6A), ou pintar o fundo do caixão.

uma fôlha de papel como mostra a figura (6D).

Preparação do Caixão para o Ensino da Técnica do Tiro de Morteiro.

A técnica do tiro de morteiro poderá ser ensinada no caixão de areia mediante uma preparação prévia do mesmo.

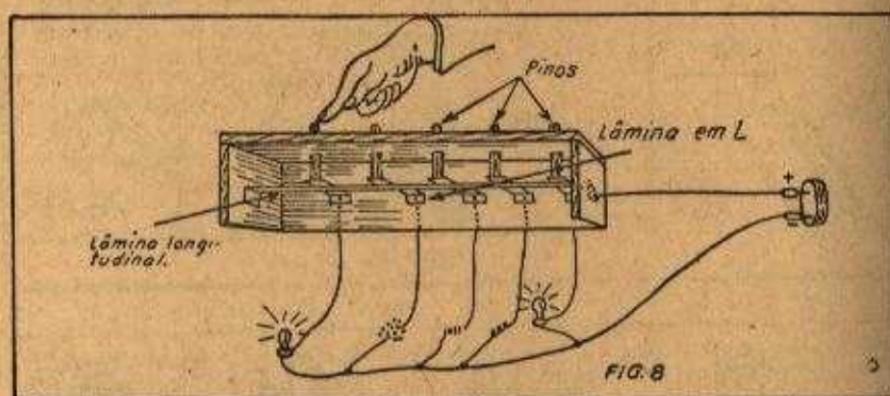
As peças serão simbolizadas por intermédio de pequeninas lâmpadas colocadas nos lugares desejados. A fim de acionar estas lâmpadas e os impactos você terá de construir em madeira uma armação como a da figura (8). Na parte superior faça tantos furos quantos forem necessários, por eles passarão pequenos pinos de madeira que descançam sobre uma lámina de lata ou outro qualquer metal flexível cortado em forma de "L" tendo o lado menor aparafusado na parede frontal e no interior da armação, figura (8). Ainda no interior da armação existirá outra lámina longitudinal aparafusada nas paredes laterais e distante das láminas em "L" cerca de 0,005 m (figura 8).

um croqui do caixão colocando nêle os locais em que você fêz a ligação dos impactos, estes locais devem ser numerados em concordância com a numeração dos pinos.

Não acione um pino sem antes verificar o croqui.

Como usar o Caixão de Areia — Todos os cuidados descritos na parte de como modelar o caixão só serão aplicados, é claro, quando você quiser reproduzir um determinado trecho do terreno. Haverá casos porém, como veremos agora em que você mesmo idealiza um terreno com certas características que permitem a execução de vários incidentes de uma situação tática criada por você.

Vários temas podem ser formulados conforme o grau de adianta-



Ao ser acionado o pino a ponta da lâmina em "L" tocará na lâmina longitudinal e dará passagem à corrente do polo positivo ao qual está ligada a lâmina longitudinal.

Para figurar os impactos você pode aproveitar algum dos pinos interruptores tendo o cuidado de colocar no local desejado unindo os dois fios um pedaço fuzível de 0,5 amperes que se inflamará ao ser fechado o circuito. Esse fio de fuzível poderá estar colocado sob uma pequena quantidade de pólvora (uma colher de café) a explosão será bem real, em relação a escala. Faça todas as ligações subterrâneas. Tenha cuidado em enumerar os pinos de amarração. Para maior facilidade na instrução faça

mento dos instruendos e os ensinamentos que se deseja ressaltar.

Como formular um Exercício — Decida primeiro quais são os princípios táticos que você deseja ensinar.

O próximo passo será escolher uma situação que ilustre estes princípios.

Se a sua experiência ou imaginação não lhe ajudar recorra a exemplos históricos, descrições de batalhas e combates da última guerra, publicações militares como o G.T. 20. Curso por conferência (o pelotão de fuzileiros e o G.C. no combate ofensivo — 1^o, 2^o e 3^o partes), artigos de revistas militares, etc.

As situações criadas por você devem ser concisas, lógicas e práticas.

Devem ser omitidos detalhes sem importância e intrincados.

Uma situação inicial deve ser elaborada, a fim de atrair a atenção dos instruendos e ambientá-los no exercício.

Após você ter selecionado ou elaborado o exercício, anote os principais acidentes do terreno que a ele interessam. Preveja todas as situações particulares que possam ser criadas pelos próprios instruendos. Previna-se contra as "gravatas".

Suponha-se por exemplo, que se deseja demonstrar como um grupo transpõe uma crista; como penetra, atravessa e desemboca de um bosque e como progride através de um terreno limpo. É lógico que no caixão deverá existir uma crista, algumas árvores, um trecho limpo e você deverá prever várias situações para a instrução: diferentes maneiras de progressão do grupo, conduta ao receberem tiros de armas automáticas, morteiros ou artilharias, conduta em caso de aparcimento de avião, etc.

Como conduzir um Exercício no Caixão de Areia — Depois de você ter colocado todos os instruendos ao redor do caixão mostre os pontos principais do terreno e diga qual a escala usada.

Em seguida dê a conhecer a situação, esta deverá constar do seguinte:

a) informações sobre o inimigo — dê somente aquelas que de fato poderiam chegar ao conhecimento daqueles a quem você está ministrando a instrução e que irão interessar à solução do exercício;

b) informações das tropas amigas (grupos, pelotões, etc.), vizinhos à frente e a retaguarda.

c) missão da unidade.

Após ter dado a conhecer a situação tática você fará a primeira pergunta.

Dê algum tempo para que os seus instruendos raciocinem na situação e faça-os apresentarem as suas soluções escritas. Desta maneira todos serão compelidos a pensar e nenhum ficará a espera de que

outro apresente a solução primeiro como é o caso das respostas orais. Certifique-se de que todos já responderam. Agora faça com que algum deles leia a solução, que deu. Discuta-a pormenorizadamente.

Peça que outros leiam também as suas soluções. Faça as críticas que achar necessárias.

Quando você notar que esta fase já foi perfeitamente debatida e compreendida, apresente a situação seguinte e assim por diante.

Os pequenos exemplos que se seguem ilustram a técnica de como usar o caixão de areia para instrução de tática de unidades elementares.

Exercício no Caixão de Areia Baseado num exemplo Histórico.

Pontos destacados:

- 1) Necessidade de se proteger a guarnição de uma metralhadora.
- 2) Eficácia do fogo de flanco.
- 3) Necessidade do espírito de iniciativa nos cabos e sargentos.

Material necessário: Símbolos para representarem as localidades de Mezy, Chartevres, Jaulgonne, um escalação de reconhecimento, uma patrulha de ponta, dois grupos pela metade e uma metralhadora inimiga.

Situação: Durante a primeira fase da ofensiva Aisne-Marne, na primeira guerra mundial, um batalhão do exército aliado recebeu ordem para transpor o rio Marne próximo a localidade de Mezy e marchar para N.E. Através da estrada Mezy-Chartevres — Jaulgonne, constituindo a vanguarda de um R.I. (indique os pontos mencionados).

Os Alemães possuíam em Mezy uma posição defensiva leve (figura 9).

A Cia. "B" designada para ser o escalação de combate do batalhão, coloca o 1º Pel. para fazer a segurança (Esc. de Rec.).

As 17,30 horas o Esc. de Rec. precedido cerca de 150 m pela ponta (um G.C.) atravessa o rio.

Logo após a travessia o comandante do Pel. no Esc. de Rec. envia duas patrulhas com um efetivo de

4 homens cada uma, a fim de garantirem os flancos.

Estas duas patrulhas marcham a uma distância de 100 m à direita e à esquerda do Pel. no Esc. de Rec. (coloque os símbolos nos seus devidos lugares). O movimento em direção a Charteves é reiniciado. No momento em que a "ponta"

penetra em Charteves, uma arma automática localizada nos terrenos elevados a W da cidade abre fogo sobre o Esc. de Rec.

Este fogo de flanco é tão eficaz que impede a progressão do Pel. e das duas patrulhas de flanco detendo-as nas posições indicadas na figura 10.

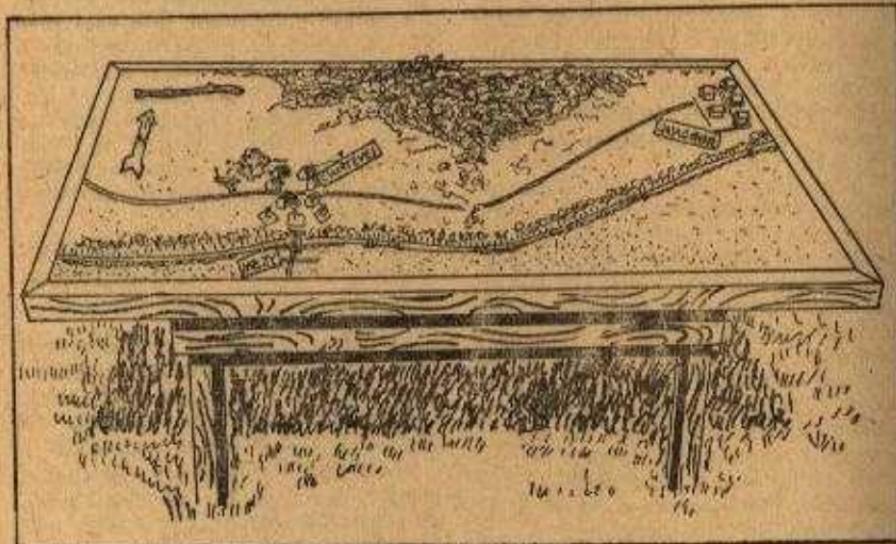


Fig. 9

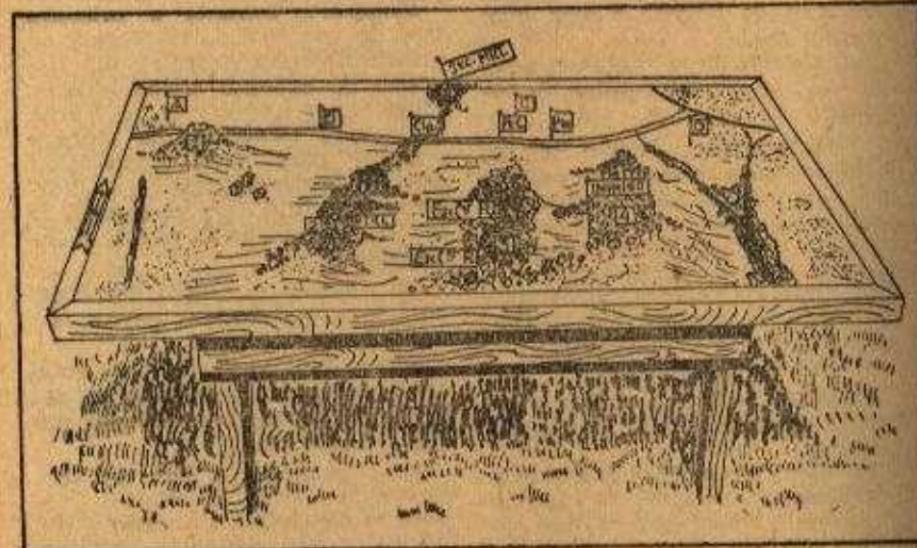


Fig. 10

O sargento comandante da "ponta" científica-se do que se passa. Não vê indícios de que a localidade e as elevações imediatamente ao N. estejam ocupadas pelo inimigo.

Primeira pergunta — Como teria agido o sargento comandante da patrulha de ponta?

— Inquiriu vários instruendos e chame-os a fim de moverem os símbolos de acordo com as suas soluções.

Solução Histórica — O sargento progrediu com a patrulha através da cidade aproveitando-se das cobertas fornecidas pelas casas e atacou a posição inimiga pelo N. e por W. (retaguarda). A peça e dois homens da sua guarnição foram capturados (faça a progressão da patrulha pela cidade até atingir o flanco da posição inimiga, depois retire a Mtr.).

Discussão — "A iniciativa e a inteligência demonstrada por este sargento é elogiável. Sua missão como comandante da patrulha de ponta era agir rápida e agressivamente a fim de facilitar a missão do Esc. de Rec.

Se ele tivesse procurado uma posição coberta a fim de aguardar instruções do comandante do Pel., certamente teria deixado de cumprir a sua missão".

O comandante da patrulha estava compenetrado da missão da vanguarda: "Avançar audaciosa e agressivamente, penetrando tanto quanto possível, a fim de assegurar a progressão do grosso."

Ele também apreciou o fato de que sua patrulha era a única unidade do Pel. que estava em condições de manobrar contra o inimigo. É verdade que o movimento para W. a fim de atacar a posição inimiga, deixou temporariamente em proteção a frente do Esc. de Rec. No entanto o sargento não havia, notado na localidade, nem nas elevações imediatamente ao N., indícios de estarem ocupadas pelo inimigo. Isto, não podia ser observado pelo comandante do Pel. que não estava numa posição favorável para fazê-lo. O comandante da patrulha de ponta tinha pois bas-

tante motivos que justificavam a sua iniciativa em manobrar contra a metralhadora inimiga.

Foi ótimo não terem os alemães colocados nenhum fuzileiro a fim de proteger esta metralhadora. Sómente em situações desesperadoras é que se coloca uma metralhadora assim desprotegida. Neste caso, os alemães, ao que parece, acreditaram que o sacrifício da metralhadora e sua guarnição garantia o tempo necessário à retirada da maior parte de suas tropas.

Prosseguimento da situação:

Depois de "ponta" colocar a metralhadora fora de ação, o Esc. de Rec. se detém na orla E. da localidade, enquanto o restante da Cia. transpõe o rio. Após o que prossegue a marcha através da estrada que vai para Jaulgonne.

Quando o Esc. de Rec. atinge um ponto distante cerca de 300 m da curva da estrada, é hostilizado por tiros de armas automáticas partidos da orla do bosque, aproximadamente a 500 m ao N. da estrada ("coloque a metralhadora na orla do referido bosque"). Os homens do Pel. abrigam-se no terreno, localizam a arma inimiga e respondem ao fogo ("movimento a 'ponta' e o Pel., da maneira que foi enunciado").

O Pel. tenta avançar por lanços sucessivos de dois homens de cada vez a fim de reforçar a "ponta", porém o fogo de flanco do inimigo é tão intenso que sómente um homem do primeiro grupo de dois a se mover, consegue chegar ao local. Este rápido e curto movimento atrai ainda mais o fogo inimigo.

Novos esforços foram feitos a fim de movimentar o Esc. de Rec. mas tiveram de ser abandonados.

Segunda pergunta — Qua seria a solução do comandante do Esc. de Rec.? (chame alguns instruendos para que dêem as suas soluções e ilustrem-nas movimentando os símbolos)

Solução Histórica:

O comandante da patrulha de flanco direito progrediu com seus homens até a parte baixa da rampa

do rio onde ficaram desenfiados dos fogos. Daí, continuou para E. até penetrar no bosque. Depois disto atacou a posição inimiga pela retaguarda colocando-a fora de ação.

Discussão: Nesta situação o Esq. de Rec. foi novamente hostilizado por tiros de flanco de uma arma automática. A distância entre o Pel. e o bosque era cerca de 500 m através de um terreno completamente aberto. É lógico que um ataque frontal seria perigoso ("vá indicando no terreno os manobras que fôr expondo"). O comandante do Pel. teve pois que procurar outro jeito a fim de fazer cessar o fogo: um movimento de flanco salta aos olhos imediatamente!

O bosque é mais denso defronte da sua patrulha de flanco da esquerda, porém ela está diretamente debaixo do fogo da metralhadora.

A patrulha da direita além de estar mais distante está localizada justamente nas proximidades do barranco do rio. É claro que estes 4 homens se progredirem pelo rio, estarão bem desenfiados do inimigo, e a patrulha poderá então se deslocar pela margem até a altura do bosque.

Daí não tendo sido detida por algum atirador inimigo, terá possibilidades de progredir para o N. através do bosque e depois infletir para W. assaltando a posição da metralhadora inimiga pela retaguarda.

Uma outra solução seria mandar a "ponta" dar um lance até o bosque, e se ela fosse bem sucedida, poderia tentar flanquear a posição. Esta manobra porém apresenta duas desvantagens: 1^a. A "ponta" poderia sofrer baixas devido ao fogo de flanco. 2^a. O movimento seria observado perfeitamente pelo inimigo anulando qualquer efeito de surpresa.

A manobra de flanco com a patrulha da direita apresenta-se pois como a melhor solução e ela deveria ter sido ordenada pelo comandante do Esc. de Rec., porém como vimos, a manobra através do bosque foi feita pelo comandante da patrulha de flanco da direita sem que para isso tivesse recebido ordens.

Vê-se novamente um exemplo de agressividade e iniciativa qualidades essenciais para um sargento no combate.

Deve-se notar que a manobra foi grandemente facilitada devido ao fato de não existirem atiradores protegendo a metralhadora inimiga.

Como fazer no Caixão de Areia um Exercício baseado em assunto do Programa Padrão de Instrução (fig. 10):

O exercício que se segue dar-lhe-a outro exemplo de como usar o caixão de areia a fim de demonstrar a tática do emprêgo das unidades elementares.

Os princípios apresentados foram retirados do G.T. 20, Curso de Conferências — o Pel. de fuzileiros e o G.C. no combate ofensivo, e o assunto faz parte do P.P. 7-2, número 114 do Curso de Formação de Graduados.

Usando o P.P. como uma fonte de idéias para a elaboração de exercícios, você poderá fazer um cuidadoso estudo das partes nêle referidas e depois selecionar os vários princípios que deve ressaltar nunca esquecendo que a simplicidade deve ser o seu escopo principal.

Uma série de situações devem ser criadas e incluídas nas aulas a serem ministradas.

Material necessário — Símbolos para indicarem: pontos A, B, C, D, 1, 2, 3, 4, esclarecedores, posição inimiga, uma patrulha de ponta e outra de flanco, uma seção de Mtr. 60 mm, um Pel. e a Cia.

Situação — "Seu grupo foi enviado do ponto "A" como patrulha de segurança a fim de proteger o flanco direito de uma Cia. (Esc. de Combate de uma Vg.)

Como esta Cia. tem que se deslocar de A para D deram para sua patrulha um itinerário passando pelos pontos 1, 2, 3 e 4.

Sua patrulha deve se reunir à Cia., logo que esta atinja D. Não se espera entrar em contacto com o inimigo ("indique cada ponto no caixão de areia durante a descrição").

Primeira pergunta — Que motivos foram considerados para a seleção do itinerário da patrulha? ("Indique, vários alunos").

Solução — O alcance do armamento portátil e a necessidade de uma boa observação são os fatores mais importantes que levaram a escolha deste itinerário. O inimigo pode colocar nas elevações, pequenas armas atirando sobre a Cia. para atrasar o seu movimento. A fim de marchar de pôsto de observação em pôsto de observação é que o itinerário passa pelas cristas distantes cerca de 600 metros da direção A-D ("vá apontando as elevações e as distâncias").

Segunda pergunta — Quais as providências que o comandante da patrulha tomará e o que deverá mencionar em sua ordem antes de deslocar o seu grupo a fim de cumprir a missão? ("mande vários instruindo apresentarem suas soluções").

Solução da segunda pergunta — O comandante do grupo passa uma revista a fim de verificar se cada um dos homens está convenientemente armado e equipado. Explica a situação e a missão a cada um dos componentes da patrulha, indicando a seguir a formação inicial e um ponto de reunião caso seus homens sejam forçados a se separar.

Designa dois soldados para manterem a ligação com o restante da Cia. O comandante da patrulha deve se certificar de que todos entenderam a missão que lhes foi atribuída, e se não há necessidade de convencionar algum sinal.

Prosseguimento da solução — A patrulha parte de A na formação em losango e após alcançar a colina 1, o sargento comandante avista o grupo de casas à frente (movimento os símbolos até a posição indicada).

Terceira pergunta — Como agirá agora o comandante da patrulha? (faça com que vários alunos dêem suas soluções).

Solução — O comandante manda seus homens fazerem alto dá ordem para dois deles irem reconhecer o grupo de casas enquanto

os demais permanecem em posição protegendo o reconhecimento (desloque os símbolos da maneira como descreveu).

Quarta pergunta — Nada de anormal tendo sido descoberto nas casas, que formação deverá adotar o comandante da patrulha a fim de atravessar o lugarejo?

Solução — A patrulha passa em coluna bem dispersa. Os homens devem progredir junto às paredes dos edifícios e manter pelo menos dez passos de intervalos entre si (desloque os símbolos da maneira indicada).

Prosseguimento da situação — Quando a patrulha desemboca da localidade e após retornar a formação em losango, um dos agentes de ligação informa que a Cia. fez alto. O comandante da patrulha, observa então que a Cia. parou em B e que os homens encontram-se à vontade em ambos os lados da estrada.

Consultando o relógio verifica que a Cia. está fazendo um alto horário ("movimento os símbolos de acordo").

Quinta pergunta — Qual deveria ser a decisão do comandante da patrulha no que diz respeito a dispositivo ou movimentos dos seus homens durante o alto da Cia.? (faça vários alunos darem suas soluções).

Solução — A patrulha se atrasou bastante da Cia. e agora tem uma boa oportunidade para recuperar o tempo e o terreno perdido. No entanto o comandante da patrulha só deverá prosseguir no movimento após ter avisado a seus homens do que pretende fazer.

Prosseguimento da situação — A patrulha atinge a crista da cota n. 2 e faz alto para observar. O comandante avista à sua frente o bosque n. 3 (desloque os símbolos da maneira descrita).

Sexta pergunta — Como deveria agir neste caso o comandante da patrulha? (chamea vários alunos para darem suas soluções).

Solução — O sargento comandante manda dois homens reconhecerem o bosque em frente enquanto

os demais permanecem em posição na encosta da cota n. 2 (movimento os símbolos da maneira descrita).

Prosseguimento da situação — Quando os dois esclarecedores se aproximam do bosque n. 3, são observados tiros de armas portáteis partidos da colina n. 4.

A Cia. está neste momento mais ou menos na metade do caminho entre B e C. O fogo partido da colina n. 4 detém o avanço do Pel. de Rec. e da patrulha de ponta no terreno (coloque o símbolo na colina n. 4 indicando o inimigo e movimento os símbolos da Cia, Pel. de Rec. e patrulha de ponta da maneira descrita).

Sexta pergunta — Como agiria o comandante da patrulha? (chame vários alunos e peça suas soluções).

Solução — O comandante da patrulha se desloca rapidamente até a frente a fim de se inteirar da situação.

Prosseguimento da situação — O comandante da Cia. Vg. observa que o Pel. de Rec. e a "ponta" estão detidos no terreno devido a fogos partidos da cota n. 4.

Oitava pergunta — Quais as providências que o comandante da Cia. deverá tomar? (chame vários alunos e peça suas soluções).

Solução — O comandante da Cia. dá ordem ao comandante do Pel. de petrechos para enviar uma seção de Mrt. 60, para o bosque, no flanco esquerdo da direção de marcha e indica-lhe sem demora a posição do inimigo. Ele resolve progredir com os dois pelotões de fuzileiros para S. através do bosque, na encosta N. da colina n. 2, e depois para E. na direção do bosque n. 3 (movimento os símbolos da maneira descrita).

Prosseguimento da situação — Logo que o comandante da patrulha de flanco atinge a orla W. do bosque n. 3, um dos esclarecedores aparece e informa-o de que o bosque está livre, mas que ele e o outro esclarecedor, que está agora na orla E. do bosque n. 3, obser-

varam o fogo da cota n. 4 e calculam que ali existem duas armas automáticas e aproximadamente dois grupos de combate inimigos (desloque os símbolos da maneira descrita).

Nona pergunta — Como irá agir o comandante da patrulha? (chame vários alunos para darem as suas soluções).

Solução — O comandante da patrulha manda o esclarecedor ir imediatamente informar ao Cmt. da Cia. sobre a resistência inimiga na cota n. 4. Em seguida faz sinal para que o seu grupo se desloque para a orla W. do bosque n. 3 e depois fica com a patrulha em posição a fim de poder prosseguir na sua missão que é a de proteger o flanco direito da Cia.

Coloca dois homens para observar e informar sobre qualquer sinal partido do comandante da Cia. para o grupo de ligação.

O restante da patrulha aproveita a boa coberta oferecida pelo bosque n. 3 e se coloca de modo a poder resistir em todas as direções (coloque os símbolos da maneira descrita).

Prosseguimento da situação — Quando o comandante da Cia. se aproxima da orla W. do bosque n. 3, chega o mensageiro enviado pelo comandante da patrulha de flanco com as informações sobre a resistência inimiga da cota n. 4.

Decima pergunta — Como irá agir o comandante da Cia.? (chame vários alunos para darem as suas soluções).

Solução — O comandante da Cia. manda o mensageiro regressar à patrulha e dizer ao seu comandante para deslocar-se cerca de 400 m para o flanco direito a fim de proteger a Cia. na sua progressão através do bosque n. 3 e na montagem de um assalto a cota n. 4.

O comandante da Cia. progride com seus homens pelo bosque e ataca a encosta W. da cota n. 4. (desloque os símbolos da maneira descrita).

**UM INTERESSANTE EXERCICIO NO
CAIXÃO DE AREIA**

Pontos a destacar

(Figs. 11 e 12)

- 1) Todo comando, por menor que seja a sua unidade é responsável pela segurança de seus homens.
- 2) A observação é essencial para a segurança.
- 3) Antes de se ocupar uma posição, para se estabelecer um posto de observação ou instalar defensivamente, devem-se reconhecer to-

dos os locais perigosos, onde possa estar o inimigo, e que se encontram dentro do alcance do nosso armamento.

4) Obras de arte e grandes edifícios devem ser cuidadosamente examinados, a fim de precaver-se contra possíveis cargas ocultas, minas armadilhas, colocadas pelo inimigo, a fim de efetuar uma destruição retardada.

Material necessário :

- 1) Pequenos retângulos de cartolina para representarem cada um

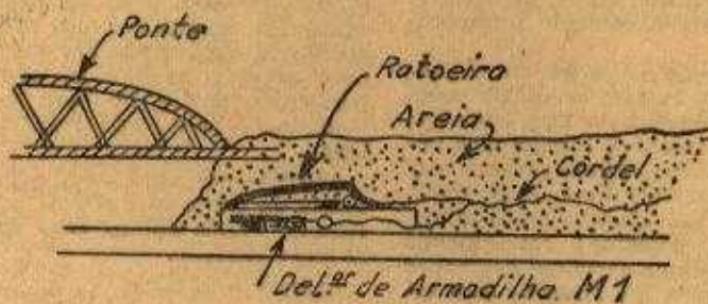


FIG. 11

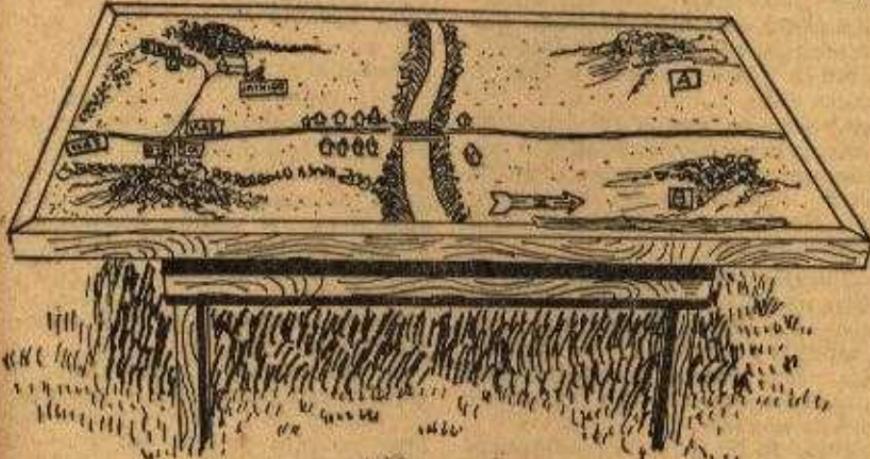


Fig. 12

dos componentes de um G.C., outros para simbolizarem duas viaturas: uma de 1/4 e uma de 1 1/2 ton.; uma posição inimiga; pontos A e B.

2) Esvasie um cartucho e coloque na pistola ou revolver, ou então prepare uma armadilha M1 com espoléta e carga sómente.

3) Uma cordinha de comprimento suficiente.

4) Uma pequena ratoeira.

A finalidade de qualquer exercício no caixão de areia será plenamente alcançada se você se aproveitar do elemento surpresa, seu grande auxiliar. Adiante você verá, no exemplo que segue, de como se servir deste expediente num problema.

Preparação — Antes de colocar a areia no caixão, a fim de construir o modelo para este exercício, ponha no fundo do mesmo uma pequena ratoeira. Amarre uma cordinha na sua alavance, de tal modo que com um simples puxão a ratoeira se desarre; em conexão com a cordinha arme um detonador de armadilha M1 (tração) com espoléta de caça.

A cordinha deverá terminar junto ao instrutor de maneira que não fique visível para a classe (veja a fig. 11).

Ao se construir o modelo, deve-se ter o cuidado na colocação da ratoeira; seu local deve ser cuidadosamente escolhido de modo que o final da ponte fique justamente sobre a ratoeira como mostra a figura (12).

A base da ponte deve ter um prolongamento que penetrará na terra que cobre a ratoeira, devendo estar completamente enterrada, não ficando com nenhuma parte exposta no rio.

Situação — (Veja fig. 12) — "Este modelo representa uma pequena localidade situada num vale e rodeada por colinas. Há uma fazenda com todas as suas instalações e, com um caminho que vai terminar na estrada.

O rio ao N. é fundo e de grande correnteza.

O tenente Sá Bido, recebeu ordem para se deslocar de caminhão,

com um G.C. e uma peça de Mrt. 60, em direção ao N., através da estrada a fim de ocupar e manter a ponte ao N. da localidade.

O restante da Cia., Escalão de Combate de uma Vg., deverá atingir esta ponte às 15,00 horas de hoje. São 12,00 horas.

Elementos operando na frente assinalaram pequenas atividades inimigas.

Primeira pergunta — Que informação importante foi omitida ao se expor a situação (chame vários alunos para darem suas soluções).

Solução — A situação diz que o destacamento deve se deslocar utilizando caminhões, mas não especifica a capacidade dos mesmos, nela deveria constar as viaturas fornecidas, a que no caso seriam duas de 1/4 e uma de 1 1/2 tonelada.

Segunda pergunta — A que distância da ponte está a Cia. agora? (chame vários alunos para darem as suas soluções).

Solução — 12 km

Terceira pergunta — Qual o processo de progressão que o destacamento deverá adotar para atingir a ponte? (chame vários alunos para darem as suas soluções).

Solução — O destacamento deverá avançar por lanços, tendo uma das viaturas de 1/4 de t. na testa, seguida da de 1 1/2 t. e no fim a outra de 1/4 como cerra-fila guardando a retaguarda.

Prosseguimento da situação — Logo que a viatura da testa atinge um ponto da estrada defronte à fazenda, uma arma automática inimiga localizada nos seus arredores abre fogo. A viatura arranca até a vala ao lado da estrada; seus homens desembarcam. Um deles está ferido.

Todos abrigam-se na vala e respondem ao fogo.

O comandante do destacamento observa esta ação. Ele se encontra na viatura de 1 1/2 que parou nas proximidades do lado esquerdo da área que aparece na figura (12).

O tenente Sá Bido, comandante do destacamento comanda "Alto"

para o motorista da viatura cerra-fila.

(Coloque símbolos representando a arma inimiga e a viatura de 1/4 de t.).

Quarta pergunta — Quais as providências do tenente Sá Bido? (chame vários alunos para darem suas soluções).

Solução — Ele manda seus homens desembarcarem e aproveitarem o mato denso existente ao S. da estrada, em seguida dá ordem ao motorista a fim de deslocar o caminhão para uma posição coberta.

Depois ordena o seguinte: "Cabo João, a viatura testa recebeu fogos vindos das imediações da fazenda. Quero que você com 3 homens progridam para W. (apontando) através deste renque de árvores dando uma volta até os fundos da fazenda e daí então ataque o inimigo pela retaguarda. Nós faremos a cobertura com fogos partidos daqui".

"Cabo José, coloque seu Mrt. em posição para atirar naquele objetivo. Abra fogo imediatamente". (desloque os símbolos da maneira que descreveu).

Prosseguimento da situação — Devido a esta ação um dos componentes do grupo inimigo morre e os outros 3 retiram-se para N.W.

O soldado do destacamento, que se encontrava ferido recebe os primeiros socorros e é colocado no caminhão de 1 1/2.

A viatura da testa foi posta fora de combate. O comandante do destacamento faz sinal para o motorista da viatura cerra-fila a fim de avançar até onde ele se encontra. Os demais componentes do destacamento estão reunidos no terreno da fazenda.

O tenente Sá Bido, prepara uma mensagem para o comandante do batalhão informando-o do sucedido — o motorista da viatura cerra-fila recebe ordem para levar esta mensagem e regressar imediatamente (desloque os símbolos como descreveu).

Quinta pergunta — Decisão do comandante relativamente ao próximo lançô do destacamento? (cha-

me vários alunos para darem suas soluções).

Solução — O G.C. se desloca sob o comando do tenente, a fim de reconhecer a localidade. A peça de Mrt. e o caminhão permanecem cobertos e abrigados desloque os símbolos da maneira que descreveu).

Prosseguimento da situação —

O tenente Sá Bido, notando estar a localidade livre do inimigo faz sinal para a viatura avançar. Colocar 2 homens de observação na orla N. da vila e reúne o restante do grupo debaixo das cobertas oferecidas pelas casas.

A peça Mrt. e sua guarnição chegam no caminhão.

Sexta pergunta — Quais as providências do comandante do destacamento? — Chame um aluno para vir dar a sua solução e deslocar os símbolos, incluindo as providências para atravessia da ponte.

Quando o aluno revelar, durante a sua solução, que deixou de inspecionar a ponte no que diz respeito a minas ou outro qualquer engenho de destruição, você deve, no momento psicológico, puxar a cordinha da ratoeira, e caso não tenha feito a conexão com a armadilha, disparar a pistola. O resultado será imprevisível, instrutivo e divertido para todos.

É bem possível que antes, todos os alunos, até o mais prudente, não tivesse lembrado de dar uma busca na ponte, agora nenhum esquecerá esta lição.

Se o aluno chamado declarar na sua solução, que as devidas precauções devem ser tomadas, você simplesmente dirá:

"Eis aqui o que teria acontecido se você não tivesse vasculhado a ponte!" procedendo de maneira idêntica ao primeiro caso.

Depois deste incidente recoloque a ponte.

Solução da quinta pergunta — O tenente Sá Bido, manda o caminhão parar aproveitando a coberta das casas e faz com que a peça de Mrt. desembarque. Daí então as seguintes ordens a seus homens;

— "Cabo João, vá com o Mário reconhecer a barranca S. do rio até 400 m a E. da ponte".

— "Antônio e Paulo vão reconhecer até 400 m a W. da ponte".

— "Sgt. Júlio, vá com o Isidoro reconhecer a ponte".

— "Restante do destacamento ficará aqui comigo em posição a fim de protegernos a ação dos nossos homens".

Prosseguimento da situação — A barranca S. do rio é reconhecida não tendo sido observado nenhum elemento inimigo.

A ponte é considerada livre.

Sétima pergunta — Tendo sido dada ao destacamento a missão de ocupar e manter a ponte quais as providências que devem ser tomadas para bem executá-la? (chame vários alunos para darem suas soluções).

Solução — Dois homens devem ser enviados para a colina A e dois para a colina B para observar e informar sobre o inimigo.

Eles devem avisar ao destacamento, por sinal, a aproximação de qualquer força inimiga. O restante deve entrar em posição ao lado N. da ponte, assim, em vez de oferecer proteção ao destacamento, a ponte passa a ser protegida por ele. A arma automática deve entrar em uma posição tal que ofereça bom campo de tiro em todas as direções. Um atirador em cada flanco, cerca de 300 m para cada lado deve ser colocado a fim de protegê-la. Para um melhor controle do destacamento o comandante fica numa posição central.

O cabo (granadeiro A.C.) deve ficar junto ao comandante do destacamento. Neste local ele pode observar os 3 principais eixos de penetração de carros.

(Coloque os símbolos da maneira como descreveu).

O Mrt. 60 deve ser colocado numa posição desenfiada. Nas barrancas do rio será encontrada uma boa posição, e o remuniciamento da peça será facilitado se a colocarmos na margem S. perto da posi-

ção do caminho. A viatura de 1 1/2 ton. deverá estacionar perto da margem S. do rio numa posição camouflada e abrigada, ficando o seu motorista com a missão de cerra-filia, guardando a retaguarda do destacamento.

Neste dispositivo eles devem permanecer algumas horas, até que chegue a Cia. Durante este tempo nós nada podemos fazer a não ser desejar-lhes: "Boa Sorte".

Fontes de consulta:

Manual C-7-10. A Cia. de Fuzileiros do Regimento de Infantaria.

Boletim de Instrução G.T. 20 Curso por Conferência — O Pel. de Fuzileiros e o G.C. no Combate Ofensivo (1^o, 2^o e 3^o partes).

Conference Course — Training Bulletin n. GT-17 "Us of the sand table in the tactical training of small units", de onde foram traduzidos e adaptados os três exercícios descritos.

III os mais remotos tempos, o desejo de perfeccionamento do homem tem se manifestado de modo a levar-nos no campo das conhecimentos humanos, às mais avançadas concepções e práticas.

No terreno das artes gráficas data, já se verificado um progresso geométrico dado a necessidade sempre crescente do divulgar de ideias entre os povos, pela palavra escrita. Das iluminuras desenhadas pelos frades no Icado médio, que faziam em unis um só livro, às modernas máquinas de imprimir de hoje, o progresso alcançado é fantástico. E, se se falar, em perfeição de reproduzir, não podemos deixar de mencionar este maravilhoso mequinho "MULTILITH" que, com sua nova processo, marca mais um passo no progresso das artes gráficas.

Pelo processo "Multilith" é dito resolvido o último dos problemas da impressão: espaço-tempo. Em seu escritório, num pequeno espaço, V. S. poderá ter qualquer reprodução rápida de documentos, gravuras, livros ilustrados, etc., por um processo económico e rápido. Tudo processado, depois de aprovado nos países mais avançados, é oferecido no Brasil onde a ADDRESSOGRAPH-MULTIGRAPH DO BRASIL S. A. está a disposição dos interessados para qualquer demonstração.

REPRODUTORA MULTILITH



ADDRESSOGRAPH MULTIGRAPH DO BRASIL S/A
Av. Getúlio Vargas, 182 - S. ANDRÉ

ALIMENTAÇÃO

1º Tenente JAIR DE MATOS MONTEDONIO,
da E. I. E.

IV

I — Questão da alimentação e o moral da tropa:

Iniciamos a nossa 4ª aula abordando o tema da alimentação e sua influência no moral da tropa.

Lembremos de Napoleão, o grande general que costumava dizer aos seus comandantes: "Um exército marcha com o estômago." Se Napoleão vivesse hoje, sem dúvida teria empregado as descobertas da nutrição nos últimos 20 anos para aumentar a eficiência de suas tropas.

A moral, em um campo de batalha, é a resultante de um grande número de fatores, entre os quais podemos colocar em 1º plano o estado de nutrição do organismo, que age condicionando a maior capacidade de esforço físico, retardando o cansaço muscular e regulando o equilíbrio do sistema nervoso e a emotividade.

Sem um perfeito equilíbrio na taxa dos alimentos reguladores não poderemos ter soldados de moral elevada, e ainda hoje com os mais aperfeiçoados mecanismos de guerra, se não houver músculos fortes e corações valorosos por trás dos mesmos, de nada valerão!

Desde a antigüidade, vimos os povos de pastores vencerem guerras contra os agricultores. Isto em função de sua maior resistência ao combate, seu talho mais alto, sua maior velocidade na carreira.

Na Índia, estudando tribos de pastores e de lavradores vamos en-

contrar sempre o predomínio dos primeiros. Na China vemos os montanheses pastores mais altos e fortes que os lavradores dos vales cuja alimentação se faz à base de arroz, exceção feita nas margens dos rios onde o peixe vem equilibrar um pouco suas rações.

No Brasil mesmo, vemos a predominância dos pastores sobre os agricultores, principalmente na área de monocultura; exemplo seja o nordeste, com a cana de açúcar.

Lá vemos o homem do sertão, mais forte que o da zona do litoral, em virtude de ser consumidor de carne, ovos, leite em maior quantidade. Isto lhe traz mais proteínas animais e daí maior resistência às infecções, longevidade, força muscular. Tem também maior quota de vitaminas com suas rações já faladas.

II — Atribuições dos oficiais:

a) Do comando:

Exercer alta vigilância, nas U.A. que possuam rancho organizado, sobre o S.A.

(Art. 31 n. 47 do R.A.E.).

Inspectar, mensalmente, os viveres, bem como os respectivos depósitos.

(Art. 31 do n. 41 do R.A.E.).

b) Do Intendente:

I. O Aprovisionador é o principal responsável pela execução do Ser-

viço de Aprovisionamento da Uni-dade.

(Art. 38 do R.A.E.).

2. Dirigir os trabalhos do rancho de acordo com os preceitos regulamentares executando e fazendo executar a escrituração respectiva.

(Art. 38 n. 1 do R.A.E.).

3. Receber, guardar e conservar nas melhores condições e distribuir os viveres de acordo com as tabelas em vigor.

(Art. 38 n. 2 do R.A.E.).

4. Fiscalizar os serviços do rancho e zelar pela disciplina do pessoal da Cozinha, Copa e Refeitórios.

(Art. 31 n. 5 do R.A.E.).

5. Apresentar ao Fiscal Administrativo, semanalmente, o cardápio provável organizado para a semana seguinte, com o fim de fazer variar a alimentação das praças.

(Art. 38 n. 13 do R.A.E.).

6. Distribuir os viveres para o consumo diário, na presença do oficial de dia.

(Art. 38 n. 14 do R.A.E.).

7. Fiscalizar a confecção das rações.

(Art. 84 n. 5 do R.A.E.).

8. Requisitar os soldados do rancho das diversas Subunidades de modo que os mesmos, ao iniciar-se o segundo período de instrução, estejam aptos ao desempenho das funções culinárias em campanha.

(Art. 38 n. 29 do R.A.E.).

c) *Do Médico:*

É o único responsável perante o Comando pelo estado sanitário do pessoal do Corpo e condições higiênicas do quartel.

(Art. 79 do R.I.S.G.).

Visitar mensalmente acompanhado por seus auxiliares, as dependências do quartel, apresentando ao Comandante as sugestões que julgar necessárias a melhoria das condições higiênicas.

(Art. 80 n. 3 do R.I.S.G.).

Verificar a qualidade dos alimentos e sugerir medidas ao Comando.

(Art. 80 n. 3 do R.I.S.G.).

Examinar juntamente com o Aprovisionador, todos os viveres com exceção da carne verde.

(Art. 84 letra b) do R.A.E.).

d) *Do Veterinário:*

Faz parte da comissão de recebimento dos E.S.M.

(Art. 9 e seus parágrafos do Regulamento 89.)

Verificar diariamente a qualidade da carne verde destinada ao consumo do Corpo e, quando este abater por sua conta, examinar previamente as rezes. Na ausência do Veterinário o exame é feito pelo Médico.

(Art. 84 § 2º letra a) do R.A.E. e Art. 96 n. 6 do R.I.S.G.).

III — *Função do Oficial de Dia:*

1. Determinar que o sargento adjunto organize os vales suplementares. O número de rações e os nomes dos homens, para que foram retiradas as rações constarão da parte diária. Os vales serão assinados pelo sargento adjunto e visados pelo oficial de dia.

(Art. 39 n. 4 do R.A.E.).

2. Não cabe ao Oficial de Dia durante a sua permanência no rancho por ocasião das refeições senão a manutenção da ordem entre os arranchados; se, porém por força maior, o Aprovisionador estiver ausente compete-lhe ordenar as providências referentes as justas ponderações das praças quanto a quantidade da ração; a qualidade desta é da competência do Fiscal e dos técnicos (Médico, Veterinário e Aprovisionador).

(Art. 40 do R.A.E.).

3. Nos domingos e feriados cabe-lhe examinar as rações preparadas e todos os viveres inclusive a carne verde, bem como fiscalizar a confecção das rações e tomar todas as providências, por iniciativa própria que as anormalidades surgidas no rancho exigem, sendo responsável pelos fatos administrativos que, porventura resultem das decisões.

(Art. 40 § 1º e Art. 84 § 234 tudo do R.A.E.).

(Continua).

DEPOIMENTO DE UM TÉCNICO

(Combat Forces Journal, E.U.A., outubro, 1950)

Tradução: NICODEMUS

O General J. Lawton Collins, Chefe do E.M.E.E.U.A., de regresso da Coreia, deu ao povo norte-americano o testemunho de sua observação pessoal:

Pergunta: É certo que os feitos do soldado norte-americano e do Exército dos Estados Unidos na Coreia não são nada desvanecedores para o povo deste país?

Gen. Collins: Eu me sinto extremamente vaidoso com o que o nosso soldado e o Exército têm realizado na Coreia.

Deixem-me contar-lhes o que sei, e depois digam-me quem poderia ter procedido melhor.

P. — Não nos interessa indagar quem poderia fazer melhor, mas saber o que foi realmente feito. Não eram tropas inexperientes as que foram mandadas deter a avalanche blindada comunista?

R. — Eram de fato inexperientes; e cometiam erros, como era natural e inevitável. Mas onde encontrar, em tempo de paz, tropas com experiência de combate? O soldado aprende a combater combatendo, assim como operando é que o cirurgião adquire perícia. A instrução prepara o soldado, mas só o combate lhe dá proficiência.

P. — Confessa, pois, que eram bisonhas. Não se ressentiam, também, de instrução deficiente?

R. — O grau de instrução que apresentaram honra os méritos do Gen. Mac Arthur, que teve de lutar, para adestrá-las, contra empeçilhos tremendos: a disseminação das tropas sob seu comando, entre-gues a trabalhos de minúcias inerentes ao governo militar; um país onde todo espaço livre é apro-

veitado para produzir alimentos. Representando, no comando, uma democracia, não lhe seria lícito confiscar impiedosamente áreas enormes destinadas a manobras militares, em risco de levar à fome o Japão.

P. — Então, além de inexperientes estavam mal instruídas. E apesar disso o senhor as enviou à Coreia desaparelhadas e por partes?

R. — E lá se mantiveram. A primeira unidade a chegar tinha efetivo equivalente a meio batalhão de infantaria; foi empenhada mal desembarcou pela manhã, e conteve, sózinha, até à noite, uma divisão comunista inteira. Parece-lhes isso obra de recrutas?

P. — Nossa armamento não era inferior ao que possuía o inimigo? Por que não dispunham as tropas norte-americanas do tipo pesado de lança-rojão?

R. — Porque essa arma acabara de entrar em linha de fabricação. Foi um milagre de logística termos podido fornecê-la tão prontamente às forças em operações. Sómente duas ou três semanas após o avanço coreano pôde ser iniciada a produção em massa de projéteis para esses petrechos. E nossos homens receberam munição e armas numa questão de dias.

P. — E quanto aos nossos carros? Por que eram eles tão ineficientes?

R. — Porque a ocupação do Japão exigia o uso de carros leves. Nossos carros médios têm tonelagem excessiva para as pontes japonesas; seu emprégo nos misteres

de ocupação teria inutilizado todo o sistema rodoviário do país.

P. — Teremos nós carro capaz de destruir os carros comunistas?

R. — Depois que chegaram à Coréia nossos carros médios, não houve um só encontro em que as forças norte-americanas não tivessem posto fora de combate qualquer engenho lançado contra elas pelo adversário. E aqui respondemos também a quantos proclamam não termos nós carro capaz de deter o T34 dos comunistas.

P. — De qualquer maneira, estamos extraíndo, da campanha da Coréia, ensinamentos táticos e lições de técnica que nos serão proveitosos na emergência dum conflito de maiores proporções. Não é essa sua opinião?

R. — A luta na Coréia, país primitivo e acidentado, apresenta características particulares. Os processos de combate lá adotados pouco têm a ver com o que nos cabe realizar a fim de estarmos preparados para uma guerra possível em outra parte do mundo.

P. — A Coréia é, então, uma amostra do que será a guerra moderna?

R. — Muito ao contrário: é o retorno aos antigos processos de combate. Precisamos tomar cuidado para que os ensinamentos dela tirados não venham a alterar nossas concepções do futuro.

P. — E a Fôrça Aérea, General? Não deixou ela de dar-lhe apoio tático adequado?

R. — A Fôrça Aérea, como o Exército, estava entregue a missões de paz, e teve de adaptar-se, da noite para o dia, às operações de combate. O General Walker poderá confirmar-lhes que teríamos perdido a Coréia, não fosse a atuação da Aeronáutica nos primeiros dias da campanha.

P. — Mas houve confusão e malentendidos quanto ao apoio aéreo, não houve?

R. — A princípio houve. Mas após os desajustamentos iniciais a situação melhorou sempre. Foram enviados rapidamente dos Estados Unidos destacamentos especiais da Fôrça Aérea para o controle das missões aero-táticas: cada divisão norte-americana possui atualmente o seu, e outros foram dados em apoio a unidades sul-coreanas. A ligação terra-ar funciona agora bem.

P. — Haverá necessidade de distrair na Coréia meios das três fôrças armadas?

R. — A campanha da Coréia provou que só um tipo de organização é capaz de conquistar o terreno e manter sua posse: exércitos terrestres, apoiados pela aviação tática, e que tinham suas linhas de transporte guardadas por fôrças navais.

P. — agradecidos, General. Estamos satisfeitos.

BOMBAS "BERNET"

Fábrica: MATOSO, 60 — RIO

BOMBAS DE QUALIDADE

DE $\frac{3}{4}$ " — 4", DE BAIXA E ALTA PRESSÃO

BANCO INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE SANTA CATARINA S/A

Agência do Rio de Janeiro — Rua Visconde de Inhaúma n. 134-C

ABRA UMA CONTA NO "INCO" E PAGUE COM CHEQUE

PROBLEMAS DO BRASIL

Ten.-Cel. **ADALARDO FIALHO**

XI

EDUCAÇÃO E CULTURA

Merecem louvados os recentes esforços do governo a respeito da alfabetização de adultos. Com efeito, de todos os grandes problemas do Brasil, nenhum sobreleva em importância o da educação e cultura do povo. Pelo recenseamento de 1940, nada menos de 21.295.490 pessoas de ambos os sexos não sabiam ler nem escrever, sobre um total de 41 milhões. Apenas 38% da população brasileira possuia instrução, do grau primário ao superior. Pior. Daqueles 21 milhões de analfabetos, havia 3.842.551, entre as idades de 20 e 29 anos; 2.664.606, entre 30 e 39 e 1.999.760, entre 40 e 49. Esses 3 grupos somam 8.506.917 pessoas na fase da vida em que a Nação tudo pode esperar delas, se capazes. S. Paulo é o Estado de mais alta percentagem de alfabetização (52%) do Brasil, porém, ainda assim, encontram-se ali 2.857.781 pessoas de ambos os sexos que não sabem ler nem escrever. É confrangedora essa situação, da qual só lentamente vamos nos libertando. No orçamento da República, para o exercício de 1947, para uma receita de Cr\$ 12.118.648.000,00, destinávamos ao Ministério da Educação e Saúde apenas..... Cr\$ 969.411.446,00, ou sejam 8%. Para 1948, sobre uma receita de Cr\$ 14.607.320.000,00, destinávamos ao mesmo Ministério..... Cr\$ 1.596.217.538,00, ou sejam

11%. Houve um pequeno aumento de 3%, mas ainda assim a percentagem é pequena em face da massa de analfabetos. Dados extraídos da publicação "Brasil", editada pelo Ministério das Relações Exteriores, revelam que "o país se vem aproximando de uma situação mais lisonjeira no que respeita à organização, à técnica e à administração dos serviços de ensino". O número de unidades escolares passou de 29.948, em 1932 para 49.007, em 1942; o número de professores de 76.025 para 122.871, no mesmo período e o número de alunos de 2.274.213 para 3.834.515. É pouco, ainda pouco. Eis porque não podemos deixar de aplaudir iniciativas como a da alfabetização de adultos. "Nunca antes se tentara entre nós, diz o Presidente Dutra, em mensagem presidencial ao Congresso, a respeito dessa campanha, esforço tão amplo e tão sistematicamente organizado, com o fim de desenvolver a educação popular. Tendo sido prevista a instalação de 10.000 classes no ano findo, em todo o país, acharam-se, entretanto, em funcionamento, ao encerrar-se o exercício, 10.288 mantidas pelo poder público, além de 3.000 outras que foram instaladas por iniciativa particular.

"A matrícula nas referidas classes excedeu a 500.000 alunos." Tais notícias, alvíçareiras, devem ser

precursoras de maiores e melhores resultados. Uma nação pode possuir algum adiantamento material, como possuímos, mas nunca se alçará às culminâncias do poder e nunca terá real progresso, se a massa de seu povo permanecer iletrada. Os americanos, em Natal, estimavam a capacidade produtiva do trabalhador brasileiro como correspondente a 1/5 da de um trabalhador americano.

Muito recentemente um jornalista americano escreveu que a capacidade de toda a população brasileira correspondia à de 8 milhões, apenas, de habitantes. Os argentinos subestimam também a capacidade dos brasileiros, devido à sua população negra. É que, na realidade, sabem que a nossa população de côn é constituída, em sua grande maioria, de analfabetos. O analfabeto, de fato, diminui a força viva de uma nação. Em vez de aumentar-lhe a produtividade, pesa-lhe na máquina econômica. Não é um verdadeiro cidadão do país. Não pode votar. Não pode influir nos destinos políticos da Nação, aumentando assim as vantagens das minorias muitas vezes nefastas, porém bem organizadas. Incapaz de compreender, nada cria. Não tem ideais. É um inconformado, atribuindo a tudo e a todas as causas de seu fracasso. Assim, muda de profissão como quem muda de camisa. Não se radica, tão pouco. Deixa levar-se pela maré dos acontecimentos. Vai de salto em salto, de desilusão em desilusão. Sua colaboração é ínfima. Uma Nação de analfabetos é corpo só. Falta-lhe espírito e alma. Chama de entusiasmo. Vontade do pioneiro. Uma Nação nessas condições não possui mesmo a consciência de seu próprio destino. O problema não é desses que não tenha solução adequada, desde que as nossas elites e os nossos burgueses, à custa de cuja passividade e egoísmo já cedemos tanto terreno aos agitadores sociais, se disponham a sair de seu torpor e colaborar, voluntariamente, com o governo. Atente-se para o caso do México, onde o analfabetismo vai sendo eliminado espeta-

cularmente, graças à cooperação espontânea e ao patriotismo de todos os seus habitantes.

O EXEMPLO DOS OUTROS

Muitos brasileiros se espantam do progresso dos Estados Unidos em relação ao nosso. Alguns avaliam em 70 anos o nosso atraso em relação a eles. E indagam como isso pode ser, se possuímos, eles e nós, territórios correspondentes em tamanho. É verdade que o país deles é rico e acessível, o clima ameno e o homem industrializado. Mas tudo isso não bastaria para fazê-los prósperos. É preciso que se saiba que, iniciada a colonização em 1607, já em 1636 fundava-se ali o Colégio, hoje célebre Universidade de Haward, bem como escolas elementares, em todos os lugares importantes. O corpo legislativo de Massachusetts, em pleno alvorecer colonial, exigia que cada comunidade de 50 casas sustentasse uma escola. Todas as colônias recém-fundadas tornaram o ensino compulsório. Em consequência dessa difusão de cultura, ainda que elementar, aparecia, já em 1639, em Cambridge, o primeiro jornal que viu a luz do dia na América. De resto, todas as colônias americanas conheceram jornais, magazines, almanaque e até mesmo livros de mérito duradouro. A primeira biblioteca da América surgiu em Boston, em 1656, e a primeira Constituição escrita do continente, fruto da consciência aadurecida de um povo em marcha ascensional, apareceu também na Pátria de Lincoln, em 1787. Às vésperas da Revolução libertadora, Boston possuía 5 jornais e Filadelfia 3. Esses foram os fundamentos, estabelecidos sobre cidadãos e não sobre habitantes, sobre qualidade e não sobre número. Hoje, com cerca de 130 milhões de habitantes, os Estados Unidos possuem um coeficiente de alfabetização superior a 99%, a tiragem anual de livros alcança a astronômica cifra de 60 milhões de exemplares e algumas de suas Universidades abrigam até 50 mil alunos.

O NOSSO CASO

Quão diferente foi a política educacional seguida, no Brasil, pelo português colonizador! Abone-se isso em nosso favor, embora tempo já tivéssemos, desde 1822, quando nos libertamos dos grilhões coloniais, de nos ressarcir dos prejuízos causados à população brasileira pelo feroz isolacionismo de espírito dos lusos, que emperravam, senão proibiam quaisquer manifestações culturais de nossos ancestrais. Enquanto que o inglês fundava as suas colônias à base de representação popular local, propiciando a todos os seus habitantes amplas liberdades de falar, de imprensa e de reunião, bem como pautando todos os seus atos pela maior tolerância civil, religiosa e racial, o português, ao contrário, centralizava o governo nas mãos de capitães-mor (mais tarde nas de Vice-Reis) nomeados pela Coroa, suprimia as liberdades, impedia a propagação de indústrias e escolas, taxava absurdamente os colonos, impunha a religião católica, enfocava os patriotas e, finalmente, na hora de fugir-lhe a presa, ainda tentava reduzir o "status" político da Nação, caso único na História! O resultado é esse lastro de ignorância e de minoridade cultural que o nosso povo carrega: ao passo que o americano, cedo educado e acostumado aos ideais democráticos, cedo amadureceu a sua consciência cívico-política, alargou o seu espírito e passou a bater-se por um "standard" de vida mais alto, em todos os sentidos. Os problemas de educação e cultura, não há dúvida, estão intimamente ligados ao progresso e ao sistema político que a Nação aceita. Cada avanço na derrubada dos ideais democráticos corresponde a um retrocesso na marcha para o progresso de um povo. Cada tirano, cada despotá que sobe, cada liberdade que se suprime corresponde a um passo atrás, a uma luz que se apaga na consciência da Nação. É como se negra e duradoura noite descesse sobre o país. As artes, as belas-letras e as ciências se estagnam. Ao contrário, cada libe-

dade que se restabelece, cada reafirmação dos ideais democráticos corresponde a um passo à frente, à volta da maré avassaladora ao leito profundo da civilização verdadeira. Eis porque devemos todos prestar agora as providências do governo tendentes a eliminar a ignorância em nossa terra. Mais, ainda. Cooperar ativamente nessa benemérita campanha de alfabetização de adultos, destinada a trazer grandes repercussões para a nossa Pátria. Devemos ganhar agora, em velocidade, o que perdemos em tempo. O exemplo do Japão feudal, levantando-se, em 50 anos, às culminâncias de potência de 1^o ordem, é exemplo de possibilidades que não devemos perder de vista. Porém, nesse caminho de recuperação, não devemos nos ater à pura e simples alfabetização dos adultos. Não bastam indivíduos alfabetizados, mas, sim, cultos. Devemos procurar ampliar os conhecimentos dos já alfabetizados, propiciando-lhes meios de alargar a sua perspectiva intelectual. Entre esses meios, situa-se o livro barato.

SEM LIVROS NÃO HA CULTURA

Com efeito, é simplesmente asfixiante e inacessível o preço do livro no Brasil. Questão de preço de papel, de direitos de importação, de interesses de livreiros, seja lá qual for a razão, o fato é que o grosso da população do Brasil não goza as delícias da boa leitura devido ao exagerado preço dos livros que lhe põem à venda. E se nos lembriarmos que essa população de 41 milhões de habitantes, ou melhor, de 13.292.605, que tantos são os que sabem ler e escrever, só tem à sua disposição 953 bibliotecas, das quais, ainda assim, 505 particulares, ficaremos aterrados com o que se poderia chamar de propagação da cultura em nossa terra. Iniciativas tendentes a melhorar essa situação, tais como a tentativa de estabelecimento de livros em estilo "Pocket Book" do americanos, devem ser encorajadas, com ou sem capitais estrangeiros e a despeito dos protestos

de meia duzia de livreiros interessados em defender os seus capitais, com prejuízo da cultura do povo brasileiro. É preciso que divulgemos o livro, que tenhamos o "Livro de bolso", mesmo que seja impresso no estrangeiro. Num país de 70% de analfabetos, o livro não pode pagar direitos de importação e qualquer outras taxas. Quando vemos livros monumentais como o "The Story of Mankind", de Van Loon e outros da coleção "Pocket Books" serem pagos, aqui, à razão de 7,5 cruzeiros o exemplar, compreendemos a situação privilegiada em que vive o cidadão norte-americano, em matéria de cultura e

qual a razão do progresso de sua pátria. Não falta ânimo ao brasileiro para elevar o seu espírito. Faltam-lhe, sim, recursos, diante da ganância dos exploradores do comércio de livros.

São, pois, merecedoras da mais irrestrita aprovação as medidas que o Governo vem tomando, aliás com o apoio da população, para a alfabetização dos nossos iletrados adultos, as quais virão reconduzir tantos milhões de brasileiros ao seu verdadeiro caminho criador. Só assim o Brasil poderá progredir e alcançar o destacado lugar que o seu potencial material lhe augura entre as Nações do mundo.

DA PROVÍNCIA...

Palavras proferidas pelo Subcomandante da 7ª Divisão de Infantaria e Comandante da Guarda Militar de Natal, quando da apresentação coletiva de cumprimentos oficiais do Exército ao novo Governador do Estado, por motivo de sua posse.

Exmo. Sr. Governador do Estado:

1. Como Chefe do Executivo Norte-Riograndense, tem V. Excia., no Ritual Militar, direito a cumprimentos oficiais, por parte de Comissões de cada uma das Forças Armadas Nacionais, aqui estacionadas.

2. Por outro lado e ainda conforme o Cerimonial Militar, goza o Governador, em seu Estado, das prerrogativas honoríficas de General de Divisão, de Vice-Almirante e de Major Brigadeiro — correspondentes à sua posição protocolar e hierárquica, — em cada uma das Corporações Armadas da União Federal.

3. As Comissões de cumprimento das Classes Armadas, como estas, são mensageiras e dão testemunho de pública deferência à majestade do Poder Civil.

4. Exmo. Sr. Jerônimo Dix-Sept Rosado Maia: embora isolada ou pessoalmente, nós e quiçá algum dos camaradas aqui presentes, temhamo-lo já cumprimentado, por sua alta investidura — esta é a apresentação e o pronunciamento coletivos, dos Comandantes, Diretores e Chefes desta Guarda Militar, — ao novo Governador do Rio Grande do Norte.

5. Aceite, pois, V. Excia., em nome do Exército que serve nesta circunscrição administrativa da República, os votos dum profícuo e pacífico período governamental, que tanto se ajusta ao seu nobre passado de industrial e administrador, como às instantes necessidades da Gente Potiguar.

Natal, 10-II-1951, às 10 horas.

OS MILITARES E OS PROBLEMAS SOCIAIS

Ten.-Cel. RIOGRANDINO DA COSTA E SILVA

II

Síntese do desenvolvimento da questão social

Entre inúmeras e variadas definições do que seja ESTADO, espalhadas por muitos compêndios e tratados, uma encontramos que se nos afigura recomendável, especialmente pelo caráter de síntese que apresenta, numa fórmula simples, de muita perfeição e grande clareza:

"O ESTADO é princípio espiritual, mas também entidade social, atividade econômica, valor nacional, personalidade jurídica e poder político. O seu ideal social é a realização da justiça entre as classes; o seu ideal econômico é o bem-estar dos indivíduos e a potência da Nação; o ideal nacional é o prestígio da Pátria no consórcio internacional; a atividade jurídica exprime-se pelo exercício dos direitos de supremacia em relação aos interesses gerais da sociedade e da Nação; e o poder político, pelo exercício da autoridade superior, apta a garantir a ordem e a executar a lei".

Através dessa definição, verifica-se que o ideal social do Estado é a realização da justiça entre as classes, o que representa nada mais, nada menos do que a solução do velho problema social. Já se afirmou, efetivamente, que a questão social é eterna como o pró-

prio mundo, tendo existido, como continuará a existir, para todos os povos, em todas as latitudes, onde quer que haja capital e trabalho, ou empregado e patrão. Não vale, portanto, a opinião dos que pretendem seja o problema uma consequência do progresso dos tempos modernos. O tempo, no seu decorso, tem-lhe trazido aspectos variados e diferentes, mais complexos e mais graves, que se fixam ora mais, ora menos acentuadamente na observação dos estudiosos, conforme o ponto de vista a que são levadas as decorrências naturais e lógicas, fatais e, muitas vezes, imprevistas da própria questão que se procura solucionar. E nessa observação é que se chega à conclusão de que, coexistindo com a sociedade, o problema da realização da justiça entre as classes tem acompanhado o desenvolvimento do Estado, ou, para dizer melhor, as modificações de seu conceito, conforme a época e a mentalidade então dominante. A explicação do fato não é difícil de encontrar.

REFLEXO DO AMBIENTE MORAL, POLÍTICO E SOCIAL

Em criterioso estudo sobre a "concepção do Estado em face das modernas correntes políticas", o Dr. A. A. de Covêlo aprecia a vida política em sua evolução desde

as democracias primitivas da Hélénica e em Roma e afirma que uma verdade se apresenta indiscutível:

"o Estado reflete, na sua composição e estrutura, nas suas tendências e finalidade, nas suas formas e nos seus meios de ação, o ambiente moral, político e social dentro do qual se movem os homens, impedidos pelo instinto da sociabilidade e pela lei da solidariedade".

Que se pode ver, então, no Estado, como reflexo do ambiente moral, político e social em que se movimentam os homens, animados do espírito de sociabilidade e sob o influxo da lei de solidariedade?

Desde que aparece diferenciação entre ricos e pobres, surge, também, a distinção que cada vez sempre mais se vai acentuando, entre as classes sociais. A princípio, essa distinção é aceita como coisa natural, tanto que, remontando à época feudal, por exemplo, aí se revelam, acentuadamente, as divergências entre classes, porém, como salienta um observador arguto da crise doutrinária do socialismo, não obstante a diferença entre o luxo dos fidalgos e a pobreza do camponio, bastante acentuada para a época, não há indício de que o peão se considerasse lesado em seus direitos.

OS PRIMEIROS "SINAIS DE REVOLTA"

Aparecem os primeiros "sinais de revolta" sómente quando, sob a influência do capitalismo incipiente e das novas exigências do numéricario, o feudalismo começa a declinar. E ainda mais se evidenciam esses sinais com a transformação política decorrente do tufão de liberalismo ateado pela Revolução Francesa. Desencadeia-se a procela demolidora das velhas instituições e a chama revolucionária atinge a todos os povos, erguendo-se soberanamente as reivindicações individuais contra a sociedade, o povo contra a autoridade. O citado jurista de São Paulo traça, a esse propósito, o seguinte quadro

que bem nitidamente apresenta o fenômeno:

"O espírito revolucionário, inflamado pelo enciclopedismo, volve-se principalmente contra o edifício do Estado. A concepção divina do poder, opõe a novidade de uma concepção humana e jurídica; ao absolutismo, a limitação e o refrejamento do arbitrio governamental; à vontade do monarca, a vontade do povo; ao direito divino, os direitos do homem; ao dogma político e religioso, a livre crítica e a independência da razão, fortificadas pela ciência".

REVOLUÇÃO POLÍTICA E REVOLUÇÃO ECONÔMICA

Com o estabelecimento do democracia político, de sentido clara e exageradamente individualista, julgou a Revolução ter resolvido o problema político para todos os povos e para todas as épocas; mas, nem isso chegou a conseguir, como tem sido reconhecido hoje, e, ainda mais, agravou sobremaneira o problema econômico, introduzindo nas questões dessa natureza os princípios do liberalismo político, sem ter em conta nem medida as circunstâncias especiais de cada caso. Além disso, o surto extraordinário de progresso material, sobrevindo em consequência dos notáveis inventos introduzidos em todos os ramos de indústria e de trabalho, traz às condições de vida dos povos tantas e tão profundas modificações que se chega a pensar, também, em uma verdadeira revolução econômica. A situação assim pode ser apresentada:

"A multiplicação dos aparelhos agrícolas e a mecanização do trabalho rural; a construção intensa das fábricas, para a produção em larga escala de todos os produtos, que contribuem para melhorar as condições de existência; a abertura e o aperfeiçoamento das vias de comunicação; a navegação, o telégrafo e a imprensa apressam o progresso vertigi-

noso dos povos, que aprendem a conhecer-se mais seguramente, rompendo o isolamento em que se haviam conservado. Na indústria, na agricultura e no comércio, os novos agentes de trabalho e riqueza, criados pelas continuas vitórias do engenho humano sobre a natureza, e as perspectivas de novas conquistas e de novas descobertas, levavam o homem a desenvolver uma intensiva atividade produtora, o que permitia aos mercados de todos os países favorecer a vulgarização das mais variadas mercadorias, tornadas indispensáveis ao bem-estar do homem modernizado pela democracia. Ainda um novo fator desempenhava, nessas mudanças, papel fundamental: o jornal e o livro, multiplicados e disseminados, apressavam a difusão dos conhecimentos científicos, favoreciam a cultura das massas e permitiam, indistintamente, a todas as inteligências o conhecimento fácil e seguro dos problemas que atormentavam o espírito das novas gerações". (Covelo, ob. citada).

INSTANTE TRÁGICO E DECISIVO

É esse o instante trágico e decisivo, que se pode considerar como o momento exato da ruptura das classes sociais, em que as massas operárias, começando a impressionar pelo seu vulto em virtude da concentração que a máquina impunha, despertam a atenção de certos doutrinadores que se lhes inculcam como apóstolos socialistas, mas que, na realidade, não são oriundos de suas fileiras. Temos, assim, que o espírito de classe, o despertar da consciência das massas proletárias não decorre da propaganda de elementos das mesmas massas, e, sim, de "intelectuais de procedência burguesa ou aristocrática". É precisamente isso o que hoje se sabe, a respeito das origens dessas rebeliões das massas, e o que nos afirma um pensador autorizado e profundo conhecedor do assunto:

"As doutrinas socialistas são o produto não da miséria in-

tellectual do proletariado, porém da abundância cultural de intelectuais de procedência burguesa ou aristocrática. Irradiaram de cima para baixo e não de baixo para cima. Entre pensadores e utopistas, que foram os precursores do ideal socialista, encontra-se apenas um único homem do povo. Os nomes de proletários só aparecem mais tarde, quando as doutrinas já se achavam incorporadas aos programas das conquistas operárias. Porém, a esse tempo, não se tratava mais de formular princípios, mas tão sómente de desenvolvê-los, aplicá-los e difundi-los. No que concerne à parte teórica do sistema, até entre esses vulgarizadores, os operários, ou antigos operários, estão em minoria, relativamente aos intelectuais burgueses".

(Henri de Man — "Au delà du marxisme").

Como quer que seja, todavia, são esses doutrinadores e apóstolos, puros teóricos do socialismo, que se encarregam de impressionar e arrastar as massas obreiras e trabalhadoras, conseguindo seu objetivo, pois que as lançam, miseravelmente, nesta luta terrível que vem do século passado e de onde saiu a "peste mortal" do comunismo russo, ateu e destruidor. Sob esse signo nefando, o movimento adquire um caráter revolucionário permanente e se amplia desde logo, transformando-se em movimento internacional, de forma a estender seus tentáculos por todo o mundo civilizado.

PROTESTOS SOLENES E FORMAIS

Felizmente para a humanidade, entretanto, os novos doutrinadores despertaram imediatamente protestos solenes e formais, nem sempre ouvidos e seguidos em outras ocasiões — é verdade — mas que, a pouco e pouco, vão evidenciando a força e a consistência dos argumentos em que estão baseados, tornando-se padrão e paradigma na solução do complexo problema em

mais de uma nação. Claro é que não nos referimos, aqui, a protestos porventura feitos pela violência das armas, para combater o uso, o emprego, dos meios de que lançam mão os inimigos da ordem e da tranqüilidade dos povos cultos; falamos, sim, das contestações enérgicas que sempre se fizeram ouvir por toda a terra, partidas especialmente da sede eterna da eterna sabedoria, que é a Cátedra augusta do Soberano Pontífice, sucessor legítimo de Cristo e o portador autorizado de Sua doutrina e dos ensinamentos de Sua Igreja neste mundo. São realmente notáveis as lições emanadas do Sólio Pontifício, a propósito da questão social e desde que a inquietação e a desordem começaram a lavrar no seio das classes proletárias. Os documentos oriundos da Sé Apostólica, a esse respeito, são todos impregnados da verdade e da sabedoria das coisas eternas, como eterno é o próprio Deus que as inspira, e consubstanciam, admiravelmente, os ensinamentos básicos à única solução do problema, porque o resolve sem violências, pelo amor e à luz da caridade cristã, respeitando a autoridade legítima e não desdenhando da dignidade do ser humano.

A DOUTRINA MARAVILHOSA DAS ENCÍCLICAS

A referência que fazemos aos documentos pontifícios, ao tratarmos deste magno assunto, se explica perfeitamente, além de outros motivos, pela circunstância valiosa de que já vai sendo reconhecido, hoje, que não é possível resolver satisfatoriamente o problema da condição dos operários sem levar em conta a doutrina suave e maravilhosa das Encíclicas Papais. E, no caso brasileiro, especialmente, essa referência ainda mais se impõe, por quanto é a doutrina cristã que tem inspirado e orientado a ação governamental na solução da magna questão, levando nosso País a poder apresentar ao mundo uma legislação social das mais adiantadas, sem margem a lutas cruentas e sem abalos, ou perturbações maiores em sua vida institucional.

Claro é que não vamos mencionar todos os documentos de tal natureza, que são numerosos e de antigas datas, porém se impõe, indiscutivelmente, a menção da encíclica conhecida pelo nome de "RERUM NOVARUM". Não é esta o primeiro documento, em ordem cronológica, embora datando de 15 de maio de 1891, mas encerra o resultado da observação, da experiência e da ampla cultura do grande Papa Leão XIII, que talvez só haja sido superado, há cerca de dez anos, por este outro notável Pontífice que foi Pio XI, quando publicou a "Quadragésimo Ano", dada em Roma precisamente no dia em que se completava o 40º aniversário da divulgação daquèle extraordinário trabalho. As idéias de Leão XIII foram, porém, confirmadas por Pio XI, como ainda o são atualmente pelo seu ilustre e sábio sucessor, o Papa Pio XII, e continuam a servir de fundamento essencial à solução que a Igreja propugna para o problema das relações entre operários e patrões, ou, seja, da questão social. Parece, pois, de inteiro cabimento aqui a indicação dessas idéias fundamentais.

SÍNTESE DA DOUTRINA DA "RERUM NOVARUM"

Bastante longo e minucioso é o conhecido documento em que o Papa Leão XIII trata da questão social e que é universalmente designado como a "Encíclica *Rerum Novarum*". Numa introdução de alguns capítulos, o Soberano Pontífice examina o problema da condição dos operários, salientando suas dificuldades e os perigos que oferece seu estudo, bem como as causas do mal-estar entre as classes. Em seguida, passa a expor a solução que os socialistas pretendem dar à questão, diz em que ela consiste e a refuta brilhantemente como prejudicial para o operário, injusta por estabelecer a eliminação da propriedade privada e, finalmente, como uma causa permanente de perturbações sociais, pois se tornaria uma porta aberta a todas as invejas, a todos os descontentamentos e a todas as dis-

córdias, uma odiosa e insuportável escravidão, terminando na indigência e na miséria geral.

É essa a primeira parte da encíclica. Logo a seguir, na segunda parte, o Papa expõe, demoradamente, a solução apresentada pela Igreja, baseando-a, em resumo, nos seguintes preceitos :

1º) desfazendo o erro capital de que os ricos e os pobres são naturais inimigos e promovendo a reconciliação pela prática dos deveres de justiça dos operários para com os patrões :

a) fornecendo o trabalho ajustado em contrato livre e equitativo ;

b) não lesando o patrão nos bens, ou pessoa ;

c) não dando às reivindicações uma forma violenta e sediciosa ;

Dos patrões e dos ricos para com os operários :

a) não tratando o operário como escravo ;

b) respeitando sua dignidade de homem ;

c) não impondo trabalho superior às suas forças, idade ou sexo ;

d) dando-lhe um salário conveniente ;

e) abstendo-se de toda violência, fraude ou usura que possam atingir o pobre ;

f) livrando-o das solicitações corruptoras e tendo em conta os seus interesses espirituais e o bem da sua alma.

2º) promovendo a aproximação entre as classes, pela consideração das relações entre a riqueza e a pobreza, vistas à luz sobrenatural da vida futura, mandando aos ricos fazer bom uso da riqueza e aos pobres ter na devida estima o trabalho ; pregando os deveres de caridade, que mandam lançar no seio dos pobres o supérfluo da necessi-

dade e do legítimo decôro social ; ensinando que o rico deve servir-se da riqueza para aperfeiçoamento próprio e para alívio do próximo, como ministro da Providência ; e ensinando, ainda, que a verdadeira excelência e dignidade residem nos bons costumes e na virtude.

3º) inspirando a fraternidade cristã entre as classes, pela prática do amor fraterno, inspirado :

a) na mesma origem ;

b) no mesmo fim ;

c) na mesma redenção ;

d) na comunidade dos mesmos bens da natureza e da graça.

Refere-se, então, a Encíclica aos motivos da intervenção do Estado, diz quais são as obrigações que lhe incombem, em face da questão, e indica os princípios gerais e as aplicações particulares a imprimir à sua ação. Trata, também, da ação pessoal dos patrões e dos operários, mostrando como se deve manifestar — em instituições de socorro ou proteção e nas corporações, ou associações. E conclui com um magistral apelo à dedicação de todos e ao cumprimento dos respectivos deveres, assinalando que a sorte da classe operária será resolvida pela razão ou contra ela e não pode ser indiferente às nações que o seja por uma ou outra maneira, pois

"a salvação desejada deve ser principalmente o fruto de uma grande efusão de caridade. queremos dizer daquela caridade que compendia em si todo o Evangelho e que, sempre pronta a sacrificar-se pelo próximo, é o antídoto mais seguro contra o orgulho e o egoísmo do século".

A seguir : *O socialismo e as escolas socialistas.*

AVISO AOS ASSINANTES

Avisamos aos assinantes de "A Defesa Nacional" que, com o presente número, se iniciam as assinaturas correspondentes ao ano de 1951, ficando mantidos os preços e as condições de pagamento que vigoraram em 1950.

A FUNÇÃO DE PENSAR E OS PENSAMENTOS

Traduzido da revista argentina "Logosofia", por
ARNALDO GONÇALVES PIRES

Quando se fala do pensamento, é comum referir-se indistintamente, já temos assinalado em outras oportunidades, a razão, a mente, a inteligência, a reflexão, a imaginação, etc., como se tudo tivesse a mesma função, e, até são muitos os casos em que se toma uma por outra sem discriminação alguma.

A Logosofia define a função de pensar como um ato que exerce a mente para elaborar um pensamento, uma idéia, ou simplesmente, a descrição de um motivo que uma circunstância determinada exige aos fins de uma explicação. A função de pensar é, pois, um ato, diria-se, criador, desde o momento que cria na mente a existência de um pensamento ou uma idéia que até esse instante não existia; porém, também esse ato enche outras necessidades da inteligência, como é a de coordenar e selecionar os elementos que logo hão de usar-se para encarar assuntos ou problemas, já de incumbência pessoal, já geral.

A função de pensar se diferencia nitidamente de todo esforço mental que possa fazer-se para recordar conhecimentos ou coisas que se achavam ausentes da zona mental imediata ao domínio espontâneo da própria vontade, seja por esquecimento ou por falta de uso dos mesmos. O esforço mental para recordar, atrai os pensamentos esquecidos e isto naturalmente, nada tem que ver com a função de pensar. Cada um, segundo sua capacidade mental e o cultivo de sua inteligência, pode ter à sua disposição um aprovisionamento de conhecimentos que, por pertencer ao seu acervo pessoal, não requer um novo processo de elaboração, e, quando a inteligência se dispõe a usá-los, espontâneamente os toma do arquivo mental próprio, arquivo que, como é natural, constitui o caudal do saber adquirido pelo estudo e pela experiência.

No trato corrente é freqüente observar como se confunde de continuo o papel que desenvolve a inteligência com o dos pensamentos e a função de pensar. Quem haja feito estudos a fundo sobre estas, em aparência, complexas questões do entendimento, haverá podido surpreender sem maior dificuldade, a diferença substancial que assinalamos entre um e outro ato da mente ou da inteligência.

O certo é que a função de pensar se exerce, quase sempre, nos momentos dedicados ao estudo ou nos que se devem encarar, por exigirem-no assim as circunstâncias, assuntos com participação ativa da própria capacidade; em troca, nas relações diárias entre uns e outros, geralmente se usam pensamentos de diversa índole, que cada um tem a disposição dentro da sua mente.

Esta discriminação que fazemos entre a função de pensar e os pensamentos, é em extremo necessária para o ordenamento das atividades da inteligência e, sobretudo, para que se possa ter uma visão clara a respeito de como deve alguém comportar-se no emprêgo das próprias opiniões e de seus juízos.

A CONSCIENCIA

Tenente AMANTEA

"Esta chama que te ilumina, homem, o caminho da Vida, ouve bem, esta chama é a tua consciência".
(ICIEA).

A consciência é a melhor mestra que o homem tem para se guiar. Por isso Ele se deve despojar de todo orgulho e vaidade e olhar com olhos de cristão sincero o que a sua consciência lhe dita.

Uma consciência honesta e limpida, aureolada pelas mais sãs virtudes, só pode encaminhar a criatura para o retilíneo caminho da salvação.

Expurgando o homem a sua consciência das impurezas que a cerceiam constantemente, Ele estará sempre vigiado porquanto ela afasta, sem que se perceba, todo o negrume que porventura tente se aproximar.

A consciência, portanto, é o farol luminoso que mostra ao viandante as suas perfeições ou imperfeições e de seu férreo chicote justiciero ninguém poderá se livrar.

Ela é a mestra ardorosa e esperançosa que aponta sempre as verdades dentro das mais sãs verdades e se dela alguém se afastar por desídia ou negligência, sofrerá a consequência de seus próprios erros.

O erro é humano e fácil se torna a sua cura quando se deseja de fato perlustrar pelo lado bom. Errando o homem uma, duas ou mais vezes, sempre encontrará meios para reparar essas faltas, a não ser quando deseja resvalar numa vez por todas, para o abismo profundo que existe sob seus pés.

A consciência é o confessor que não falha nunca e ao qual o homem não pode esconder o menor deslize de sua vida. Esse confessor

é implacável, mas justiciero, é enorável, mas infalível.

Esse confessor amigo e despretencioso só sabe acusar e nunca defender; nunca perdão, porque só Deus é quem pode perdoar, mas aconselha sempre.

Desse confessor intransigente, não se pode esquecer ou negar o menor erro que se deseja praticar.

* * *

Não há altar mais puro do que a grandeza e magnificência do céu que a todos cobre e para o qual sempre se olha com ânsia e prazer.

É no silêncio que se forjam grandes almas e é no silêncio, coordenado ao ambiente de concórdia e harmonia, que mais se podem ouvir as palavras de conselho ou de censura que a consciência faz sentir a cada instante que se passa.

Ela é a melhor amiga porque a todos os instantes está a bradar: "ouça-me meu amigo, tu só terás o perdão de DEUS, se estiveres sempre em paz comigo".

Só quem pode perscrutar o que vai na alma do penitente é Deus e por isso só Ele é que poderá absolver qualquer um de SEUS filhos pelos atos maus que praticar.

Feliz é a criatura que tem a sua consciência em paz com DEUS e não tem segredos e nem remorsos para o dia dos ajustes.

Feliz é aquele que sabe compreender que valor extraordinário possui a paz da consciência e por

isso trabalha e se esforça a fim de mantê-la limpida e clara assemelhando-se à água pura dos lagos tranqüilos, beijada pelo Astro-Rei.

* * *

A consciência age junto ao homem numa ação múltiplice, pois obriga-o a discutir consigo mesmo sobre seus atos ou ações, antes num sentido preventivo, para depois censurá-lo ou aplaudí-lo.

A consciência é dúvida e dú-

vida é anseio por acertar, por discernir entre os dois polos: o Bem e o Mal. Ela é dúvida no princípio para depois tornar-se certeza, confiança, fé e força.

A consciência deve ser cultivada da mesma maneira que o bom jardineiro cultiva o seu jardim, a fim de que a alma esplenda em flores e encha o mundo com o seu perfume agradável, restaurador e libertador.

A consciência é uma visão de DEUS, uma manifestação inequívoca da Divindade.

Livros à venda nesta Redação

	Cr\$
Pub. 11 — 3º Vol. Cavalaria. Org., Emprêgo — Segurança — E. A. O.....	6,00
Pub. 5 — Cooperação das Armas e Serviços, Palestras Iniciais — E. A. O.....	25,00
R/2 Regulamento de Continências, Honras e Sinais de Respeito das Forças Armadas — E. A. O.....	6,00
Pub. 12 — "1º Vol." Intendência Organização e Emprêgo — E. A. O.....	9,00
P. P. — 7-10, Programa Padrão de Instrução para os Regimentos de Infantaria — C. A. E. R.....	8,00
A Revolução de 1842 — Martins de Andrade.....	25,00
Inglês Básico e Prático — Vitor José Lima.....	20,00
A campanha da África Oriental — Gen. Waldomiro C. de Lima.....	25,00
Métodos de Instrução. Conferências — 2ª edição aumentada — E. A. O.....	18,00

— 0 —

Pedidos pelo Reembolso Postal ou remessa de Vale Postal para a Gerência de "A Defesa Nacional", Caixa n. 17, Agência do Correio do Ministério da Guerra, Rio de Janeiro

A PRESENTE CONJUNTURA NACIONAL

"Tout voir et tout comprendre est une grande raison d'incertitude." Mme de Stoël — De l'Allemagne

Cel. J. B. Magalhães (Da 1^a Classe da Res. do Ex.)

A presente conjuntura nacional constitui motivo de incerteza sobre o futuro. Parece-nos dominada por um complexo de circunstâncias e fatôres de natureza contradiatória. Lembra-nos uma peleja de forças de origem e sentido diversos: positivas umas; inertes ou negativas, outras. Umas, oriundas ou consequentes da natureza da terra; outras, residentes no homem que a habita.

Momentos há como agora, por nosso mal, que as negativas parecem preponderar, ameaçando de aniquilamento toda a estrutura da nacionalidade...

Das forças que residem no homem, as que lubutando incessantemente pelo lógico aproveitamento da terra, a conservação e o progresso da nacionalidade, são positivas. Outras, opondo-se ao êxito destas por ignorância fundamental ou imoralidade inata, sem a compensação dos efeitos de uma conveniente cultura, são negativas, promovendo a corrupção dos costumes e das instituições. Via de regra, agitam a massa indecisa do corpo nacional para a desordem de que procuram tirar seu triste proveito.

Mas tudo isto se movimenta no quadro dos acontecimentos mundiais, dominado pelas irresistíveis tendências da civilização, da revolução industrial: melhor repartição por todos os homens dos benefícios da riqueza oriunda do trabalho coletivo da sociedade.

Hoje, ninguém mais ousa contestar a necessidade de se procederem às convenientes reformas para o al-

cance desse escopo, havendo porém, divergência quanto aos métodos a seguir.

Alguns, os comunistas liderados por Moscou e postos a serviço do imperialismo russo, sob o pretexto de as acelerar adotam processos violentes e com demasiada opressão das liberdades individuais, cuja máxima garantia é a finalidade precípua da civilização humana. Outros, pretendem consegui-lo por evolução, vencendo de pouco em pouco, as resistências da inércia social, resultado da ignorância de parceria com o egoísmo dos melhores favorecidos pelas circunstâncias momentâneas.

Nesse quadro, o Brasil se encontra numa situação correspondente aos elementos retardados, que por não possuirem recursos naturais, notadamente carvão de pedra abundante, bom e barato, não puderam realizar progressos industriais sólidos e amplos, por conta própria. Encontra-se sobretudo desorganizado, notadamente no campo da política, pelas crises econômicas daí decorrentes e pela incompreensão de tais fatos do mundo moderno pela grande maioria de suas elites ou melhor de suas classes letradas. Mal servido por instituições democráticas, que se lhe não aplicam judiciosamente, em vista das condições de sua geografia e de sua evolução histórica e da precariedade de seus fundamentos econômicos, porque assentadas no sufrágio universal por voto direto, no qual os efeitos do voto não correspondem à capacidade de discernimento político dos votantes, vive

de crise em crise, cada vez mais grave. Disto, resulta que as preferências do eleitorado para a formação dos governos nacionais, recaem sobre os que melhor sabem engodar a ignorância e abusar das necessidades e sofrimentos das massas, com o consequente afastamento das posições do Estado da melhor gente. Corrompem-se destarte as suas hierarquias funcionais e se produz a hipertrofia do Estado, transformado mais em instrumento de explorar a Nação em benefício de alguns, do que utilizado como instituição destinado a assegurar a ordem e promover os progressos da nacionalidade. Ordem e progresso sempre ludibriados, quando invocados para basear a adoção de medidas públicas, que se reconhecem por necessárias, pelos indivíduos secundários ocupantes dos cargos relativos aos poderes do Estado e à direção da Administração.

Todavia, o Brasil tem progredido, embora anarquicamente e cometendo erros sérios em sua marcha para o futuro, à custa, porém, de sacrifícios evitáveis. Tem progredido, mercê dos impulsos que lhe dão à sua gente sá e da resistência que alguns oferecem ao trabalho da desordem, o que testemunha a capacidade de ação de seu povo, visto globalmente.

A desajustada e difícil conjuntura nacional presente possui, em nosso modo de ver, dois fundamentos cardiais: as circunstâncias econômicas desfavoráveis oriundas da natureza do país; a insuficiência cultural das nossas chamadas elites. Mas, é sobretudo esta a responsável pelos erros econômicos praticados com a degenerescência da política. Falta-lhe vibrabilidade cívica e perfeito sentimento de suas responsabilidades em relação à coletividade nacional, para a defesa das nossas melhores conveniências. Ela é apática ou sonambúlica. Não se empenha dedicadamente em bem orientar e elucidar a opinião pública, deixando campo livre às manifestações dos insinceros, às mentiras dos mal in-

tencionados, à fancaria dos esperitalhões e até às bobices, não raro prevalecentes, de certos ingênuos...

Na base de tudo estão, porém, as condições econômicas, que, no dizer de J. Lucio de Azevedo, condicionam o progresso e a decadência dos povos (*): "Para cada povo existe, como para os indivíduos, uma conta de Deve e Haver, que nos dá o quilate de suas prosperidades, é por onde cedo, até para os maiores impérios, os prodígios da decadência se denunciam".

Na maneira de tratar a vida econômica do país, está pois o ponto chave da capacidade política. E, porque o campo central da economia é o comércio, a aferição da capacidade política de um povo é feita pelo manejo do meio circulante de que esse comércio necessita, do seu principal instrumento de trocas: o dinheiro!

Isto faz ver quanto a nossa política monetária, de duas décadas a esta parte revela tremenda incapacidade política! Mais do que isto, fraca moral dos nossos legisladores e governantes, porque se fêz inflacionária, isto é, doentia. Mais ainda. Faz constatar pela falta de reação das élites, a precariedade destas, isto é, da gente letreada de todos os grupos sociais, inclusive, as classes armadas!

De fato, tal política tem nos servido efetivamente só para enriquecer mais e mais os tubarões e criar o caldo próprio ao desenvolvimento do fermento comunista. Não é feita em vista do bem nacional. Só faz encarecer o custo da vida e com isto estimular todas as corrupções, a começar pela da produção do que é necessário à vida da sociedade, e a terminar pela dos costumes e mentalidades...

É coisa de que, a mais leve ponderação das ocorrências da vida nacional na última década, dispensa demonstração.

A conjuntura nacional presente é dominada pelo inflacionismo monetário propositado, fruto do imo-

(*) *Epochas do Portugal Econômico*.

ralismo de uns consorciado com a ignorância de outros.

E o grande problema a resolver agora. Dominá-lo será já o inicio da vitória da probidade sobre as *indignidades*... Sem o dominar nenhum outro problema, econômico, militar, ou educacional pode ter solução válida por mediocre que seja...

Mas, que se apercebe da importância disto para o bem da coletividade nacional e, dadas as circunstâncias atuais, a garantia de condições de vida de todos nós? Raros...

A base de uma política monetária de bom senso honesta e segura, quem pugna por isto? Pois não se vêem até os elementos militares aturdidos pela sofreguidão de receber mais dinheiro, embora valendo menos do que o que já recebem? Que querem dizer o vicioso Código de Vencimentos e Vantagens abruptamente decretado, e essas recentes leis de favores pessoais que desconhecem por completo os significados e finalidade das instituições militares?

Admais, que se reflita. Um povo cuja vida encarece dia a dia, e a que faltam tranquilidade sobre o dia de amanhã, recursos de subsistência e de conforto mínimo, está prestes a explodir em reações de caráter apocalípticos ou a definhar-se até a morte... Em tais condições, há ameaça de desagregação nacional...

Porque tais coisas ainda se não deram, muitos não querem ver o perigo... Fazem como o avestruz... Não vêem que o que nos tem valido são meras circunstâncias fortuitas, evitando a precipitação da crise máxima. Não vêem que a melhoria do comércio exterior, em virtude das compras extraordinárias feitas pelos Estados Unidos na previsão da terceira grande guerra, é que tem evitado desde já manifestar-se tremenda desordem!...

Temos produzido e vendido mais? Não. Temos recebido mais dinheiro porque vendemos mais caro. Temos vendido menos, como se vê do comércio internacional do café, elemento capital da economia brasileira. No período dos dez últimos meses, cujas estatísticas estão publicadas, vendemos mais, cerca de 3 milhões e 700 mil contos, e menos, cerca de outro tanto de sacas, porque o preço ascendeu de Cr\$ 548,00 para Cr\$ 1.056,00!

Que sucederá quando o preço baixar em virtude da diminuição da procura ou do aumento da concorrência?

Que atente a gente letrada, notadamente das classes armadas, para as características que dominam a presente conjuntura nacional, que se podem resumir dizendo ser cultivo permanente da corrupção através da corrupção do meio monetário circulante gerada pela fraca moralidade dos responsáveis pela coisa pública.

POLÍTICA DE BOM E MAU SENSO

Na Bélgica e no Brasil...

O "Bulletin d'Information et de Documentation", distribuído pelo Banco Nacional da Bélgica, abre o último exemplar que recebemos, relativo ao mês de novembro último, com minucioso estudo sobre as finanças do país, fundamentado no orçamento para o exercício de 1951. Reduzindo a despesa e aliviando também a receita, ao contrário do que ocorre no Brasil, onde ambas sobem incontinentemente, a primeira mais que a segunda, a Bélgica reentrou no regime dos "superavits" or-

çamentários, desde 1948. Os algarismos abaixo reproduzidos são eloquentes:

ORÇAMENTOS DA BÉLGICA

EM MILHÕES DE FRANCOS

RECEITA

1945.....	20.743
1946.....	46.105
1947.....	47.041
1948.....	62.794
1949.....	67.124
1950.....	65.916
1951.....	63.852

DESPESA

1945.....	45.901
1946.....	45.213
1947.....	52.894
1948.....	61.964
1949.....	66.733
1950.....	64.767
1951.....	63.744

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

"SUPERAVIT" (+) OU "DEFICIT" (-)

Em milhões de francos

1945.....	- 25.158
1946.....	+ 892
1947.....	- 5.853
1948.....	+ 830
1949.....	+ 391
1950.....	+ 1.149
1951.....	+ 107

Os dispêndios baixam, após o exercício de 1949. A receita declina também, embora em graduação diversa. Eis as linhas fundamentais de um programa de restauração financeira, imprescindível à ordem econômica.

No Brasil, toma-se rumo diametralmente oposto. Quanto mais receita se pede aos contribuintes, mais se consome, sem qualquer intuito de moderação, ou de acertado e oportuno emprégo dos recursos obtidos.

Não temos compromissos extraordinários com a defesa nacional. Não temos problemas de desemprego, fonte de preocupações e de responsabilidades sociais para o Estado.

Não temos encargos vultosos resultantes da manutenção de pensionistas de guerra. Não temos gastos com zonas devastadas. Vamos desperdiçando, malbaratando os meios fornecidos pela arrecadação, entregando a gestão de serviços industriais, de atividades econômicas, de patrimônios consideráveis à farândula dos chamados "amigos" do peito e afilhados preferidos.

O TERRENO E OS PLANOS INICIAIS DA GUERRA DO PARAGUAI

Resumo da Conferência feita pelo Ten.-Cel.
DIDEROT MIRANDA, no 4º R.I., a 2-VIII-1930

I — INTRODUÇÃO

Todos nós conhecemos a influência preponderante que o terreno exerce nas operações militares, chegando mesmo a dizer-se que ele, o terreno, é um verdadeiro tirano. No estudo dos fatores da decisão militar, aprendemos que o chefe, de qualquer categoria, deverá analisar:

— a missão, o inimigo, os meios e o terreno.

É óbvio que esta influência técnica do terreno não se exerce apenas nas decisões dos pequenos escalões, porém, ela se estende até o Alto Comando.

É o que se verifica nos Planos de Operações para a guerra do Paraguai, traçados por homens de discernimento, grande patriotismo, inteireza de caráter e abalizados conhecimentos das coisas militares, tais como o Duque de Caxias, patrono do Exército; Almirante Tamandaré, patrono da Marinha e Pimenta Bueno, Conselheiro e Senador do Império.

Ao se iniciar a guerra do Paraguai, não existiam cartas deste país, os estrangeiros não podiam visitá-lo desde a sua independência, e os guaranis viviam há mais de meio século, sob a direção de fezes ditadores, particularmente o último: Marechal Solano Lopes. Uma impenetrável cortina descia sobre os limites do Paraguai. Apenas ao longo do rio do mesmo nome era permitida a passagem de navios estrangeiros. Deste modo, nossos conhecimentos sobre o Paraguai se restringiam ao rio e o res-

ta de desta República era domínio de pura lenda. Assim, os estadistas e chefes brasileiros, tiveram que tomar decisões desconhecendo quase completamente o Teatro de Operações. Os executantes agiam tateando o terreno.

O Gen. Tasso Fragoso em sua obra, *História da Guerra entre a Tríplice Aliança e o Paraguai*, neste assunto assim se refere:

“A maior dificuldade, porém, com que terão de lutar os aliados será a sua profunda ignorância com respeito a quase tudo que se refere ao Paraguai.

O isolamento em que vivera esse País durante largos anos e o seu reduzido desenvolvimento tornavam-no uma incógnita indecifrável para os que nela tivessem de penetrar. A não ser o que o estrangeiro podia obrigar subindo o rio Paraguai quase nada mais lhe era dado conhecer do interior.

A sua geografia permanecia ignorada; cartas topográficas não as havia; as geográficas existentes, além de poucas, eram demasiado grosseiras e resumidas. Só o rio Paraguai estava um pouco conhecido, em vista das necessidades da navegação e dos trabalhos de Mouchez.

Destarte, os aliados invadiram o Paraguai pisando um terreno difícil, como veremos, sem cartas para os orientar, sem guias seguros e achando o desconhecido na sua frente. Farão uma guerra às apalpadelas, conforme se disse com perfeita exatidão”.

Hoje, porém, com as informações que os chefes e estadistas daquela

época não tinham, e senhores que somos do que aconteceu, podemos nos permitir, a análise dos Planos traçados apontando novos rumos que nossos antepassados não puderam tomar.

II — DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA REPÚBLICA DO PARAGUAI E ADJACÊNCIAS

1) Regiões limítrofes.

Em 1884, os limites do Paraguai com as nações vizinhas, não estavam fixados e vastas regiões eram contestadas entre elas de um lado e a Bolívia, Argentina e Brasil por outro. Admitindo-se o que os países então ocupavam, vejamos perfunctoriamente as regiões limítrofes.

A Bolívia não entrou na guerra. Uma vasta região, o Chaco, era contestada entre estas duas nações; tratava-se, porém, de um território desconhecido, sem vias de comunicação, sujeito a grandes secas ou inundações, habitado por índios selvagens, que anos depois da guerra ainda matavam os exploradores que por lá apareciam. Sómente após 70 anos, em nossos dias, foi possível a eclosão da guerra Bolivia-Paraguai, nestas terras ainda hoje pouco habitadas.

A fronteira real entre a Argentina e o Paraguai em 1864, podia ser dividida em três partes: 1) Missiones; 2) terras a leste do rio Paraná; 3) terras a oeste deste mesmo rio. O território de Missiones, em meados daquele século, sem estradas, pouco conhecido, excentrico em relação às forças em jogo, não se prestava para qualquer operação militar. Os terrenos a oeste do rio Paraná, do lado argentino ou paraguaio, eram também pouco conhecidos, inóspitos, com rios de curso lento e errático, água do subsolo salobra e impróprios para operações bélicas na época em apreço. Resta-nos justamente a parte mais conhecida e povoadas que é a do rio Paraná inclusive, até pouco além de Itapúa-Fousadas. Era a fronteira viva. Ricas pastagens alternavam-se com largos extensos banhados; já então vilas e caminhos pontilhavam

ou serpenteavam pelas partes mais altas.

O rio Paraguai é francamente navegável desde sua foz no rio Paraná e, através dele, é que eram feitas as comunicações da Corte e das províncias brasileiras, com a então província de Mato Grosso.

A atual ferrovia S. Paulo-Pôrto Esperança, percorrendo o sul de Mato Grosso foi inaugurada em 1915. Naquela ocasião, 1864, o Império do Brasil contava com escaços 8 a 10 milhões de habitantes, inclusive os escravos. A região oeste de Sta. Catarina e Paraná era constituída de sertão bruto e fazia face a florestas mais ou menos virgens do lado paraguaio. A fronteira na extremidade sul da província de Mato Grosso, acompanhava as mesmas características gerais da parte relativa ao Paraná e Sta. Catarina. Porém mais para o Norte e para oeste, apareciam três linhas de penetração até a República do Paraguai:

Uma delas, de Miranda, passando por Nioac e outra de Dourados-Ponta Porã; ambas penetrando no Paraguai, rumo Concepcion. A outra via de penetração, já bem conhecida naquela época, era o rio Paraguai, por onde eram feitas as comunicações com o Império conforme já dissemos.

2) Território do Paraguai.

Para o estudo do território da República do Paraguai do século passado com seus 600 a 800 mil habitantes, adotamos a divisão do naturalista Bertoni, conforme é apresentada pelo General Tasso Fragoso, isto é, em três zonas a saber:

- zona do Chaco, a oeste do rio Paraguai;
- zona do Paraguai propriamente dito, compreendendo o terreno entre este rio e o meridiano 56° W.G.;
- zona da Kaa-Guassu, entre este meridiano e a fronteira com o Brasil.

O Chaco, baixo, plano, inóspito, deserto.

A Kaa-Guassu (em português: a Floresta Grande), constitui a terceira zona longitudinal "e afas-

ta-se inteiramente, pelo seu aspecto das duas outras, se bem que seu lindo não provenha de nenhum fenômeno geo-topográfico e haja alguma coisa de arbitrário na eleição de um meridiano para sua fronteira. Na sua formação e aspecto topográfico assemelha-se à segunda, porém, difere em tudo o mais. Direi ainda que é mais uniformemente elevada, carece de planícies baixas e oferece em todas as suas partes escoamento ideal, tanto que, apesar de ter chuvas mais abundantes do que as outras zonas, não conta em parte alguma, banhados ou esteiros; suas terras são todas autóctones e as rochas em grande parte, vulcânicas... As raras povoações nela disseminadas em nada lhe puderam alterar o aspecto, e, em tudo leva a considerá-la como a terra da promissão, a grande terra prometida às gerações futuras, a floresta virgem que a cobre inteiramente bastou até agora para que o homem não a invadisse com as suas casas e rebanhos, e se contentasse de a violar em alguns pontos. É o triunfo da vegetação, favorecida por uma terra assombrosamente fértil e copiosa de chuvas..."

Estas curtas e simples palavras sobre o Chaco e a Kaa-Guassu, ligadas à descrição das zonas fronteiriças dos países vizinhos, evidenciam que estas duas regiões do Paraguai eram inacessíveis para grandes efeitos, salvo em pequenos trechos e em prazos muito reduzidos como realmente se verificou com a célebre marcha de flanco pelo Chaco, ordenada pelo grande Caxias.

Vejamos agora o Paraguai propriamente dito, isto é, as terras entre este rio e o meridiano 56° W.G. É uma região sensivelmente mais alta que o Chaco, coberta ora por selvas, ora por campos. Aí vivia e ainda vive em nossos dias, a maior parte da população paraguaia. O centro desta faixa, bem mais povoado é em regra agrícola, enquanto que nas extremidades sul e norte, a população mais rarefeita vivia entregue aos sítios pastoris. A extremidade

sul desta zona constitui o grande palco da maioria das ações da guerra que ora recordamos e nela os exércitos permaneceram vários anos. É descrita por Bertoni do seguinte modo:

"É uma região natural de conjunto bastante homogêneo, uma grande planície baixa, freqüentemente úmida, de prados e campos rasos com escassa vegetação arbórea, interrompida em numerosos esteros e várias lagunas de extensão variada. Em contraste com essa horizontalidade, há em sua parte central uns cerros insulados, que surgem repentinamente na planície à guisa de cones vulcânicos no mar, e que se unem para formar lombada.

Na direção do extremo oriente existem terrenos acidentados de grande extensão cobertos em grande parte de florestas".

3) Pormenores da subzona Sul.

Já vimos que essa subzona sul é abundantemente provida de rios, lagos, banhados e esteiros. Salientamos ainda que o curso destas águas, segue a direção geral este-oeste desaguando no rio Paraguai e que os cursos d'água à proporção que se aproximam de seu desaguadouro, são mais largos e profundos. Uma simples vista no mapa e a descrição de Bertoni e de outros autores, nos apresentam a região mais afastada do rio Paraguai com mais seca e de menor número de cursos d'água.

Podemos então tirar as seguintes conclusões para a pessoa que, na região considerada, percorre-la segundo a direção geral sul-norte:

a) Quanto mais próximo seu itinerário estiver do rio Paraguai, mais largos e profundos serão os rios e esteiros;

b) Os caminhos mais afastados do rio Paraguai, despontam pela cabeceira, vários cursos d'água;

c) Os itinerários junto ao rio Paraguai, constituem verdadeiros desfiladeiros entre pantanais, enquanto que para o lado este, há amplo espaço para manobra.

III — SITUAÇÃO ANTES DA INVASÃO ALIADA

Recordemos agora a situação militar no início da guerra, até os preliminares da invasão do Paraguai.

Durante longos anos o caos voluntário existiu no Uruguai, nêle perecendo muitos brasileiros e numerosos outros tiveram suas propriedades confiscadas; após várias dezenas de notas diplomáticas e ainda em virtude de anteriores tratados diplomáticos, o Brasil enviou numerosas forças militares de terra e mar para restabelecer a ordem na sua ex-província.

O governo uruguaião tinha o Sr. Besso como Presidente, substituído depois por Aguirre. O General Flores, chefiava a revolução.

O Almirante Tamandaré seguiu para o sul com poderosa esquadra para defender nossos patrícios e após agravamento da situação, passou a bloquear os portos uruguaios.

Em consequência de vários incidentes, um exército brasileiro, denominado do sul e comandado pelo Marechal Mena Barreto, marcha para o Uruguai e seu 1º escalão ao comando do Gen. Osório, em dezembro de 1864, transpõe a fronteira. Passam por Paissandu e sitiaram Montevidéu, com seus aliados, os revolucionários do Gen. Flores. Com a queda do governo uruguaião em 21-II-1865, a 5ª Brigada brasileira do Gen. Sampaio, penetra na Capital uruguaiã.

O ditador Lopes, do Paraguai, considera tais atos como ameaçadores à soberania dos pequenos povos e inicia operações bélicas contra o Brasil e a Argentina; para isto, desde o início de 1864 ele preparava 64.000 homens dos quais 28.000 já eram constituidos de veteranos em 1865.

Duas expedições, uma fluvial e outra terrestre invadem e conquistam o sul de Mato Grosso.

Paralelamente a estas, duas outras colunas marcham para o sul, uma invadindo a província argentina de Corrientes, junto ao rio Paraná, ao comando de Robles e outra sob a direção de Estigarribia, invade a Argentina em Candelária,

chega ao Brasil em S. Borja, desloca-se para o sul até Uruguaiana.

Os aliados tomam contra medidas, mobilizando forças. Parte do exército do sul deslocou-se de Montevidéu para Uruguaiana onde ficou encerrada a coluna de Estigarribia. O cerco foi feito por brasileiros, orientais do Gen. Flores e argentinos de Paunero, obtendo-se a rendição da coluna paraguaiã em 18-IX-1865.

Obtida a expulsão dos invasores do solo do Rio Grande, os aliados marcham em várias colunas através da República Argentina, repelindo os paraguaios, que se recolheram ao seu território. Cerca de 31.000 homens aliados, ficaram acampados entre Corrientes e Itati, em dezembro de 1865; eram 22.000 brasileiros, 11.000 argentinos e 4.000 orientais, efetivo este que ao se iniciar a invasão em 18-IV-1868, ascendia a 40.000 homens. Cerca de 4 meses foram dispendidos nos aprestos da invasão.

Tratava-se de penetrar em território desconhecido, transpondo um caudaloso rio. Podemos avaliar a quantidade enorme de material de transposição a reunir a outras medidas para, naquela época, levar 40.000 homens para o outro lado, face ao adversário. Entre os empreendimentos salientamos um a oficina para fabricação de cartucho que foi montada em Corrientes, que até 19 de janeiro de 1868, já havia produzido 1.026.000 cartuchos e 11.041.000 fulminantes.

Naturalmente que havíamos chegado a esta situação inicial de pré-invasão, segundo certas Diretrizes e Planos que visavam levar a luta ao interior do Paraguai; vejamos porém, embora um tanto fora de cronologia, estes Planos.

IV — OS PLANOS DE OPERAÇÕES

Em face das ameaças do Marechal Lopes, em consequência da declaração de guerra e de atos bélicos contra o Império do Brasil, tudo em fins de 1866, o governo brasileiro determinou que fossem elaborados Planos de guerra, para fazer face à situação.

Conhecemos os seguintes:

- 1) Do Conselheiro Pimenta Bueno, Marquês de S. Vicente e datado de 3 de janeiro de 1865;
- 2) O de Caxias, com data de 25-I-1865;
- 3) O executado pelo Almirante Tamandaré, comandante em chefe das forças em operações, conforme seu ofício confidencial de 10 de abril de 1865.

São Planos da mesma época e também sob o influxo de iguais idéias, como veremos adiante.

a) *Plano Pimenta Bueno:*

Este estadista do Império conhecia perfeitamente nosso país, havendo exercido altas funções, inclusive a de Presidente da Província de Mato Grosso, que fôra invadida pelos paraguaios.

Seu plano prescrevia duas colunas; uma, executando um ataque secundário, de Mato Grosso, na direção do Apa, com base de operações em Miranda com 10.000 homens em seu efetivo. O ataque principal seria feito por um exército de 32.000 homens, atuando sobre a fortaleza de Humaitá, devendo desembarcar o mais próximo possível desta fortaleza, a fim de se evitarem os banhados. Após a queda de Humaitá e ao chegar ao Rio Tebicuari, prevê o Plano Pimenta Bueno, a retirada das forças guaranis para Vila Rica. Curiosa outrossim, é a variante aventada de efetuar o desembarque entre Itaqui e Passo da Pátria, marchar direito à Assunção e em seguida vir sitiá Humaitá. Esta variante como foi enunciada parece-nos uma extravagância, pois, o Exército passaria de lado a Humaitá, dando o flanco e a retaguarda e esta fortaleza. Veremos porém quanto de acertado ele encerrava.

b) *Plano de Caxias:*

O Patrono do Exército preconizou a organização de 3 colunas: uma de cerca de 10.000 homens, em operação secundária na direção Miranda-Apa, só atravessando este Rio, mediante ordem; a do ataque principal, atuando por Passo da Pátria-Humaitá-Assunção. Até aqui

vemos as mesmas diretrizes do Plano Pimenta Bueno, porém, Caxias, acrescentou uma outra força das 3 armas, forte de 10.000 homens, que partindo do Rio Grande do Sul, região de S. Borja, operaria contra Itapúa, ou S. Cosme, protegendo o flanco direito do ataque principal. Neste Plano vemos bem claro que a coluna de Mato Grosso não penetraria ousadamente e de modo isolado no Paraguai, mas segundo ordem do Alto Comando. A coluna de ataque de flanco seria suficientemente forte e em estreita coordenação com o Exército principal.

c) *Plano Tamandaré:*

Sabemos que o Almirante Tamandaré havia sido nomeado Comandante em Chefe de nossas forças de terra e mar que operavam no sul, inicialmente defendendo os interesses brasileiros e posteriormente apoiando o revolucionário Gen. Flôres, contra o governo uruguai. Em face do ataque paraguaio, o Almirante Tamandaré, Comandante em Chefe de nossas forças em operações no sul, elaborou um plano de operações contra o Paraguai que foi objeto de um ofício confidencial de 3 de março de 1865.

O Almirante preliminarmente tratou de bloquear a República do Paraguai, sem prejuízo das operações em curso contra o Uruguai. Seu Plano, muito semelhante aos anteriores consistia em invadir o Paraguai pelo Norte com 20.000 homens, manter um exército de observação em S. Tomé, transportar por via fluvial, o grosso das forças brasileiras desembarcando a 15 milhas abaixo de Humaitá.

d) *Analise sobre os Planos de operações:*

Os planos apontados, feitos na mesma época e sob influxo de mesmas idéias, têm seus pontos básicos uniformes. Assim vemos que todos eles, sem discrepância e com sabedoria, apontam o Teatro de Operações de Mato Grosso-norte Paraguai, como secundário. Concordam os ditos Planos em eleger para direção de esforço, uma linha

paralela e ao longo do rio Paraguai. Isto se deve, parece-nos de um lado, devido aos poucos conhecimentos que tinham da geografia do Paraguai e à ausência absoluta de cartografia. Por outro lado, buscavam concurso da poderosa frota de guerra do Brasil. Era muito acertadamente justaposição dos esforços Exército-Marinha.

Vejamos algumas diferenças existentes entre estes Planos.

A organização das tropas e seus efetivos variam entre uma e outra diretiva. Assim o Almirante Tamandaré atribui 20.000 homens para o Teatro secundário de Mato Grosso o que na realidade não se pode fazer, por um lado, em face das dificuldades de aprovimento naquelas longínquas paragens para aquela época e de outro lado, porque o Teatro principal drenava naturalmente todos os escassos recursos do Império.

Ainda no Teatro de Operações de Mato Grosso, o Plano Caxias limitava e coordenava a penetração dos atacantes, procurando impedir que essas forças penetrassem afotamente no terreno inimigo, sendo aniquiladas.

No Plano Pimenta Bueno vimos uma idéia talvez expressa de modo inadequado, visto se tratar de civil, mas notável pela sua intuição.

Queremos nos referir à marcha na direção Itapua-Assunção, sua captura e retorno para bater os exércitos paraguaios que ele estima se quedariam em Humaitá.

Todos estes Planos acordam também numa particularidade, isto é, escolheram a parte mais alagadiça, coberta de pantanais, um "Deserto e Matos carrasquenos", na expressão de Pimenta Bueno, para a região de esforço.

— Plano de Lopes:

Desconhecemos o Plano de operações de Lopes, parecendo-nos que até hoje, não foi encontrado documento a respeito, mas sabemos o que fez atacando os vizinhos de surpresa.

Um exército invadiu Mato Grosso por via fluvial e terrestre.

Seu exército expedicionário do sul, ao Comando de Robles, pene-

trou na Mesopotâmia Argentina e uma coluna de 10.000 homens das 3 armas ao comando do Ten.-Cel. Estigarribia, que cruzou a província de Corrientes e invadiu o Rio Grande do Sul em São Borja.

Vemos pois que eram três exércitos grandes, operando em direções divergentes, sem coordenação e sem idéia de esforço principal. Tudo indica que marchavam apenas com objetivos geográficos ou sejam :

— conquista e incorporação ao Paraguai, da região sul de Mato Grosso ;

— conquista da Mesopotâmia Argentina e Rio Grande do Sul, tornando-se potência marítima.

V — SUMÁRIO DAS OPERAÇÕES

De início já relembramos que os paraguaios iniciaram suas operações bélicas em fins de 1864, invadindo os países vizinhos, Argentina e Brasil e a partir de dezembro de 1865 repelidos, adotaram uma estratégia defensiva dentro de seu território.

Quanto aos aliados, sob o Comando do Gen. Presidente da Argentina, Mitre, seguiram com alterações e confusões, o Plano Caxias.

A 16-IV-1866, o bravo General Osório pisava o solo paraguaio juntamente com os primeiros elementos brasileiros. Seguem-se as batalhas e combates de Estero Belaco, Tuluti, Ialaiti, combates de 16 a 18 de julho de 1866, conquista de Curuzu, 1º e 2º combates de Curupaiti.

A 10-X-1866, Caxias é nomeado Comandante em Chefe das forças terrestres e navais e dá-se inicio ao cerco da célebre fortaleza de Humaitá.

Em agosto de 1868, rendiam-se os últimos defensores desta fortaleza. A 19 de agosto de 1868 os grossos iniciam sua marcha para o norte, e a 24 desse mesmo mês transpõe o rio Neembucu, logo ao norte de Vila Del Pilar e a 24-IX, após percorrer 200 km os grossos das forças aliadas atingiram as famosas linhas fortificadas do Piquissiri. Em face desta formidável

posição Caxias executa a conhecida e memorável marcha de flanco, cai nas retaguardas do inimigo. Tramam-se as brilhantes ações de Itororó, Avai, e a "dezembrada" (1868). A 1-I-869, as forças brasileiras penetram em Assunção. Caxias, enfermo e cansado, retira-se para o Brasil. Lopes reorganiza-se e resiste nas selvas, e em inicio a campanha das Cordilheiras; vemos a manobra de Peribebui, a batalha de Campo Grande e a 1-III-870 em Cerro Corá na picada de Chiriguelo é derrotado um punhado de fugitivos paraguaios e morre Lopes sózinho, isolado de todos. Em 22-VI-878, os últimos soldados brasileiros deixaram Assunção.

VI — CONCLUSÕES

Podemos resumir as operações do seguinte modo:

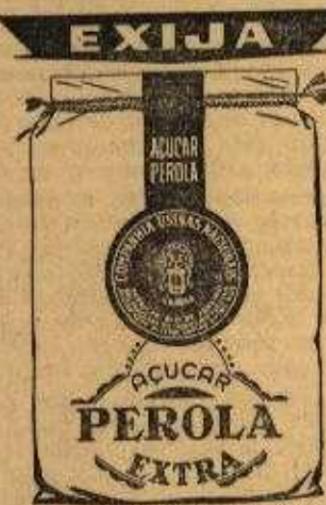
- a) Gastamos o ano de 1865 para mobilizar e repelir o invasor do sul do País;
- b) 3,5 meses foram dispendidos nos preparativos para transpor o rio Paraná;
- c) 2 anos e 4 meses, para nos aproximarmos da fortaleza de Humaitá e vencê-la;
- d) 4 meses para chegarmos à Assunção;
- e) 1 ano e 2 meses, para consolidar a vitória, perseguir e aniquilar o tirano;
- f) 6 anos para reorganizar o Paraguai e reintegrá-lo num governo próprio.

Durante o tempo da guerra, os paraguaios combateram heróicamente, com grande tenacidade, obedecendo cegamente ao seu chefe supremo, porém, desde que iniciamos a contra ofensiva foram sempre repelidos e sistematicamente batidos pelos brasileiros. Sofremos apenas um revés, sendo repelidos no 1º assalto em Curupaiti, porém, em campo aberto, sempre nossos

chefes demonstraram mais discernimento, maior capacidade e nossa tropa se impôs aos paraguaios. Tínhamos também superioridade técnica. Então por que essa longa guerra?

Parece-nos que a explicação está contida no estudo do terreno. Por falta de cartas e informações, escolhemos para direção de esforço o terreno que melhor se prestava à defensiva, tolhendo nossa capacidade de manobra. A direção que Pimenta Bueno indicara Itapuá-Assunção, ou seja a da atual ferrovia, ameaçando diretamente a Capital, obrigaria os paraguaios a se interporem entre nós e, não só sua capital, mas regiões do país de onde vinham os recursos de tôda a espécie. O papel da fortaleza de Humaitá, seria apenas o de barrar à nossa esquadra, o acesso a Assunção.

Caso sejam fundamentadas estas razões, fica salientado mais uma vez o valor primordial da Informação, abrangendo não só o terreno, mas tôdas as atividades econômicas do adversário, e até seu estado daima.



SACO AZUL · CINTA ENCARNADA

ASSISTÊNCIA E EDUCAÇÃO ALIMENTAR

PRESENÇA E ATUALIDADE DO S.A.P.S.

Com a expansão e desenvolvimento dos seus serviços nestes últimos três anos, em todo o país, o Serviço de Alimentação da Previdência Social (S.A.P.S.) vai contribuindo, de forma considerável para a solução do problema alimentar brasileiro, que se enquadra nas atribuições específicas daquela Autarquia.

Com uma área de ação que abrange doze Estados, além do Distrito Federal, o S.A.P.S. conta hoje com 18 Restaurantes Populares, dos quais 8 foram construídos recentemente, 11 Bibliotecas, 13 Discotecas, 75 Postos de Subsistência, 5 Cantinas do Trabalhador, 2 Granjas de Produção, 2 Torrefações de Café, 2 Padarias, 2 Escolas de Visitadoras de Alimentação, Cursos para formação de Nutrólogos e Nutricionistas, Laboratório e Biotério, etc., visto que a sua ação é exercida em quatro grandes sentidos: o da assistência alimentar, o da educação, o da pesquisa científica e o da formação de técnicos especializados em Nutrição.

A assistência alimentar é feita principalmente através dos Restaurantes Populares, onde são fornecidas a preços infímos, refeições elaboradas sob as prescrições da moderna ciência da nutrição.

Essa assistência é feita ainda por intermédio dos Postos de Subsistência, que vendem gêneros alimentícios de primeira necessidade, em condições sensivelmente vantajosas. As tarefas de educação efetivam-se por diversos meios. Em primeiro lugar, pela objetividade, devem ser colocados os próprios Restaurantes que, através dos seus cardápios e da insistência como impõem certos alimentos, como o leite, as frutas, as verduras, incutem novos hábitos alimentares, além de conselhos e ensinamentos que são ministrados durante as refeições por um perfeito serviço de alto-falantes.

Outros modernos instrumentos de educação coletiva são utilizados, como a imprensa, o cinema, o teatro, sendo editado um "Boletim" mensal de distribuição gratuita aos trabalhadores, e a realização, todas as semanas de sessões de cinema e de teatro educativos nos seus Restaurantes, este último com a participação dos próprios funcionários da Instituição, e dos seus freqüentadores.

Para estimular não só os estudos e pesquisas científicas no campo da nutrição, como também incentivar as atividades literárias e artísticas consagradas à vulgarização, entre as crianças, dos preceitos da boa alimentação, o S.A.P.S. instituiu dois prêmios anuais: o primeiro, de 25 mil cruzeiros, destinado ao melhor livro publicado ou trabalho inédito sobre problemas de nutrição e alimentação, desde que dedicados, no todo ou em parte, aos aspectos brasileiros de tais problemas, e o segundo de Literatura Infantil, do valor de 10 mil cruzeiros.

A verdade, porém, é que gira em torno dos seus Restaurantes a atividade básica do S.A.P.S., tanto pelo volume, pela complexidade, como pelo valor qualitativo. Basta refletirmos em que através dos Restaurantes se efetivam as duas primordiais atribuições do S.A.P.S.: a assistência e a educação alimentares. Vem daí o reflexo soberano que os Restaurantes exercem na vida do S.A.P.S.

Eis em resumo o que é e o que representa essa grande instituição de previdência, criada para assegurar saúde e bem-estar ao trabalhador brasileiro.

GENERAL CARLOS TELLES

1º Ten. RUBENS MÁRIO JOBIM

Discurso pronunciado a 28 de outubro de 1950,
no 3º R.A.Cav. 75, em formatura solene,
como parte das comemorações do 102º aniversário de nascimento do Gen. Carlos Telles.

Soldados!

Terça-feira será inaugurado na Praça da Matriz um busto do General Carlos Telles. A 1ª Bateria do nosso Regimento desfilará e a segunda dara as salvas de estilo.

Será um ato solene. Vamos reverenciar à memória de um grande soldado da República.

A Praça da Matriz — hoje praça General Carlos Telles — onde seu busto ficará perpetuado no Bronze da História, foi o ponto culminante de sua carreira militar. Ali, naquela praça, que durante uma revolução foi transformada em último reduto de um punhado de homens bravos, Carlos Telles mais uma vez demonstrou a fibra, o valor inconfundível do soldado brasileiro.

Porque o soldado brasileiro não se rende nunca. Não foge à luta. Não abandona o caminho árduo do dever.

Carlos Telles tinha 45 anos, era tenente-coronel e comandava o famoso 31 de Infantaria, em Minas Gerais, quando a revolução de 93 incendiou o Rio Grande. Com seu batalhão foi destacado para Bagé. Aqui chegando, assumiu o comando da Guarnição. O inimigo estava avançando por toda parte e a revolução era praticamente vitoriosa no Estado. Mas Carlos Telles, em defesa da legalidade e do Governo, levantou na Praça da Matriz seu último reduto. Ali ficou para vencer ou morrer.

Não era dos que se rendiam.

Durante 45 dias ferozes a praça esteve sitiada. Em cada esquina abriu-se uma trincheira e em cada trincheira foi posto um canhão deste Regimento, que naquele tempo se chamava 4º Regimento de Artilharia de Campanha.

Em pouco tempo os recursos da praça sitiada, que o inimigo não deixava descansar, se esgotavam. Já não havia viveres e forragem. Nem água. Nem munição. Mas a praça não se entregava.

Naqueles dias de janeiro de 1894 quando a cidadela se consumia, parlamentares inimigos vieram oferecer as condições de rendição. O Coronel Telles recebeu-os altivamente. E para iludi-los e não dar a conhecer a penúria por que passavam seus homens, serviu-lhes a última caça de café que havia guardado. E aos que lhe falaram em entregar-se, assim respondeu:

— O soldado brasileiro não capitula, ainda que se encontre fraco no seu posto. Eu nunca capitularei.

O sitiamento durou até a vinda dos reforços. Aquela turma de homens tinha lutado brava e heróicamente. Os últimos dias passavam a farinha e carne de gato. Os mortos eram enterrados nos quintais e a Matriz fôra transformada em hospital. O calor era sufocante e as horas de vigília e sacrifício passavam vigorosamente. Todas as tardes, ao pôr do sol, um atirador sinistro fazia, com um

tiro certeiro, soar — num dobre fúnebre e numa ameaça tenebrosa — o sino da Matriz. E os defensores da praça contavam o lento desfilar dos dias.

Quando não havia mais carne, Carlos Telles não hesitou em sacrificar seu próprio cavalo — o famoso tordinho negro das paradas, que o acompanhava sempre — para dar alimento aos seus soldados.

Gracas à resistência teimosa, ao esforço heróico, até a última gota de suor e sangue, a revolução foi vencida no Rio Grande do Sul.

Esta cidade foi o teatro de uma belíssima página de nossa História, e este Regimento tem um passado heróico.

Mais tarde, Carlos Telles esteve com seu 31 na Revolução de Canudos, onde, como sempre, mostrou sua bravura inconfundível de soldado.

Mas voltou após para Bagé, com o célebre 31. Parque, depois

do sítio, esta cidade lhe ficou para sempre no coração.

Ainda hoje há em Bagé quem se lembre do 31, do Coronel Carlos Telles e de seu cavalo tordinho. Da banda que tocava o "Dois de Ouros". Essas pessoas recordam com emoção aquêles tempos. O Coronel Carlos Telles. O seu tordinho. O "Dois de Ouros". O 31. O Coronel, corpulento e baixo, de porte austero e expressão serena, estimado e respeitado, deixou saudades. Morreu do coração, quando general, depois de desfilar na sua querida Praça da Matriz, comandando a parada de 7 de setembro de 1899.

Soldados! Nosso Regimento e toda a 3ª D.C. prestarão terça-feira, mais uma vez, sua homenagem ao General Carlos Telles.

Nossos canhões rugirão seus tiros de gala na grande data e nossos carros de artilharia rodarão marciais pela praça heróica.

Reverencemos com brilhantismo à memória do grande soldado!

NOTA — O busto do Gen. Carlos Telles foi oferecido à cidade de Bagé pelo Estado-Maior do Exército, e inaugurado, com grande solenidade, a 31 de outubro de 1950, data aniversária do Gen. Carlos Telles.

Em caso de outra grande guerra, os acontecimentos observarão provavelmente a seguinte sucessão: Primeiro, a "blitz", utilizando todas as Armas modernas. Se ela tiver sucesso, a guerra estará terminada, sendo inútil tentar continuá-la com outros meios. Todavia, se a "blitz" for detida, a segunda fase será de enfraquecimento, com o bombardeio de bases, indústrias e portos. A fase final comportará a luta entre conjuntos homogêneos — forças de terra, mar e ar — ao fim da qual o inevitável desgaste apontará o vencedor — *Raymond S. McLain, Tenente-General*.

PEDIDOS DE LIVROS

Escreva o título da obra e o nome de seu autor — Quantos volumes deseja e o seu nome e endereço — Os pedidos via rádio devem ser feitos pelos companheiros que servirem em guarnições longínquas — "A Defesa Nacional" adquire e remete pelo sistema reembolsável qualquer livro — das livrarias desta capital —

A SOBREVIVENCIA DA CAVALARIA HIPOMÓVEL

Ten.-Cel. AROLD RAMOS DE CASTRO,
ex-Instrutor Chefe de Cav. da E.E.M. — Cmt.
do 17º R.C.

Assunto absolutamente indiscutível é a necessidade de mantermos, na organização do nosso Exército, uma CAVALARIA HIPOMÓVEL, numerosa, bem instruída, bem equipada e largamente dotada de meios materiais adequados, capaz de desenvolver o MOVIMENTO na sua mais distinta expressão:

— RÁPIDO, DURADOURO, FLEXÍVEL e PRECISO.

Como afirmação do que dissemos acima, fato digno de registro e merecedor dos mais calorosos aplausos, é a interessante, oportuna e bem documentada conferência do Cel. Sady Foleh, proferida na ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA, sob o título: "A CAVALARIA NA ÚLTIMA GUERRA E OS ENSINAMENTOS PARA O EXÉRCITO BRASILEIRO".

A referida conferência é uma demonstração positiva do carinho e da atenção, que aquêle elevado estabelecimento de ensino militar dedica ao problema da CAVALARIA BRASILEIRA, de suma importância para a SEGURANÇA NACIONAL.

A leitura cuidadosa que fizemos da mencionada conferência, serviu para nós, de uma confortadora e abalizada confirmação dos conceitos que, de há muito, vimos emitindo, através vários artigos publicados, não só nesta revista como, na do CLUBE MILITAR.

Na AMÉRICA DO SUL e, particularmente no BRASIL, por várias razões sobejamente conhecidas, o cavalo é, e ainda será por muito tempo, uma valiosa arma de guerra e ponderável meio de

transporte e de tração. Impõe-se assim, lógicamente, cuidarmos com especial desvelo e atenção, dos múltiplos problemas relacionados com a manutenção em alto grau de eficiência, da nossa CAVALARIA HIPOMÓVEL e, consequentemente do CAVALO.

Os países sul-americanos não se podem deixar empolgar fanaticamente pela motomecanização, quer no âmbito dos seus EXÉRCITOS, quer mesmo, no dos setores civis, diretamente ligados à economia nacional; o BRASIL, principalmente, pelas especialíssimas condições topográficas de várias regiões do seu imenso território e, pela sua incipiente indústria pesada e petrolífera, tão cedo poderá relegar o CAVALO, para um plano secundário.

Assim, os meios hipomóveis, nos exércitos sul-americanos e no BRASIL, ainda mantêm lugar destacado e até certo ponto, insubstituível.

Por tais razões, torna-se imperioso cuidar com especial atenção da CAVALARIA HIPOMÓVEL, ARMA, que pelas suas características próprias e pela aptidão que possui para operar em regiões topograficamente ingratas às viaturas motomecanizadas, aliás em grande número no nosso continente, deve merecer cuidadosa atenção dos órgãos que têm o delicado encargo de estudar e promover a organização das FORÇAS ARMADAS de terra.

A experiência, que nos assiste o direito de possuir, e as observações que temos realizado, nos credenciam a ressaltar alguns as-

pectos vitais para a eficiência da CAVALARIA HIPOMÓVEL.

Inicialmente, desejamos salientar o problema fundamental para a ARMA, isto é, o CAVALO. Conhecemos perfeitamente o esforço e a dedicação que, referentemente ao problema, vem dedicando a DIRETORIA DE REMONTA E VETERINÁRIA DO EXÉRCITO, procurando desenvolver e incentivar o gosto dos criadores de equíneos.

Todavia, quer nos parecer, que se impõe organizar um largo, objetivo e prático programa de trabalho, estabelecendo-se para tanto, um entrosamento perfeito entre aquela DIRETORIA e os órgãos especializados do MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. Realmente, na época presente, uma onde de desânimo parece ter invadido os criadores de cavalos, seja por ser praticamente o EXÉRCITO, o único comprador efetivo dos seus produtos, seja pela impressão que têm de que, vivemos no Brasil, exclusivamente, a época do motor.

É notória a tarefa ingente que desenvolve a DIRETORIA DE REMONTA, para despertar novamente nos criadores, o interesse pelo cavalo; entretanto, os resultados não parecem corresponder aos esforços desenvolvidos. Qual será o motivo? Vamos encontrá-lo, fundamentalmente, no aspecto econômico da questão.

Realmente, os preços atuais de aquisição, de uma maneira geral, não são compensadores para a época atual, mormente em se tratando de aquisições em estados da federação, onde, a criação de cavalos não possui expressiva significação.

Mesmo, no Rio Grande do Sul, Estado tradicionalmente criador e onde o rebanho equíneo, apesar de todos os pezares, atinge respeitável cifra, os preços não correspondem aos desejos, aliás justos, dos criadores. Sabemos, o quanto ingrato é, realmente, o problema da criação de cavalos; pastagens faltas e apropriadas e regiões de condições climáticas e topográficas favoráveis, constituem elementos preponderantes para a existência de bons rebanhos equíneos.

Por outro lado, o EXÉRCITO, comprador principal, é, pela força dos regulamentos e das circunstâncias de utilização dos cavalos, grandemente exigente.

Tais razões, implicam, lógicamente, numa retração dos criadores e, consequentemente, na diminuição gradativa e sensível, do rebanho equíneo, no BRASIL.

Urge consequentemente, para que tenhamos a possibilidade de termos, no EXÉRCITO, uma CAVALARIA HIPOMÓVEL em condições de atender com eficiência os imperativos da SEGURANÇA NACIONAL, estabeleçamos uma ação conjunta, entre a DIRETORIA DE REMONTA e o MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, como já tivemos oportunidade de nos referirmos anteriormente.

Segundo o nosso ponto de vista pessoal, uma ação capaz de produzir resultados favoráveis, seria a organização de uma comissão mista de militares e técnicos do MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, com a finalidade de estudar e propor todas as medidas capazes, de novamente despertar no país, o interesse dos criadores de cavalos. A mencionada comissão, centralizaria todas as atividades, devendo porém, nos Estados, dispor de subcomissões, encarregadas de examinar "in-loco" o problema e, dela, deveriam participar, obrigatoriamente, oficiais veterinários e de cavalaria.

Julgamos, que a execução de tal programa, concorreria para incrementar e orientar o problema da criação de equíneos, em todos os Estados do Brasil, e, desta forma, muito lucrariam a ARMA DE CAVALARIA e a ECONOMIA NACIONAL.

No intuito ainda, de apontar, alguns problemas diretamente ligados à eficiência real da CAVALARIA HIPOMÓVEL, ressaltamos em continuação o fruto das nossas observações no decurso, de quase dois anos, de comando do 17º R.C.

Preliminarmente, tratemos do atual abrigo fornecido às praças de cavalaria. Não sendo êles, suficientemente impermeável, nem co-

brindo, de modo eficiente o corpo do homem a cavalo, não preenche lógicamente a sua finalidade; tal coisa, implica, em caso de marchas com mau tempo, que os soldados de cavalaria, usem como abrigo para o corpo, um pano de barraca, aproveitando para tal fim, a abertura existente no mesmo, o que dá a impressão de estarem disposto de um "pala". Consequentemente, essa indumentária gaúcha, uma imposição lógica e prática do "modus vivendi" do nosso campesino sulino, é, a cobertura ideal, do corpo, para a CAVALARIA.

O transporte do mosquetão, pelo soldado de cavalaria, às costas, é também um outro caso que merece atenção, pois, implica no rendi-

mento do deslocamento da tropa; impõe-se assim, retornar ao uso do porta-mosquetão, processo prático e já provado em várias ocasiões.

Merce também, particular atenção, o coturno, usado atualmente pela tropa de cavalaria, em substituição ao cano de bota; pela sua pouca altura, não protege convenientemente a perna do cavaleiro, impondo-se, assim, torná-lo um pouco mais alto, a fim de evitar-se a indisponibilidade de homens em virtude de ferimentos nas pernas.

Como se vê, são pequenos detalhes que necessitam uma salvação, pelas razões que expusemos e que diretamente se prendem à eficiência da CAVALARIA HIPOMÓVEL.

Do ponto de vista da Fôrça Aérea, o Programa Nacional de Energia Atómica comprehende três áreas de aplicação, de interesse e responsabilidade. A primeira, pode ser designada como a da energia atómica para fins outros que não os militares, incluindo subdivisões tais como: empreendimento de investigação fundamental, produção de material fissil, uso da energia atómica como fôrça e uso de isótopos radioactivos. A segunda área é das armas atómicas. A terceira comprehende o campo da guerra atómica e abrange a evolução da estratégia, da tática, da técnica e da logística, visando assegurar o mais efetivo emprêgo, no combate, das armas atómicas, no interesse nacional. — General Hoyt S. Vandenberg.

Pedidos de Livros

Escreva o título da obra e o nome de seu autor — Quantos volumes deseja e o seu nome e endereço — Os pedidos via rádio devem ser feitos pelos companheiros que servirem em guarnições longínquas — "A Defesa Nacional" adquire e remete pelo sistema reembolsável qualquer livro das livrarias desta Capital

REVISTA DAS REVISTAS

Síntese informativa sobre assuntos militares, econômicos, sociais e políticos, nacionais e internacionais, publicados em revistas recebidas pela "A Defesa Nacional".

"EJERCITO" — ESPANHA

O número de agosto desta excelente revista ilustrada do Exército Espanhol, contém entre outras, três interessantes publicações: a primeira é uma tradução das "Diretrizes do General Patton"; a segunda é o trabalho do Cmt. S. J. Watson, "uma comparação dos exércitos inglês, americano e russo", trabalho este escrito para a revista inglesa *The Army Quarterly*; a terceira é uma tradução da revista *The Fighting Forces* — "Previsões sobre a guerra atômica".

REVUE MILITAIRE D'INFORMATION — FRANÇA

No último número que recebemos desta apreciada revista, encontra-se um magnífico trabalho do General Curnier, inspetor do exército francês, contendo uma série de importantes "Reflexões sobre a infantaria moderna".

REVUE MENSUELLE DE L'ARMÉE DE L'AIR — FRANÇA

Entre outros artigos muito interessantes, publicados como de costume por esta revista das forças aéreas francesas, encontra-se no número de setembro, um trabalho do General Bouvard — "Por um exército de civilização e de paz".

REVISTA DA CAVALARIA — PORTUGAL

No número de novembro desta revista encontramos dois excelentes trabalhos: um do Major Gomes Júnior sobre "O conceito atual da segurança" e outro do Capitão Ribeiro Simões contendo "Um estudo sobre guerrilhas".

As revistas acima referidas encontram-se na nossa biblioteca à disposição dos companheiros que as queiram consultar.

RELACÕES E REAÇÕES

Major GERARDO L. AMARAL

As considerações que se seguem exigem uma ressalva: traduzem pontos de vista resultantes de observações pessoais. Foram redigidas sem qualquer consulta a texto escrito regulamentar ou não.

Mal saídos da Escola Militar tivemos a tão dolorosa quão útil experiência de 32. Quanta teoria então posta a baixo, e quanta coisa prática nos revelaram aquêles acontecimentos.

Das muitas recordações que nos ficaram, uma nos calou fundo na lembrança: a má vontade com que os "troupiers" recebiam a presença dos oficiais de estado-maior. A não ser um desses, que fôra mestre de várias gerações na Escola Militar e de cuja integridade moral e profissional ninguém duvidava, a visita dos demais, em geral, provocava um grande mal-estar. Naquele tempo em que não havia carros-comando, nem "jeeps", nem outras coisas que hoje tornam a guerra mais ficticiamente "confortável", a presença de oficiais de estado-maior bem fardados, barbeados e engraxados, saltando de seus automóveis, era como que uma provocação à dureza de nossa vida em campanha. E eles não faziam por amenizar tal impressão, fruto de boas e más razões.

Passam-se os anos. Na tropa, nosso contacto com oficiais de estado-maior era, digamos, bissexto. Rara vez, mesmo em sede de G.U., vimo-los nos quartéis. Nossos encontros com êles eram ocasionados

pelas visitas dos generais a que acompanhavam, ou quando de nosso eventual comparecimento ao Q.G. Bem pouco, sem dúvida...

* *

A Guerra, de que não participamos, ao que parece, muito se deve da melhoria das relações entre os oficiais de tropa e os de estado-maior. Grande foi o número dos que participaram das operações na Itália, quer integrando o Estado-Maior da F.E.B., e os subordinados, quer no Comando e Estado-Maior de Unidades.

A tão expressivo fato, e mais, ao do crescente número de oficiais diplomados pela Escola da Praia Vermelha, pertencentes a várias gerações de oficiais, — a esse grande entrelaçamento de indivíduos e atividades, — se deve a satisfatória situação em que nos encontramos atualmente.

Daí, porém, a que ela seja a ideal, vai longa distância.

Entre nós, ainda hoje, são raras as visitas de oficiais dos estados-maiores à tropa. Deviam, contudo, ser acontecimento quotidiano, normal, em nossa vida profissional.

* *

Indaguemos das razões que motivam tal ausência de um contacto tão útil. Elas são várias. Alinhamos algumas.

1º — O Chefe não determina esse contacto.

Porque? — Porque prefira êle próprio ir? — Porque a iniciativa deva caber ao chefe do estado-maior? — Porque os próprios ofi-

ciais interessados não se oferecem?

— Nenhuma resposta às perguntas acima será satisfatória. Não há chefe oníciente, nem onipresente. Se a presença constante dos generais, nos quartéis, é necessária e estimulante, ela, por si só, não atende aos maiores interesses da instrução e da administração. Ele só não pode ver tudo e tudo resolver.

Supõe-se que um estado-maior seja composto de oficiais de absoluta confiança do general, mesmo que não sejam membros de sua *entourage*. Quando isso não acontecer é que alguém está demais e deve ser removido. Dentro dessa preliminar — a da confiança — não há motivos para evitar contactos que só podem ser benéficos ao Comando. Os oficiais visitantes prolongarão a ação do Chefe, irão aos detalhes que fatalmente lhe escaparão.

Parece-nos que cabe ao Chefe do Estado-Maior da G.U. programar tais visitas e levar o assunto ao conhecimento e aprovação do General.

O que nos parece menos recomendável é que o próprio oficial do estado-maior se ofereça para fazê-las, ou as faça por conta própria.

2º — *Os afazeres burocráticos não deixam tempo para tais visitas.*

Esta razão não tem maior consistência. De fato há dias, semanas mesmo, em que o trabalho das secções é intenso, absorvente. São crises que ocorrem, de raro, e sempre previstas. No mais, haverá sempre tempo para um contacto com os companheiros arregimentados e, in-loco, conhecer seus problemas que são os de todos.

3º — *A reação dos Cmto. de Corpos e de seus oficiais.*

Eis uma razão bem delicada, apesar de absurda. Se o Cmto. possui o curso de estado-maior sente-se agravado com a suposta fiscalização de um camarada geralmente menos graduado. Se ele não é diplomado torna-se, por isso mesmo, mais cioso de suas prerrogativas hierárquicas. *Mutatis mutandis*, o

mesmo pode ocorrer com os demais oficiais do Corpo.

São sintomas de inferioridade que se deve combater com lisura e persistência. Ignorando a reação e aperfeiçoando as relações.

* * *

Mas, passemos ao outro lado.

Contaram-me, há tempos, que um oficial recém-diplomado alardeava sua alta capacidade dizendo-se apto a versar qualquer assunto sobre a segurança nacional, quer no terreno militar, quer no campo da política, economia, etc... É evidente o exagero. De quem o disse, se disse. De quem o repetiu, floreando, se é que ouviu algo. Mas o episódio é significativo.

É preciso que o oficial de estado-maior tenha o maior interesse em não se fazer destacado. O trabalho que lhe cabe só terá valor se for anônimo, se não levar a "marca da fábrica", mas se exprimir, isto sim, a idéia de seu chefe. Se ele fugir a isto, deixa de ser o oficial de estado-maior para ser o próprio Chefe. Inverterá, assim, a hierarquia.

Ele não é, também, como queria fazer crer o da anedota acima, um sábio. Não. Poderá vir a sé-lo mais tarde, muito mais tarde. Mas não o será apenas com a sua bagagem escolar. Aos seus esforços culturais haverá que juntar a observação e o exercício das coisas práticas, no que muito aprenderá, aprenderá repetidos, com os camaradas arregimentados. Despido, assim, de uma fatuidade nociva à sua boa recepção pelos companheiros, deve ele lembrar-se que as situações se invertem com frequência, se outros argumentos mais elevados não lhe ocorrerem.

* * *

A nosso ver as visitas de oficiais de estado-maior aos Corpos não têm a finalidade escusa que muitos lhes emprestam. Eles não vão espionar; vão ver. Ver e aprender. Conhecer os problemas no próprio meio onde eles se criam e são re-

solvidos. Verificar da possibilidade, ou não, da completa execução das Diretrizes baixadas pelo estado-maior. Sentir a realidade, para propor soluções razoáveis.

Um oficial de estado-maior não comanda, mas tem suficiente capacidade para transmitir uma decisão de seu Chefe, no todo ou em parte, e assumir a responsabilidade do que diz ou faz em nome dele. Negar-lhe essa capacidade é esse dever é negar a existência da organização militar. E o Chefe que assim não compreender, que julgar a iniciativa de um seu auxiliar como um excesso de autoridade, demonstrará que não não foi antes, como

devera ter sido, um oficial de estado-maior.

* * *

As grandes guarnições oferecem muita oportunidade para as visitas a que aludimos. Porque não são elas incrementadas? As guarnições do interior terão que ser menos frequentes, mas não devem ser tão relegadas como o são atualmente. Um melhor e mais frequente entendimento entre os elementos do comando e os de execução só poderão ser benéficos a ambas as partes interessadas, mas, sobretudo, ao próprio Exército.

O GENERAL

"Não basta a um general ser valoroso, precisa saber fazer com que seus comandados o sejam."

* * *

"Para captar a afeição dos subordinados, objeto da maior relevância, nem sempre se pode fazer benefícios, mas ao menos pode-se cooparticipar de sua alegria, de sua dor e ajudá-los a vencer seus males."

* * *

"O general para levar vantagem sobre o inimigo, há de ser insidiioso e dissimulado; saber inculcar-lhe certo grau de confiança, para apanhá-lo descuidado; deixar-se perseguir para pô-lo em desordem; afastá-lo para posições vantajosas para o acometer."

* * *

"O general deve saber criar por si mesmo estratégias. Assim será muito mais aplaudido."

* * *

"O general para ter soldados animosos há de captar sua afeição com bons modos e liberalidades."

* * *

"Um general prudente, quando marcha contra o inimigo, coloca o exército de modo a poder manobrar expeditamente e à segurança possa a velocidade."

* * *

"Tanto vale um general ocioso quanto um lavrador negligente."

* * *

"Um chefe que se irrita contra todos os seus subordinados comete um grande erro e se a muitos intimida muitos inimigos faz."

* * *

"Quando os soldados sabem que o general os trata com desprezo, os valentes se acovardam e os covardes tornam-se insolentes."

(Extratos da CIROPÉIA, conforme a tradução portuguesa de João Félix Pereira, transcrito de "Estudo Histórico sobre a guerra antiga", do Coronel J.B. Magalhães.)

Livros à venda nesta Redação

	Cr\$
As Repúblicas Hespano Sulamericanas — Cap. Ayrton S. de Freitas.....	20,00
Artilharia de Dorso — Cap. Otávio Alves Velho.....	15,00
Algumas Cousas da Rússia — Cel. J. B. Magalhães.....	12,00
Aspecto Geográfico — Gen. Mário Travassos.....	6,00
As Transmissões no Reg. Sampaio — Cap. M. F. Castelo Branco.....	15,00
Bateria de Acumuladores — Maj. Archimedes Pinto Oliveira.....	15,00
Balística Externa — A. Morgado da Hora.....	60,00
Anedotário da Guerra da Tríplice Aliança — Euzébio de Souza.....	12,00
Cartilha da Mocidade — Micaldas Corrêa.....	6,00
Crônicas de Guerra — Cel. Olivio Gondim de Uzeda.....	30,00
Contribuição para a Hist. da Guerra entre Brasil e Buenos Ayres — Gen. Bertoldo Klinger.....	12,00
Centralização do Tiro — Maj. Breno B. Fortes.....	6,00
Coletâneas de Leis e Dec. de 1544 a 1938 — Maj. Bello Lisbôa.....	13,00
Dêem Estádios ao Exército — Cap. Jair Jordão Ramos.....	30,00
Do Recôncavo aos Guararapes — Maj. Antônio de Souza Júnior.....	50,00
Dicionário Inglês-Português de Términos Militares — Homero Castro Jobim.....	25,00
Dicionário Inglês-Português de Armamento e Tiro — Ten. Eugênio Malanga.....	50,00

— — —

Pedidos pelo Reembolso Postal, ou remessa de Vale Postal para a Gerência de "A Defesa Nacional", Caixa n. 17, Agência do Correio do Ministério da Guerra, Rio de Janeiro

LÓGICA E DIALÉTICA NA ESCOLA MILITAR!

Capitão A. J. DE FIGUEIREDO

— "Lógica e Dialética? Dois dices... Não somos "doutores", nem vamos viver na tribuna, mas na caserna. Demais, soldado não faz discurso, é "pão, pão, queijo, queijo". — Esta será, provavelmente, a resposta de alguns colegas. Todavia precisamos muito de aprender Lógica e Dialética, porque estas disciplinas não ajudam só aos oradores, mas a todos os que lidam com homens.

Vamos às razões. Desculpem-me se repito conceitos básicos ouvidos ao Professor Mira y Lopez, conceitos que muitos conhecem bem, mas que dêles careço para dar força aos argumentos e ordem ao raciocínio.

Qual a necessidade premente dos chefes militares, além de conhecerem bastante a Tática e a Estratégia? Parece-me seja transmitir idéias, de modo que sejam bem compreendidas pelos subordinados, por elas aceitas, e executadas com satisfação. Ora, se assim é, precisa o chefe militar agir psicologicamente sobre os subordinados. E para que possa alguém influenciar pessoas, carece atuar num dos três planos da ação humana:

- plano intelectual;
- plano afetivo;
- plano volitivo.

Para que possamos obrar eficientemente sobre o plano intelectual é preciso argumentar com razões lógicas, persuadir a pessoa, convencê-la com raciocínios. Em suma: agir sobre a razão de quem desejamos convencer. Conseguido isto, nossas idéias serão aceitas e executadas com satisfação. De resto, a persuasão tem efeito duradouro. Cessada a causa, o efeito

permanece ainda por muito tempo. O persuadido, provavelmente, agirá sempre conforme as razões que lhe apresentamos, e ele aceitou. Quem persuade, consegue adeptos mais firmes, porque atua sobre o raciocínio lógico da pessoa, age sobre o plano intelectual da atividade humana.

Atuaremos sobre o plano afetivo pela sugestão. Quem procura sugerir deve utilizar-se das três emoções básicas, que dominam o ser humano: medo, ira e afeto. Movimentar estas três forças é conseguir milagres. A sugestão pode efetuar-se seja diretamente, falandosse à pessoa, seja indiretamente, por meio de artifícios. Sabemos todos, da História Militar, que os grandes chefes utilizaram a sugestão como elemento forte de manejá-los seus homens. Napoleão é o exemplo máximo de força sugestiva. Contam que, certa vez, apanhou ele a arma duma sentinela adormecida e ficou de guarda, enquanto o homem dormia sossegadamente. Ao acordar e vendo o próprio Napoleão a substitui-lo, o soldado quase morre de medo, já antevedendo um pelotão de fuzilamento à sua frente, ele de olhos vendados. Que faz o vencedor de Austerlitz?

— Bem, camarada, de outra vez procure não dormir, que, afinal, todos dependemos de sua vigilância! — Entregou a arma ao rapaz, bateu-lhe amigavelmente nas costas e, calmamente, retirou-se. Resultado: a história se espalhou, e Napoleão cresceu mais ainda aos olhos dos seus soldados agradecidos. Neste episódio Napoleão usou, inteligentemente, duas emoções básicas humanas: medo e

afeto. Apavorou o homem dandole a impressão de que no mínimo, seria fuzilado, e depois nem falou em puni-lo. Ficando em lugar do soldado mostrou-lhe quanto era importante a missão de sentinel, o que, provavelmente, não conseguia nem lhe apresentando razões, nem punindo-o. Mostrando ao faltoso, objetivamente, a extensão da falta, e nem mais falando em castigá-lo, Napoleão se apossou, inteiramente, do *plano afetivo* do soldado, e a sugestão foi completa.

A sugestão, todavia, perdura menos do que a persuasão.

Como agiremos sobre o *plano da vontade*? Pela coação. A força coercitiva garante o domínio aparente da vontade humana:

— Faça isto, soldado X. Há! não fez? Pois tome lá: oito dias de cadeia! E o soldado, temendo as consequências da prisão, cumprirá as ordens. Mas desde que tenha a certeza de não ser observado a transgredir, esquecerá, com muita probabilidade, deveres que não se integraram na sua consciência. De resto, só os irracionais agem por medo ao chicote, sem recalcar a ira. O homem, coagido, obedece, mas reprime o ódio, que o envenena, se não houver um jeito qualquer de descarregá-lo.

Nos Exércitos antigos a coação era a regra, raramente empregavam-se meios sugestivos e a persuasão quando fosse utilizada por um dentre mil chefes. Nos Exércitos modernos a ordem deve inverter-se: persuasão, sugestão e coação.

Dos três modos de influir sobre alguém qual o mais fácil de usar? Evidentemente a coação. É o mais simples, o de mais rápido efeito e o de resultados mais seguros, ao menos no instante da sua aplicação. Se não quer um subordinado cumprir seu dever, logo o chefe lhe apresenta o regulamento e o ameaça de punição. O resultado quase sempre se consegue logo. Uma certeza, entretanto, teremos: o subordinado só executa o estritamente necessário para não ser punido. Só faz o que exige o regulamento, nada mais. A suges-

tão já é mais difícil de aplicar e a persuasão o é muito mais.

Que conclusão tirar de tudo isto? Que todo chefe capaz deve saber *persuadir* e *sugestionar* e só utilizar a *coação* como recurso extremo. E quando a isto seja obrigado, apelar antes para as sanções morais do que para as físicas. Coagir é coisa que facilmente se aprende: qualquer força hierárquica, um regulamento à mão e o trabalho de catar os artigos infringidos, — e teremos um homem na cadeia. Sugestionar já é mais difícil: exige magnetismo pessoal, qualidades de liderança, conhecimentos de Psicologia e saber, principalmente, manejar as forças latentes do *plano afetivo*. E persuadir? Ai é que tudo se complica, porque é absolutamente necessário que o persuasor tenha mais inteligência do que a pessoa que vai ser persuadida, ou quando as duas inteligências se equilibram, o que persuade carece de mais *Diálogica* e de mais *Lógica*, porque então saberá destrinçar sofismas de razões plausíveis.

Chegamos, assim, à defesa do asserto. Ora, os chefes militares são forçados a dar ordens a homens de inteligências variadas. Se acontece ser dada a ordem a um fraco de inteligência, ou, se inteligente, o seu tanto abúlico, ele se cala, sai e cumpre a coisa rigorosamente. Mas se durante a execução surgirem dificuldades o executor se atrapalha, justamente porque não discutiu com o chefe a idéia, não a compreendeu bem, e, sobretudo, não a colocou no plano de sua inteligência. De resto, não previram os detalhes da execução da ordem: para o chefe, que vê dum ângulo, tudo é perfeitamente possível; para o executante, que se coloca noutro ângulo, há detalhes inexequíveis. Quando vem o fracasso o executor passa por "homem sem iniciativa", visto haver chefes que descansam dando sempre "missões a Garcia". Mas se a ordem, ao contrário, for dirigida a um indivíduo capaz de ver seus pontos críticos? Logo ele pede licença, pondera, argumenta, e se não tem desejo de cumprí-la, sofisma quan-

to puder. Se o chefe é cordato, ouve as razões, e às vezes tudo se resolve. Se é vaidoso, entretanto, logo se agasta, apresenta argumentos dizendo-se antigo e experiente. O subordinado facilmente os destrói e apresenta outros, às vezes lógicos, às vezes sofísticos. E se o chefe não pensa segundo as regras da lógica e se não tem conhecimentos de Dialética, logo se emaranha nos próprios raciocínios, não sabe destruir os sofismas, ou apresenta como causa o que é efeito, e coloca fato consequente antes do antecedente. Enfim, sentido-se perdido, inseguro da própria força de liderança, recorre ao regulamento:

— Retire-se, cumpre à ordem tal como dei! Ordem é ordem, não se discute.

Assim agindo o chefe nem persuadiu, nem sugestionou, — coagiu. E porque sempre a coação tenha efeito prejudicial, os resultados são lamentáveis para a boa marcha do serviço. A consequência menor é o subordinado "sentar na retranca". E assim procede seja por má formação moral, seja, também, por sentir-se ferido no amor próprio e veja nesta forma de agir um meio de libertar impulsos agressivos reprimidos. Bem sei que alguém dirá:

— "Mas o militar deve sempre cumprir ordens sem ponderação!"

Houve uma época, talvez, em que tal regra era certa: quando os chefes eram sempre geniais diante dos subordinados ignorantes. Hoje vai tudo mudando. Vivemos numa época de transformações: mudam-se os valores morais, os costumes se transformam e a educação deve, forçosamente, ajustar-se a esta sociedade mutável. Homem normal, e moderno, não vai querer, com forças coercitivas "apagar em nós o facho da razão, porque seria o mesmo que apagar o sol, quando flameja, com um apagador de lata duma igreja" — como dizia Guerra Junqueira. O chefe moderno será tanto mais obedecido quanto mais cultura tiver, quanto maior seu poder de sugestão e, principalmente, quanto mais

persuadir os subordinados. Porque então o chefe será, por direito natural, aquél que "prevê, dá ordens e fiscaliza" e o subordinado nele reconhece o guia capaz de levá-lo à vitória nos campos de batalha.

Pois bem, devendo o chefe conhecer o segredo da persuasão e da sugestão, como conseguirá isto? Por milagre? Não, evidentemente, mas estudando.

Se persuadir é atuar sobre o raciocínio alheio apresentando razões lógicas, evidentemente deve o chefe, antes de mais nada, pensar com clareza. E quem ajuda a pensar claramente, segundo preceitos racionais, é a Lógica, — "ciência que estuda as leis do raciocínio". Mas o raciocínio, embora lógico, precisa, também, ser exposto de tal forma que não se embarace com os sofismas dos interlocutores. E quem ensina isto é a Dialética, — "arte de argumentar ou discutir". Daí, portanto, a evidente necessidade de os chefes militares estudarem a Lógica e a Dialética. Praticando tais disciplinas eles persuadirão mais e usarão menos a força coercitiva. Mas nem só de Lógica e de Dialética precisamos, mas também de Psicologia, para saber manejar as três emoções básicas do homem — medo, ira e afeição — e agir, eficientemente, nos três planos da ação humana — plano intelectual, plano afetivo e plano volitivo.

Quando no currículo da Escola Militar se introduzirem a Lógica, a Dialética e a Psicologia, além do estudo prático da Língua Portuguesa, teremos sem dúvida, um Exército mais potente, sem os conflitos dos nossos dias, sem as incompreensões que ora nos tonteiam. Temos atualmente chefes valorosos, mas quase todos são autodidatas a respeito de Lógica, Dialética e Psicologia. Precisamos de estudos orientados. Uma esperança, todavia, existe, porque a Diretoria do Ensino do Exército muito está fazendo pelo aprimoramento cultural dos quadros. Uma prova está nos cursos ministrados pelo Professor Mira y Lopez, pela Excelentíssima Professora Dona Noemi Silveira

Rudolfer, Professor Luiz Alves de Matos e mais outros de reconhecido valor científico. A maior prova, contudo, foi o I Seminário do En-

sino do Exército, realização que mostra haver uma nova idéia em marcha, idéia de renovação e progresso.

Estou certo de que, em caso de novo conflito armado, o avião desempenhará um papel ainda mais importante do que no último, assim como, que o movimento de tropas pelo ar, será de magna relevância na defesa dos Estados Unidos da América do Norte. — General J. Lawton Collins.

AOS COLABORADORES !

Como COOPERACÃO muito preciosa no sentido de facilitar as tarefas de impressão da Revista e, consequentemente, evitar o atraso de suas edições, solicitamos, encarecidamente, aos nossos colaboradores que :

1. Datilografem, na íntegra, seus trabalhos, utilizando UMA SÓ FACE DAS FOLHAS DE PAPEL e deixando espaço duplo entre as linhas.
2. Destaquem, com letras maiúsculas, o título do artigo. O nome do autor (ou seu pseudônimo) deve vir entre o título e o texto.
3. Coloquem, preferentemente, em fôlhas separadas do texto, as figuras, as fotografias, os desenhos, etc.. com as respectivas legendas. (No texto, no local desejado, basta uma simples referência ao número da figura, fotografia ou desenho, correspondente).
4. Sempre que possível, desenhem as figuras a nêquim e em papel vegetal.
5. Tratando-se de tradução, quando a fonte original autorizar a reprodução, citei essa fonte sem esquecer o nome do autor do trabalho : no caso contrário, obtenham autorização prévia.
6. REVEJAM SEMPRE OS ORIGINAIS observando, rigorosamente, a ortografia oficial (a do "PEQUENO VOCABULARIO ORTOGRAFICO DA LINGUA PORTUGUESA", da Academia Brasileira de Letras, dezembro de 1943, Imprensa Nacional).
7. Assinem a última fôlha e INDIQUEM O ENDEREÇO ATUAL para que se possa acusar o recebimento e realizar entendimentos quando necessários.

EU TAMBÉM PRENDO!

Capítulo GERMANO SEIDL VIDAL

Também prendo meus subordinados todas as vezes que a disciplina assim o exige, de acordo com a sempre sábia doutrina do Regulamento. Mas intimamente, em solilóquios secretos, nem sempre aprovo o meu procedimento.

Foi considerando as páginas desta Revista como tribuna livre para o debate de nossos problemas, a serviço das classes armadas, que decidi que elas seriam o lugar próprio para expor o meu segredo.

Obediente aos princípios de disciplina consciente e responsabilidade pessoal resolvi apresentar uma idéia, que aliás não é original, sobre a PRISÃO, no que se aplica às praças.

Quem labuta como "troupeir", anos a fio, a par de tarefas as mais diversas e árduas, terá sob seus ombros a responsabilidade de Chefe, de condutor de homens, de educador, de preparador de soldados para a guerra...

Nestes misteres, mesmo os companheiros totalmente alheios aos fenômenos humanos, conhecerão de modo objetivo as mais complexas reações que a Psicanálise e a Psicologia nos ensinam nos livros. No contacto diário com uma centena de homens cada ano, um Comandante de sub-unidade acumulará experiência insubstituível e preciosa que servirá, sem dúvida, para alicercar velhos princípios e novéis idéias sobre o problema da Chefia, especialmente na parte da disciplina.

Pois bem, é muito comum entre oficiais formados nesta mesma escola prática da vida militar — nos quartéis — ouvirem-se opiniões bastante contraditórias quanto às

conclusões pessoais sobre o problema disciplinar.

Não pretendo relatar aqui essas opiniões, mas sim, retirar delas o motivo para o presente artigo.

De um modo geral a maioria pensa que o "xadrez" não concerta ninguém. Porém, a sanção disciplinar da "prisão" é julgada útil para corrigir praças reincidentes, recalcitrantes, que não atendem a conselhos, repreensões e detenções — os maus elementos, enfim.

Sou, entretanto, de opinião diversa. Acho que, antes de se lançar mão da prisão deveria haver recurso, tão enérgico e incisivo quanto este, para se fazer abortar a indisciplina — corrigir o transgressor — sem outros males e prejuizos...

Vou tentar, por fatos, explicar porque cheguei à esta conclusão:

1º) O "xadrez", na maioria dos corpos de tropa, é situado em local insalubre, pouco arejado, mal iluminado, de reduzido espaço e precárias condições higiênicas. Isto obrigará, por castigo, o homem faltoso a viver neste ambiente desagradável por alguns dias — por culpa evidentemente dele próprio...

2º) A vida em comum dum "xadrez" é a mais perniciosa possível. Vida ociosa, em contacto, às vezes, com presos condenados por motivos judiciaários, cujos vícios e desregramentos não são possíveis de enumerar.

3º) O "xadrez" abate demasiado a moral do punido, quase que o afastando temporariamente da vida coletiva dos camaradas, marcando indelèvelmente o culpado — entre seus superiores e seus próprios pares.

Ora, se a prisão como foi apresentada, provoca realmente êstes fatos, na maioria dos casos ela está contrariando os próprios preceitos regulamentares. Pois diz, mui sabiamente, o R.D.E.:

— “Só se torna necessária e eficaz a punição quando dela advém benefício ao punido, pelo sua reeducação, ou à classe a que pertence, pelo fortalecimento da disciplina e da justiça” (§ 1º do artigo 15).

— “A autoridade que impõe pena disciplinar procurará estar ao corrente dos efeitos produzidos no transgressor, não só quanto à sua saúde, como ao estado moral, a fim de relevá-la ou propor à autoridade superior competente essa relevação, se julgar necessário” (artigo 59).

Cito, então, o que, via de regra, não provoca a prisão feita nos moldes já descritos, de acordo com minha opinião:

- 1) Consciência da gravidade do erro cometido;
- 2) Compreensão meditada da necessidade de não mais prevaricar no cumprimento das suas obrigações posteriores à severa e justa punição sofrida;
- 3) Fortalecimento do ânimo e incentivo à personalidade do subordinado para bem prosseguir nas tarefas de cidadão-soldado;
- 4) Respeito consciente à autoridade punidora;
- 5) Possibilidade de recuperação imediata do faltoso, reintegrado no convívio dos companheiros e no conceito dos superiores.

Em consequência, pergunto se o nosso tão útil e respeitado R.D.E. não está precisando evoluir, aceitando idéias novas?

Veja-se, por exemplo, de documento à mão, qual o recurso regulamentar para punir com energia uma falta gravíssima de um soldado, não recalcitrante. O máximo que o Comando pode aplicar no caso: Prisão em separado. E o que acontecerá ao “pracinha”? Será enclausurado na cela, amarrando a sua falta de modo a se corrigir rápida e definitivamente.

O punido permanecerá assim, isolado, entre quatro paredes, numa pequena cela; não compreenderá à instrução, nem fará serviço algum devendo ter colchão e travesseiros e fazer apenas a faxina da cela (do art. 27 do R-4).

Manter-se-á por alguns dias (até quinze, no máximo) em oficializada ociosidade, enquanto tudo em redor é trabalho, movimento e atividade. O seu corpo ficará preso à inatividade, sim, porém o espírito — o pensamento — livre como Deus lhe deu, estará sempre liberto, para o Bem ou Mal...

Porque não se pode legalmente punir, e punir bem, com trabalho à praça faltosa?

A punição exclusivamente constituída de trabalho poderia ser um novo processo a introduzir-se no R-4. Parece-me que haveria grande vantagem.

Se a autoridade é 100% do regime militar a punição seria: Instrução a pé, aplicações militares, marchas, manejo de armas, etc.

Se o disciplinador crê ser suficiente um trabalho adicional à instrução para corrigir “maus elementos”, há outras sugestões: Colaboração nas granjas, faxinas, pequenas construções na Unidade, pinturas, etc.

Nunca, entretanto, confundir o serviço com a punição. Escalar de serviço, qualquer que seja ele, como castigo, desmoraliza a punição e o serviço.

* * *

Tive oportunidade de pôr em prática a idéia contida neste artigo. Foi o ano passado como Comandante de uma B.O. no 2º R.O.-105.

Em se tratando de Unidade do interior cujo contingente é recrutado entre conscritos de cidades vizinhas a Itu, dispus, na minha experiência, de homens moralmente sadios (na sua quase totalidade) que alimentavam durante a semana os sonhos de gozar o sábado e o domingo nas cidades de residência.

Pois bem, adotei para as pequenas faltas a suspensão do licen-

ciamento de sábado com trabalho "forçado" na granja regimental (das 9,30 às 11,30 horas e das 13,30 às 16,30 horas ou fim de empreitada).

Neste afazer, muito útil ao Regimento, até graduados prestaram a sua colaboração, como inesquecível lembrete para seus deveres não cumpridos.

Os homens passavam um dia de afã proveitoso e árduo, de calção de educação física, sob sol ardente, num local aprazível e bonito, porém muito ingrato para capinar ou plantar...

Depois, de busto tostado, mãos calosas e corpo cansado, gozavam o restante do sábado e o domingo em companhia dos seus ou dos colegas.

Na 2ª feira quantos se perfilavam prazeirosos diante do seu capitão, rosto vivo e compreensivo, e a sorriso prometiam conduta irrepreensível!

Estariam recuperados? Os músculos cansados, tê-los-iam feito pensar melhor? O "espírito liberto" encontrara o caminho do dever?

Deixo as perguntas sem respostas. Nem sempre tive o contentamento de presenciar atitudes como essas. Muitas e muitas vezes, diante da Bateria em forma, eu censurava um camarada por falta grave e, disciplinarmente, declarava:

Eu também prendo!

A AÇÃO DIANTE DO INIMIGO

"Filho (diz o avô), não vês quão numeroso é o esquadrão do inimigo? Se marcharmos contra élé ficaremos cortados. Ainda não temos bastantes forças.

— Mas se vos deixardes ficar aqui, replica Ciro, com os reforços que recebestes esse esquadrão ficará temeroso e não fará movimento algum mas os que andam pilhando largarão a presa apenas virem correr contra élles. Isto decide Astiagás a mandar o filho atacar os que pilham enquanto que élle vigia, pronto a atacar o esquadrão inimigo, se este se movimenta para apoiar os seus."

* * *

"Assim como um cão valente mas baldo de experiência, inconsidradamente se lança contra o javali, também Ciro a nenhuma outra coisa atendia senão a ferir o que lhe caia nas mãos. Astiagás tudo observa. Intervém oportunamente. E vitorioso, por fim, não sabia que dizer a Ciro: elogiá-lo por ser o verdadeiro autor da vitória no combate, ou censurá-lo por sua temeridade?"

* * *

"Quando se combate de longe, a vantagem é da tropa mais numerosa, porque muitos ficarão e matarão um pequeno número com mais facilidade que êste a muitos."

* * *

"Os movimentos bélicos inesperados são os que mais intimidam o inimigo."

(Extractos da CIROPEIA, conforme tradução portuguesa de João Felix Pereira, transscrito de "Estudo Histórico Sobre a Guerra Antiga", do Coronel J. B. Magalhães.)

Livros à venda nesta Redação

	Cr\$
O Serviço de Informações e de Transmissões — Maj. Geraldo M. Côrtes.	11,00
O 6º R. I. Expedicionário — Cap. Antônio Silveira.	35,00
Psicologia da Aprendizagem.	1,00
Probabilidades e Dispersão do Tiro — Cel. A. Mogaço da Hora.	60,00
Patrulhas Mecanizadas — Cap. Calderari.	5,00
Pedagogia da Educação Física Feminina — J. B. de Aquino.	25,00
Tática de Infantaria nos Pequenos Escalões — Cel. José Gomes S. Chaves.	15,00
Travessias de Cursos D'água — Cap. José H. Garcia	7,00
Tática de Infantaria — Gen. X.	3,00
Telêmetros de Inversão — Cap. José Joaquim G. Silva.	9,00
Tabela de Vencimentos de Militares — Lei n. 488, de 15-XI-1948 — Cap. Macedo.	26,00
Transferidor Militar tipo "A" grande — Carlos Morim	85,00
Transferidor Militar tipo "B" pequeno — Carlos Morim.	25,00
Um Ano de Observação no Extremo Oriente — Cel. Lima Figueiredo.	20,00
Vamos Aprender Inglês — Ten. Eugenio Malanga	25,00
Regulamento Provisório para a Instrução dos Quadros e da Tropa.	6,00
Pub. 11 — Cavalaria, Organização e Emprego — Segurança — E. A. O.	17,00

— 0 —

Pedidos pelo Reembolso Postal ou remessa de Vale Postal para a Gerência de "A Defesa Nacional", Caixa n. 17, Agência do Correio do Ministério da Guerra, Rio de Janeiro

PROBLEMA DE CORPO DE TROPA

2º Ten. CESARIO ARRUDA

A leitura do número de novembro p. passado de "A Defesa Nacional" animou-nos a escrever este artigo, com o fim de levantar a questão, sem pretensões de convencer.

Refiro-me aos artigos "Reflexões sobre o Cmdo. em tempo de paz" de autoria do Ten. J. H. Garcia e "Instrução não dá cadeia... mas administração dá!"... de autoria conhecida pelo pseudônimo de Major Z.

Em ambos os artigos, seus autores esposam a tese do objetivo máximo do Exército em tempo de paz: a instrução. Mostram, também, como a coisa se desenrola ao ponto de relegar-se a instrução para plano secundário; daí, surge o preceito firmado de que "instrução não dá cadeia, mas..." Qual a razão?

Sem dúvida, a origem do mal está na falta de organização. O corpo de tropa, como qualquer instituição de trabalho, só funciona normalmente se organizado; as responsabilidades divididas e o sentimento do dever, profundamente, arraigado no espírito de todos.

Qualquer simples comerciante sabe que o negócio só prospera organizado. O norte-americano dá-nos esse exemplo em todos os ramos de suas atividades, chegando, não raramente, as minúcias supérfluas aos espíritos desordenados.

Que ocorre em nosso País? Em geral, nas repartições públicas, nos quartéis e estabelecimentos militares impera a burocracia mal orientada que, ao invés de facilitar o trabalho e orientá-lo, tal sua função, atola-o ora em exageros insensatos ora em emissões perigosas. Em suma, impera a organização

complicada, com excesso de regulamentação tão perniciosa quanto a sua escassez.

Nesse estado de coisas, passa-se a dedicar todo o esforço em prol da administração. Aumenta-se o papelório ao ponto de necessitarmos de três partes onde uma única era suficiente; tudo é complicado e difícil, pois os auxiliares ou são doutores no assunto e criam-se um problema ou são bisonhos, não se procurando aí desenvolver-lhes ou despertar-lhes as qualidades.

Com isso, a instrução foi relegada a plano secundário com a atenção absorvida para outro setor; o que era finalidade passou a não ter significação.

Não se interpreta de outro modo, pois não resta dúvida de que o Exército vive para a defesa da Pátria, através de um único caminho — a boa instrução.

Este o seu objetivo em tempo de paz. Tudo o mais é mero coadjuvante, sem dúvida imprescindível. Não se concebe viver o homem sem alimento nem prazeres, mas concluir dai que são esses sua finalidade na vida é absurdo; é não acreditar no ideal supremo da vida — a propagação da espécie e a satisfação dos deveres morais.

Desaparece, assim, a crença no valor da instrução. Só se acredita na burocracia, pois se os mapas forem errados voltarão; se os termos estiverem em desacordo com os R. R. não tardarão a nos aborrecer e com o peso indigno da nota desabonadora.

Esse o estado em que nos encontramos. É mal já não diremos quanto às reservas que formamos, autênticas legiões de incapazes, mas, principalmente, por tirar do

espírito dos Quadros em geral a mística do idealismo, incutindo-lhes a descrença. Onde paira o ceticismo sabemos até que ponto vão as reservas morais.

Avancemos mais um pouco nessas idéias e diremos que a caserna sem instrução é comunidade de paisanos. Inegavelmente, a falta de instrução reflete-se na disciplina da tropa como fator desintegrante. Dito isto, não creio faltar muito: falar nos sentimentos de dever e de responsabilidade é bater na mesma tecla.

* *

Chegamos, agora, ao ponto crítico da questão: é possível coexistir a boa instrução com a boa administração?

Nosso Manual de Campanha Básico de Instrução Militar, C-21-5, diz: "numa unidade eficiente coexistem a boa instrução e a boa administração!"

Sem dúvida, é possível. Organizado o serviço, tudo se simplifica. Começa que não haverá o caso do imprescindível, daquele que não pode entrar em férias nesse mês, porque senão os mapas não saem. Não, as funções de certo serão determinadas, porém dispondo a repartição de quadros de encargos com datas e referências não haverá muita dificuldade em engrenar o substituto.

Por outro lado, a instrução funciona às mil maravilhas, cada qual dentro de suas atribuições e os que têm ação de comando exercendo suas atividades de fiscalização e correção de instrutores e monitores. Há que se criar o espírito do contínuo aperfeiçoamento. Servimos num Quartel em que vimos a realidade das palavras que escrevemos.

O 4º Batalhão de Engenharia — Unidade de escol do nosso Exército — dá-nos exemplo frisante dessa afirmação. Para que se tenha ligeira amostra da organização que imperava, certa vez aconteceu estarmos de Oficial de Dia e virmos faltar etapa para seis soldados. Feita a chamada das praças presentes pela relação de controle,

constatamos haver seis homens a mais. Eram, justamente, as seis etapas que faltavam...

A burocracia corria com tal suavidade, tudo tão perfeitamente ajustado, cada qual absolutamente ciente de suas atribuições, que de certa feita acumulamos as funções de Secretário, Ajudante, Mobilizador e Diretor da Escola Regimental. A coisa aumentará de importância se dissermos que a S.Mob. estava na fase crítica de seus encargos de mobilização e que a Escola Regimental, refletindo o idealismo do comando, funcionava com seu Diretor e sargentos professores a postos, diariamente, de 07,00 às 08,00, na missão sagrada de alfabetizar 120 pracinhas.

Enquanto, a administração assim corria, a instrução atingia seu máximo rendimento dentro dos meios de que dispunha a Unidade e dentro dos que os instrutores improvisavam.

A diretriz da instrução eram os programas-padrões que se cumpriam à risca; das horas determinadas não se subtraia uma única; os assuntos só não eram, também, seguidos fielmente quando o Batalhão carecia do material imprescindível. Por exemplo, o quadro de trabalho marcava instrução de 4 horas de ponte Bailey; como o Btl. não possuía essa equipagem, davam-se as horas correspondentes de revisão da pontagem da B4 A1. Acontecia que os quadros cada vez mais se aperfeiçoavam na direção dos trabalhos e os soldados mais se familiarizavam no manejo do material, acabando de uma vez por todas, com o mistério.

Assim, temos exposta a situação e para arrematar veremos um problema sério apontado que é, causador do mal. Costumam dizer alguns que não creem na instrução porque nosso homem está em nível mental muito baixo para compreendê-la. É verdade ser esse grande obstáculo, principalmente, nos momentos que correm quando tudo na guerra é especialidade. É o armamento mais complicado, o engenho mais sutil a requererem superior compreensão do soldado.

Não vemos nisso razão de esmorecimento. Ao contrário apenas temos de dispender maior preparação da instrução com o fim de tornar sua compreensão mais fácil pelo soldado. Apliquemos o método adequado, os meios auxiliares e veremos que a sessão não é só para acadêmicos.

Esse é, como vemos, um grande problema, porém não do homem, do soldado, mas do instrutor.

Há, no entanto, um outro problema correlato que requer tanto cuidado: despertar o interesse do soldado pela instrução. Em geral, nosso homem é descrente, vivendo a maioria em estado de semi-indiferença. Há que despertar-lhe a responsabilidade. Não devemos ficar absortos na "inferioridade" propalada do brasileiro, e com isso cruzar os braços. A tese da inferioridade já faz parte das lendas do passado. E, como diz Sílvio Romero: "não é mais tempo de de-

clarar que o Brasil e os brasileiros são a vergonha e a lástima do mundo, pecaminoso brado de desalento que, nem ao menos, encontra mais os escravos para o repetirem".

Despertados êsses valores, temos nosso soldado apto, cheio de entusiasmo pelo trabalho e ciente na sua finalidade.

• • •

Em conclusão, coexistem perfeitamente a boa instrução e a boa administração; são mesmo imprescindíveis uma a outra. Cremos que só não acreditam nisso os que se deixam levar pelas predileções do espírito ou, ainda, pelo comodismo pernicioso.

Precisamos de ter o trabalho organizado e isso significa administração em ordem e engrenada, e instrução desenvolvendo-se de acordo sincero com os quadros de trabalho.

A CAVALARIA

"Sem cavalaria como perseguir o inimigo que a possuir?"

• • •

"Creio que ninguém negará as vantagens de uma cavalaria nacional. Talvez haja dificuldades para criá-la, mas demos o balanço no que temos e no que falta.

Temos cavalos e jaezes; não nos falta o armamento. Temos homens. Temos tudo. Resta-nos aprender e isso podemos fazê-lo."

• • •

"Mas por sabermos manejar um cavalo não nos esqueçamos que podemos combater a pé."

• • •

"A cavalaria, à noite, é de emprêgo difícil e pouco rendoso."

(Extratos da CIROPÉIA, conforme tradução portuguêsa de João Felix Pereira, transscrito de "Estudo Histórico Sobre a Guerra Antiga", do Coronel J. B. Magalhães.)

AS FORÇAS MORAIS E A DISCIPLINA

"Sem justiça as outras virtudes nada valem. Que proveito poderá vir de um homem forte, animoso, perito na arte equestre, rico, poderoso, se é-injusto ?

Com justiça, todo amigo é útil, todo servo é bom."

* * *

"O medo do castigo confrange mais que o próprio castigo."

* * *

"Se cada companhia for elogiável por seu comportamento, todo o exército o será.

Os elogios feitos ao exército revertem sobre o general."

* * *

"A ofensiva levanta o ânimo dos nossos e abate o dos contrários."

* * *

"O êxito de uma batalha está mais vinculado ao ânimo que às forças físicas."

* * *

"É preciso que os nossos e os inimigos não vejam em nós indícios de temor e que se persuadam de que não combatemos a nosso pesar."

* * *

"O primeiro combate exige uma preparação de ânimo dos soldados novos."

* * *

"O chefe que se satisfaz com seu valor próprio e não cura do dos outros só é valoroso em metade."

* * *

"Tudo é exemplo: Um discurso por mais elegante que seja não pode dar valor a quem não tem."

* * *

"Viu-se a boa instrução que tinham os oficiais pela pontualidade com que obedeceram e fizeram executar as ordens do general, na manobra do combate."

* * *

"Os dedarcas vigiam suas divisões e são vigiados pelos logados, estes pelos quiliarcas e estes pelos miliarcas. Dêsse modo não há no exército quem não reconheça um superior. Para pô-lo em ação basta que o general dé ordens aos miliarcas."

(Extratos da CIROPEIA, conforme tradução portuguesa de João Felix Pereira, transscrito de "Estudo Histórico Sobre a Guerra Antiga", do Coronel J.B. Magalhães.)

OS "REZIMGÖES"

(2^a continuação)

ALBERT SCHMID

Uma Leição Estrangeira, de Alemães, a serviço
do BRAZIL, na gerra contra RÓZAS.

Tradusão ORTOgrafada e anotação do General
KLINGER.

DISOLUSAO DOS SAPADORES

Os 300 omens das duas Companhias de Sapadores foram os ultimos a serem contratados em HAMBURGO e embarcados para o BRAZIL. Os does capitães, HAUSNER e PICARD, austriacos, previstos para comandarem as mezmias, tardaram em firmar o contrato, de modo ce assumiu o comando o 1º tenente von RIESENFELS. Com maes 3 ou 4 ofisias, como comandantes de pelotão, de poes de bré estaada no RIO, foram embarcados, no fim de setembro de 1851, dirétamente para MONTEVIDÉU, onde foram as primeiras trópas alemãs a xegar.

Com espanto, ali emcontraram does trens de pontes completos, tipo BIRAGO, compóstos de 30 viaturas, dos cuas deviam tomar conta. Dava-se, porém, ce no efectivo deses sapadores não figurava um unico ofisial da espesialidade, e quando muinto uma dúzia dos soldados aviam nela servido; nimgém sabia lidar com o material, nem com os seus animses de trásão, e estes deveriam ser adciridos in loco.

Poriso, quando as duas Cias. reseberam órdem para se porem em marxa, rumo à COLONIA, o 1º tenente v. RIESENFELS recuzou categoricamente cumprila, por ser

absolutamente imposivel, deante da ignorásia de sua trópa. O comando superior brasileiro suspeitou ce atraç de tal recuza ouvésse outro motivo, e poriso ordenou ce o pesoal, sem os trems, fosse imediatamente embarcado para COLONIA. Ai o seu comandante foce prezo, os outros ofisias foram transferidos para a imfantaria alemã, e as prasas, ce pela dezerão estavam reduzidas a 180, distribuidas em grupos de 20 por diuersos batalhões da imfantaria brasileira. (26)

Os does trems de pontes, com esesão de algumas viaturas, foram maes tarde transportados para o RIO GRANDE DO SUL e, sem avenir prestado serviso, lá cairam em escessimento.

A BATALHA DE MONTE CASEROS

Com a consentrasão do exérzito brasileiro na COLONIA DO SACRAMENTO, á marjem do rio da PRATA, defronte de BUENOS AERES, a campanha contra RÓZAS entrava em faze desiziva.

Por motivos politicos, dos 16.000 omens de ce dispunha o conde de CAXIAS, só 4.000 foram empregados nesa luta final. Foe a Divisão do jeneral MARQUES DE SOUZA, maes tarde conde de PORTO ALEGRE.

Esa Divisão foee a 17 de dezembro transportada pela escuadra brasileira, do comando do almirante GREENFELL, rio asima, e depois de felizmente vemeser a boca do rio PARANÁ, defendida pelos rozentas com algumas baterias ce atiravam mal, reuniu-se ás tropas do general URQUIZA e uruguaeas. Em segida, as forças aliadas romperam pela marjem direita do rio da PRATA, rumo a BUENOS AERES.

A 3 de fevereiro de 1852 travou-se a batalha, em MONTE CASEROS, na qual partisiparam, de cada lado, 25 a 30 mil omens. A vitória dos aliados foee absoluta, e devida, em primeira plana, á modellar atuação das tropas brasileiras. (27)

Ao passo ce o grosso da Leijão Alemã permanesera no acampamento de COLÔNIA, uma pecena parte da mezma, conforme já referimos, fora incorporada á Divisão MARQUES DE SOUZA; eram, ao todo, alguns centos de infantes e sapadores, distribuidos entre os batalhões 5º, 6º, 7º, 8º e 13º. Armatos de fuzis de agulha, de tiro rápido e presizo — o exérssito brasileiro era armado de fuzis de pederneira — eses atiradores prestaram ótimo serviso; sobresaiu na asão a Cia. do Cap. WILDT, com o alférés SCHIOELT, a qual fora incluida no 8º Btl. Na batalha, eses 80 omens avamsaram arrojadamente contra a artilharia inimiga, ce muito estava prejudicando aos aliados, abateram os artilheiros, assim abrindo caminho ao avamso vitorioso das tropas brasileiras. Teve a Cia. nesa asão 4 mortos e 48 feridos. WILDT foee sitiado elojoizamente na órdem do dia do comando superior e, depois, recompensado com a Órdem da RÓZA. Também se distinguiu sobremodo o sargentu de sapadores WERNER, ce fora incluido no 11º Btl.; mostrou asinalada bravura no atace, e foee ferido por bala de canhão. (28)

A 2 de dezembro, justamente um dia depois ce a maeoria dos oficiais aviam sido escluidos do Btl., a Cia. WILDT tivéra órdem de incorporarse ao 8º.

A 13 de fevereiro tornava éla, ornada com os louros da vitória, so seio dos camaradas, ce continuavam osíozos no acampamento de COLÔNIA; apenas uma vez, a 12 de janeiro, o Btl. tivéra exérssio tático de transpozisão do PRATA e does dias depois foee recolhido ao pouzo anterior.

O clima de verão, a ce estavam dezacostumados, bem como as precárias condições de alojamento e alimentação, muinto prejudicaram a saude dos soldados alemães. Nese acampamento a Leijão teve numerosos doentes e alguns mortos, entre estes o 2º ten. von SACKZEWESKI. Ocorreram, outrossim, vários suisídios.

O major von LEMMERS pouco cuedava de seus omens; tanto maes cuedava de seu próprio beneficio pesoal, no ce era secundado pelo comisário de alimentação, PINTO, substituto do quartel-mestre FISCHER, contratado em HAMBURGO, e ce o major consegria afastar. Naturalmente não ficaram despercebidas da soldadesca as traficásias désa parelha, tanto ce ainda em RIO FARDO, nas suas ceixas, frizava as espertezas ce os does praticavam com os cuantitativos para compra do gado de corte.

No festejo do Natal ouvéra solene serviso religioso. O Btl. alemão se dirijira com sua muzica ao acampamento da artilharia alemã, onde fora armado um altar. Executou-se canto coral, pelos soldados, e o pastor HOEFER fez a pregação comemorativa. Muinto jovem leijonário avia de comoverse, então, de saudades da pátria lomíncua e da caza paterna.

RECONDUSAO E DEZEROSOS EM MASA

Com a batalha de MONTE CASEROS e a fuga do ditador para a IMGLATERRA estava terminada a gerra, vitoriosamente para os aliados. A forsa brasileira repasou o rio da PRATA, e na segunda metade de fevereiro a Leijão foee transportada, de navio, para MONTEVIDEO. Ao passo ce o Btl. de Infantaria teve ce esperar seis semanas no acampamento do SE-

RRITO, até continuar a marxa, a artilharia da Leijão, após 15 dias de espera, foi transportada por mar para RIO GRANDE. Os sapadores, novamente retirados dos batalhões de infantaria brasileiros, aviam recomposto uma companhia, sob o comando do capitão WILDT, com o efetivo de 140 homens, e acampado no SERRITO, junto ao Btl. alemão.

Ai a Leijão resebeu novo fardamento, bem como maes 4 oficiais contratados pelo governo brasileiro: capitão von KROPF, alferes OCHS, von NEMIADOWSKI e PFUEHL. E o contingente de sapadores foi novamente dissolvido e incluído no Btl. de Infantaria. Este, assim, contava no começo de março: 14 oficiais, 2 médicos, e 882 pratas, das cuas 64 doentes nos hospitais de MONTEVIDÉU e 43 prezas, a bordo de navios do bloqueio. Nas primeiras semanas seguintes o efetivo baixou consideravelmente, pelas deserções em massa, empreendidas através da emenda fronteira ao acampamento, com destino à MONTEVIDÉU. A banda de muzica, por exemplo, de 20 figuras ficou reduzida a 3, incluindo o mestre. O comando superior brasileiro não se importava com essas deserções, e o major von LEMMERS, pouco antes do regresso da unidade, declarou perante sua tropa reunida ce lhe era indiferente ce os homens desertassem, avisos ou aos magotes. E todo acele ce tivesse ofício encontrava solução provisória para ganhar a vida em MONTEVIDÉU. Quando, afinal, o Btl. saiu do acampamento do SERRITO, a 4 de abril, ainda contava 480 homens; cerca de metade do efetivo dezaparesera em MONTEVIDÉU. Na maior parte voltaram maes tarde, espontaneamente, para o RIO GRANDE DO SUL.

A artilharia e uma parte da infantaria do exército brasileiro aviam sido transportadas em navio para o RIO GRANDE; o restante, cerca de duas Divisões, foi reunido pelo comandante superior, conde de CAXIAS, sob o comando dos generais MARQUES DE SOUZA e CALDWELL, em S. LUZIA,

para regressar através do URUGUAE. O batalhão alemão foi incluído na Divisão CALDWELL.

Entrementes o major von LEMMERS cairia no desagrado do conde de CAXIAS e fora publicamente prezo. A princípio ficou recolhido sob a guarda de prezos; depois deu parte de doente, e como tal durante toda a marxa se conservou na seção de enfermaria. Com o seu afastamento, melhorou o ambiente no batalhão alemão; sobretudo a paga e a alimentação se tornaram regulares. Não obstante, os soldados continuaram espertos a maes tratos, por parte de alguns de seus oficiais.

"Nos dias de descanso", escreve em seu diário o referido Emírio SCHAEFER, sob a data de 11 de abril, "os nossos superiores hierárquicos alemães tanto nos apocentam ce preferiríamos a maes pezada marxa".

As penas da marxa de regresso foram maes bem suportadas do ce as da ida, mesmo porce favoresia a estasão, maes fresca.

As relações da tropa alemã com seus camaradas brasileiros ressentiam-se de freqüentes atritos.

Depois de SERRO LARGO, o Btl. alemão foi adido á 2ª Divisão, do mando do general MARQUES DE SOUZA, a qual a 5 de junho entrava em JAGUARÃO. Ai deixando 50 doentes, o capitão SIBER conduziu o batalhão a PELOTAS, em penosas marxes, sob xervas de inverno e cruzando arroios cheios; ali xegou a 20 de junho de 1852.

A tropa, muinto sofrida, incluiva em seu fardamento, ficou agora acuartelada, depois de só aver conhescido pouzo sob barraca dezde 17 de setembro do ano anterior.

DECADÊNSIA E DISOLUÇÃO DA LEIJÃO

Em abril o contingente de rezerva ou depósito do batalhão de infantaria fora transportado da sua guarnição, RIO GRANDE, para PELOTAS. Era constituido de 8 oficiais, 1 médico e 290 pratas, todos doentes incapazes de serviso ou prezos; estes últimos formavam um terço do total. Semelhante

bando não meresia ser considerado forsa militar; em jeral, aviam vendido as armas e pésas de fardamento e equipamento, e se ocupavam em pecenos servisos particulares, para melhora dos vensimentos. Seu comandante, capitão von EHRENKREUTZ, nada fizéra para impedir a dezorganização do contimjente.

Alguns dias antes da xegada do batalhão a PELÓTAS, todo ese bando fora transferido para RIO PARDO, para onde deveria depoer seguir o grosso do batalhão. Este ficou só 4 dias em PELÓTAS. Ai apareceu por pouco tempo o majór von LEMMERS, deignou alguns oficiaes para várias fumções e recolheu-se a RIO GRANDE (29). A 24 de junho realizou-se o embarque, em navios, rumo a PORTO ALEGRE; eram veleiros e, como não axasem vento á feisão, a viagem durou duas semanas. Como o batalhão só tivése resebido viveres para seis dias, ouve penúria na viagem. Escrêve o capitão SIBER, em seu "Retrospecto sobre a gerra contra RÓZAS":

"Assim xegaram, por fim, os résitos da lejão alemã a PORTO ALEGRE, nos primeiros dias de julho. O estado em ce se axavam os lejionários devia fazer corar de vergonha aos próprios brazileiros. Pés descalsos, esfarrapados, apezar do frio do invérno, o aspécto deses soldados nas ruas da sidade era realmente de jeito a caozar pena e orror. Seus próprios compatrios, covardes e egoistas, como todos os estramjeiros ce vivem nas sidades do BRAZIL, fujiam deles, poes ce, evidentemente, sem um vintém no bolso não lhes podiam ofereres vantajems."

Deante de ajuntamento tão descuedado, não era posivel pemsar em disciplina. Os omens só permanesiam na unidade por esperamsa pela paga dos vensimentos atrazados e na espectativa da disolução ofisial da mezma, com a comsesão das correspondentes vantajems contratoaes. Comtudo, muin-
tos abandonaram a trópa, por conta própria, para numca maes lhe apareserem. Da 3^a Cia., 70 a 80 omens aproveitaram a oportuni-

dade do embarque para RIO PARDO, para então marxarem, pleno dia, eciados, rumo a S. LEOPOLDO, de onde se espalharam pelas colónias, ai entregando suas armas ao diretor, Dr. HILDEBRAND. O restante do batalhão, sob o comando do capitão SIBER, ficou de guarnisão em RIO PARDO, juntamente com o contimjente do capitão von EHRENKREUTZ. Assim reunidos, e com a apresentaçao ulterior de maes alguns oficiaes e soldados, resurjidos, o batalhão ainda atinjui o efetivo de 600 omens.

Não tardou muinto, eis ce voltou á sida o majór von LEMMERS, com o propósito unico de promover a pronta disolução da unidade. Niso teve a oposiçao do capitão SIBER, o qual propugnava pela continuación do batalhão em ser-
vicio até ce completase o prazo do contrato, de modo ce o pesoal não fose lezado nas vantajems a ce entao faria juz. Periso, von LEMMERS prendeu ao capitão oposi-
cionista, comcuanto o soubese po-
suidor da confiança da maeoria dos soldados. Rezultou ce a Cia. SIBER, de armas na mão, pós serco á caza do majór, dele reclamou ce soltase ao capitão; este, no pro-
pósito de evitar ce o conflito xe-
gase a estremos, apresentou-se es-
pontaneamente ao comandante da guarnisão.

O próprio majór von LEMMERS e os outros oficiaes renunsiaram a seus póstos, a 18 de agosto, em um memorial ce redijiram, para recomendar a definitiva disolução do batalhão (30). E, com grande es-
panto dos moradores do RIO PARDO, a trópa privada de seus oficiaes não caiu na anarquia jeral-
mente esperada, poes os póstos va-
gos foram preemxidos por sarjen-
tos de suas próprias fileiras. O vago-mestre (31) HAENEL asu-
miu o comando, e tér BRUEGGEN (32) a ajudáisia: e o pesoal fazia o serviso com uma disciplina não observada antes, cuando sob as ór-
dem de oficiaes, bem como pra-
ticava regularmente exersisios e fornesia as guardas ce lhe imcum-
biham.

Cuando o jeneral CALDWELL esteve em RIO PARDO, para investigar dos acontesimentos, não pôde escapar á impressão de ce aviam sido os ofisiases, não os soldados, os caozantes dos anteriores dezmanados.

O capitão SIBERS e alguns outros ofisiases, sobre cem von LEMMERS levantara a suspeita de alimentoarem idéias revolucionárias, foram removidos para PORTO ALEGRE; mas também o major e os restantes ofisiases deixaram RIO PARDO em comeso de outubro de 1852.

Fernando SCHROEDER, em seu livro "A Imigrasão Alema para o BRAZIL Meridional, até o ano de 1859", fornese dados interessantes aerca da sorte ulterior de vários ofisiases do batalhão; não os referimos aei, para não nos afastarmos do objéto deste trabalho.

Depoés dos referidos ultimos acontesimentos, o batalhão resebeu novo comandante, o major RESIN, o qual já no RIO servira de ofisial de ligasão entre a Lejão e as autoridades brasileiras. Era natural da SUISA, pertemsera ao antigo nôso Btl. Alemão n. 27 (Cassadores) na gerra sisplatina, na qual, já ofisial, tomou parte na batalha de ITUZAIMGO, em 1827; maes tarde, como jeneral, comandou uma Divisão brasileira na gerra do PARAGUAE. Fez-se extraordinariamente estimado da soldadesca alemã, imcluzive porcê falaava agradavelmente alemão.

Em suas memórias, o lejionário da infantaria MAECHTIG conta ce "viviamos muinto melhór do ce sob o comando dos nôsos ofisiases alemães, espesialmente sob o do nôso eselente papae Carlos RESIN". Pouco depoés promovido a tenente coronél, foi substituido no comando do batalhão pelo major FEGERTEIN.

Após o afastamento dos ofisiases, fora facultado aos soldados pedirem baexa do serviso; muintos, então, se ofereseram para servir em unidades brasileiras, mas a maeoria preferiu a baexa, em comeso de novembro. Peceno contimjente, menos de 200 omens, com ofisiases brasileiros, permane-

ceu ainda algum tempo acuartelado em RIO PARDO.

O ministério da gerra, ce sempre se empenhara pela conservasão da lejão alemã, em vão tentou impedir o curso das coezas. Ainda á ultima óra, quando a maeór parte dos lejionários já aviam abando- nado a sidadezinha, o ministério ordenou ce se reorganizase o batalhão e o corpo de sapadores: a incumbénsia foi dada a von LEMMERS, promovido a tenente coronél, e agrasiado com a Ordem da ROZA, por proposta de CAXIAS. Então LEMMERS mandou vir do RIO GRANDE ao capitão PICARD, ce ali assistira impasivel á sorte de sua companhia — o capitão HAUSNER falesera em S. CATARINA, de febre amaréla. Apenas 25 es- sapadores pudérão ainda ser colhidos nas fileiras; era impossivel efetuar a reorganisão, tampouco do batalhão de infantaria, poes mal restavam ums 150 imfantos, meio- inválidos.

Comíorme referimos, a artilharia, depoés de brêve estada no acampamento de SERRITO, fora no fim de marzo de 1852 transportada por mar para RIO GRANDE, onde se emcontrava a sua formasão de rezerva ou depózito, comstituida de cerca de 300 omens, entre malandros, doentes e prezos, sob o comando do tenente coronél von HELD, o qual, com seu imediato, major von BROCKENHAUS, ali aguardava o regreso das baterias ce aviam sido espedidas ao rio da PRATA. Reunidos os does contimjentes, num total de 400 a 500 omens, sob o dezignaço de 2º Rejimento de Artilharia, permaneseram na sidadezinha durante ano e meio, cuaze osiôzos. Treis das baterias eram comandadas pelos capitães JAHN e BRINCKMANN e pelo 1º tenente BOREL; a de obuzes, pelo capitão von GILSA; e o contimjente da rezerva, pelo 2º tenente GAERTNER.

Apesar de classificado como arti- lharia a cavalo, o Rejimento con- tinuava sem cavalos, de modo ce era tropa a pé; e mal se ocupava em forneser guardas e fazer algum exersisio a pé. A alimentaço era mizeravel e o alojamento defisi-

ente; dezessões abriam grandes claros no efetivo. Muitos soldados procuraram ocupação, como operários e jornaleiros, e axaram; outros muitos viviam na prisão, a qual preferiam ao emfadonho serviço ordinário.

Segundo narra Carlos von KOSERITZ, em suas "Recordações dum Rezimão" (*Erinnerungen eines Brummers*), melhor vida se levava a bordo da prezigama, ancorada no porto, na qual sempre se reunia uma sússia de pândegos. "Podíamos ai cozinhar a bel prazer, tomar banho de mar, pescar; não tínhamos serviço a fazer e podíamos levar vida folgada, como Noso Senhor em FRAMSA. Eu, pelo menos, pasei nesse navio prezidio os melhores dias de minha vida militar brasileira."

Sért feita, axavam-se no xadrez do Rejimento alguns camaradas espacialmente travesos. A prisão era separada, por um tabice, dum armazém, no qual estavam depositadas várias pipas de vinho. Por acaso, ou numa tentativa de fuga, a presiozidade foi descoberta pelos prezos. Com toda a perisía foi samgrada a primeira pipa e passaram a dispôr do nobre licuado à farta. Depois dos prezos, também os demais camaradas do batalhão passaram a ter o seu cinhão nacéia bensam, ineaorável, ce fluia detrás daquele tabice, sempre cuedadózamente vedada a pipa após as estrasões. Dias e dias iam e vinham os cantis, entre o xadrez e o interior do quartel, e todo o Rejimento tornava vinho à gordasa. Os superiores ierarcicos não desifravam de onde prosedia tanto vinho; até ce um dia o oficial-de-estado deu com os prezos no xadrez completamente bêbedos e atirados num alagamento de vinho: na sua bebedeira, aviam excessido de tapar novamente a pipa, todo o seu conteúdo escapara. Acabara-se o maná!

Nos meses de marso a maio de 1853, quando o batalhão alemão estava em dissolução, a maioria de seus omens já tivera baixa, teve o Rejimento de Artilharia sua sede mudada do RIO GRANDE, via PORTO ALÉGRE, para RIO PAR-

DO. A pecena estada, de trázito, em PORTO ALÉGRE, serviu para numerózas dezessões.

O aspirante a oficial Ernesto MUETZEL, em seus apontamentos diários, narra um epízódio deses dias, ilustrativo do espírito bona-xeirão da maes alta autoridade da província. Com alguns de seus amigos (DIETHELM, alférés MEYER, da infantaria, e VIRGILS), realizou ele uma noite uma sere-nata, dedicada ao presidente da província, CAMSAMSÃO DE SINIMBU. Resultou um convite imediato para tomarem xá com a família. "O presidente é um omem altamente instruído", narra MUETZEL, "fino e amavel, na flor dos anos; estudou direito em LEIPZIG e casou-se, maes tarde, na BAIA, com uma VOGLER, natural de DREZDEN. Sua espoza, seu sogro (o velho VOGLER) e a sogra estavam presentes, e tive a impressão de estrema afabilidade quando a senhora presidente, deixando o tricô ce tinha em mão, asercou-se da meza e nos serviu o xá. Fazia muito ce eu não gozava de semelhante ambiente. Além de nós, estavam presentes um jeneral brasileiro e um sivil (inglez), de modo ce no peceno círculo a palestra se jeneralizou em portugez, inglez, framsez e alemão, línguas ce o presidente, bem como sua espoza, falavam correntemente. Como se sabe, SINIMBU, xefe do partido liberal, foi maes tarde várias vezes ministro de estado, e de 1878 a 1880 presidente do gabinete imperial. (33)

As numerózas dezessões aviam baixado o efetivo do R.A. alemão a 300 omens. E quando, em RIO PARDO, lhe foram, finalmente, fornecidos cavalos, lôgo depois foi transferido para S. GABRIEL. Ai vejetou precariamente durante doez anos, em condições defisientes de alimentação e alojamento. Parte dos seus omens, os ce tinham ofício, encontraram serviço no seio do povo da localidade. Outros se entregavam à casa, para melhora do cardápio. Vêsimentos e fardamento eram pagos irregularmente, isto é, sempre em atraço. Cem axava jeito, dezertava. Quando

ao cabo de 4 anos do contrato, em 1855, se consumou a dissolução oficial da unidade, mal restavam 200 homens. Do total dos artilheiros contratados, maes de 2/3, no correr dos 4 anes, aviam falecido ou deserto.

O governo brasileiro foee absolutamente correto e bondoso no ajuste de contas com os oficiaes e soldados escluidos. Os homens resebiam seu certificado de citação, e os de baixa legal, isto é, comendida pela autoridade competente na forma do contrato, resebiam o prêmio estipulado. Depoés da campanha foram cabalmente atendidas as reclamações de vantagens atraçadas, ce éram muitas, por caoza da defeituóza administrativa local, poes o governo realmente providenciara para o abastecimento da leijão.

Asim, por exemplo, no periodo de 1º de abril de 1851 a fim de julho de 1852, foee fornecido o seguinte fardamento á leijão, por homem: 1 tunica e uma jaceta de pano, 2 capotes de pano, 3 calças de pano, 2 gorros de pano, 6 calças de linho, 2 bluzas, 3 tunicas de linho, 7 camizas, calzado á feição da nesessidade, 2 marmitas, 3 mantas de lã. A alimentação da tabéla também era suficiente. Se os soldados tiveram motivo de ceixa, sem dúvida a culpa não foee do governo brasileiro, o qual sempre patenteou a melhor vontade; a culpa terá sido das circunstâncias, ce muitas vezes impossibilitavam o abastecimento regular das trópas, e também de sértas imstâncias militares ce davam sumiso aos fornecimentos destinados aos soldados.

AS CAOZAS DO MALOGRO

Foram de vâria espésie as caozas do malogro da leijão alemã e de sua dissolução final. Em téze, não éra nada de estracrdinário nacela época a alisiação de mersenários estramjeiros para seu emprego na gerra. Alguns paizes, como por exemplo a FRAMSA e a ESPANHA, conservaram o sistema das leijões estramjeiras até no século vinta. (34)

No seu seio sempre se encontram numerózos aventureiros e ele-

mentos de caráter duvidoso, ce comtudo se mantém em condicões, grases a férrea disciplina e a um quadro espesial de oficiaes nacionaes. Sem dúvida, o material homem da nôsa leijão alemã não éra piór do ce o de formações comjêneres daeles tempo. Até éla contou, em parte, com eselentes elementos, oriundos do exérssito prusiano do SCHLESWIG-HOLSTEIN, resém disolvido. Ésa circunstânsia favorável, comtudo, não foee sufisemente aproveitada.

REGO BARROS, para dezempenho de sua misão em HAMBURGO fiava-se prinsipalmente nos ajentes alemães ce tratara para a alisiação. Estes, pouco se importavam com a selesão qualitativa dos homens ce se apresentavam; o de ce se importavam éra de embolsar prontamente, e com o mínimo de trabalho, o prometido tanto por cabesa de alistado. Asim, foram contratados, de par com alguns homens devéras dotados de imstrusão militar, e experientes, muitos jovens ce numca aviam sido militares e ce apenas éram levados á fileira por espirito de aventura ou dezejózos de deixar a pátria, por outros motivos.

Ao passo ce para o batalhão de infantaria foram alistados na maor parte veteranos da gerra do SCHLESWIG-HOLSTEIN, dos 600 engajados maes tarde para o Grupo de artilharia apenas ums 100 aviam servido na arma; e o corpo de sapadores, engajado por ultimo, entre seus 300 homens contava apenas 20 ou 30 conhescedores da especialidade.

Em vez de contratar inisialmente os comandantes das 3 unidades, para ce interviésem no recrutamento de seus oficiaes e soldados, eses xéfes não tiveram contacto com seus comandados antes da partida para o BRAZIL. O comandante da artilharia, até, só tomou conhescimento com a metade de sua gente depois da campanha; e os dozes xéfes dos sapadores só xegaram ao BRAZIL depois de suas companhias já disolvidas!

Foe erro do ministério da gerra brasileiro, só esplicável pelo seu desconhescimento aerca da compo-

zisão da leijão, mandar semelhante trópa para o teatro da gerra, antes de submetida á adequada instrusão.

Acresia ce, em parte, o equipamento era inadequado ás condicões particulares do paiz, e os omens não sabiam uzalo. A infantaria faltava munisão; e faltavam barrantas quando rompeu de JAGUARÃO para o campo da luta.

A artilharia, recrutada como trópa a pé e transformada em arma montada por ocasião de sua organização no RIO GRANDE, só no RIO da PRATA resebeu seus canhões, trazidos da ALEMANHA. Durante toda a campanha não lhe foi dado praticar nenhum exersício de tiro real. Cavalos só lhe foram fornecidos muito depois de seu regresso da campanha.

É uma trajédia a istória das duas companhias de sapadores, ce foram transportadas diretamente do RIO para MONTEVIDEO, ainda sem a organização completa. Ai lhes entregaram um equipamento técnico ce lhes era totalmente desconhecido, bem como animaes de sela e de trasão, com ce não sabiam lidar. Não admira ce em tais circunstâncias seu comandante interino se recusase a obedecer á ordem de marxa do comando superior brasileiro e assim acarretasse a dissolução das companhias.

Foe também de funesta consequência para a sorte da leijão a divergência de conselhos ce a seu respeito reinava entre o ministro da gerra brasileiro e o supremo comando do exército em campanha, notadamente com relação á conveniência de semelhante formação. Os maes elevados xefes militares tinham pronunciada aversão ás trópas auxiliares alemãs, conforme observa Alfredo de CARVALHO. CAXIAS, como senador combatera violentamente o recrutamento da leijão. Não se escessera ele de muitas particularidades de ce tivera siêmsia própria, como capitão e majôr, quando da nossa primeira leijão estrangeira. Assim, ele não se empenhou por elevar esa trópa ao nesessário nível, tornala apta; mas, ao contrário, pôs toda sorte de entraves ás sujeções e esforços feitos nesse sentido. Seu empenho

era por disolver a leijão e distribuir seus omens entre as unidades brasileiras, tanto ce jamaes empregou a leijão como unidade constituida, poes ce a considerava corpo estranho no organismo do exército. E executou ese seu plano quanto aos sapadores, bem como tele-ia igualmente aplicado á infantaria e á artilharia, não fora a desidida oposição do ministério da gerra. A sua predileção pelo majôr von LEMMERS paréce ce rezultou de ce o mesmo adotava inteiramente ese ponto de vista de S. Es.

Para julgar esa atitude do conde de CAXIAS em relaçao á leijão alemã, cumpre considerar ce a eficiência da mesma fora grandemente prejudicada pelos referidos erros iniciais de formação, e ce as dezagradaíveis demonstrações dos leijonários nas primeiras semanas e mezes justificaram ce o comando brasileiro tivese sérias dúvidas para empregar semelhante trópa. E maes de uma vez se verificou ce leijonários nôs procuravam entendimento com ajetes de RÓZAS, para se venderem á ARJENTINA.

Até certo ponto, a insatisfação e o malogro dos leijonários decorreram das condicões especiais do paiz, notadamente o clima subtropical, a ce estavam desacostumados. O general Jozé Bernardino BORMANN, em sua istória da campanha contra RÓZAS refere ce as trópas alemãs muito padeceram com o calor e a seca, sobretudo muito sensíveis de outubro a março. Os uniformes, de modelo prusiano, eram impróprios para o clima da reijão, tornavam-se verdadeiramente insuportáveis no verão. (35)

Durante longos mezes, na campanha, a leijão esteve adstrita á alimentação uzoal da terra, consistente cuaze esclusivamente de carne cuaze crua (36). Se era normal para o soldado natural da província, para o europeu novo na terra era difícil de tragar e nosiva á saude. E nos numerosos casos de doensa diso resultantes faltava o tratamento adequado, o ce ainda era agravado pelos maos pouzos durante os periodos de marxes e no acampamento do PRATA.

Sem dúvida, a culpa principal no insuséso dos soldados alemães foi dos oficiais seus compatriotas, poes o maio exemplo do comportamento destes se espelhava na vida e disciplina daeles. E as intrigas do malor von LEMMERS contra seu superior ierarcico, tenente coronel von der HEYDE, acarretaram o disídio no corpo de oficiais, ainda antes de ultimada a organização do batalhão.

Ademais, durante algum tempo, esteve a tropa desfalcada de oficiais, por ainda não averem xegado todos, ou por se averem afastado alguns, ou ficado prezos, ou obtido licensa. Segundo os divérsos depoimentos de lejionários, as ceixas dos soldados contra seus oficiais foram tão jeneralizadas e unanimes ce se não pôde pôr em dúvida ce eram fundadas. SCHAEFER, LENZ e outros reférem múltiplos exemplos de xicanas e de maos traçadas inflijidas pelos oficiais a seus comandados, a ponto de caozarem várias dezessões e até suisídios. Numa carta de outubro de 1851, escrita de RIO GRANDE para a ALEMANHA, narra o aotor: "Os oficiais ce temos são taes patifes, ce nenhum soldado ce tenha sentimento de omra lhes pôde ter respeito." E, em seu diário, SCHAEFER escreve a 8 de outubro de 1852, de RIO PARDO: "No dia 8 saíram daci todos os nôsos oficiais e das bocas de todos nós ouvia-se a esclamasão: Foe bom ce eles se fossem!"

Militarmente a lejão pouco serviu ao BRAZIL; fóra de dúvida, não ouve proporsão entre sua utilidade e as elevadíssimas custas de seu recrutamento e manutensão.

(28) O capitão SIBER, em seu livro, diz ce uma das companhias de sapadores da Lejão Alemã era econda como unidade de transporte. Efectivamente, no livro "ESTRAMJEIROS", consta sob o título "Organização das duas companhias de pontes, de 60 brasas": Pontoneiros — 3 oficiais, 141 pratas
Trem 2 oficiais, 121
36 carros a 4 cavalos.

Maes uma vez seria tentada a reorganização dos pontoneiros "alemães": por ato de 20-I-33, o General Barão de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, rezolveu criar uma Cia. de Pontoneiros, reduzida a 84 pratas, com a consequente redução proporsional dos pontões, pôstos em boa arrecadasão os esedentes. Comandaria o capitão PICKART e deveriam servir na Cia. o 2º ten. do corpo de emjenheiros Antípicio DIAS CARNEIRO e o alferes do 14º B.I. Carlos, barão von KAHLDEN.

— Existe no Arquivo do Exército um livro de grande formato, cerca de 50 cm. x 60, emcadernado, dumas 50 páginas, com a etiqueta "Asetamentos de pratas do RIO GRANDE DO SUL 1851", e com belo carimbo duma "Comissão Organizadora do Arquivo do Exército". Acele "1851" atraiu a atensão; fui ver o

Comtudo, disolvida a lejão, vários de seus sargentos e soldados ficaram nas fileiras de unidades brasileiras e se portaram bem no resrtito âmbito de sua atuação.

O alferes de infantaria MEYER foi o unico dos oficiais ce ficou em serviso ativo no BRAZIL; atuou efisientemente como instrutor e faleceu em 1888, como tenente coronel. (37 e 38)

Alguns dos lejionários viéram a tomar parte na gerra do PARAGUAE (1865 a 1870) e se distingiram em asão. A bateria alemã de voluntários, então organizada, pelo capitão Ferdinando SCHNEIDER, foi recrutada cuaze esclusivamente dentre taes veteranos. Além dese capitão, mensionemos igualmente os outros oficiais da bateria: von REISSWITZ, SCHIMMELPFENG, von der OYE e von ZACH. (39)

Entre os nomes de alemães ce mereseram referências elojoizas em órdens do dia, e também dos ce figuraram nas listas de mortos em asão, apárésim vários de eslejionários, ce désa fórmula pagaram á nôva pátria o tributo ce em razão de dezazadas circunstâncias a lejão de 1851 não lograra pagar.

"Eis ce aci apareseram", escréve Aorélio PORTO, "ao lado dos riograndenses, não maes, como até entâo, mersenários estramjeiros, maz veteranos das tropas estramjeiras, para defendarem a térra ce se tornara pátria sua e de seus filhos. E ao lado deles figura, admiravel pela bravura e disciplina, a primeira jerasão de riograndenses de orijem alemã."

(A concluir).

ce éra : trata presizamente désa Cia. de sapadores alemães, reorganizada em 1853, comtérme se lá nos assentamentos, desde o n. 1, das "65" pratas, todas proscientes do 1º B.I., sucesor do 1º, ou Btl. Alemão, ou Prusiano. De uma dessas pratas vê-se ce não for impedimento o aver sido deserta do 2º R.A. E o livro comésa pelos oficiais da Cia. : Cap. PICKART, los Ten. EMMERICH e UCKER-MANN, 2º Ten. von KAHLDEN.

(27) O grifo é do tradutor : intensional.

(28) A órdem do dia n. 40, de CAXIAS, de 5-II-52, sita entre os "dignos de memsão", "segundo as partes dos Srs. comandantes de Brigadas e corpos", no 8º B.I., o Sr. cap. da G.N. edido F.J. WILDT, por se aver distingido por sua bravura e prudênsia no comando da linha de stiradores alemães, do 1º B.I., armados com espingarda de alfinete ; e no 2º B.I. o 1º sjt. prusiano Cristóvam WERNER, com ferimento leve, de bala de canhão.

— Nóte-se ai o "alfinete", outra versão, em vez de "agulha", para o termo framsez "tige", em alemão "Nadel", ce, etimolôgicamente, é o latim "aculeo".

(29) A ese tempo, von LEMMERS fora aproveitado para nova incumbênsia especial : pela órdem do dia n. 58, de 12-V-52, CAXIAS mandava ce "se escolha de cada B.I. um subalfermo e um sjt., com a presiza intelijênsia e aptidão, para se amestrarem no exerçisio de atace e defesa à baioneta, com o Sr. major barão von LEMMERS, comandante interino do 1º B.I., e quando abilitados emsinalo nos seus respectivos batalhões".

Dai rezultaria o avizo de 25-XI-52, ce mandava armar em cada Btl. I. uma Cia. com espingarda à tige, e em cada R.C. uma Cia. (sic) com clavina de agulha, bem como estableceser uma escola de tiro, dirigida pelo tenente coronel von LEMMERS, devendo a instrusão comesar por 2 oficiais de cada Btl. e R.C.

A 1-IV-53 ficou encarregado dese emsino de tiro e emprego das armas à tige o auxiliar de von LEMMERS, altérre Teodoro OCHSZ, visto passar o tenente coronel a responder à conselho de gerra. Nóte-se ce a 13-II-53 S.M. deferia o pedido de LEMMERS para ce ese conselho de gerra fose composto de oficiais brasileiros.

(30) Nos recerimentos do tenente OCHSZ, existentes no Arquivo do M.G., emcontramos referênsia a ésa manifestaçao de indisciplina dos oficiais alemães do 1º B.I., no RIO PARDO. O presidente da provinsia, SINIMBU, os suspendeu a todos. Entre eles, inadvertidamente, OCHSZ : S.Es. Informaria favoravelmente o recerimento do mezmo, ce reclamava contra a suspensão, alegando ce não avia participado do ato de seus camaradas, avia contra o mezmo protestado com energia e pertinácia, poes éra seu propózito continuar a servir no exerçisio brasileiro.

(31) *Nihil novum...* Com a vinda da Misão Militar Framsez de instrusão para o nôsso exerçisio, em 1919, rezultaria a nôsso língua infestada de framsezismos, não só no vocabulário, como na sintaxe, e até em muita tradusão errada, por traísso de paressemas emganadoras. Dizia-se deses erros e corruptélas (alguns praticados por brincadeira, sempre por menor esforço — como o abuso do artigo UM e do jerúndio) ce éram "framsez coberto". Poés act temos no nôsso vélho reñido VAGO-MESTRE, ce ainda viveu nos primeiros anos da república em nôsa ierarquia de sargentos, um genuíno precursor, "alemão coberto" : VAGO-MESTRE é erronia, criada pela broxadéla luza no "Wagen-Meister" — mestre, encarregado, dos carros, do trem.

(32) Não teme o leitor imcauto a particula térr por erro tipografico : trata-se da particula olandesa, uzada em nomes personativos, correspondente ao nôsso DAS, ou no alemão VON DER. Em rigor, ali está apenas a flexão dativo do artigo feminino, fose elidida a preposiçao, ce seria VAN. Afinal, térr BRUEGGEN ecivaleria a DAS PONTES. Albert SCHIMID nos recorda, aedeante, a importante atuaçao ce ese "Rezimão" teria maes tarde na imprensa sulina.

(33) João Luiz VIEIRA CAMSAMSAO DE SINIMBU : depois visconde de SINIMBU

Foe ministro da gerra, em 1879.

(34) RÓZAS também cis alisiao 600, ou maes, mersenários sislianos. Não os teve, porçô não os conseguiu. Procurou entôs embarasar a alisiao para o BRAZIL, e, depois de alistados os omens, seduzilos a se bandearem.

(35) O marechal Jozé Bernardino BORMANN, nascido a 26-IX-1814, fose general de bda. a 22-IX-99, de divisão a 15-X-1908 ; ministro da gerra no governo NILO PECANHA : faleceu a 1-VI-1919 ; tomou parte nas campanhas do URUGUAE, de 1864, e do PARAGUAE, na qual teve ação destacada, de bravura em combate e de assistênsia a oficiais e pratas atacados de epidemia ; escreveu, além da istoria da gerra contra ORIBE e RÓZAS, a da campanha do URUGUAE, de 64, e a da do PARAGUAE.

Diz BORMANN o segintie, no asunto a ce alude A.S. :

"Acostumados os alemães a marxarem por boas estradas na EUROPA, dezanimaram alguma deles a descontinarem aceles campos ce paresiam intermináveis, cortados por vários rios, ce as xuvas fizéram tramzbordar, mas ce éra presizo transpôr, custase o ce custase, sem material de pontes para tal operasão, e poriso a passagem era perigosa. Não avia pelo caminho, vilas, sidades, como na EUROPA,

para os xéfes aboleitarem os soldados; para qualcér lado ce estendesem a vista, só viam campinas desoladas. O resultado foi a nostaljia, depois o desanimo, ce arrastou alguns ao suicídio."

(36) Refére-se esencialmente ao xurrasco. Os "baianos" também o estranhavam igualmente padeciam sérios distúrbios para se aclimarem ao costume alimentar suliograndense, mórmente na campanha, caracterizado pelo largo uso da carne vacum cuaze crua.

(37) Desnervava curiosidade identificar ese "alféres de Implantaria MEYER", a cem Albert SCHMID anteriormente já referira, e ce não figura no livro de von LEMMERS. Podia ter sido contratado na Leijão como prasa, e depois promovido; mas, ignorado seu nome próprio, seu prenome, como descobriu? no vasto rol das prassas da Leijão, estampado no mencionado livro. Ai figuram maes de uma dúzia de "MEIER" e "MEYER" e ainda "MAYER".

Felizmente, A. SCHMID acresenta ce o alféres ainda viveu até 1888. Portanto, foi contemporâneo da gerra do PARAGUAE: vamos à respectiva Istória, de Tasso FRAGOSO, e lá encontramos, no VOL. V, Anexo VII, na organização do exérzito, um "corpo provvisorio de atiradores, armamento de agulha, sistema prusiano, comandante o capitão em comisão Pedro GILHÉRME MAYER". Será este?

Vamos agora ao Arctio do Exérzito, a rebuscar almanaces. Como augea, bruxoleava a nôsa reminiscênsia de ce no virnos para a PRAEA VERMELHA, em 1901, na sala de exézima ainda encontramos a tradição dum instrutor "mae-ér". Comemoramos por um almanac do tempo da referida gerra, o de 1868: lá figurava o mesmo ofisio, com as maes definições, ce o identificavam como o nôso omen; completamos a busca em diversos outros almanaces, inclusive o de 1888, primeiro em ce seu nome já não figura; e consultamos, por fim, sua fá de ofisio. Eis, dai, a sua fixa:

PEDRO GILHÉRME MAYER, filho de João Francisco MAYER, natural de BADEN, naseu em 1832; assentou prasa a 18-XI-1856, como 1º cadete e 1º sargent, mas teve sua antigidade contada de 24-IV-1851, data em ce fora contratado em HAMBURGO, para a Leijão ao serviso do Império. Foi nomeado alféres a 2-XII-1858; mandado servir adido à Escola de Aplicação, como instrutor de "espimedarda à tige e jogo de baconeta"; nese mesmo posto, passou para o corpo de estado maeor de 2ª classe, a 19-XI-51. Com a reforma da escola militar, foi confirmado no exérzito de instrutor de 2ª classe (era a da instrução prática) na Escola Militar e na de Aplicação, para "o manejo das armas espesias"; a seguir, foi nomeado também instrutor de natsio, e depois ainda de jinastica. Em novembro de 1865 foi nomeado instrutor do exérzito em operações no RIO GRANDE DO SUL. Promovido a tenente a 22-I-66, segiu para a campanha do PARAGUAE, nomeado instrutor das armas de agulha; em seguida foi nomeado capitão em comisão, no comando de um corpo de atiradores armados de taes fuzis, à disposição direta do comando do Exérzito em campanha. Promovido a capitão a 18-I-68, por serviços relevantes; foi gravemente ferido em combate, na mão esquerda, e não obstante conservou-se na ação, à testa de seu 14º Batalhão de Implantaria. Contou da data dese combate a sua antigidade de major, a ce foi promovido, por bravura, a 20-II-69.

Nese posto voltou, em outubro de 1871, às funções de instrutor da Escola Militar, nas cuaes se conservou até 30-XII-84, quando foi dispensado a seu pedido, sob a alegação de não ser tal exérzito compatível com sua idade e posto.

Foi promovido a tenente coronel, por meresimento, a 28-XII-74, e a coronel a 15-XI-1884.

Foi agraciado com os títulos onoríficos de Cavaleiro das Imperiaes Órdens do CRUZEIRO e de S. BENTO DE AVIS, Ofisial da Órdem da RÓZA; e obteve as medalhas da campanha do URUGUAE, de 1851 e 52, de PARAGUAE (com o passador de ouro n. 3) e do mérito militar (da mesma campanha), em atensão aos reiterados atos de bravura praticados em combates.

Faleceu a 25-VIII-1888.

Em prossegimento na pesciza, no Arctio do M.G., encontramos no livro "ESTRAMJEIROS", à página 21, a sua promoção a alféres na Leijão, por decreto de 8-IV-52. Figura apenas com o prenome de Gilhérme, e ce já era 1º sargent: devé ser o mesmo ce está como cabio entre os contratados de 27-III-51, "INDOLE, &c.", pág. 84, sendo de notar ce no fim da página anterior também figura um soldado onônimo, e lôgo antes um W. MEYER. A mesma promoção a alféres abriu uma turma de 8 sargentos, e é singular ce entre eles cuve um Emrice MAYER, ce figura como soldado contratado, na "INDOLE, &c.", pág. 85, a par de um H. MEYER, à pág. 83.

E na coleção de recerimentos de P.G. MAYER, deparamos as seguintes minúsias:

A 31-X-54, alféres no 14º B.I., em serviso na Cia. de atiradores à tige (sic), adido ao 12º B.I., na iminénsia de finalizar o prazo do contrato, e com o desejo de continuar a servir no exérzito brasileiro. P.G.M. pêde carta de naturalização e admissoão no exérzito, no seu posto.

A 22-VI-55, tendo servido os 4 anos do contrato e por iso obtido demisão a 14, pêde correspondente atestado. E na mesma data recer medalha da campanha do URUGUAE, de 1851 e 52.

A 27-VIII-1855 o alféres G. MAYER (demisionário) é nomeado "para emsinar o exersicio de arma à tige de MINIE e a exgrima de baeoneta, devendo comesar os trabalhos pelo 1º B.I.", gratificação mensal de 100\$.

A 2-VI-56 é admitido para seu coadjuvante no ensino da exgrima o ex-sargentu João Emrice ISENSEE (figura na "INDOLE, &.", pág. 81), com a gratificação mensal de 30\$.

A 12-XI-56, es-alféres do extinto 14º B.I., "atualmente instrutor de armas à tige e de exgrima de baeoneta na Escola de Aplicação, naturalizado brasileiro", pede admissão no exército brasileiro, no posto de alféres, contando o tempo de prisa desde 25-IV-51, data de seu emgajamento na ALEMANHA. E também aléga ce marcou com a Divisão Aosiliadora para MONTEVIDÉU, em 1854, como instrutor da Cia. com armas à tige, e finalmente marcou com a mesma para o PARAGUAE em 55.

A 28-II-37 solisita a grava de ser admitido a exame "de ponto" nas matérias teóricas da aula provisória de matemática, ce frequentara como ouvinte no último ano letivo.

A 9-VI-69, capitão, major em comissão, comandante do 15º B.I., após a lisença para tratamento do ferimento avido em combate no PARAGUAE, não se avendo restabelecido, pede para reassumir as funções de instrutor na Escola Militar, exercidas já durante 14 anos.

Por um recerimento de 1-IV-75 verifica-se ce MAYER tinha 3 filhos varões: obtida sua matrícula no Imperial Colégio PEDRO II, pede um adeantamento sobre seus vencimentos, para poder adquirir o enxoval regulamentar pros 3 meninos. Um deles deve ter conseguido matrícula na Escola Militar do SUL: xama-se Erculano Carlos Gilhérme; em 84 o pae pede sua transferência para a Escola da Corte.

(38) Além do alféres P.G. MAYER, também o 1º tenente de pontoneiros Maximiliano EMMERICH continuou no BRAZIL depois da terminação dos 4 anos do seu contrato para a Leijão. Naturalizou-se brasileiro e aí morreu.

Não encontramos seu nome nos índices dos almanacos; porém figura nos quadros das escolas militares. No de 1857, no "Curso de Infantaria e Cavalaria da Província de S. PEDRO" (criado a 20-IX-51) figura como capitão engajado, lente do 2º ano. No de 1871 figura na "Escola Militar", como instrutor de 1ª classe, nomeado a 8-III-58; é membro adjunto da Comissão de Melhoramentos do Material do Exército (criada a 24-XII-1849). E no ano de 1882, na Escola Militar da Corte, figura como major onorário coadjuvante do ensino teórico, nomeado a 26-VI-72.

Na coleção de recerimentos, existentes no Arquivo do M.G. xam-se diversos de EMMERICH. Dois deles são acompanhados de uma via do contrato de seu engajamento, celebrado a 16-VI-51, fórmula impréss, em duas colunas, numa as clausulas em portuguez, na outra em alemão. Engajou-se como 1º tenente, para o corpo de pontoneiros, para servir por 4 anos, nas mesmas condições dos outros contratos para recrutamento da Leijão Alemã.

A 23-VI-52, como constase ce o "corpo alemão" ia ser dissolvido, M.E. recer para continuar no BRAZIL, em serviço de enjenheir, mesmo sivil, e espesifica o desejo de ser empregado como mestre de dezenho na nova escola militar, a ser criada no SUL; aléga ce visitou 3 anos a Real Academia de Enjenharia de BERLIM, de onde saiu oficial, classificado "bom", e ce já demonstrou sua perisía em dezenhos ce fez para o Arsenal de Gérra; já é brasileiro, casado, pae de família.

Em 1853 é lente interino do Curso Militar da Província de S. PEDRO. Espirado o seu contrato inicial, de 4 anos, é o mesmo renovado, por igual prazo, a 16-VII-55, em PORTO ALEGRE, como 1º tenente; no ato da assinatura resebeu um prémio de 250\$ ou 100 tâlars prussianos, e no fim do contrato teria 62 500 brassas quadradas de terrás férteis, "em cualcér província, primsipalmente RIO GRANDE DO SUL ou S. CATARINA", ou o prémio de um ano de soldo simples. O contrato era agora para professor na escola militar, ou para cualcér outro serviso militar, na paz ou na gérra.

Em janeiro de 1858 foi nomeado para o Corpo de Observação acampado à marjim do IBICUI; de regresso a PORTO ALEGRE, é designado para servir na Corte.

E em janeiro de 1859 aparece nos documentos como capitão onorário.

A 19-XII-1860 S.M. o Imperador manda renovar o contrato do capitão onorário M.E. como major onorário. No recerimento para a renovação, ele se propunha a instrutor de topografia, obras de fortificação pasajeira e servisos de pontoneiros e sapadores.

Num recerimento de 29-XI-76 aléga ce, contratado em 1851, sempre serviu no exército, naturalizou-se, comandou o corpo de pontoneiros, foi membro da comissão de enjenheiros do 2º Corpo do Exército, no PARAGUAE, pelo ce pedia onras de major; tem os ábitos do CRUZEIRO e de CRISTO e medalhas de duas campanhas.

Da respectiva informaçao, ce tudo confirma, consta ce a 1-X-65 foi nomeado para comandar o contingente do Batalhão de Enjenharia ce operava no RIO GRANDE DO SUL; a 24-V-67 para a comissão de melhoramentos do material do Exército; pela ordem do dia 682 foi elejido pelo seu comportamento no atace de 6-IX-68 a CURUZU, e pela 683 idem no de 22, a CURUPAITI.

Faleceu no RIO DE JANEIRO, como major onorário, instrutor de 1ª classe na Escola Militar da Corte e coadjuvante de dezenho, a 24-IV-1893.

— Dentre as diversas traduções do "O GUARANY", de Jozé de ALENCAR, para o alemão, arranjadas por F. SOMMER em seu "Intercâmbio Literário entre a ALEMANHA e o BRAZIL", publicação da Sociedade Hans STADEN, de S. PAOLO, figura uma atribuída a M. EMMERICH, ce para tal obteve permissão do autor a 5-XI-1872.

(29) E o 2º Ten. de artilharia, leijonário de 1851, Carlos Ferdinando SCHNEIDER (mencionado por von LEMMERS, "INDOLE, &c.", pág. 79). Alfredo von REISSWITZ também fora 2º Ten. de artilharia na leijão de 51, e Rudolf Gilhérme von der OYE fora sargento ("INDOLE, &c.", pág. 87).

No livro de Aorélio PORTO, "O Trabalho Alemão No RIO GRANDE DO SUL", 1934, (existente na Biblioteca Nacional), encontra-se menção da "bateria alemã", formada de voluntários da colônia alemã de S. LEOPOLDO, incluída no 1º R.A., do comando de MALLET na guerra do PARAGUAE. Ai se lê ce SCHNEIDER obteve o posto de capitão por atos de bravura praticados nessa guerra e ce foi excluído em março de 1868, por motivo de ferimentos graves recebidos em combate, com perda de um dos olhos.

Nesse mesmo livro lê-se ce entre os bravos de 24 de maio, sitiados em ordem do dia por MALLET, figuram os tenentes RODOLFO SCHIMMELPFENNIG e von der OYE, bem como o sargento Gilhérme von STEUBEN, ce depois ce tenente: e ce no combate do Novo Estabelecimento tombou o tenente barão von ZACH, todos es-leijonários de 1851.

DA TROPA

Solenidades comemorativas do "Dia da Bandeira" no 4º Regimento de Infantaria. Inaugurações do busto do General Sampaio e de melhoramentos no quartel.

Revestiram-se de extraordinário brilho as solenidades comemorativas do "Dia da Bandeira", no quartel do 4º Regimento de Infantaria, da Guarda do Duque de Caxias.

As 9 horas se realizou a cerimônia regulamentar da apresentação da Bandeira Nacional às praças do contingente da 2ª incorporação do corrente ano.

As 12 horas foi içado pelo Excelentíssimo Senhor General de Divisão Henrique Baptista Duffles Teixeira Lott, Comandante da 2ª Região Militar e da 2ª Divisão de Infantaria, o Pavilhão da Pátria, aos acordes do Hino Nacional.

As 15 horas, com a presença de Suas Excelências, Senhor Governador do Estado de São Paulo, Senhor Comandante da Região Militar, Senhor Major Brigadeiro do Ar, Comandante da 4ª Zona Aérea, Senhor Prefeito Municipal de São Paulo, Senhor General Comandante da Artilharia Divisionária da 2ª Região Militar, Senhor Secretário da Justiça do Estado de São Paulo, Comandantes do Regimento Sampaio, das Unidades da Guarda, outras autoridades civis e militares e pessoas gradas, tiveram inicio as seguintes inaugurações:

- a) pavimentação em concreto e asfalto dos pátios e alamedas do recinto do quartel;
- b) placa comemorativa das obras, colocada na entrada do Pavilhão de Comando;
- c) busto do General Antônio de Sampaio, no jardim fronteiro do referido Pavilhão.

Dentre estas inaugurações, teve grande realce, a do busto do glorioso Patrono da Arma de Infantaria.

De passagem, cumpre assinalar que o 4º R.I. é o primeiro Corpo de Tropa que perpetua em bronze, a memória do emérito Soldado.

Esta cerimônia teve inicio com a oração do Professor Lineu Prestes, Prefeito Municipal de São Paulo, ofertando, em nome do Governo e da Prefeitura, o busto à Guarda Duque de Caxias e ao 4º Regimento de Infantaria. Ao ensejo, ressaltou a significação da homenagem prestada à memória do ilustre Cabo de Guerra.

Após, em nome do Senhor Coronel Florêncio José Carneiro Monteiro, Comandante da Guarda Duque de Caxias e do 4º Regimento de Infantaria, falou o Tenente-Coronel Langleberto Pinheiro Soares exteriorizando a gratidão do Comandante ao Prefeito, pela oferta da herma do consagrado militar.

Fêz-se também ouvir, em eloquente improviso, o Coronel Augusto da Cunha Maggessi Pereira, Comandante do Regimento Sampaio, especialmente convidado para a solenidade.

Logo depois, o Regimento, sob o comando do Tenente-Coronel João Lindolfo Camara Filho, desfilou, com garbo e disciplina, causando magnífica impressão à assistência.

Em prosseguimento, se verificou o ato do descerramento da placa comemorativa das obras realizadas, procedido pelo Excelentíssimo Senhor Governador Adhemar de Barros.

Em remate às comemorações, foi oferecido um "lunch" aos convidados, tendo nesta ocasião, falado o Senhor Comandante da Região, em agradecimento e saudação às autoridades.

Em resposta, discursou o Senhor Governador, saudando o Exército Nacional.

Pode-se registrar, como um ato de pura justiça e a bem da verdade, que o 4º Regimento de Infantaria, sob o eficiente comando do Coronel Florêncio José Carneiro Monteiro, passa por uma fase de extraordinário progresso e grandes atividades, ombreando-se com as Unidades de elite do nosso Exército.

O poderio militar de qualquer nação é uma complexa construção, de muitos outros bons fatores, que não número de homens em armas, navios, carros de combate, canhões e aviões. Inclui, também, o poderio econômico da nação, seus recursos naturais, sua posição geográfica e seu espírito nacional pela sobrevivência. — Ten.-Gen. M. S. Eddy.

* * *

Em virtude de ser sobejamente reconhecido de que, em uma guerra futura, o poder aéreo será o fator capital, o Exército projeta incrementar, ao máximo, as técnicas relacionadas com operações aeroterrestres e aero-transportadas, transportes em geral e apoio combinado terra-ar. É, por essa forma, somente, que podemos reunir um máximo de mobilidade e um máximo de potência de fogo. — Ten.-General Mathew B. Ridgway.

DE COMO SE PODE INUTILIZAR O EQUIPAMENTO ELÉTRICO DOMÉSTICO-INDUSTRIAL DE UMA CIDADE

**A imprevidência já custou mais de 230 milhões
de cruzeiros**

Ten.-Cel. ALFREDO FAUROUX MERCIER

Tudo está funcionando mal! Clamam donas de casa e industriais. Parou grande parte de nossas máquinas de costura, rádio-eletrolas, relógios elétricos, ventiladores, aspiradores de ar, máquinas de lavar, enceradeiras, geladeiras, elevadores, monta-cargas, bombas elevatórias para água, máquinas industriais; estará quase tudo perdido? qual a causa? terá sido má instalação? defeito de fabricação? nada disso; dirão os mais avisados, a causa está provavelmente na qualidade da corrente elétrica que nos chega após muitas manobras de interesses confessáveis e, até, inconfessáveis...

Oriunda de transformação da energia hidráulica ou térmica, a energia elétrica nos é fornecida, no caso mais geral, sob forma de corrente alternativa trifásica, sendo sua frequência, até agora em nosso Brasil, função do livre arbitrio de Companhias Associadas.

A corrente alternativa inverte seu sentido em intervalos regulares, fluindo, com variação rápida de sentido e intensidade, isto é, 15, 25, 50, 60 ou mais ciclos por segundo, para um circuito de 15, 25, 50 ou 60 ou mais ciclos. É significativo o fato de uma corrente alternativa alterne constantemente seu sentido, mudando também, a intensidade, pois, certos efeitos que não se produzem nas correntes contínuas, nas alternadas adquirem grande importância; estes são os efeitos de in-

dutância e de permitância, ou como se "hama comumente", de capacidade elética.

Agora compreendemos que um ciclo é uma série completa de valores pelos quais passa repetidamente, uma corrente alternativa ou uma força electro-motriz alternada, e podemos dizer: a frequência de uma corrente alternada ou de uma força electro-motriz alternada é o número de ciclos que completa num segundo. Em cada ciclo há duas alternâncias, uma positiva e outra negativa.

As correntes alternativas têm, pois, sua ciclagem característica, determinando assim, a imprescindível previsão na fabricação de aparelhagem de toda espécie, para utilizar tal ou qual frequência. Para iluminação e força motriz, nos Estados Unidos da América do Norte as frequências usadas são de 60 e de 25 ciclos; antes empregavam-se frequências mais altas, 125 e 133 ciclos. Nos países Europeus predomina a frequência de 50 ciclos.

Na iluminação elétrica tem-se julgado preferível a frequência de 60 ciclos porque, com frequências mais baixas pode haver um "piscar" visível nas lampadas incandescentes. Para a transmissão de força motriz é mais conveniente uma frequência baixa, pois, a medida que a frequência aumenta, tornam-se mais acentuados os efeitos de indutância e de permitância; existem

ainda centrais elétricas que geram freqüências de 125 ou de 133 ciclos. Para motores monofásicos que se utilizam nas estradas de ferro, usou-se até a freqüência de 15 ciclos.

A corrente alternada gerada nas centrais elétricas do território Brasileiro, é, em quase toda sua totalidade, de 60 ou de 50 ciclos o que faz com que importemos equipamento industrial para trabalhar com a freqüência das redes locais (no Rio 50 ciclos e em São Paulo 60 ciclos). Muito embora haja motores indiferentes, destinados à instalação em redes de 60 e de 50 ciclos, na grande maioria dos casos não poderão as máquinas e motores ser empregados indistintamente sob as duas freqüências, pois, ocorrem alterações no comportamento elétrico dos motores e no acionamento das máquinas.

Vejamos de maneira perfundatória, o que poderá acontecer com o emprego de aparelhos, máquinas e motores construídos para trabalhar com a freqüência de 60 ciclos (São Paulo), numa rede destinada a freqüência de 50 ciclos (Rio).

Quanto aos motores, a influência na redução da freqüência se faz sentir mecânica e térmicamente: a velocidade fica reduzida de 16,7 ou praticamente, de 17 %, pois, a velocidade síncrona do motor é proporcional à freqüência; o momento máximo e o momento de partida crescem de 30 a 40 %, aumentando, por isso, a capacidade de sobre-carga; o fator de potência diminui de 12 a 20 %; e o rendimento diminui de 1 a 3 %; com a diminuição de velocidade diminui a ventilação e aumenta, portanto, a temperatura. É mister levar muito em conta também, o efeito sobre o acionamento das máquinas operatrizes, máquinas auxiliares, sistemas de transmissão, em correlação com as modificações operadas no motor; decrescendo a velocidade no caso das bombas, por exemplo, há redução da descarga, em cerca de 17 % e a elevação do líquido diminuirá em 30 %, nos ventiladores e exaustores diminui a velocidade de impulsão do ar, a

pressão do ar e o volume do ar em movimento. Ainda por causa da redução de velocidade, nos elevadores, monta-cargas e guindastes aumenta o tempo de percurso na mesma proporção.

A megalomania na venda de energia fez com que a Cidade Maravilhosa sofresse, como ainda está sofrendo, com grandes transtornos e ameaças de multas, à sua população as consequências da falta de previsão para o caso de se terem que articular duas ou mais redes de energia elétrica, isto é, utilizar-se energia de Cubatão no Rio, ou inversamente, de Ribeirão das Lages, em São Paulo.

O grande surto de progresso de algumas regiões do Brasil, tem escapado à previsão, pois, em pouco mais de 40 anos criou-se o problema que aí está, — não podemos utilizar sem o prejuízo do equipamento elétrico de modo geral, a energia transformada com freqüências diferentes.

O PROBLEMA DAS BITOLAS NAS ESTRADAS DE FERRO

Para melhor ficarmos esclarecidos seja-nos permitido procurar, por assemelhação, o caso da diversidade nas bitolas de estradas de ferro existentes no País, acarretando inúmeros entraves ao tráfego de passageiros e mercadorias encarando tôdas as utilidades, só porque, até hoje, não se conseguiu impor de qualquer maneira, a construção das estradas numa bitola tipo que facilitaria a articulação ultranecessária entre as ditas estradas; quem já viajou ou despechou mercadorias do Rio para Mato Grosso ou Rio Grande do Sul, sentiu grandemente o mal-estar causado com as baldeações e todos os precalços decorrentes.

Desde 1835, quando o Regente Padre Diogo Antônio Feijó, na primeira tentativa oficial para fomentar a construção de estradas de ferro no Brasil, começou-se a aceitar o que se pudesse ou quisesse construir, sem que quaisquer implicações oficiais, como seria de grande alcance a exigência da bitola única,

se verificassem; dai o pandemônio existente em nossos dias quanto ao problema das bitolas de estradas de ferro, desprezando-se a bitola predominante em países estrangeiros (1,435 m.), com sérios prejuízos econômicos, técnicos e, sobretudo, tolhendo a liberdade de articulação entre as rédeas ferroviárias.

Há no Brasil, ninguém ignora, bitolas de: — 1,60 m.; de 1,00 m. e até de 0,60 m.

UNIFICAÇÃO DA FREQUÊNCIA DA CORRENTE ELÉTRICA

Acabamos de ver com as bitolas de estrada de ferro o que começa a acontecer com as características da corrente elétrica, pois estamos vivendo em uma época em que para os brasileiros, iniciaram-se dificuldades oriundas da falta de previsão e legislação adequada.

O progresso das nações, no mundo industrial tem suas bases na energia abundante e barata, e, só esta, poderá promover segurança e conforto. A falta de combustíveis aliada à infeliz idéia de que o Brasil é "um país essencialmente agrícola", tem prejudicado nossa evolução industrial; embora colocados em 4º lugar no concerto mundial com 15 milhões de KW nas nossas disponibilidades hidráulicas, vindo apenas, depois da Rússia com 58 milhões de KW, dos Estados Unidos da América do Norte com 52 milhões de KW e do Canadá com 19 milhões, ficamos desolados quando verificamos que nossa produção (per capita) é de 60 KWh anuais, enquanto que a atividade de um norte-americano se mede por 1.200 KWh e a de um argentino por 180 KWh!

Em 1883 instalou-se em Campos uma pequena central termo-elétrica de 70 HP., em 1889 tivemos a primeira usina hidrelétrica com 71,50 HP. em Juiz de Fora; já em 1910 possuímos 88 centrais, sendo 28 térmicas e com a potência de 29.733 HP. e 60 hidráulicas com 174.248 HP.; em 1920 possuímos 343 centrais, sendo 134 térmicas e 204 hidráulicas com a potência global de 475.652 HP.; em 1930, havia 891 centrais com a potência

total de 931.464 HP.; em 1940 atingiamos a 1.591.600 HP. com 1.499 centrais; em 1948, possuímos 1.573.663 KW dos quais 1.330.925 KW de origem hidráulica e 242.738 KW de origem térmica.

As estatísticas mostram ainda, que em janeiro de 1949, os consumos totais eram de: 197.900.000 KWh (The São Paulo Tramway Light and Power); 107.900.000 KWh (Cia. de Carris do Rio de Janeiro); 24.300.000 KWh (Cia. Paulista de Fóra e Luz); 10.000.000 KWh (outros).

Congratulerno-nos com nossos dirigentes pelos notáveis empreendimentos constituídos pela Usina Hidrelétrica de Paulo Afonso pela maneira por que está sendo atacado o problema da eletrificação do Estado do Rio Grande do Sul e pela diretriz traçada, objetivando sempre a eletrificação.

Quanto à interligação dos sistemas elétricos do Rio e de São Paulo, a imprevidência já está custando mais de 230 milhões de cruzeiros, pois, só agora, na cidade de Aparecida do Norte, em São Paulo, com solenidade e na presença do Exmo. Sr. General Prefeito do Distrito Federal e bem assim na do representante do Sr. Prefeito de São Paulo, foi inaugurada a subestação conversora de frequência, possibilitando o mútuo auxílio entre as usinas de Cubatão em São Paulo e a de Fonte no Estado do Rio de Janeiro, por meio de uma linha de transmissão de 230.000 volts e o comprimento de 332 quilômetros; parte dessa linha situada no Estado de São Paulo é operada a 230 Kv e 60 ciclos/segundo, sendo o trecho além de Aparecida, onde está situada a estação conversora de frequência, operado a 132 Kv e na frequência do Rio de Janeiro, isto é, 50 ciclos/segundo, faltando assim a operação neste último trecho também a 230 Kv.

Tudo isso está acontecendo pela falta de unificação da frequência.

Está anunciada a vinda de uma central termo-elétrica flutuante, para reforço da energia a ser fornecida ao Rio, e que ficará acostada ao nosso cais do Pôrto; proveniente da América do Norte, zona

onde predomina a frequência de 60 ciclos, irá ela lançar energia na nossa rede de 50 ciclos, causando mais danos à população carioca?

Respondam os que puderem...

LEGISLAÇÃO ADEQUADA

Após a criação do nosso Código de Águas foi ventilada a questão de padronização de frequência, no Decreto-lei n. 852, de 11 de novembro de 1938 e lá, em seu art. 23 podemos ler: — "A energia elétrica obtida por meio da transformação da energia hidráulica ou térmica será produzida para ser fornecida no território brasileiro, sob forma de corrente alternativa trifásica com a frequência de cinqüenta (50 ciclos por segundo)".

Fixando o prazo de 8 anos para a uniformização da frequência, pelo § 3º desse dispositivo, por parte das empresas individuais ou coletivas que realizassem o comércio da energia elétrica, houve pouco depois, em face do conflito mundial, o estabelecimento de medidas transitórias de emergência, nascendo, assim, mais um Decreto-lei n. 4.295 de 13 de maio de 1942 e foi permitido o empréstimo em novas instalações ou ampliações, das correntes alternadas trifásicas de 50 e 60 ciclos; é o eterno choque entre os magnatas, corifeus da defesa "pro domo sua".

Promovido, sábientemente, pelo Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica o debate e o estudo minucioso do caso, resultarão, naturalmente, medidas administrativas consubstanciadas num Decreto-lei fruto de amadurecidos estudos.

QUAL A FREQUÊNCIA PREFERÍVEL?

Com louvável prudência está agindo o C.N.A.E.E., pois, auscultando a opinião das repartições especializadas, empresas de energia elétrica e de todos os doutos no assunto, poderá chegar ao mais próximo possível da verdade e orientar quem de direito no sentido da elaboração de mais um Decreto-lei, sem a fragilidade de outros tantos já surgidos. O fato é que todos estão de acordo quanto à unificação

da frequência, porém, qual será ela?

O aspecto técnico e econômico tem sido levado muito em conta, pois, vultoso capital já se há investido no Brasil. Nas zonas mais industrializadas a frequência adotada é a de 60 ciclos, havendo mesmo, a predominância desta em quase todo o território brasileiro. Para os sistemas Rio-São Paulo já temos a solução, uma vez que com a nova sub-estação conversora e outros pequenos cuidados abriu-se a possibilidade ao fornecimento de energia a toda a região entre as duas grandes capitais, parecendo-nos haver mesmo, a idéia preconcebida do domínio do Vale do Paraíba pelas Companhias Associadas; para outros sistemas, no caso da imposição da frequência de 60 ciclos, existe a experiência alheia, da qual destacamos como exemplo de mudança de frequência em que houve recuperação de parte do capital despendido, pelo melhoramento do fator de potência da carga e da diminuição das perdas, na cidade de Pasadena, Califórnia, onde houve tal mudança de cíclagem, verificando-se o lucro líquido de cerca de 100 mil dólares. A tendência dos Estados Unidos da América do Norte é para a unificação em 60 ciclos. Há quem opine pela padronização da frequência por zonas, mas, a observação hodierna está aí, no caso dos sistemas elétricos do Rio e de São Paulo, mostrando que denota falta de previsão e talvez, de bom senso, adiarem-se dificuldades que, removidas mais tarde, acarretarão enormes despendos.

Após o relato, talvez, prolixo, mas, necessário, seja-nos permitido dizer: — As instalações da Usina Hidrelétrica de Paulo Afonso, a eletrificação do Estado do Rio Grande do Sul e todas as iniciativas de perspicazes brasileiros, ora em andamento, clamam pela manifestação dos poderes públicos no sentido de que se determine, o quanto antes, a unificação da frequência, evitando futuros dissabores econômico-financeiros e, sobretudo, o desconforto do povo brasileiro.

JOGOS MILITARES

1º Tenente ADALBERTO GOMES MACEDO

REGRAS DE BOLA MILITAR

REGRA I

Campo de jogo

O campo de jogo terá os seguintes detalhes, conforme a figura n. 1.

Dimensões

Comprimento — 90 a 120 metros
Largura — 45 a 90 metros

O campo será sempre retangular.

Marcação do campo

O campo será marcado de acordo com a figura n. 1, por linhas bem visíveis.

As linhas limítrofes de maior comprimento são chamadas "linhas laterais", e as de menor comprimento "linhas de fundo". Em cada canto, será colocada uma bandeirinha, cujo mastro deverá ter mais de 1,50 m de altura. Na metade desta linha, será marcado o centro do campo.

Área de pena máxima

É o espaço delimitado pelas seguintes linhas: duas linhas perpendiculares à linha de fundo de 15,00 a 17,50 m de comprimento cada, ligadas por outra paralela à linha de fundo. As áreas são em número de duas, de cada lado do campo.

Haverá u'a marca conveniente a 11,00 m do ponto central da linha de fundo, de onde será dado o tiro de pena máxima. (Fig. 1).

Setores de campo

Com 1,00 m de raio, será traçado em cada canto do campo, (dentro), um quarto de círculo, de onde será dado o tiro de escanteio (Fig. 1).

Metas

As metas, de forma retangular, serão constituídas de 2 barras de madeira (ou qualquer material) perpendiculares ao solo e distantes entre si de 7,10 a 7,50 m (faces internas) e 1 outra barra do mesmo material paralela ao solo ligando as outras 2, na altura de 2,20 a 2,60 m (face inferior). Poderão ser colocadas rês nos postes, travessão e solo atrás das metas. O tiro de meta será dado do interior das metas, com a bola sobre a linha de fundo.

REGRA II

A bola

A bola será bi-ogival confeccionada com couro, tendo internamente uma câmara de ar.

O eixo maior terá de 25 a 29 centímetros de comprimento; o eixo menor, de 18 a 22 centímetros de comprimento. (Fig. 2).

O peso da bola, no inicio da partida, deverá estar compreendido entre 300 a 500 gramas.

REGRA III

Número de jogadores

Cada quadro será constituído de 16 (dezesseis) jogadores, sendo 1 (um) deles o arqueiro.

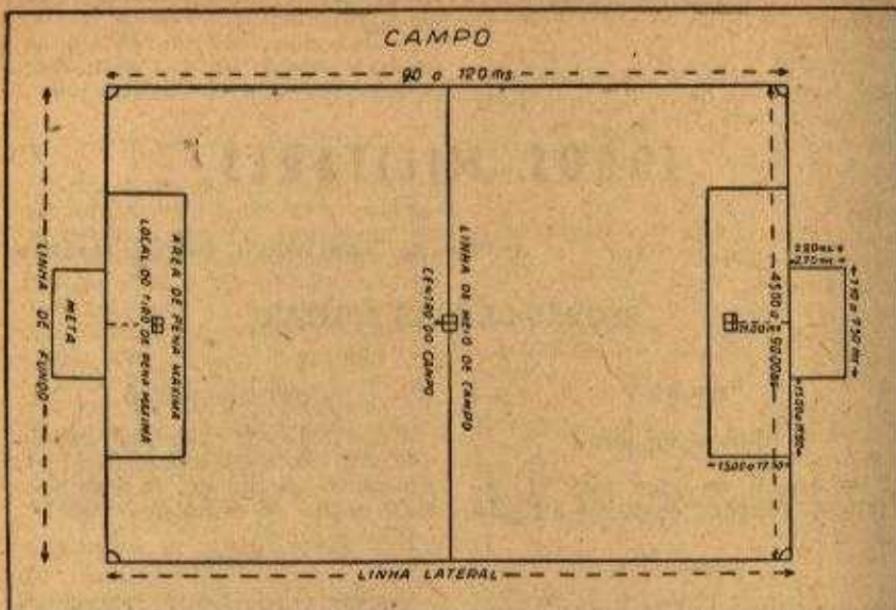


Fig. 1

O arqueiro poderá ser substituído por qualquer jogador durante a partida, com aviso prévio ao juiz.

Distribuição

Os jogadores serão assim distribuídos no campo, no início da partida :

- 1 (um) arqueiro ;
- 3 (três) zagueiros ;
- 5 (cinco) médios ; e
- 7 (sete) atacantes.

Reservas

Os elementos reservas são em número de 4 (quatro). E o número de substituições é ilimitado.

REGRA IV

Equipamento dos jogadores

O equipamento dos jogadores consiste em :

- gorro de pano, circular, branco ou de qualquer côr ;
- calção de educação física ;
- e sapatos tênis (ou sem sapatos).

Além desse equipamento, o arqueiro deverá usar uma camiseta ou camisa branca, ou de qualquer côr.

Obs. — O gorro deve ter, de preferência, um cordão para passar por baixo do queixo, com o fim de dar maior estabilidade à cobertura. (Fig. 3).

REGRA V

Juizes e auxiliares

Será escalado um juiz para dirigir a partida.

Os seus auxiliares são :

- 4 (quatro) juízes de linha.
- 1 (um) cronometrista.

São deveres do juiz :

- a) aplicar a lei e decidir qualquer divergência ;
- b) ter poderes discricionários para parar o jogo em virtude de qualquer infração das regras ;
- c) suspender ou terminar a partida em razão de más condições atmosféricas ;
- d) ter poderes discricionários no campo, durante a realização das

partidas, para advertir qualquer jogador culpado de procedimento ou atitudes irregulares;

e) ter poderes discricionários para expulsar de campo qualquer jogador que tiver atitude que possa infringir a disciplina militar;

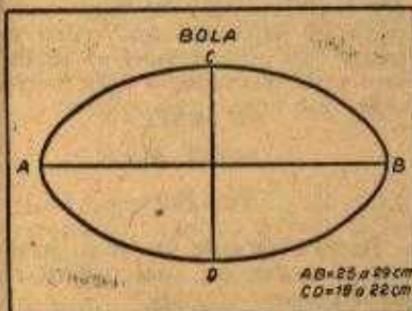


Fig. 2

f) não permitir que entre no campo de jogo, sem sua ordem, qualquer pessoa além dos jogadores e juizes de linha;

g) parar o jogo se algum jogador sofrer acidente, ou contusão grave; retirá-lo de campo, se necessário, e recomeçar imediatamente a partida;

h) dar sinal para recomeçar o jogo depois de qualquer interrupção.

Deveres dos juizes de linha: sujeitos à decisão do juiz.

Dever do cronometrista: cronometrar os tempos e os descontos de tempo.

REGRA VI

Duração da partida

Independente de combinação, porém, o que poderá ser feito, a duração da partida será de 2 (dois) períodos iguais de 20 (vinte) minutos, observadas as seguintes condições:

a) será descontado, em qualquer dos períodos, o tempo perdido por acidente ou outra ocorrência e cujo total ficará ao arbitrio do juiz e do cronometrista;

b) a duração de qualquer dos períodos será prorrogada para per-

mitir a execução de um tiro de pena máxima.

O intervalo de tempo entre os períodos será de 10 (dez) minutos.

REGRA VII

Saída do jogo

Com a bola ao centro do campo, os dois centro-avantes adversários, abaixados, mãos na altura dos joelhos, cabeças em contacto, após o silvo do apito dado pelo juiz, poderão tocar na bola para disputá-la.

O sentido da saída será qualquer.

Para escolha do lado do campo, será realizado um sorteio entre os "capitães" dos quadros.

REGRA VIII

Bola em jogo e fora de jogo

A bola estará *fora de jogo*:

a) quando tiver atravessado inteiramente as linhas laterais ou do fundo quer no solo quer no ar;

b) quando o juiz interromper a partida.

A bola entrará em *jogo*: em todas as outras ocasiões, do princípio ao fim da partida.

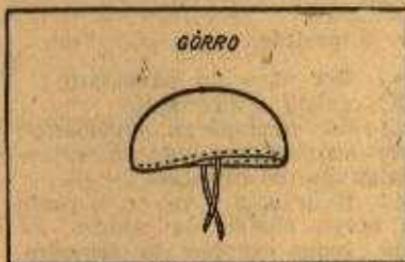


Fig. 3

REGRA IX

Contagem de pontos

Será marcado um ponto toda vez que a bola ultrapassar a linha de fundo entre os postes da meta e sob a barra transversal.

Serão marcados dois pontos toda vez que a bola ultrapassar, carregada (bola e tudo), a linha de

fundo entre os poste da meta e sob a barra transversal.

Será vencedor o quadro que maior número de pontos marcar.

Se não fôr marcado ponto algum para os quadros, ou se o número de pontos fôr igual, a partida terminará empatada.

REGRA X

Impedimento

Não haverá impedimento. O jogador adversário, durante a partida, se quiser, poderá colocar-se até ao lado do arqueiro, contanto que não o empurre e agarre.

REGRA XI

Infrações e disciplina

A) É permitido :

- empurrar e agarrar o adversário, mesmo sem bola;
- fazer "bolo" (ajuntamento);
- dar sóco na bola;
- carregar a bola, fazendo qualquer percurso;
- jogar a bola com uma ou duas mãos;
- jogar a bola com a cabeça ou qualquer parte do corpo acima da cintura.

B) É proibido :

- dar sóco no adversário;
- calçar o adversário;
- dar pontapé no adversário;
- empurrar e agarrar o arqueiro com ou sem bola;
- tocar com o pé ou a parte do corpo abaixo da cintura na bola, (com exceção do arqueiro, que poderá fazê-lo).

Observações :

I — Quando fôr cometida qualquer falta das previstas em B), será batido um tiro livre do local em que se verificou a infração.

II — Quando qualquer jogador tomar atitudes impróprias, a critério do juiz, poderá ser expulso de campo. Nesse caso, não haverá substituições.

III — Quando houver "bolo", e a jogada não se resolver, o juiz

interromperá a partida e lançará a bola para cima, a fim de ser disputada na descida.

Penalidades

Todos os tiros poderão ser dados com o pé, com a mão ou as mãos. No caso de o tiro ser dado com o pé, será permitido que outro jogador (do mesmo quadro) segure, com uma das mãos a bola na posição que achar conveniente.

REGRA XII

Tiro livre

Haverá sómente tiro livre direto, que é o tiro do qual poderá ser feito ponto.

A bola deverá estar parada quando fôr batido o tiro direto.

A bola estará em jôgo assim que fôr chutada ou arremessada.

REGRA XIII

Tiro de pena máxima

Será concedido o tiro de pena máxima, quando a falta cometida se verificar na área de pena máxima.

O tiro será batido da marca correspondente (fig. 1). Quando estiver para ser batido, nenhum jogador, com exceção do que fôr batê-lo e do auxiliar, se fôr o caso, poderá ficar dentro da área de pena máxima.

A bola estará em jôgo assim que fôr chutada ou arremessada.

REGRA XIV

Tiro de meta

Será concedido o tiro de meta, quando a bola ultrapassar, quer no ar, quer no solo, a linha de fundo, tendo sido tocada em último lugar por um jogador do quadro atacante.

Só não será marcado o tiro de meta, quando a bola, tendo ultrapassado a linha de fundo, fizer o trajeto por entre os postes e barra da meta.

No tiro de meta, o arqueiro não poderá receber a bola nas mãos

para, depois, chutá-la ou arremessá-la. A bola será colocada sobre a linha de fundo, entre os postes da meta e poderá ser chutada por qualquer jogador.

A bola estará em jogo assim que for chutada.

Obs. — Quando o arqueiro agarra a bola, depois de uma intervenção, para chutá-la ou arremessá-la, poderá deslocar-se em toda a área de pena máxima.

REGRA XV

Tiro de canto

Será concedido o tiro de canto (escanteio), quando a bola ultrapassar quer no solo, quer no ar, a linha de fundo, tendo sido tocada em último lugar por um jogador do quadro atacado.

Só não será marcado o tiro de canto, quando a bola, tendo ultrapassado a linha de fundo, fizer o trajeto por entre os postes e barra da meta (fig. 1).

O poste da bandeirola do canto não poderá se retirar do lugar.

A bola estará em jogo assim que for chutada ou arremessada.

REGRA XVI

Arremesso lateral

Será arbitrado o arremesso lateral toda vez que a bola ultrapassar, quer no solo, quer no ar, a linha lateral. O arremesso será feito por um jogador do quadro oposto ao daquele que tocou a bola por último.

Posição do jogador ao fazer o arremesso: frente para o campo, pés do lado de fora da linha lateral.

A bola deverá ser lançada com ambas as mãos e por cima da cabeça.

A bola estará em jogo assim que for arremessada.

Obs. — Para essa falta só se utilizam as mãos.

"Chefe que circunscreve a sua atividade intelectual quase que exclusivamente ao pensamento do superior, sem força para maiores vôos, quer por manifesta deficiência própria, quer por natural temperamento, não possui personalidade intelectual e não merece, portanto, a posição de Chefe."

* * *

"O Chefe fraco, falho de energia, pode provocar a amizade, cheia de condescendência, gratidão e consentimento, mas nunca o verdadeiro amor, pleno de devocão, renúncia e sacrifício, capaz das obras mais sublimes, grandiosas, duradouras."

* * *

"A inconstância traduz a ausência de idéias firmes — devidamente ponderadas e ordenadas — ou uma má formação intelectual.

O homem versátil é-o por ignorância, conhecimentos caóticos, temperamento ou insatisfação desordenada. Em qualquer caso não serve para Chefe, pela situação de intransquilidade e insegurança que desperta nos subordinados, a criar-lhes uma tendência para a dúvida ou descrença nos fins superiores do trabalho."

(O Chefe, pelo Cap. de Eng. Vitorino Esparteiro — Revista da Cavalaria, Lisboa, julho de 1950.)

**Cooperativa Militar Editora e de Cultura
Intelectual "A Defesa Nacional" Limitada**

PROPOSTA PARA ASSOCIADO

(Artigo 13, do Capítulo II, dos Estatutos)

.....
(pósto e nome por extenso)

Natural de

Nascido em
(data do nascimento)

Estado civil

Residente à

..... N. Telefone

Cidade

Estado

Servindo

(designação da unidade)

Número de "cotas-partes" que deseja subscrever

.....
(assinatura)

.....
(proponente)

.....
(proponente)

Observações :

- Juntar duas fotografias de 3 x 4.
- Remeter a importância da jóia.
- Indicar como deseja pagar as cotas-partes.

Cooperativa Militar Editora e de Cultura Intelectual "A Defesa Nacional" Limitada

Em cumprimento ao que dispõem os Estatutos desta Cooperativa, reuniu-se no dia 15 de fevereiro do ano corrente, a Assembléia Geral Ordinária, convocada para deliberar sobre o Relatório Anual e o Balanço Geral do Conselho de Administração, o Parecer do Conselho Fiscal, bem como, eleger novos Membros e Suplentes para este Conselho e tratar de assuntos correlatos.

RELATÓRIO

Senhores Associados.

O ano social de 1950, se não foi mais próspero para a vida da Cooperativa do que os anteriores, assinalou um certo desafogo da situação financeira, graças, entretanto, não ao desenvolvimento de suas operações, mas ao auxílio representado pela subvenção orçamentária de cem mil cruzeiros à "A Defesa Nacional" concedida para sua manutenção.

Deve a Cooperativa esse auxílio financeiro, que visa, especificamente, garantir a continuidade da existência de "A Defesa Nacional", ao Exmo. Sr. Deputado General Euclides Figueiredo, autor da proposta de subvenção, e ao Exmo. Sr. General de Exército Canrobert Pereira da Costa, Ministro de Estado dos Negócios da Guerra, que a patrocinou, aos quais deixamos aqui consignados os nossos agradecimentos.

Entretanto à míngua de outras fontes de renda não permitiu que a nossa Cooperativa retomasse suas atividades de editora.

Não lhe têm faltado propostas para a publicação de obras inéditas de autoria de associados, ou de outros livros de valor instrutivo que poderia editar, como vinha fazendo até poucos anos passados; o que lhe vem paralisando a atividade é, principalmente, o desinteresse generalizado de quantos poderiam adquirir essas publicações, de que os seus depósitos estão pejados, ocasionando o empate e a improdutividade do escasso capital de que dispõe.

Tem-se a impressão de que se está formando entre os leitores dos livros de utilidade profissional militar, ou de cultura geral, uma espécie de "mentalidade de condensações".

As obras mais aprofundadas, que exigem leitura acurada e meditada, que constituem o verdadeiro fundamento da cultura profissional e geral, parecem preteridas pela leitura fácil e rápida das seleções e condensações, que apenas afloram os assuntos e expõem generalidades, sem descerem ao fundo dos problemas, muito próprios para serem lidos nos momentos de lazer, mas que apenas "informam" e pouco instruem.

Tais "seleções", hoje tão em voga, são, sem dúvida, um meio apropriado à divulgação das novidades e dos progressos realizados nos domínios das ciências e das artes, mas não podem substituir o estudo sistematizado, objetivo, especializado, exigido pela cultura do oficial moderno, o qual, mais do que qualquer outro profissional, não pode con-

tentar-se com "o saber em pilulas", ministrado pela leitura de seleções e de condensações. Seria a nociva "mentalidade dos polígrafos", transplantada, agora com maior nocividade, para os domínios da cultura superior.

Ninguém poderá negar a utilidade da leitura de revistas técnicas, como valioso subsídio à extensão ou à complementação dos conhecimentos adquiridos.

É o caso, por exemplo, das revistas militares estrangeiras, que nos põem a par do que se passa no resto do mundo e da evolução das idéias e dos problemas sempre atuais da arte militar. Mas essa leitura não deve excluir a da nossa revista de assuntos militares, na qual se debatem os nossos problemas, as nossas necessidades, as soluções que mais convém à nossa doutrina militar, económica e social. Por outro lado, é nas suas páginas que os nossos oficiais podem revelar o aprêço em que têm sua cultura profissional, como o exigem os regulamentos militares, ao mesmo tempo que a divulgação de seus trabalhos concorre para a ilustração de seus camaradas.

Por isso, é estranhável que o interesse pela leitura de revistas e seleções estrangeiras não seja decuplicado quando se trata de nossa única revista de assuntos militares e correlatos, que é a "A Defesa Nacional".

Não é isto, no entanto, o que se vem verificando nos últimos três anos. Qual o motivo capaz de justificar esse retraimento generalizado de quantos deviam ser seus assinantes?

Poderá alguém, em boa fé, negar-lhe o valor cultural, quando é certo não haver ninguém que não encontre, em qualquer de seus números, matéria que lhe interesse? E, se assim não fosse, quem poderia incriminar a revista de deficiência substancial, quando ela deve ser, e é, o espelho da cultura profissional dos oficiais do nosso Exército?

Como salvaguarda dos nossos créditos de cultura profissional, e para demonstrar a sem-razão dos que não se interessam pela nossa revista, podemos citar este fato expressivo e concludente: — várias revistas militares estrangeiras, nelas incluída a "Military Review", uma das mais exigentes na escolha das colaborações, têm transscrito artigos de colaboradores de "A Defesa Nacional", como temos assinalado sempre que tais revistas nos são enviadas.

Temos dito e repetido que "A Defesa Nacional" tem de ser feita pela colaboração de todos, e que é nesta particularidade que reside seu valor. Que valor teria ela se fosse obra exclusiva de três ou quatro escribas, de caneta em punho, a pontificarem, sobre todos os assuntos, para o Exército inteiro?

Entretanto, tem sido baldada a insistente campanha de propaganda mantida pela administração, mediante cartas, circulares, artigos, rádios, dirigidos a todos os comandantes de tropa, aos nossos representantes, aos chefes de estados-maiores, aos chefes de serviços e estabelecimentos militares, aos comandantes de escolas, etc.: — a deficiência de assinantes é alarmante e inexplicável.

Por outro lado, a revista posta em dia, pela providência de iniciarmos, com o número de Março último, o novo ano de assinaturas. Sua distribuição se faz pontualmente, e nunca a administração deixou de enviar outro exemplar quando os assinantes e os representantes acusam o extravio de qualquer remessa.

Apesar de tudo isto, não fôra a subvenção orçamentária, e o relativo aumento da venda de anúncios e outras matérias pagas, a nossa revista já teria findado ingloriosamente sua porfiada existência de 38 anos.

Esta a verdade nua e crua que nos julgamos no dever de proclamar, muito embora a contragosto, porque a administração sabe que nunca poupou esforços para evitar a falência de "A Defesa Nacional".

O que não está ao seu alcance, é vencer a indiferença dos que, pelo menos por dever de ofício, deviam ampará-la financeira e intelectual-

mente, fazendo-se seus assinantes e colaboradores. Há corpos de tropa em que maior é o número de sargentos e cabos assinantes da revista, do que o de oficiais, como há regimentos com menos de meia dúzia de assinantes.

A situação financeira da Cooperativa continua paralisando suas atividades de editora.

Não fôr a subvenção concedida a "A Defesa Nacional", ser-lhe-ia impossível garantir a vida material da revista que é, no fim de contas, o único objeto de sua produção.

Quanto à renda da secção de venda de livros em consignação ou editados pela Cooperativa nos anos anteriores, tem sido escassa, pois se limita quase às pequenas percentagens deixadas pela revenda de livros encomendados, e pelas vendas em consignação.

Não tendo sido possível realizar o capital necessário para aquisição de oficinas tipográficas próprias, quando se fundou a Cooperativa, hoje tal desideratum tornou-se inatingível, pois o custo das instalações quadruplicou de então para cá.

A impressão da revista está sendo feita na Imprensa Militar, a título provisório, graças à boa vontade do Exmo. Sr. General Paulo Figueiredo, Secretário Geral da Guerra e do pessoal da oficina.

Apesar do custo da edição ser necessariamente majorado, de vez que o trabalho é feito depois do expediente normal, as despesas são menores do que as exigidas pelas tipografias particulares.

Os trabalhos da administração, tanto os da Secretaria como os da Gerência, acham-se perfeitamente organizados e em dia.

A administração da Cooperativa já prestou contas à delegação do Tribunal de Contas do Ministério da Guerra do emprêgo da subvenção de sessenta mil cruzeiros para a manutenção da revista, e relativa ao ano de 1949, e bem assim da parcela de setenta e cinco mil cruzeiros da subvenção do ano de 1950, restando a prestação de contas da segunda parcela de vinte e cinco mil cruzeiros, que será feita em tempo oportuno.

Foram reconstituídos os fundos de Beneficência e o de desenvolvimento Social, que se acham depositados em conta especial no Banco da Província do Rio Grande do Sul.

Tôdas as contas estão pagas e em dia, achando-se o saldo das contas correntes depositado na Caixa de Crédito Cooperativo, para atender ao movimento normal da nossa Cooperativa.

O pessoal auxiliar tem desempenhado com regularidade suas respectivas funções, e a mudança da sede para o terceiro andar da ala esquerda do edifício do Quartel-General do Exército foi feita sem maiores ônus para a Cooperativa, graças à boa vontade da Diretoria de Transmissões, que se encarregou de mandar executar as obras de adaptação da nova sede.

Torna-se necessário admitir um auxiliar para o serviço de expedição da revista, para o que a administração conta com a aprovação desta Assembléia, fixando-lhe uma gratificação pelas horas de serviço prestado.

Outrossim, levando em consideração o encarecimento constante da vida e os modestos ordenados pagos aos Auxiliares civis da Administração, resolveu esta, que a partir de Dezembro próximo fôssem de um mês de vencimentos, e não de metade, as gratificações concedidas a êsses auxiliares em Junho e Dezembro de cada ano, sempre que os recursos financeiros da Cooperativa o permitam, submetendo, entretanto, essa decisão à vossa aprovação.

Com o material, nenhuma despesa de maior vulto tem sido feita, a não serem duas máquinas de escrever adquiridas no Departamento Técnico e de Produção do Exército (D.T.P.E.), para os serviços da Secretaria e da expedição da revista.

Como foi dito acima, a renda auferida dos anúncios e de outras matérias pagas, inseridas na nossa revista, tem aumentado em relação aos anos anteriores, embora não baste, por si só, para cobrir o "deficit" de assinaturas.

Infelizmente, porém, a sucursal da revista que instaláramos em São Paulo por proposta de um nosso camarada ali residente, não correspondeu aos resultados esperados no sentido de ressalvar a revista de quaisquer prejuízos.

Alegando haver sido ludibriado pelo seu preposto, o nosso representante em São Paulo entregou-nos todas as contas a cobrar relativas a publicações de vários municípios daquele Estado. Para efeito de garantia dos valores dessas contas, emitimos Letras de Câmbio as quais entregamos à cobrança à Caixa de Crédito Cooperativo, que conseguiu receber apenas Cr\$ 7.400,00, existindo ainda em cobrança a quantia de Cr\$ 24.200,00 (vinte e quatro mil e duzentos cruzeiros). Esses títulos foram aceitos pelos Prefeitos dos municípios devedores, porém, apesar do esforço do citado estabelecimento de crédito e das reiteradas cobranças realizadas pela Caixa, têm sido infrutíferas todas as tentativas feitas neste sentido.

Parece preferível transferir à Conta de Lucros e Perdas o prejuízo material que daí possa advir, a levantar uma ação de responsabilidade, de resultados duvidosos, mas, certamente de repercussão moral depolarável. Cabe, entretanto, à Assembléia dos senhores associados decidir em contrário, se esse for o seu parecer.

Relativamente à idéia de transformarmos a nossa Cooperativa numa sociedade anônima para editar nossa revista, conforme foi dito em Relatório do ano passado, revelou-se tal providência prejudicial aos nossos interesses porque a lei geral que rege as cooperativas exige que essa transformação seja precedida da liquidação da Cooperativa, devendo o saldo apurado ser recolhido ao Fundo para o Cooperativismo.

Anexados a este Relatório encontrareis, além do Parecer do "Conselho Fiscal", os seguintes documentos :

- Balanço Geral ;
- Demonstração da Conta de "Sobras e Perdas" ;
- Estatística do Movimento Financeiro ;
- Relação dos Saldos dos Consignatários de Livros ;
- Relação da Conta de "Associados Conta de Juros", os quais vos darão os elementos necessários ao julgamento da gestão financeira relativa ao ano social de 1950.

Em resumo, diremos que a uma receita bruta de Cr\$ 431.220,70, correspondeu uma despesa bruta de Cr\$ 367.004,00.

Sendo a subvenção orçamentária destinada ao fim determinado de garantir a existência material de "A Defesa Nacional", a diferença resultante da cobertura das contas consideradas de prejuízo, não é computada como sobra líquida para efeito de retorno aos associados, e sim transferida para conta de "Fundo de Reserva", na conformidade do que preceitua o art. 58, dos nossos Estatutos.

Cumprindo determinação estatutária, a Gerência adquirirá os títulos de dívida pública necessários ao complemento dos 50 % do Fundo de Reserva.

Eis, Senhores Associados, o que de principal nos cumpria informar-vos e submetermos à vossa deliberação — (a) Gen. Renato Baptista Nunes, Diretor Presidente ; Cel. Alberto Ribeiro Paz, Diretor Secretário ; Gen. Antonio de Castro Nascimento, Diretor Gerente.

BALANÇO GERAL

Ativo e Passivo

TÍTULOS DO RAZÃO	VALORES	
	Parciais Cr\$	Totais Cr\$
Ativo Imobilizado		
Móveis & Utensílios.....	27.378,90	
Obrigações de Guerra.....	15.110,00	42.488,90
Ativo Realizável		
M. Stoll Nogueira, conta de Publicidade...	20.135,00	
Biblioteca — Venda de Livros.....	87.253,50	107.388,50
Ativo Disponível		
Caixa.....	5.825,00	
Bancos.....	77.335,10	83.160,10
Total do Ativo.....		233.037,50
Passivo Inexigível		
Capital Integralizado.....	25.650,00	
Patrimônio de Fundação.....	5.891,90	
Fundo de Reserva.....	40.486,25	
Fundo de Beneficência.....	6.613,40	
Fundo de Desenvolvimento Social.....	12.392,70	
Revista — C/de Livros.....	52.594,20	143.628,45
Passivo Exigível		
Associados c/ Juros.....	2.628,75	
Associados c/ Retorno.....	4.100,70	
Consignatários de Livros, c/ de venda.....	11.516,70	
Colaboradores.....	8.385,00	
Consignatários de Livros — Stock.....	62.777,90	89.409,05
Total do Passivo.....		233.037,50

Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 1950 — (a) Gen. Renato Baptista Nunes, Diretor Presidente; Cel. Alberto Ribeiro Paz, Diretor Secretário; Gen. Antonio de Castro Nascimento, Diretor Gerente; Arnaldo Gonçalves Pires, Contador reg. n. 34.533.

**DEMONSTRAÇÃO DA "CONTA DE SOBRAS E PERDAS"
EM 31 DE DEZEMBRO DE 1950**

	HISTÓRICO	DÉBITO	CRÉDITO
		Cr\$	Cr\$
A — Caixa			
Saldo da dívida de Antonio Rangel da Silva.....		194,00	
A — Despesas Gerais			
Saldo desta conta.....		29.490,10	
A — Honorários da Diretoria			
Saldo desta conta.....		24.950,00	
A — Móveis & Utensílios			
Depreciação de 10 %.....		3.042,00	
A — Porte Postal			
Saldo desta conta.....		163,90	
A — Revista "A Defesa Nacional", conta de custeio.....			35.494,80
A — Ordenados			
Saldo desta conta.....		42.120,00	
A — Stock de Livros			
Saldo desta conta.....		59.569,20	
DE — Juros e Descontos			
Juros bancários.....			1.186,50
DE — Percentagens			
Saldo desta conta.....			514,20
DE — Publicidade			
Saldo desta conta.....			113.447,80
DE — Fundo de Reserva			
Valor que se transfere desta conta para reparar perdas, conforme pre- ceitua o art. 59, dos nossos Esta- tutos.....			79.875,50
		<hr/> 195.024,00	<hr/> 195.024,00

Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 1950 — (A.) Gen. Renato
Baptista Nunes, Diretor Presidente; Cel. Alberto Ribeiro Paz, Diretor
Secretário; Gen. Antonio de Castro Nascimento, Diretor Gerente; Arnaldo C. Pires, Contador, reg. sob n. 34.533.

ESTATÍSTICA DO MOVIMENTO FINANCEIRO

Despesa

TÍTULOS	JAN.	FEV.	MAR.	ABR.	MAIO	JUN.
Colaboradores	1.440,00	580,00	1.430,00	850,00	1.050,00	780,00
Consignatários de Livros	1.505,40	—	2.579,00	121,80	—	48,00
Cartolina para capa	—	—	—	—	6.930,00	3.750,00
Despesas Gerais	1.336,50	1.359,90	575,10	725,10	2.564,10	4.657,10
Edição da Revista	—	6.210,00	12.420,00	—	6.270,00	7.650,00
Clicharia	800,00	600,00	1.200,00	—	1.200,00	—
Horonários, Diretoria	—	—	2.000,00	—	—	—
Juros s/ Capital	—	138,50	—	43,50	15,50	24,00
Ordenados	3.510,00	3.510,00	3.510,00	3.510,00	3.510,00	3.510,00
Percentagens	92,20	84,00	106,50	50,00	14,70	—
Publicidade	7.947,00	8.171,50	5.648,20	4.391,50	6.132,00	9.307,50
Quotas-Partes	—	—	—	—	100,00	—
Papel para Revista	—	2.100,00	2.100,00	—	2.100,00	—
Porte-Postal	—	—	—	40,00	—	—
Retorno	—	43,80	—	244,30	—	43,80
Revista c/ de Livros	5.325,60	1.029,00	2.826,80	305,00	424,50	1.147,50
Stoll Nogueira	15,30	—	—	—	—	204,00
Separatas	3.800,00	—	2.060,00	—	—	—
	23.572,00	21.806,70	36.455,60	12.332,10	32.335,80	33.148,90

TÍTULOS	JUL.	AGT.	SET.	OUT.	NOV.	DEZ.
Colaboradores	900,00	1.450,00	1.830,00	2.360,00	870,00	1.260,00
Consignatários de Livros	—	1.323,60	—	—	—	—
Despesas Gerais	963,40	4.905,10	3.401,40	7.265,30	1.301,90	4.620,20
Edição da Revista	8.160,00	7.400,00	7.900,00	9.320,00	9.760,00	9.000,00
Horonários, Diretoria	2.025,00	14.025,00	1.500,00	1.500,00	1.500,00	1.500,00
Juros s/ Capital	—	—	—	—	4.200,00	—
Móveis & Utensílios	—	—	—	—	—	—
Ordenados	3.510,00	3.510,00	3.510,00	3.510,00	3.510,00	3.510,00
Percentagens	13,80	62,00	—	47,90	—	38,70
Porte-Postal	—	16,70	—	23,20	—	84,00
Publicidade	2.736,50	17.637,00	5.892,00	14.739,80	12.967,90	6.212,00
Retorno	—	2.327,50	3.990,00	—	2.555,00	—
Papel para Revista	—	388,00	—	691,70	—	285,50
Revista c/ de Livros	20,00	—	—	2,00	6,00	—
Stoll Nogueira	—	—	—	—	—	194,00
Sob-Perdas	600,00	—	600,00	600,00	1.200,00	—
Clicharia	—	—	—	—	—	—
	18.928,70	53.044,90	28.623,40	40.269,90	37.670,80	26.817,20

Receita

TÍTULOS	JAN.	FEV.	MAR.	ABR.	MAIO	JUN.
Assinaturas	8.878,00	5.500,00	7.427,00	2.752,00	8.852,00	7.292,00
Livros da Cooperativa	3.946,80	3.599,00	4.653,20	2.172,80	550,00	634,00
Livros de Consignatários	692,20	468,80	527,80	295,80	129,70	188,70
Percentagens	174,60	140,00	144,50	78,60	56,30	63,90
Publicidade	13.970,70	23.970,00	14.700,00	9.130,00	13.100,00	9.470,00
Renda Eventual	326,80	—	—	—	—	—
Stoll Nogueira	2.800,00	7.594,60	3.994,80	—	30,00	—
Venda Avulsa	—	80,00	10,00	—	190,00	50,00
Quotas-Partes	—	300,00	—	20,00	—	—
Jóia de Admissão	—	—	—	—	—	—
	30.589,10	41.652,40	31.457,10	14.639,20	22.468,00	17.698,60

Receita

	JUL.	AGT.	SET.	OUT.	NOV.	DEZ.
Assinaturas	6.388,00	5.625,00	6.506,00	5.663,30	565,00	2.875,00
Livros da Cooperativa	401,60	2.596,50	—	1.907,60	—	1.430,90
Livros de Consignatários	211,60	435,00	—	406,10	—	399,20
Percentagens	79,60	104,50	—	85,80	—	97,30
Publicidade	9.140,00	34.000,00	9.150,00	35.210,00	29.920,00	11.550,00
Renda Eventual	—	75.000,00	—	—	—	25.000,00
Stoll Nogueira	—	3.600,00	300,00	1.000,00	1.500,00	—
Venda Avulsa	60,00	—	—	—	18,00	—
Quotas-Partes	50,00	100,00	50,00	60,00	—	25,00
Jóia de Admissão	—	10,00	—	—	—	—
Juros	—	—	—	—	—	1.186,50
	16.330,80	121.481,00	16.006,00	44.322,60	32.003,00	17.572,90

Resumo da Receita

	Cr\$
Assinaturas	67.833,30
Livros da Cooperativa	21.901,40
Livros de Consignatários	3.754,70
Percentagens	1.024,90
Publicidade (anúncios)	213.310,70
Renda Eventual	100.326,80
Stoll Nogueira, conta de anúncios	20.789,40
Venda Avulsa da Revista	198,00
Quotas-Partes de Associados	865,00
Jóia de Admissão	30,00
Juros bancários	1.186,50
	431.220,70

DEMONSTRATIVO DA RECEITA E DESPESA

Receita

	Cr\$	Cr\$
Assinaturas	67.833,30	
Cooperativa — Livros vendidos	21.901,40	
Consignatários — Livros vendidos	3.754,70	
Percentagens s/ livros idem	1.024,90	
Publicidade — Anúncios	213.310,70	
Renda Eventual — Subvenção	100.326,80	
Stoll Nogueira — Anúncios	20.789,40	
Venda avulsa da Revista	198,00	
Quotas-Partes — Associados	865,00	
Jóia de admissão	30,00	
Juros bancários	1.186,50	431.220,70

Despesa

Cr\$

Colaboradores	14.770,00
Consignatários de livros	5.577,80
Cartolina para capa	10.680,00
Clicheria	6.600,00
Despesas Gerais	33.675,10
Edição da Revista	84.090,00
Juros sobre o Capital	230,50
Honorários da Diretoria	30.150,00
Móveis & Utensílios	4.200,00
Ordenados — Auxiliares	42.120,00
Percentagens Encg. venda de livros	510,70
Publicidade — Comissões dos Agentes	99.862,90
Papel para a Revista	15.172,50
Porte-Postal — Reembolso	163,90
Quotas-Partes — Restituição	100,00
Retorno — 1948	375,70
Separatas — Edição	5.860,00
Stoll Nogueira, conta de anúncios	247,30
Revista — Compra de livros	12.423,60
Sobras e Perdas	194,00
	367.004,00

Resumo

Cr\$

Saldo de Caixa em dezembro de 1950	18.953,50
Receita do ano de 1951	431.220,70
	<hr/>
Soma	450.174,20
Despesa do ano de 1951	367.004,00
	<hr/>
Saldo de Caixa para o ano — 1951	83.170,20

(A.) Gen. Antônio de Castro Nascimento, Diretor Gerente ; Arnaldo Gonçalves Pires, Contador.

ASSOCIADOS CONTA DE JUROS

(A receber)

Cr\$

Major Umberto Peregrino S. Fagundes	24,00
Coronel Nilo Horacio de Oliveira Sucupira	24,00
Tenente-Coronel Antonio Carlos da Silva Muricy	18,00
Coronel João Baptista de Mattos	24,00
General Tristão de Alencar Araripe	24,00
Tenente-Coronel Aurelio de Lyra Tavares	24,00
Coronel Pedro Eugenio Pies	18,00
Coronel José de Melo Alvarenga	24,00
Coronel Antenor de Alencar Lima	48,00
Coronel José de Lima Figueiredo	115,20
General Renato Baptista Nunes	48,00
Coronel Djalma Dias Ribeiro	37,70
Coronel Augusto Magessi da Cunha Pereira	24,00

Cr\$

Coronel Inimá Siqueira.....	24,00
Coronel Armando Vilanova Pereira Vasconcelos.....	18,00
General Alexandre Zacharias de Assumpção.....	24,00
General Heitor Augusto Borges.....	32,00
Májer José Salles.....	53,70
Coronel Orlando Moreira Torres.....	240,00
Coronel Jair Dantas Ribeiro.....	24,00
Major Darcy Vignoli.....	24,00
Capitão Octavio Alves Velho.....	36,00
Capitão Clovis A. de Magalhães Gomes.....	108,70
1º Tenente Jayme Rolemberg de Lima.....	120,00
Tenente-Coronel Adaury Sampaio Pirassununga.....	18,00
Major Gerardo Lemos do Amaral.....	18,00
Tenente-Coronel Felicíssimo de Azevedo Aveline.....	24,00
Tenente-Coronel João de Deus Pessôa Leal.....	18,00
Major Sylvio Alves Cabral.....	24,00
Tenente Nilo Bezerra Campos.....	43,20
Capitão José de Lourenço Miranda.....	24,00
Major Adailton Sampaio Pirassununga.....	24,00
Major Jurandyr Palma Cabral.....	18,00
1º Tenente José Lemos de Avelar.....	24,00
Coronel Nizo de Viana Montezuma.....	18,00
Tenente-Coronel Antonio de Souza Junior.....	20,50
Tenente-Coronel José Horacio Cunha Garcia.....	18,50
Major Moziul Moreira Lima.....
Major José da Cruz.....	29,10
Major Nelson Rodrigues de Carvalho.....	39,80
Capitão Humberto Freire de Andrade.....	17,00
Capitão Djenal Tavares Queiroz.....	17,00
Capitão Moacyr Pinto Coelho.....	17,00
Capitão Waideck Veloso Gordilho.....	17,00
1º Tenente Sebastião Menezes Neto.....	17,00
Major Astrogildo Virgolino Pontes.....	17,00
Major Geraldo de Menezes Côrtes.....	17,00
Coronel Leopoldo Frederico Teixeira Campos.....	17,00
General Francisco Pereira da Silva Fonseca.....	15,00
1º Tenente Eduardo Nobrega.....	16,50
Major Olympio de Souza Tavares.....	16,50
Coronel Theophilo Amadeu Diniz.....	36,00
Major Floriano da Silva Machado.....	16,50
Capitão Francisco Ruas Santos.....	15,50
Capitão Alberto de Assumpção Cardozo.....	12,90
Capitão Ferdinando de Carvalho.....	16,00
Capitão Nelson Werneck Sodré.....	16,50
Capitão Manoel Fernando Alves da Cruz.....	16,50
Capitão Francisco Pinheiro de Albuquerque.....	13,50
Coronel Aurelio Alves de Souza Ferreira.....	14,00
Capitão José Alves Martins.....	15,50
General Francisco Gil Castelo Branco.....	15,50
Capitão Octavio Tosta da Silva.....	13,50
Major Antonio Bendochi Alves.....	15,00
1º Tenente Francisco José Affonso.....	14,50
Capitão Plínio Pitaluga.....	15,50
Capitão Paulo Prado Pereira.....	58,80

	Cr\$
Major Eduardo Domingues de Oliveira.....	15,00
Capitão Ayrton Salgueiro de Freitas.....	14,50
Tenente-Coronel Alfredo Souto Malan.....	18,00
Capitão Jackson Pitombo Cavalcanti.....	15,00
Capitão Alberto Bandeira de Queiroz.....	14,50
Capitão Hugo de Andrade Abreu.....	14,50
Capitão Virgilio Fernandes Tavora.....	14,50
Capitão Antonio Pereira Bastos.....	14,50
Capitão Ruy de Alencar Nogueira.....	14,50
1º Tenente Benjamin Constant Beviláqua M. Fraenkel.....	14,50
Major Cyro Perdigão de Souza Silveira.....	14,50
Coronel Aguinaldo José Senna Campos.....	14,00
Major Adelino Maria Lopes Cassales.....	14,00
Capitão João Capistrano Martins Ribeiro.....	6,70
1º Tenente O'Reilly de Andrade.....	10,10
1º Tenente Cyro Garcia Canabarro.....	10,10
Coronel Carlos de Magalhães Frankel.....	10,50
Major Armando Torres Pereira.....	12,00
Capitão Nilton Freixinho.....	12,00
Major Dióscoro Gonçalves Vale.....	12,00
Capitão Moacyr Ribeiro Coelho.....	11,10
Major Dr. Saulo Theodoro Pereira de Melo.....	11,50
1º Tenente Cleber Boneker.....	11,50
Capitão Oly Lopes Dorneles.....	10,50
Major Hugo Manhães Betnien.....	10,50
Capitão Lindonor de Freitas Dutra.....	3,40
Capitão Datero de Di Lorenzi Maciel.....	10,00
Tenente-Coronel Eugenio Fontes Casais.....	10,00
Coronel Paulo Rosas Pinto Pessoa.....	10,00
Major Belarmino Neves Galvão.....	1,50
Capitão Mario Antonio Machado Castro Pinto.....	9,00
Tenente-Coronel Ernesto Leite Machado.....	8,00
Tenente Heraldo de Oliveira Mota.....	7,00
1º Tenente Lauro Paraense de Farias.....	10,50
Major Vitor Hugo de Alencar Cabral.....	6,50
1º Tenente Jonas de Castro Cabral.....	6,50
1º Tenente Heitor Coll Oliveira.....	7,00
Tenente-Coronel José Codeceira Lopes.....	7,00
Capitão José de Freitas Lima Serpa.....	7,00
Capitão Ramão Mena Barreto.....	6,00
1º Tenente João Fonseca.....	6,50
Tenente-Coronel João Tavares Filho.....	6,00
Capitão Arnaldo José Luiz Calderari.....	4,50
Capitão Arizé Pais Brasil.....	2,00
Tenente-Coronel Jardel Fabricio.....	6,00
Major Jair Jordão Ramos.....	4,50
Tenente-Coronel Arold Ramos de Castro.....	3,50
Tenente-Coronel Paulo Enéas Ferreira da Silva.....	3,50

(a) Gen. Antonio de Castro Nascimento, Diretor Gerente; Arnaldo Gonçalves Pires, Contador.

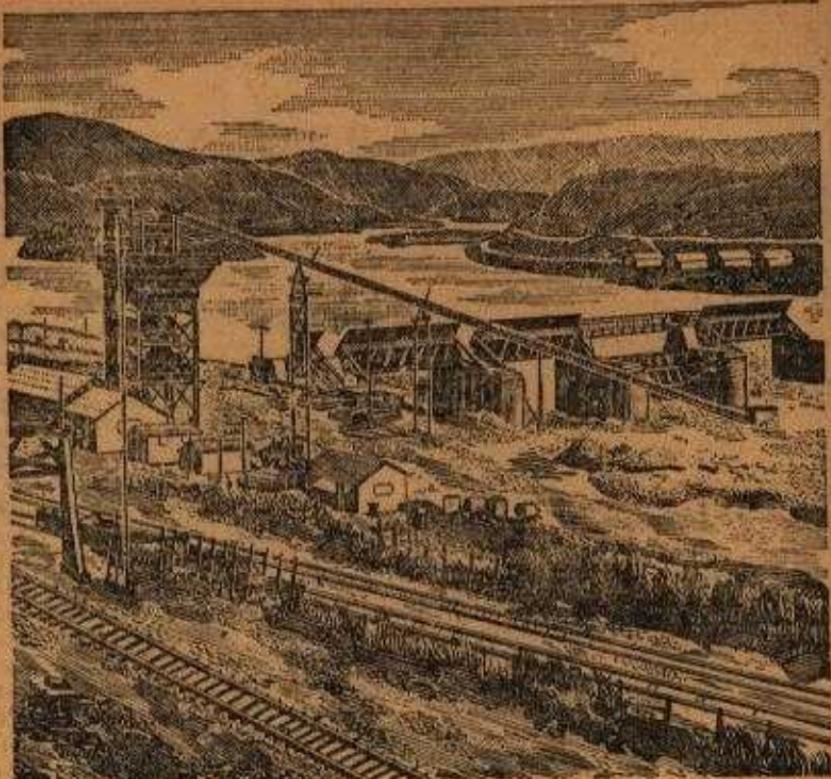
ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DE 15 DE FEVEREIRO DE 1951

Aos 15 (quinze) dias do mês de fevereiro, do ano de 1951 (mil novecentos e cinqüenta e um), às 16 (dezesseis) horas, na sede da Cooperativa Militar Editora e de Cultura Intelectual "A Defesa Nacional" Limitada, no 3º andar da ala Visconde da Gávea do Edifício do Ministério da Guerra, no Rio de Janeiro, D. F., sob a Presidência do General Renato Baptista Nunes, Diretor-Presidente e com a presença de 25 (vinte e cinco) associados, cujas assinaturas constam da folha n. 39 (trinta e nove) do Livro de Presenças, por si próprios ou como representantes de consócios ausentes mediante procurações arquivadas na Secretaria, reuniu-se em terceira e última convocação a Assembléia Geral Ordinária, convocada para deliberar sobre o Relatório e o Balanço Anual do Conselho de Administração, o Parecer do Conselho Fiscal, bem como, para eleger novos Membros para o Conselho Fiscal e para Suplentes e para tratar de assuntos correlatos, tudo na forma prescrita pelos Estatutos da Sociedade. Aberta a sessão e constituída a mesa mandou o Presidente que, pelo Secretário, se procedesse à leitura do Relatório do Conselho de Administração relativo ao ano social de mil novecentos e cinqüenta e o Parecer do Conselho Fiscal, os quais são do teor seguinte: (Transcritos noutro local)... Terminada a leitura desses documentos o Presidente solicitou a Assembléia que, na forma dos Estatutos, indicasse nova mesa *ad-hoc* para presidir a reunião, de vez que se passaria a deliberar sobre assunto de interesse dos componentes da mesa. Por acima mencionaram para isso escolhidos o General Raul Silveira de Mello, para Presidente, e os Majores Moziul Moreira Lima e João Baptista Peixoto. Com a palavra pela ordem, o Cap. Cicero Amarante Imbuzeiro, debatendo a parte do Relatório referente à Sucursal de São Paulo, concluiu pela conveniência de não se levar desde já à conta de lucros e perdas o saldo credor referente aos negócios daquela Sucursal já extinta. Para esclarecimento do assunto usaram da palavra os Senhores Generais Renato Baptista Nunes e Antonio de Castro Nascimento, tendo a Assembléia por fim decidido que novas tentativas de recebimento do aludido crédito sejam feitas por meio de apelos por carta aos Prefeitos dos Municípios devedores. Ainda com a palavra o Capitão Cicero propôs que a Assembléia determinasse a publicação na Revista, para que aos mesmos se imprimisse maior ênfase, sob a forma de rodapés destacados, certos trechos do Relatório nos quais se focalizam as dificuldades com que luta a Administração da Cooperativa para manter a publicação de sua revista. Para esclarecimento usou da palavra o Coronel Alberto Ribeiro Paz, Diretor-Secretário, que salientou a facilidade de realização de tal publicação desde que o próprio proponente se encarregasse de selecionar os trechos a que se refere, sendo a proposta também aprovada. Ninguém mais desejando fazer uso da palavra o Presidente *ad-hoc* considerou encerrada a discussão e procedeu à votação, tendo sido, por unanimidade, aprovados o Relatório e o Balanço Anual do Conselho de Administração com as decisões acima e o Parecer do Conselho Fiscal. Antes de deixar a direção dos trabalhos o Presidente *ad-hoc*, proferiu algumas palavras ressaltando as grandes dificuldades materiais por que tem passado a Administração para manter, como tem feito, a publicação da Revista e salientando a ação da atual Diretoria, particularmente no esforço que dispenderá para conseguir a subvenção que foi concedida à Revista, concluindo por pedir a Assembléia um voto de louvor e aplauso a essa Diretoria, também extensivo aos demais funcionários da casa. Pediu ainda que constasse da ata uma referência especial ao Presidente da Cooperativa, General Renato Baptista Nunes, velho soldado com mais de 40

anos de serviços prestados exclusivamente ao Exército, quer na ativa quer na reserva, particularmente instruindo gerações seguidas de Oficiais nas Escolas Militares ou concorrendo para o aprimoramento da cultura profissional dos mesmos Oficiais por meio de colaborações freqüentes nas Revistas Militares, isso por motivo da sua recente promoção ao generalato, tendo sido unanimemente aprovados tanto o voto de aplauso e louvor como a referência especial aludidos acima. A seguir, reassumindo a direção dos trabalhos, o General Renato Baptista Nunes agradeceu as palavras do Consócio que acabava de deixar a Presidência da mesa e propôs se passasse à eleição do novo Conselho Fiscal. Procedida a votação e nomeada uma comissão escrutinadora composta do Tenente-Coronel Newton Franklin do Nascimento e do Capitão Cícero Amarante Imbuzeiro, realizou-se a apuração com o seguinte resultado: Para Membros do Conselho Fiscal Cel. Antenor de Alencar Lima, Ten.-Cel Aguiar José de Senna Campos e Major Floriano Möller; para Suplentes Ten.-Cel. Antônio de Souza Junior, Ten.-Cel. Arold Ramos de Castro e Major Luiz Gonzaga de Mello, todos com 22 (vinte e dois) votos, não tendo votado os membros da mesa por fazerem parte da Diretoria Executiva. Pelo presidente foram então declarados eleitos e considerados empossados os Membros e Suplentes acima para o Conselho Fiscal que funcionará no ano social de 1951. Nada mais havendo a tratar o Presidente, com palavras de agradecimento pelo comparecimento dos Associados presentes, deu por encerrada a sessão e, para constar, eu Secretário lavrei esta ata que vai assinada pelos membros da mesa e pela Comissão constituída dos Ten.-Cel. José Horácio da Cunha Garcia, Major João Batista Peixoto e Capitão Cícero Amarante Imbuzeiro, designados pela Assembleia para, na forma dos Estatutos, proceder a essa assinatura. — (a) General Renato Baptista Nunes, Diretor-Presidente, General Antônio de Castro Nascimento, Diretor-Gerente, Coronel Alberto Kroeber raz, Diretor-Secretário, Tenente-Coronel José Horácio da Cunha Garcia, Major João Batista Peixoto e Capitão Cícero Amarante Imbuzeiro.

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL CORRESPONDENTE AO EXAME DO RELATÓRIO ANUAL E DO BALANÇO GERAL RELATIVOS AO ANO DE 1950

Aos quinze dias do mês de fevereiro do ano de mil novecentos e cinquenta e um na sede da Cooperativa Militar Editora e de Cultura Intelectual "A Defesa Nacional" Limitada, reuniu-se o Conselho Fiscal composto dos Senhores Coronel Mário Perdigão, Tenentes-Coronéis Newton Franklin do Nascimento e José Horácio da Cunha Garcia, respectivamente Presidente, membro e secretário, para exame do Relatório Anual e do Balanço Geral correspondentes ao ano de mil novecentos e cinquenta. Examinados os livros da escrituração, documentos diversos, Caixa, Razão, inventário de livros, registro de cópias de balancetes remetidos à Economia Rural e visto o Relatório do Conselho de Administração relativo ao ano findo, foi tudo encontrado em boa ordem. É portanto de parecer o Conselho Fiscal que o Relatório e o Balanço Geral relativos ao ano findo devem ser aprovados. Nada mais havendo a tratar foi lavrada, digo, encerrada a sessão da qual foi lavrada a presente ata que vai assinada por todos os membros do Conselho Fiscal — (a) Mário Perdigão, Cel., Newton Franklin do Nascimento, Tenente-Coronel, José H. Garcia, Ten.-Cel. Secretário.



GIGANTESCAS OBRAS EM RÁPIDA EXECUÇÃO A BARRAGEM DO RIO PARAÍBA, NUMA EXTENSÃO DE 200 METROS

Esta barragem, uma das partes mais importantes do grandioso conjunto de obras que a Light está realizando, é destinada ao desvio das águas do rio Paraíba, na primeira etapa da sua utilização, para aumentar a produção de electricidade da Usina de Fontes. As águas do rio, assim desviadas, serão elevadas numa poderosa usina de recalque a uma altura de 10 metros, lançadas em um túnel de 3.311 metros de extensão e dali ao canal de Santa Cecília e, por meio de outro reservatório, da outra usina de recalque e de mais um canal, atingirão a Usina,

sendo ali aproveitadas para movimentar as unidades geradoras. Além da construção dessas barragens, túneis, canais e usinas de recalque, está sendo construída em Fontes a primeira de duas grandes usinas subterrâneas denominadas "Forçacava". Todos os esforços estão sendo desenvolvidos para a rápida conclusão desse empreendimento. No momento, porém, é necessário que os seus consumidores colaborem, restringindo ao mínimo os seus gastos de electricidade, pois o volume d'água do Reservatório de Lajes continua ainda em deságua.



ECONOMIZEM ELETRICIDADE !

NOTICIÁRIO & LEGISLAÇÃO

Atos oficiais do Ministério da Guerra, publicados no "Diário Oficial" no período de 26 de dezembro de 1950 a 27 de janeiro de 1951

MENSAGEM DE NATAL

Por ocasião da passagem das datas festivas que tanto tocam nossos sentimentos íntimos, volto à presença de meus companheiros, civis e militares da ativa, reserva e reformados, do Ministério da Guerra para desejar-lhes, bem como às Exclusas, Famílias, as maiores venturas no decorrer das Festas.

Outrossim, formulo ardentes votos para que o ano de 1951 nos encontre com a mesma disposição de empenharmos todos os esforços possíveis para a salvaguarda dos princípios cristãos em que nos formamos e que vemos, mais de que nunca, ameaçados pela avalanche do materialismo pagão prestes a se desencadear arrasadoramente sobre a Humanidade se não soubermos somar nossos esforços para neutralizar sua ação destruidora.

Ainda, espero que saibamos zelar desveladamente pela união indissolúvel de nossa classe em benefício da Pátria estremecida, afastando as tentativas solertes daqueles que procuram sua dissociação para a satisfação de interesses inconfessáveis — Gen. Canrobert P. da Costa.

(Aviso n. 822, de 22-XII-1950 — "Diário Oficial" de 26-XII-1950).

CURSO DE SAÚDE DA E.A.O.

Atendendo às considerações apresentadas pela Diretoria de Saúde do Exército e de acordo com o parecer do Estado-Maior do Exército, resolvo, na forma do art. 89 da Lei do Ensino Militar,

Iº — fazer funcionar, em 1951, dois turnos sucessivos do Curso de Saúde da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais;

2º — fixar em 20 (vinte) o número de matrículas para cada turno do referido Curso — Gen. Canrobert P. da Costa.

(Aviso n. 6, de 2-I-1951 — "Diário Oficial" de 6-I-1951).

FIXAÇÃO DE VAGAS NA E. M. DE REZENDE

O Ministro de Estado da Guerra resolve fixar, de acordo com o parecer do Estado-Maior do Exército, os seguintes números de vagas, em 1951, para a Escola Militar de Rezende:

I — a) no Curso das Armas — 390, reservadas:

— 287 para as Escolas Preparatórias;

— 53 para o Colégio Militar;

— 50 para os candidatos de concurso:

b) no Curso de Intendência — 50, reservadas:

— 30 para as Escolas Preparatórias;

— 3 para o Colégio Militar;

— 8 para os candidatos de concurso.

II — No curso das Armas e no Curso de Intendência — 10, reservadas:

— 10 para os cadetes estrangeiros.

III — As vagas não preenchidas pelos candidatos das Escolas Preparatórias, do Colégio Militar e pelos candidatos estrangeiros, serão preenchidas pelos candidatos de concurso — Gen. Canrobert P. da Costa.

(Portaria n. 1, de 2-I-1951 — "Diário Oficial" de 6-I-1951).

Livros à venda nesta Redação

	Cr\$
Ensaios Sobre Informação na Guerra — Trad. Maj. José Horácio e Enio Garcia.....	15.00
Estratégia do Terror — Cel. J. B. Magalhães.....	15.00
Estudos dos Morteiros — Ten. Gustavo L. Braga.....	4.00
Educação Física do Exército — Cap. Gutemberg Ayres de Miranda.....	9.00
Educação Física Feminina — Cap. Jair Jordão Ramos	3.00
Escola de Instrução Especializada — Dep. Engenharia — Programa Detalhado.....	25.00
Ensaios Sobre a Instrução Militar — Ten. José Horácio Garcia.....	12.00
Emprêgo Tático do Btl de Transmissões — Maj. Adalardo Fidílio.....	20.00
Estudos Sobre a Rússia — Cel. J. B. Magalhães.....	15.00
Escolas de Fogo "Mort. 75" — Cap. Dario Coelho.....	8.00
Formulário do Contador — Ten. José Sales.....	5.00
Fichário dos Instrutores de Educação Física — Cap. Jair Jordão Ramos.....	20.00
Geopolítica do Brasil — Brigadeiro Lysias A. Rodrigues.....	25.00
Guerra de Secessão — Cel. Carnaúba.....	5.00
História Militar do Brasil No Reg. Colonial — Ten. Cel. A. A. Souza Ferreira.....	18.00
Instrução Militar Moderna — Cel. M. Poppe de Figueiredo.....	45.00
Instrução e Observação nos Corpos de Tropa — Maj. A. Batista Gonçalves.....	9.00

—0—

Pedidos pelo Reembolso Postal, ou remessa de Vale Postal para a Gerência de "A Defesa Nacional", Caixa n. 17, Agência do Correio do Ministério da Guerra, Rio de Janeiro

INSTRUÇÕES PARA O FUNCIONAMENTO DA D.F.S.T.E.X. E DA D.F.E.X.

O Ministro de Estado da Guerra, de conformidade com o que propõe o Departamento Geral de Administração e, em cumprimento ao estabelecido no art. 7º da Lei n. 1.246, de 30 de novembro último, resolve aprovar as "Instruções provisórias para o funcionamento da Diretoria de Produção, Suprimentos e Transportes do Exército e da Diretoria de Finanças do Exército" anexas à presente —
Gen. Canrobert P. da Costa.

INSTRUÇÕES PROVISÓRIAS PARA O FUNCIONAMENTO DA DIRETORIA DE PRODUÇÃO, SUPRIMENTOS E TRANSPORTES DO EXÉRCITO E DIRETORIA DE FINANÇAS DO EXÉRCITO

I — A Diretoria de Produção, Suprimentos e Transportes do Exército e a Diretoria de Finanças do Exército, subordinadas diretamente ao Diretor Geral de Intendência do Exército, com autonomia administrativa são órgãos de Direção Especializada, que centralizam os assuntos de sua especialidade e coordenam as atividades dos diferentes órgãos de Intendência.

II — As Diretorias acima mencionadas competirão as atribuições gerais que cabiam às Subdiretorias nelas integradas e constantes do art. 24 do R.S.I.E. (Decreto n. 26.980, de 27-VII-949).

III — A Diretoria de Produção, Suprimentos e Transportes compreende:

1 — Diretor de Produção, Suprimentos e Transportes.

2 — Gabinete:

- a) Chefe;
- b) Adjuntos;
- c) Ajudante de Ordens.

1 — Fiscalização administrativa:

- a) Secção Administrativa;
- b) Tesouraria-Almoxarifado.

4 — Contadoria.

5 — Órgãos Auxiliares:

a) Serviço de expediente e correspondência;

b) Portaria;

c) Biblioteca e Arquivo;

d) Contingente.

6 — Divisões:

a) 1ª Divisão (D/1), Material de Intendência, com 2 (duas) Secções;

- b) 2ª Divisão (D/2), Subsistência, com 2 (duas) Secções;
- c) 3ª Divisão (D/3), Transportes, com 2 (duas) Secções.

§ 1º. O Gabinete, a Secção Administrativa, a Tesouraria, o Serviço de Expediente, a Portaria e o Contingente terão as atribuições respectivamente, previstas nos arts. 14 a 20 do R.S.I.E.

§ 2º. A Contadoria, no que for aplicável, reger-se-á pelos dispositivos do art. 10 do Regulamento 89, competindo ao Diretor de P.S.T.E. baixar instruções especiais para o seu funcionamento, até que seja revisado o R.S.I.E.

IV — Ficam extintas as Subdiretorias de Material de Intendência, Subsistência e Transportes, que passam a constituir, respectivamente, as 1ª, 2ª e 3ª Divisões da Diretoria de Produção, Suprimentos e Transportes do Exército, ficando, apenas, a Diretoria com autonomia administrativa.

V — A 1ª Divisão (Material de Intendência) terá as atribuições especiais constantes do art. 32 do R.S.I.E. Competem às 1ª e 2ª Secções dessa Divisão as atribuições enumeradas, respectivamente, nos artigos 33 e 34 do mesmo Regulamento.

VI — A 2ª Divisão (Subsistência) terá as atribuições do art. 29 do R.E.I.E., tendo as suas 1ª e 2ª Secções as atribuições previstas, respectivamente, nos arts. 30 e 31 do referido Regulamento.

VII — A 3ª Divisão (Transportes) incumbe as atribuições estatuídas no art. 35 do R.E.I.E., cabendo as suas 1ª e 2ª Secções os encargos definidos, respectivamente, nos arts. 36 e 37 do mesmo Regulamento.

VIII — As dotações de pessoal e material e quantitativos à disposição dos agentes diretores das 3 (três) Subdiretorias extintas serão transferidos para a D.P.S.T.E. na conformidade do § 3º do art. 27 do R.A.E.

IX — As Tesourarias das Subdiretorias de Material de Intendência, Subsistência e Transportes encerrão a sua vida administrativa em 31 de dezembro corrente.

X — Os oficiais, praças, funcionários civis e extranumerários pertencentes às extintas Subdiretorias de Material de Intendência, Subsistência e Transportes, passam a pertencer à D.P.S.T.E., cabendo ao respectivo Diretor designá-los para as funções, de acordo com a nova organização.

XI — Enquanto não se ultimar a mudança dos órgãos de Intendência,

Livros à venda nesta Redação

		Cr\$
Instrução para o Serviço em Campanha — Estado M. do Exército.		6,00
Legislação Militar — Cap. Toscano de Brito.		18,00
Lança Rojão — Ten. Gustavo L. Braga.		4,00
Morteiro "Tiro do" — Maj. Euro L. Martins.		8,00
Morteiro — Gutemberg Ayres de Miranda.		10,00
Manobras de Nicac — Gen. Bertoldo Klinger.		5,00
Metralhadora Browning P.50 — Ten. Gustavo I. Braga		5,00
Manual de Socorrista de Guerra — Raul Briquet.		20,00
Manual de Orientação em Campanha — Cap. Antônio P. Lira.		25,00
Manual do Serviço de Campanha na Cavalaria — Maj. José Horácio Garcia.		12,00
Meu Diário na Guerra na Itália — Cap. Newton C. de Andrade Melo.		30,00
Manual Básico de Campanha, o Esclarecedor e a Patrulha "C-21-75" — E. A. O.		10,00
Noções Elementares do Tráfego — Cel. Olímpio Mourão Filho.		8,00
Noções de Topografia de Campanha — Gen. Paes de Andrade.		12,00
Narrativas Autobiográficas — Gen. Klinger.		25,00
O Fenômeno Militar Russo — Cel. J. B. Magalhães		30,00
O Tiro de Grupo nas Intervenções Rápidas — Cap. Lindolfo Ferraz Filho.		6,00
O Exército Alemão — Tradução do Cel. Leony de O. Machado.		25,00

—○—

Pedidos pelo Reembolso Postal, ou remessa de Vale Postal para a Gerência de "A Defesa Nacional", Caixa n. 17, Agência do Correio do Ministério da Guerra Rio de Janeiro

para o novo Edifício do Campo de São Cristóvão, funcionará a D.P.S.T.E., no local onde estava sediada a Subdiretoria de Material de Intendência, juntamente com a 1^a Divisão permanecendo as 2^a e 3^a Divisões, respectivamente, em Benfica e no Palácio da Guerra.

XII — A Diretoria de Finanças do Exército, compreende:

1 — Diretor de Finanças do Exército.

2 — Gabinete:

- a) Chefia;
- b) Adjuntos;
- c) Ajudante de Ordens.

3 — Fiscalização Administrativa:

- a) Secção Administrativa;
- b) Tesouraria-Almoxarifado.

4 — Órgãos Auxiliares:

- a) Secretaria e Biblioteca;
- b) Serviço de Correspondência;
- c) Portaria;
- d) Arquivo;
- e) Contingente.

5 — Divisões:

a) 1^a Divisão (D/1), constituída de 2 (duas) Secções;

b) 2^a Divisão (D/2), constituída de 2 (duas) Secções.

§ 1º. O Gabinete terá as atribuições previstas no art. 14 do Regulamento do S.I.E.

§ 2º. A Fiscalização Administrativa e os órgãos auxiliares terão as atribuições constantes dos arts. 38 a 42 do Regulamento do S.I.E.

XIII — A 1^a Divisão terá as atribuições da 1^a Secção da extinta Subdiretoria de Fundos, definidas pelo art. 27, do atual R.S.I.E.

XIV — A 2^a Divisão terá as atribuições da 2^a Secção da extinta Subdiretoria de Fundos, definidas pelo art. 2º do atual R.S.I.E.

XV — O pessoal civil e militar da extinta Subdiretoria de Fundos do Exército, passa a integrar a atual Diretoria de Finanças do Exército.

XVI — A Contadoria Seccional e a Delegação do Tribunal de Contas, funcionarão junto à Diretoria de Finanças do Exército.

XVII — Os Estabelecimentos Regionais de Fundos passarão a denominar-se "Estabelecimentos Regionais de Finanças" (abreviadamente E.R.F., seguido do número da respectiva Região). O Estabelecimento Central de Fundos, passará a denominar-se "Estabelecimento Central de Finanças" (E.C.F.).

XVIII — O material permanente distribuído aos órgãos transformados,

passará à responsabilidade das novas Diretorias.

XIX — O Diretor de Produção, Suprimentos e Transportes e o Diretor de Finanças serão os Agentes Diretores das respectivas Diretorias.

XX — Os efeitos em oficiais e praças para os novos órgãos serão fixados pelo Ministro da Guerra.

(Portaria n. 200, de 30-XII-1950 — "Diário Oficial" de 8-I-1951).

* *

DESTINO PREFERENCIAL PARA INCORPORAÇÃO NA AERONÁUTICA

Tendo em vista que pelo inciso I da letra c), do art. 40, do Decreto-lei n. 9.500, de 23 de julho de 1946, os cidadãos matriculados nas escolas técnicas de aviação, deverão ter destino preferencial para incorporação na Aeronáutica, autorizo os Comandantes de unidades administrativas a fazerem apresentar, mediante ofício, às autoridades da Aeronáutica as praças do Exército que, em virtude de concurso feito antes ou durante a incorporação, sejam requisitadas para matrículas nas supracitadas escolas técnicas.

Dessa providência será dado conhecimento à Circunscrição de Recrutamento da jurisdição da unidade administrativa, a qual fará nas fichas correspondentes a transferência de incorporação para a Aeronáutica.

A praça apresentada, será então excluída do estado efetivo da unidade por transferência de incorporação, não fazendo jus ao certificado de reservista pelo Exército — Gen. Coronel P. da Costa.

(Aviso n. 15, de 5-I-1951 — "Diário Oficial" de 10-I-1951).

* *

CONTINGENTE DA FAZENDA BETIONE

Tendo em vista que a Fazenda Betione (Mato Grosso), está localizada em região de escassa população e de pouco desenvolvimento, bem assim a necessidade de criar o interesse pela fixação do homem nessa região, autorizo o engajamento ou reengajamento de soldados reservistas, para preenchimento de claros no Núcleo-Base do Contingente dessa Fazenda.

As vagas de sargentos, no referido Contingente, poderão ser preenchidas com o engajamento e reengajamento de praças, em serviço ativo, que tenham essas graduações, exigindo como requisito aptidão física, compro-

Livros à venda nesta Redação

	Cr\$
Anuário Militar do Brasil de 1935.....	40,00
Anuário Militar do Brasil de 1936.....	40,00
Anuário Militar do Brasil de 1937.....	40,00
Anuário Militar do Brasil de 1940.....	40,00
Anuário Militar do Brasil de 1941.....	40,00
Anuário Militar do Brasil de 1942.....	50,00
Anuário Militar do Brasil de 1943.....	50,00
Anuário Militar do Brasil de 1944.....	50,00
Anuário Militar do Brasil de 1945.....	50,00
Anuário Militar do Brasil de 1946.....	50,00
Anuário Militar do Brasil de 1947.....	80,00
A Fôrça Mecanizada — Cap. Silvio do Vale Amaral	60,00
A Arte da Guerra — Cel. Renato Batista Nunes.....	35,00
A Intendência em Campanha — Maj. José Sales..	35,00
A Batalha de Roma — Maj. Geraldo de Menezes Côrtes.....	18,00
A Linha de Fogo na Guerra — Ten. Germano Seidl Vidal.....	5,00
A Compreensão na Guerra — Cel. J. B. Magalhães	30,00
A Técnica do Tiro de Costa — Cap. J. Ayres da Silveira.....	20,00
A F. E. B., pelo seu Comandante — Mar. Masca- renhas de Moraes.....	55,00

—0—

Pedidos pelo Reembolso Postal, ou remessa de Vale Postal
para a Gerência de "A Defesa Nacional", Caixa n. 17, Agê-
ncia do Correio do Ministério da Guerra, Rio de Janeiro

vada capacidade de trabalho e boa conduta.

As praças nas condições dos ns. 1 e 2 acima, enquanto bem servirem, a critério do Diretor da Coudelaria de Campo Grande, poderão servir até a idade limite de permanência no serviço ativo, não sendo, porém, permitida a transferência para outra unidade ou contingente — Gen. Canrobert P. da Costa.

(Aviso n. 16, de 5-I-951 — "Diário Oficial" de 10-I-951).

SARGENTOS MONITORES DE TRANSMISSÃO

Em solução à consulta que fez o 1º Tenente Carlos Afonso Figueiras sobre:

1º se o Aviso n. 447, de 31-V-948, se estende à Escola de Transmissões

2º se os sargentos monitores de transmissão da mesma Escola, pertencentes às armas que não a de Engenharia, estão impossibilitados de ser promovidos a 1º Sargento, nas vagas de monitores;

De acordo com os pareceres do Estado-Maior do Exército e da Diretoria do Pessoal, a fim de esclarecer e regular o assunto, declaro o seguinte:

a) Em todas as graduações do posto de sargento, ficam estabelecidas as proporções, abaixo para preenchimento de vagas de monitores, na Escola de Transmissões:

— para vagas a serem preenchidas por sargentos da Arma de Engenharia 30 % (trinta por cento) do efetivo fixado de Sargentos Monitores da Escola de Transmissões;

— Para vagas a serem preenchidas por sargentos das Armas de Infantaria, Cavalaria e Artilharia, os restantes 70 % (setenta por cento).

b) O Aviso n. 477, de 31-V-948, não se aplica à Escola de Transmissões;

c) Os sargentos Monitores dessa Escola, pertencentes a Armas que não a de Engenharia, poderão concorrer à promoção para as vagas existentes, em cada graduação, inclusive a de 1º sargento, dentro da proporção estabelecida na letra a) deste Aviso. As promoções à graduação de 1º sargento, porém, além de se subordinarem às disposições da legislação em vigor, só serão autorizadas para os 2º sargentos Monitores que, tendo o curso B1 da Escola (ou outro curso de Transmissões equivalente), estejam habilitados com o C.R.A.S. da respectiva arma, ou, de conformidade com o parágrafo único do art. 1º da Portaria 148, de 30-VI-947 e n. 1 do

Aviso n. 1.396, de 8-XI-946, aqueles que sejam possuidores de um dos cursos de mecânicos, para praças — Gen. Canrobert P. da Costa.

(Aviso n. 19, de 9-I-951 — "Diário Oficial" de 10-I-951.)

CONSCRITOS PARA A ESCOLA DE PÁRA-QUEDISTAS

O Ministro da Guerra, tendo em vista o art. 3º do Decreto-lei número 8.444, de 26 de dezembro de 1945, resolve:

I. Autorizar, a título excepcional, que a Escola de Pára-quedistas, além de recrutar o seu pessoal na forma estabelecida pelo art. 20 das instruções para matrícula publicadas no Boletim do Exército n. 38 (Suplemento n. 3), de 17 de setembro de 1949, passe, também, a receber conscritos integrantes dos contingentes anuais de convocação, desde que declarem o desejo de prestar o serviço militar em unidades pára-quedistas.

Para isso:

1. Anualmente, os Comandantes de Regiões Militares providenciarão para que, na primeira chamada do contingente a ser convocado, sejam relacionados os conscritos que desejarem prestar o serviço em unidades integrantes da Escola de Pára-quedistas.

2. Os convocados que se manifestarem nas condições acima estipuladas serão submetidos, na própria Região Militar, às provas de seleção, das condições julgadas indispensáveis para o candidato a pára-quedista militar.

Os julgados aptos serão relacionados como candidatos a pára-quedistas, e deverão declarar, por escrito, esse desejo.

3. Cada Comandante de Região Militar, de posse da relação acima citada, informará ao Comandante da Escola o número total de convocados candidatos a pára-quedistas, existentes em sua Região.

4. O Comandante da Escola, assim que tiver conhecimento do número total de conscritos candidatos a pára-quedistas, em cada Região Militar, e tendo em vista as necessidades da mesma Escola, informará a cada Comandante de Região, o número exato dos conscritos (da R.M. respectiva) que deverão ser encaminhados para incorporação no Grupamento Escola Pára-quedistas, da Escola de Pára-quedistas.

5. Os Comandantes de Região Militar assim que receberem a infor-

MINISTÉRIO DA GUERRA

Coisas práticas

ADQUIRIR LIVROS PELO SERVIÇO DE REEMBOLSO POSTAL DA SECÇÃO DE PUBLICIDADE DE "A DEFESA NACIONAL"

Há certos livros que todo militar de carreira deve ter em suas estantes ou tê-los meditadamente lido

Cultura militar e geral não se adquire em Seleções ou Revistas ; ainda não foram inventados os comprimidos de saber e de experiência

Para conseguir base sólida é preciso ler e meditar muito. "A Defesa Nacional" está ao dispor dos camaradas para atender pedidos de quaisquer livros existentes em depósito em sua secção especial ou em outras livrarias da Capital

Serviço Rápido e Seguro

Caixa Postal n. 17 do Ministério da Guerra

DISTRITO FEDERAL

mação acima, deverão encaminhar à Escola de Pára-quedistas os conscritos em apropçao.

6. O Comandante da Escola de Pára-quedistas, ao receber a apresentação dos conscritos, deverá incorporá-los em uma das unidades integrantes do Grupamento Escola Pára-quedista.

II — O Comandante da Escola de Pára-quedistas deverá propor ao Estado-Maior do Exército as condições indispensáveis exigidas para a seleção do conscrito pára-quedista militar de que trata o n.º 2 do item I, as quais logo que aprovadas serão remetidas aos Comandantes de Região Militar.

III — Visando as necessidades do rigoroso selecionamento do candidato a pára-quedista, fica o Comandante da Escola de Pára-quedistas autorizado a majorar de um terço o efetivo de soldados do Grupamento Escola Pára-quedista, anualmente, pelo prazo do período de formação do soldado.

IV — Findo o prazo acima estipulado, os soldados em excesso, ou os que forem julgados inaptos para o pára-quedismo, serão excluídos na forma prevista pela Lei do Serviço Militar. — General Canrobert Pereira da Costa.

(Portaria n.º 3, de 10-I-1951 — "Diário Oficial" de 12-I-1951).

TRANSFERÊNCIA DE SEDE DE BATALHÃO

DECRETO N.º 29.120, DE 12 DE JA- NEIRO DE 1951

Transfere a sede do 7º Batalhão de Engenharia

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 1º da Lei n.º 128, de 30 de novembro de 1947,

Decreta:

Art. 1º. É transferida para Campina Grande (7ª Região Militar) a sede do 7º Batalhão de Engenharia.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 12 de janeiro de 1951; 130º da Independência e 63º da República.

Eurico G. Dutra.

Canrobert P. da Costa.

("Diário Oficial" de 15-I-1951).

APLICAÇÃO DE CONCESSÃO A CHE- FES DE ESCALÃO TERRITORIAL

Declaro que a faculdade constante do § 1º do art. 236 do Código de Vencimentos e Vantagens dos Militares do Exército é aplicável aos oficiais designados para a Chefia do Escalão Territorial. — General Canrobert P. da Costa.

(Aviso n.º 42, de 13-I-1951 — "Diário Oficial" de 15-I-1951).

CÓDIGO DE VENCIMENTOS E VAN- TAGENS DOS MILITARES

O "Diário Oficial" n.º 19, de 23 de janeiro de 1951, publica o Código de Vencimentos e Vantagens dos Militares aprovado pela Lei n.º 1.316, de 20 de janeiro de 1951.

ANTECIPAÇÃO DE INSTRUÇÃO EM TIRO DE GUERRA

O Ministro de Estado da Guerra, de acordo com o parecer da Diretoria de Recrutamento e tendo em vista a duração do período escolar, resolve autorizar a antecipação do início da instrução nos Tiros de Guerra da 4ª Região Militar para o mês de março do corrente ano, ficando assim alterado o art. 24 da Portaria n.º 142, de 21 de agosto de 1950.

Os Comandantes das demais Regiões Militares ficam autorizados a adotar idênticas provisões de acordo com as conveniências regionais. — General Canrobert P. da Costa.

(Portaria n.º 18, de 19-I-1951 — "Diário Oficial" de 23-I-1951).

MUDANÇA DE DENOMINAÇÃO DO P.A.V.M.

Passa a denominar-se "Hospital da Guardiânia da Vila Militar" o atual "Pósto de Assistência da Vila Militar".

Os efetivos em militares e civis permanecem o já existente no atual Pósto de Assistência da Vila Militar. — General Canrobert P. da Costa.

(Aviso n.º 55, de 23-I-1951 — "Diário Oficial" de 24-I-1951).

QUANTITATIVO DE ALIMENTAÇÃO DA E.E.F.E.X.

Atendendo a natureza especial do trabalho que é exigido ao pessoal da

Porque se deve anunciar em "A DEFESA NACIONAL"

- 1 — A vida de um anúncio, nesta Revista, é maior do que em outra publicação qualquer, porque :
 - a) Ela circula em todos os Estados do Brasil ;
 - b) Seus exemplares passam por muitas mãos e são lidos, pelo menos, por dez vezes mais do que o número de seus assinantes ;
 - c) Depois de lida, constitui fonte permanente de informações, porque, sendo uma Revista técnica é colecionada por todos, o que não acontece com as revistas puramente mundanas ;
 - d) Vive num meio de ponderável capacidade aquisitiva, a que o anúncio, muitas vezes, não chega senão através desta Revista.
- 2 — Se sua existência de mais de 36 anos não fosse bastante como prova de seu sólido prestígio, melhor atestado não haveria que o Aviso de 22 de janeiro de 1947, em que o Exmo. Sr. General Ministro da Guerra, recomenda "A Defesa Nacional" ao interesse do Exército em face de sua utilidade incontestável para as classes armadas.

ATENÇÃO — Os agenciadores de anúncios devem apresentar os respectivos cartões de identidade.

Escola de Educação Física, resolvo fixar nas quantias abaixo, os quantitativos destinados à alimentação dos oficiais, sargentos e praças daquela Escola:

Cr\$

Almôço de oficiais.....	12,00
Etapas de sargentos e praças	12,00

(Aviso n. 56, de 23-1-1951 — "Diário Oficial" de 25-1-1951).

ALTERAÇÃO NO REGULAMENTO DO ARQUIVO DO EXÉRCITO

DECRETO N. 29.189 — DE 24 DE JANEIRO DE 1951

Altera o Regulamento do Arquivo do Exército, aprovado pelo Decreto n. 614, de 30 de janeiro de 1936

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n. 1 da Constituição, decreta:

Art. 1º. O parágrafo único do artigo 2º e art. 22 e seus parágrafos do Regulamento do Arquivo do Exército aprovado pelo Decreto n. 614, de 30 de janeiro de 1936 passam a ter a seguinte redação:

"Art. 2º.....

Parágrafo único. O cargo de diretor será exercido por um Coronel ou Tenente-Coronel do Quadro Suplementar Geral".

Art. 22. O pessoal do Arquivo do Exército será o seguinte:

a) um diretor, Coronel ou Tenente-Coronel do Quadro Suplementar Geral;

b) um chefe de gabinete, Major ou Capitão do Quadro Suplementar Geral;

c) um tesoureiro, Capitão ou oficial subalterno do Quadro de Intendentes do Exército;

d) dois chefes de secções, Tenentes-Coronéis ou Maiores da Reserva de 1ª classe;

e) cinco encarregados das subsecções, Capitães da Reserva de 1ª classe;

f) quatro auxiliares, oficiais do Q.A.O. ou subalternos da Reserva de 1ª classe;

g) servidores civis, de acordo com a lotação fixada, ou tabela numérica respectiva.

Parágrafo único. As substituições serão feitas do seguinte modo:

a) do Chefe de Secção pelo encarregado de Subsecção mais graduado ou mais antigo;

b) do Chefe do Gabinete e demais funcionários por quem o Diretor designar."

Art. 2º. O presente decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 24 de janeiro de 1951; 130, da Independência e 63º da República.

Eurico G. Dutra.

Canrobert P. da Costa.

("Diário Oficial" de 27-1-1951).

* *

DOTAÇÃO EM OFICIAIS DA DIRETORIA DE SAÚDE DO EXÉRCITO

O Ministro de Estado da Guerra tendo em vista o que propõe a Diretoria de Saúde do Exército e o parecer do Estado-Maior do Exército, declara que a Subdiretoria Técnica da Diretoria de Saúde do Exército, terá a seguinte dotação em oficiais:

Médicos

Coronel.....	2 (dois)
Tenente-Coronel.....	3 (três)
Major.....	2 (dois)
Capitão.....	3 (três)

Farmacêuticos

Tenente-Coronel.....	1 (um)
Capitão.....	2 (dois)

Dentistas

Major.....	1 (um)
Capitão.....	1 (um)

(Portaria n. 24, de 24-1-1951 — "Diário Oficial" de 27-1-1951).

"Dou-lhe minha preferência porque nunca éste homem alegou o menor pretexto e sempre a passos acelerados me obedecia. Nunca vi que executasse minhas ordens sem interesse. Seu exemplo modelou seus subordinados."

PUBLICAÇÕES RECEBIDAS

"A DEFESA NACIONAL" agradece as seguintes publicações recebidas durante o mês de fevereiro do corrente ano :

a) *Do exterior*

- Chile — Revista de Infantaria — N. de julho e agosto de 1950
- França — Revue Militaire d'Information — N. 166
- Inglaterra — Endeavour — N. de outubro de 1950
- Itália — Rivista Militare — N. de novembro de 1950
- Paraguai — Revista de las Fuerzas Armadas de la Nacion
- Peru — Revista de la Escuela Militar — N. de outubro de 1950
- Portugal — Revista da Cavalaria — N. de novembro de 1950

b) *Nacionais*

Revista de Intendência — N. de nov. e dez. de 1950

Revista de Medicina Militar — N. de julho a dez. de 1950

Brasil Açucareiro — Revista do I.N.A.A. — N. de set. de 1950

Estas revistas encontram-se na nossa biblioteca à disposição dos companheiros que as queiram consultar.

A DEFESA NACIONAL

FUNDADA EM 10 DE OUTUBRO DE 1915

Redação e Administração :

Edifício do Ministério da Guerra — 3º andar — Rua Visconde da Gávea
PRAÇA DA REPÚBLICA — Telef. 43-0563

Correspondência :

Para a Gerência : Caixa Postal 17, Agência do Ministério da Guerra
Colaborações : Diretor-Secretário, mesmo endereço

*

De acordo com a Lei, a Revista não se responsabiliza por idéias, juízos, opiniões, etc., contidos em artigos assinados.

A publicação desses artigos não significa, tampouco, solidariedade por parte da Revista.

As opiniões da Revista com referência a problemas debatidos nas suas páginas, sua orientação doutrinária, etc., terão sempre em vista os altos interesses da defesa nacional e serão expressas no respectivo "Editorial" ou em artigos da Redação.

* *

Não serão restituídos, em caso algum, originais de trabalhos recebidos para publicação.

* *

A Revista adota a ortografia constante do "Pequeno Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa", da Academia Brasileira de Letras, impresso em dezembro de 1943, na Imprensa Nacional.

* *

É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos publicados nesta Revista, desde que seja citada a fonte.

*

PREÇOS DE ASSINATURAS

Ano.....	Cr\$ 80,00
Semestre	Cr\$ 40,00
Número avulso.....	Cr\$ 10,00
Assinatura comercial, com direito a inclusão no indicador de firmas recomendadas	Cr\$ 500,00

Obs. — O pagamento das assinaturas de ano pode ser feito em 4 (quatro) prestações de Cr\$ 20,00 ou em 12 (doze) prestações mensais de Cr\$ 7,00.

COLABORAM NESTE NÚMERO :

Gen. Bertoldo Klinger.
Cel. J. B. Magalhães.
Cel. Niso Montezuma.
Ten.-Cel. Adalardo Fialho.
Ten.-Cel. Alfredo Fauroux Mercier.
Ten.-Cel. Arold Ramos de Castro.
Ten.-Cel. A. Senna Campos.
Ten.-Cel. Diderot Miranda.
Ten.-Cel. Riograndino da Costa e Silva.
Maj. Gerardo Lemos do Amaral.
Cap. Achilles Gallotti Kehrig.
Cap. A.J. de Figueiredo.
Cap. Germano Seidl Vidal.
Ten. Adalberto Gomes Macedo.
Ten. Amantéa.
Ten. Cesário Arruda.
Ten. Fernando Cesar Gonçalves.
Ten. Jair de Mattos Montedônio.
Ten. Rubens Mário Jobim.
Arnaldo Gonçalves Pires.
Nicodemus.

EX-LIBRIS



É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos publicados nesta Revista, desde que seja citada a fonte.

Cr\$ 10,00

S. G. M. G.
IMPRENSA MILITAR
Rio de Janeiro — 1951